

1/22
ARQVIVO

DO DISTRITO DE

AVEIRO

bibRIA

N.º 141

Janeiro, Fevereiro e Março

AVEIRO

1970

ARQVIVO

OFERTA

DO DISTRITO DE

AVEIRO

bibRIA

VOLUME XXXVI

AVEIRO

1970

REVISTA TRIMESTRAL PARA PUBLICAÇÃO DE DOCUMENTOS
E ESTUDOS RELATIVOS AO DISTRITO

FUNDADA EM 1935 POR ANTÓNIO GOMES DA ROCHA MADALIL,
FRANCISCO FERREIRA NEVES E JOSÉ PEREIRA TAVARES

DIRECÇÃO DE

FRANCISCO FERREIRA NEVES
JOSÉ PEREIRA TAVARES
EDUARDO ALA CERQUEIRA

DIRECTOR DELEGADO

FRANCISCO FERREIRA NEVES

PROPRIEDADE DE

ALBERTO DE SOUSA MACHADO FERREIRA NEVES
FRANCISCO FERREIRA NEVES
JOSÉ PEREIRA TAVARES

EDITOR E ADMINISTRADOR

FRANCISCO FERREIRA NEVES

ADMINISTRAÇÃO: — AVENIDA DR. LOURENÇO PRIXINHO, 133, 1.º — AVEIRO

ANO XXXVI

(1935-1970)

DOS trinta e cinco volumes do «Arquivo do Distrito de Aveiro» já publicados, sòmente doze foram prefaciados pelos seus directores (I a X, XXVI e XXXI). O do ano XI prefaciou-o o nosso ilustre amigo Dr. Fidelino de Figueiredo. Os vinte e dois restantes não tiveram, portanto, qualquer apresentação.

Desaparecido o nosso querido camarada Dr. Rocha Madahil, a quem o «Arquivo» tanto ficou devendo e cuja memória nos acompanhará permanentemente, torna-se necessário que algumas palavras preliminares abram este novo volume (XXXVI).

*

Em primeiro lugar, diremos que nos movem os mesmos intuitos de sempre, o que quer dizer será mantida (*Quosque?*) a orientação inicialmente traçada e sempre seguida durante os trinta e cinco anos já decorridos.

Agradecemos ainda mais uma vez, não só o auxílio que nos tem sido prestado pela Junta Distrital e pela Câmara Municipal de Aveiro, mas também o amparo que os nossos colaboradores e os nossos assinantes nos dão, — igual ao que já ficámos a dever aos saudosos colaboradores e assinantes que a morte nos foi arrebatando.

Finalmente cumpre-nos dizer que faz agora parte do Conselho Directivo do «Arquivo do Distrito de Aveiro» o sr. EDUARDO ALA CERQUEIRA, que de boa vontade aceitou o cargo a convite dos proprietários desta revista.

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

É EDUARDO CERQUEIRA um aveirense bem conhecido, de comprovada dedicação à cidade de Aveiro e ao seu distrito, e distinto colaborador do «Arquivo». No seu lugar de co-director prestará altos serviços a esta revista e à cultura literária e histórica da região.

Aveiro, Janeiro de 1970.

FRANCISCO FERREIRA NEVES

JOSÉ PEREIRA TAVARES

bibRIA

O HISTORIADOR DR. A. MADAHIL

O ano passado finava-se em Lisboa serenamente o historiador, etnógrafo, diplomatista e ex-director da Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Braga, Dr. ANTÓNIO GOMES DA ROCHA MADAHIL, bastante conhecido no meio social bracarense pelo nome de Dr. A. Madahil.

Foi uma figura notável de investigador consciencioso, debruçado sobre velhos pergaminhos e sobre documentos garatujados de abreviaturas e de ortografias quase indecifráveis, diplomatista seguro e especializado, o mais célebre da sua época nos últimos anos, um paleografista crítico e arguto, aliado a reflexiva inteligência e dotado duma seriedade humanista de sábio.

O Dr. ANTÓNIO MADAHIL nasceu em Ílhavo a 10 de Dezembro de 1893. Coursou os liceus de Aveiro e de Coimbra e mais tarde a Universidade Conimbricense, primeiro, matriculado na Faculdade de Direito e depois na Faculdade de Letras, na secção de Filologia Românica.

Inteligente e organizador, cedo começou a distinguir-se como bibliotecário, a princípio no Liceu de Coimbra, e logo depois como 1.º Conservador da Biblioteca Geral da Universidade Conimbricense, cargo que assumiu em 24 de Maio de 1927. Tomou à sua conta, mais tarde, o Arquivo e Museu de Arte daquela instituição de ensino superior.

Não se contentava com desempenhar apenas os cargos públicos de que foi investido através dos anos, mas ia mais além fazendo cumulativamente o que lhe não era exigido pela Lei e Regulamentos, dedicando-se a trabalhos de investigação histórica, para o que aproveitava a documentação arquivística das Bibliotecas que dirigia.

Fundou o Museu de Ílhavo e a revista *Arquivo do Distrito de Aveiro*, onde semeou valiosa colaboração e condensou dados inte-

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

ressantes de História e de Etnografia regional aveirense. Foi secretário geral da revista *O Instituto*, de Coimbra, a partir de 1934. Dedicou-se à Etnografia, à Arqueologia, à Paleografia, à Diplomática, à Biblioteconomia e à História da Arte, publicando 65 valiosos trabalhos especializados, nestes assuntos.

Os temas mais versados na sua vasta obra de estudioso foram Coimbra e a sua Universidade, Figueira da Foz, Ílhavo, Aveiro, estudos críticos de Incunábulo, edições de documentos raros, o infante D. Pedro de Avis, D. Afonso v, Rui de Pina, história do Brasil, Restauração de Portugal, etc.

Sobre o Brasil publicou:

Novos documentos para a biografia de Mem de Sá, 1.º Governador do Brasil, 1951.

Terras do Brasil na literatura popular portuguesa do século XVIII — Grão Pará e Mato Grosso, 1951.

Para a história dos processos do povoamento português do Brasil, 1943.

Relação e notícia de vários sucessos acontecidos no Brasil em 1754, 1943.

Documentos do Arquivo da Universidade de Coimbra para a história do Brasil, 1942.

Foi também director da revista «Terras do Mondego» e nela colaborou desde 1948.

Pertenceu a inumeráveis Instituições Culturais de Portugal e do Estrangeiro, nomeadamente à Academia Nacional de Belas Artes, à Real Academia de História de Madrid, ao Instituto de Coimbra, à Academia Internacional de História das Ciências, à Real Academia de Belas Artes de Málaga, à Real Academia Galega, etc.

O seu nome prestigiado voou até à Itália, à Espanha, aos Estados Unidos, à Alemanha, à Argentina e Brasil, sendo admirado no seu labor íntegro e científico.

Possuo alguns dos seus trabalhos publicados que me dedicou com amáveis referências ditadas pela sua bondade e pelos seus nobres sentimentos de gratidão e de gentileza. Assim em «Novos testemunhos da actividade tipográfica de Lisboa no século quinze», Lisboa, 1955, valioso trabalho de investigação incunabular acerca da Gramática de Pastrana, escreveu: «muito grato pela sua valiosa colaboração na preparação destes brevíssimos apontamentos, o seu muito admirador A. G. da Rocha Madahil. Braga, 27-vi-55».

O HISTORIADOR DR. A. MÁDAHIL

As suas traduções de livros de arte e de poesia constituíam modelos de vernaculanidade e de bela apresentação gráfica.

A sua actuação como Director da Biblioteca e Arquivo Distrital de Braga merecia um capítulo à parte. O Dr. ANTÓNIO MADAHIL esmerou-se na organização das secções, nas Exposições Bibliográficas de Congressos Científicos, Históricos e das Comemorações Augustinianas, na aquisição de raridades bibliográficas, na assistência paleográfica a investigadores, na formação de colaboradores, nos estudos pessoais sobre documentos, no esmero da distribuição de serviços, etc.

Deixou-nos um exemplo de laboriosidade extraordinária e de respeito e amizade ao Clero e à Igreja. Merecia bem uma lápide na entrada da Biblioteca Pública de Braga.

*(Transcrito do «Diário do Minho», de Braga,
n.º 16143, de 9 de Janeiro de 1970)*

DR. A. AMBRÓSIO DE PINA S. J.

bibRIA

HOMENAGEM DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS A FERREIRA DE CASTRO

EM 1966, cinquentenário do aparecimento do primeiro romance de FERREIRA DE CASTRO, várias cerimónias comemorativas se realizaram no Rio de Janeiro (Academia Brasileira de Escritores, Instituto de Estudos Portugueses Afrânio Peixoto, «Casa dos Quixotes», Liceu Literário Português) e em Portugal (Cova da Piedade, Covilhã, Ofir (Fão), Lisboa, Santarém, Porto e Alhandra).

Em Aveiro, prestaram notável homenagem ao ilustre Escritor os Clubes Rotários de Aveiro, Estarreja, Ovar e S. João da Madeira, em sessão solene realizada no Grémio do Comércio, em 23 de Julho; e, no dia imediato, em almoço rotário servido no salão de festas das Fábricas Aleluia, a que se seguiu visita a Ossela, terra natal do Escritor.

Graças à iniciativa da Câmara Municipal de Azeméis, a que se agregou uma Comissão especial, tiveram o seu termo no dia 30 de Dezembro daquele ano as comemorações do Cinquentenário: cerca das 17 horas, inaugurou-se o monumento consagrador da obra de FERREIRA DE CASTRO, na Praceta de D. Maria I, situada perto do edifício camarário — acto em que a estátua do *Emigrante* foi descerrada pela filha do Escritor —, e, a seguir, realizou-se sessão solene no salão nobre da Câmara.

Tomou a presidência o Dr. Artur Correia Barbosa, Presidente do Município, que tinha à sua direita Ferreira de Castro, João da Silva Correia e Assis Esperança e à esquerda o Dr. Carlos do Vale, o Dr. Álvaro Salema e o jornalista Eduardo Cerqueira.

Ocuparam os lugares de honra D. Helena e D. Elsa Beatriz Ferreira de Castro, respectivamente Esposa e Filha do Romancista; os aveirenses Mário Sacramento e João Sarabando; Dr. Mário Braga e Dr. Alberto Saavedra e Dr. Sardoeira Pinto, membros da

HOMENAGEM A FERREIRA DE CASTRO

Comissão promotora, que representavam todas as actividades do concelho.

Eis as palavras de cada um dos três principais oradores da sessão:

I—DÔ DR. ARTUR CORREIA BARBOSA

Começou por se referir à infância de FERREIRA DE CASTRO, depois do que acrescentou:

«—Vem isto para dizer a V. Ex.^{as} que Oliveira de Azeméis, como não podia deixar de ser, se orgulha do seu conterrâneo e quando o País, de Norte a Sul, de Nascente a Poente, celebra festivamente os 50 anos da iniciação literária do grande romancista, não podia ficar indiferente a tão justíssimas manifestações de admiração pelo seu formosíssimo talento.

Por isso a Câmara Municipal e uma comissão de admiradores e amigos de Ferreira de Castro não quis deixar findar o ano das comemorações sem lhe prestar uma homenagem, simples é certo, mas cheia de simpatia e de sinceridade. Ali fica naquele bronze, que me parece simboliza mais a obra e o espírito de Ferreira de Castro do que particularmente o emigrante, a admiração e a simpatia dos seus conterrâneos. Obra do escultor Eduardo Tavares, professor da Escola de Belas-Artes do Porto, que foi forçado a ausentar-se para o estrangeiro em viagem de estudo, mas a quem eu dirijo os meus cumprimentos de muita estima e admiração pelas suas invulgares qualidades artísticas, ela foi custeada pela Câmara Municipal e por subscrição pública. E eu aproveito esta ocasião, para, muito sensibilizado e com muito reconhecimento, agradecer aos membros da comissão que com tão boa vontade e interesse me auxiliaram neste empreendimento e a todas as pessoas que com tanta gentileza e generosidade subscreveram para esta justíssima homenagem.»

Por fim, referiu-se a José Tavares, «orador oficial da sessão», e terminou manifestando o seu reconhecimento a todos os que ali haviam comparecido, e à Imprensa, pela colaboração dispensada àquela homenagem e às iniciativas municipais.

II—DE JOSÉ PEREIRA TAVARES

«Em carta de Setembro último, convidou-me o Ex.^{mo} Snr. Dr. Artur Correia Barbosa, digníssimo Presidente da Câmara de Azeméis e Presidente da Comissão que promoveu a homenagem que hoje se está prestando a FERREIRA DE CASTRO, para ser o «orador oficial» desta sessão.

Percebendo o motivo da escolha, não hesitei um momento sequer; e, agradecendo, a minha resposta foi a de que aceitava o honroso encargo e de que faria todos os esforços por não desmerecer da confiança que a Ex.^{ma} Comissão em mim punha.

É mui digna de louvor a Ex.^{ma} Comissão, não só pela iniciativa de perpetuar com monumento condigno a memória deste eminentíssimo escritor do nosso concelho, já galardoado por estrangeiros em sessões públicas, e cujas principais obras se acham traduzidas em numerosos idiomas, mas também por nos dar azo a que todos lhe possamos patentear pessoalmente, neste lugar, a nossa muito sincera veneração.

Saúdo-a muito cordialmente, como saúdo a todos quantos se dignaram vir assistir a este acto, entre os quais se encontram notáveis valores das letras e da crítica, que terão de desculpar, como a restante assistência, a pobreza e a modéstia da minha exposição.

Saudação especial tenho o grande prazer de dirigir a FERREIRA DE CASTRO, — honra de uma aldeia do nosso concelho, honra do distrito de Aveiro, honra de Portugal e — porque não dizê-lo? — honra da Humanidade.

*

Propunha a Ex.^{ma} Comissão que na palestra me ocupasse da vida e obra de FERREIRA DE CASTRO.

Ora dá-se o caso de os dois temas já haverem sido largamente tratados por críticos competentes.

Além disso, antes das homenagens que no nosso distrito recentemente se prestaram ao grande Escritor — a última das quais em Aveiro e Ossela, no mês de Julho último —, já o saudoso Jaime Brasil havia reunido no vol. v da Colecção — «A Obra e o Homem» —, da Editora Arcádia, copiosíssimos e bem esclarecidos depoimentos acerca do nosso ilustre conterrâneo.

Resolvi, portanto, dar outra orientação ao meu trabalho.

O Escritor a quem tributamos homenagem e o «orador oficial» desta sessão nasceram ambos em freguesias do concelho, não muito distantes uma da outra: o primeiro, em Ossela, situada no aprazível vale do rio Caima; o segundo, no Pinheiro da Bemposta, freguesia contígua a Palmaz, esta banhada também pelo Caima e vizinha de Ossela.

Actualmente, para que um habitante de qualquer das duas freguesias visite a outra, forçoso lhe será passar pela vila; dentro em pouco, concluída a estrada que se anda a abrir ao longo da margem direita do Caima, a partir da que de Palmaz e por Macinhata da Seixa conduz à vila, fácil será a osselenses e pinheirenses visitarem-se, visto entre eles medearem apenas escassos quilómetros.

O Escritor nasceu em 1898, de família humílima; de família humílima viera ao Mundo, onze anos antes, a pessoa que a Ex.^{ma} Comissão promotora da homenagem quis que falasse nesta sessão.

HOMENAGEM A FERREIRA DE CASTRO



Inauguração do monumento a Ferreira de Castro,
em Oliveira de Azeméis, a 30 de Dezembro de 1966

Quando FERREIRA DE CASTRO, simplesmente com o exame do 2.º grau de Instrução Primária, partiu para o Brasil (1911), iniciava o outro os estudos no Curso Superior de Letras, com destino a professor liceal, cargo a que ascendeu em 1916, no Liceu de Viseu; e na altura em que aquele, após odisséia cortada de inúmeras dificuldades e sofrimentos, regressou a Portugal, em 1919, já o pinheirense passara de professor agregado a efectivo e conseguira fixar-se definitivamente no Liceu de Aveiro, no qual veio a trabalhar durante mais de quarenta anos.

Que destinos tão díspares os destes dois oliveirenses!

Ambos saídos do Povo, conseguiu um singrar sem grandes dificuldades e tirar um curso, ao passo que o outro, completamente desamparado, teve de se entregar a corajoso autodidactismo, para atingir posição social condicente com as virtualidades de que se reconhecia, e muito bem, possuidor.

E afinal, se o Estado tomasse a seu cargo o destino das crianças pobres em quem se reconhecessem inteligência e aptidões fora do vulgar, outra, muito diferente, teria sido a carreira de FERREIRA DE CASTRO.

Perdem-se, por todo o País, muitas competências, simplesmente por falta de meios das famílias; as crianças fazem exame de Instrução Primária e depois, mesmo que entre elas haja algumas de excepcionais qualidades, todas continuam amarradas à terra, as mais das vezes a esquecer o que lhes foi ensinado.

A protecção que as entidades oficiais têm oferecido a alunos pobres, aplicados e capazes — pagamentos de propinas, bolsas de estudo, etc. — é coisa insignificante comparada com o que era mister e justo que se fizesse.

Suponhamos então que esse rapazito — José Maria Ferreira de Castro —, dos Salgueiros de Ossela, pobre e órfão de pai, era amparado por entidades oficiais, que o levavam a iniciar o seu curso secundário no Liceu de Aveiro.

Ter-se-ia matriculado na 1.ª classe precisamente no ano em que o pinheirense entrou para o Curso Superior de Letras, em Outubro de 1910.

Nesse Liceu, donde o outro saíra em 1907, com a 5.ª classe, teria FERREIRA DE CASTRO encontrado ambiente ideal para o seu temperamento: os professores, mesmo os menos competentes, respeitavam a personalidade dos alunos, como que na louvável preocupação de formar cidadãos portugueses de carácter, independentes, tolerantes, compreensivos, desprovidos de subserviências de qualquer espécie.

Ponhamos a hipótese de que o nosso osselense tinha a sorte de receber na disciplina de Português, da 1.ª a 5.ª classe, ensinamentos de professor ideal, que fundamentasse a sua tarefa em frequentes exercícios de leitura, na interpretação dos autores

HOMENAGEM A FERREIRA DE CASTRO

exemplificados no *Livro de Leitura* e da *Selecta Literária* e em bem orientadas redacções —, considerando a Gramática, não compêndio para se decorar, mas simples registo de normas a seguir na expressão pura, correcta e clara da linguagem, isto é, banindo a tradição da aprendizagem e fixação de inúmeras regras gramaticais e reduzindo ao mínimo indispensável a análise gramatical e lógica, que, diga-se de passagem, ainda hoje constitui preocupação quase exclusiva de certos professores, capazes de conseguir que os seus alunos papagueiem na perfeição milhentas regras, mas absolutamente incapazes de os apresentar a ler impecavelmente, a exprimir-se com facilidade e a escrever convenientemente a sua Língua — único escopo, afinal, desse ensino.

FERREIRA DE CASTRO teria revelado, logo a partir da 1.^a classe, irresistível pendor para redacções; os seus progressos ir-se-iam patenteando semana a semana e, como prémio, os seus trabalhos escritos seriam lidos perante a turma, para servirem de exemplo e estímulo aos condiscípulos.

Aluno aplicado, brilharia especialmente em Português, sem embargo de dar boa conta de si nas demais disciplinas.

Se nas 6.^a e 7.^a classes — que cursaria noutro liceu, visto nessa altura o de Aveiro ter só cinco classes — tivesse a felicidade de receber apropriada orientação em Literatura Portuguesa, seria encaminhado para o conhecimento e análise literária das principais obras dos autores das diversas épocas e períodos, em total contraste com o obsoleto ensino baseado na simples fixação dos autores e no conhecimento das biografias e da lista das obras de cada um deles.

Nada custa a crer que FERREIRA DE CASTRO fosse o melhor aluno da turma e que começasse a produzir obras de ficção, para o que, desde as primeiras classes, revelara marcada tendência.

Tirado um Curso Superior — em Faculdade de Letras ou Direito —, FERREIRA DE CASTRO viria a ser, acima de tudo, um notável romancista. As suas primeiras produções teriam por ambiente os lugares seus conhecidos, nos quais abundavam tipos humanos que não escapariam à sua perspicácia.

Brasileiros, por certo, não faltariam, pois foi muito pronunciada e decisiva a acção de indivíduos do nosso concelho que no seu tempo « iam para o Brasil ».

Em primeiro lugar, os que abalavam com o fito de arranjar meios para se poderem casar ou para construírem um prédio e que, decorridos dois, três anos, regressavam já a exprimir-se com o sotaque carioca e a afirmar, com emproada ênfase, que Portugal era um « país muito àtrásado »... Depois, extinto o modesto capital amealhado, repetiam a aventura e, passado um tempito, chegavam com dinheiro suficiente para uma vida mais desafogada.

Havia também os que voltavam com razoável ou mesmo avultado pecúlio e, ainda, os que não mais eram vistos na aldeia, donde, por fim, arrastavam para o exílio mulher e filhos.

Mas FERREIRA DE CASTRO não tirou qualquer curso: por habilitações oficiais, e a despeito da sua ânsia de saber, teve de contentar-se com as do exame do 2.º grau de Instrução Primária, a que corajosamente juntou os benefícios daquela escola voluntária em que se é, ao mesmo tempo, director, professor e aluno...

A ambição de subir na escala social lançou-o, com pouco mais de 12 anos de idade, na aventura do Brasil.

Todos sabemos as dificuldades que encontrou, as torturas que sofreu e como se entregou à aquisição da cultura literária que lhe satisfizesse a justa ambição de se lançar no exercício da pena.

Também ninguém ignora que a sua estreia de ficcionista se fez com a novela — «Criminoso por Ambição» —, redigida aos catorze anos, mas que só veio a ser publicada, em fascículos, em Belém do Pará, no ano de 1916, ou seja quando o autor tinha 18 anos de idade.

Até há pouco, supunha eu que essa novela se passava exclusivamente em Ossela e proximidades. Graças, porém, à amabilidade de FERREIRA DE CASTRO, pude conhecê-la em todos os seus pormenores, através da leitura dos nove fascículos que a formam.

A acção decorre em Ossela; a bordo de um vapor que se dirige ao Rio de Janeiro; no Pará, e em Vila Nova de Famalicão.

Há dois pretendentes à mão de uma menina rica, de Ossela, chamada Beatriz: um, pobre e digno, que por ela é correspondido em sua paixão, com total aprazimento do pai; outro, rico e nobre, mas de péssimo carácter, que sonha juntar-se a Beatriz simplesmente com o fim de aumentar a fortuna.

O primeiro, Simão Rafael dos Anjos, resolve procurar no Brasil alguns meios de fortuna que mais o aproximem da sua amada; o segundo, Diogo Cláudio de Oliveira, disfarçado, vai-lhe no encalço, no mesmo vapor, a fim de o liquidar, para depois ficar com o campo livre.

Nada conseguindo, apesar de duros embates com o rival, o primeiro dos quais a bordo do próprio navio, Diogo regressa a Portugal, rapta Beatriz e leva-a para Vila Nova de Famalicão; mas, em virtude de vários incidentes, não consegue consumar a sua protéria.

Simão, por fim, regressa do Pará com a fortuna de quinhentos contos que na altura de profundo desânimo, prestes a levá-lo ao suicídio, lhe haviam saído na lotaria, — e casa-se com Beatriz, ante a total derrocada de Diogo, que, mercê de torpes e insensatíssimas manigâncias, perdera toda a sua fortuna.

Este «sensacional romance», que o autor declara «expurgado de fantasia», tem-na, afinal, em abundância: não lhe faltam mesmo lances rocambolescos.

HOMENAGEM A FERREIRA DE CASTRO

O leitor, porém, fàcilmente esquece tudo quanto sejam ingenuidades, imperfeições e lapsos, para se extasiar ante as bem vinçadas qualidades literárias que o novel autor revela.

Como a obra não é, infelizmente, conhecida, farei agora a leitura de vários passos que lhes mostrem a garra do incipiente escritor e lhes dêem rápidos quadros da vida do seu primeiro emigrante, ao depois soberbamente ampliados e enriquecidos em «Emigrantes» e «A Selva», a propósito dos dramas de Manuel da Bouça e de Alberto, respectivamente.

Em primeiro lugar, trechos do capítulo VI, intitulado — «Dia de Reis»:

« Raiou o dia dos três Reis Magos.

Para o jornaleiro, para o operário que trabalha durante o dia para sustentar a sua família, quando é dia santificado, embora nesse dia não tenha salário, sente um prazer indefinido, um bem-estar inexplicável.

Mas para um desgraçado que num destes dias tem de abandonar todos que lhe são caros, não tem ânimo nem para vir à janela, para não invejar os que em alegre companhia se dirigem à igreja, à feira ou a qualquer outra parte.

Isto dava-se com Rafael dos Anjos.

Às onze horas, tomou o caminho da igreja.

O povo, em grupos, afluía ao adro da matriz por saber que naquele dia havia leilão das prendas oferecidas durante as festas natalinas ao «Menio Deus» e outras cerimónias religiosas.

Quando Simão chegou ali, ainda não havia começado a missa. Num grupo estavam quatro ou cinco rapazes seus amigos e, portanto, reuniu-se a eles.

Se os rapazes eram seus amigos, naquele dia todos o cercavam das mais altas considerações. Todos, amigos, conhecidos e parentes, olhavam com atenção para o jovem, como para não esquecer a sua fisionomia.

Simão, desde que estava no adro, tinha procurado ver passar Beatriz; e, não a vendo, entrou na igreja, convicto de ali a encontrar.

... estendendo a vista, deparou com ela ajoelhada junto de um altar...

Quando acabou a cerimónia, o padre com o sacristão receberam as ofertas que pela última vez faziam ao «Menino Deus», e, pouco depois, seguiu o leilão.

Junto à porta principal do templo, sobre uma mesa, esten-

— *dia-se uma inumerável quantidade de objectos e, por detrás, o leiloeiro apregoava:*

— *Olhem que bonito segredo! Quanto dão?*

— *Cem reis! — gritava um.*

— *Cem reis, cem reis, cem reis!...*

— *Cento e vinte! — gritava outro.*

— *Cento e vinte, cento e vinte, cento e vinte... Vamos, meus senhores!*

— *Cento e oitenta!*

— *Cento e oitenta, cento e oitenta, uma; cento e oitenta, duas; cento e oitenta... Trrim, trrim, trrim...*

— *Reparem na beleza deste par de pombos! — tornou o leiloeiro.*

E sucessivamente o leiloeiro apregoava, até que alfim chegou a vez de ser exposto à venda o colar oferecido por Simão.

O leiloeiro gritou:

— *Meus senhores e minhas senhoras, este colar só o Deus do amor o podia ter fabricado para dedicar a uma das ninfas. Reparem. Que belo!*

Beatriz, que tinha visto Simão colocar a jóia no açafate do sacristão, sem contar o empenho que tinha em possuí-la pediu a seu pai que por qualquer forma a comprasse.

O Sr. Manuel, logo que o pregoeiro mostrou o colar, ofereceu por ele dez mil reis.

— *Onze! — disse alguém.*

— *Quinze! — ofereceu o Marques, homem abastado, que também queria a jóia para a sua filha.*

— *Dezasseis! — tornou o Sr. Manuel.*

E aí começou uma verdadeira disputa ao objecto, entre o pai de Beatriz e o Marques.

Finalmente, a jóia, por um preço exagerado, caiu sob o lanço do Sr. Manuel.

O leilão ia ficando mais frequentado.

Após a venda do colar, foi apresentado ao público o alfinete dedicado ao «Menino» por Antonieta da Silva.

Beatriz, certo dia, tinha mostrado o alfinete a Simão, dizendo-lhe o fim a que o destinava.

Entretanto o mancebo naquela ocasião não pareceu dar grande importância ao caso; porém, quando o objecto foi exposto ao público, cobriu o lanço de todos e ficou com ele por trinta mil reis.

À uma hora da tarde, acabou o leilão.»

Agora, pertencente ao capítulo VIII, o embarque de Simão:

«Chegou o dia 12. Era este o dia em que Simão devia embarcar.

Cerca das três horas da tarde, Rafael dos Anjos e o Sr. Mário tomavam o eléctrico para Matosinhos.

HOMENAGEM A FERREIRA DE CASTRO

Desceram perto de Leixões e andaram a pé a distância que os separava da barra.

Ao porto estavam atracadas duas lanchas à disposição dos passageiros que iam para o «Manauense», que, fundeado na baía, pintado de preto e vomitando grossas camadas de fumo, mais parecia um negreiro do que essas garbosas embarcações que hoje fazem esta linha de navegação.

Rafael dos Anjos despediu-se do Snr. Mário, o último amigo que lhe ficava em Portugal; e, mostrando ao mestre da lancha o seu bilhete de passagem, embarcou.

Momentos após, achava-se a bordo do transatlântico e, graças ao conhecimento que travou com um dos passageiros, mais conhecedor do navio do que ele, arranjou no porão um imundo beliche, onde colocou alguns objectos de necessidade diária.

Finalmente, às cinco e meia horas da tarde, o «Manauense» levantou ferro do porto de Leixões, rumando para o de Lisboa.

Aos primeiros embalos do navio, Simão sentiu-se incomodado e, mau grado seu, teve que vomitar.

Depois, à medida que o vapor se afastava, deixando à popa as luzes brilhantes da cidade, Rafael dos Anjos monologava:

— Quando tornarei a ver a terra que vai desaparecendo? Breve, talvez, ou — quem sabe? — ... nunca mais!

Enjoado e aborrecido, foi deitar-se, mas no beliche faltava-lhe o ar, e o cheiro nauseabundo do navio o incomodava; e, por isso, teve que desistir de dormir e voltou ao convés.

Só pela madrugada, descendo novamente, conseguiu dormir e, quando acordou, fundeava o «Manauense» no Tejo, em frente a Lisboa.

No dia 14, às 9 horas da noite, o «Manauense» levantou o ferro e saiu do quadro de Lisboa, levando a seu bordo cento e tantos portugueses, que, nostálgicos, olhavam tristes para a terra querida que deixavam.»

Alguns aspectos da vida a bordo, colhidos do capítulo XIII:

«Geralmente, a bordo de qualquer navio transatlântico, das dez da noite em diante, há quase que completo silêncio: só se ouve o murmurar das ondas que, imitando o arrastar de um vestido, vêm bater-se no costado do vapor. A esta hora, todos os passageiros estão nos seus beliches.

Na noite que vamos descrever, o mar, que até à hora acima dita, tinha estado calmo, de súbito tornou-se crepitante, e as nuvens do Oriente ameaçavam grande tempestade, que ia começar muito breve.

Logo que as ondas subiram ao convés, foi grande o tumulto: homens e mulheres expunham-se às águas; preces, lamentos e pragas ouviam-se ao mesmo tempo; os marinheiros riam-se por tanto receio da parte dos passageiros; porém o mar, esse colosso

líquido que tantos seres tem tragado, mas que, em compensação, outros tantos tem levantado do nada, foi ficando bonançoso e a chuva começou a cair com fragor.

Meia hora depois deste incidente, todos os passageiros, já sossegados, foram dormir; todos, excepto Simão, que, não podendo suportar o ar fétido do seu beliche, encostou-se à amurada e assim ficou por muito tempo, entregue às suas recordações.»

Da Segunda Parte do romance, lerei uns passos do capítulo I, intitulado «No Alto Amazonas», em que se ostenta a total desilusão do aventureiro:

«Não há ninguém no Universo que não deseje ser independente. O pobre trabalha de sol a sol para ajuntar umas míseras moedas ao canto da sua arca; o rico procura duplicar a sua fortuna, o milionário triplicar os seus milhões; e, quanto mais dinheiro possuímos, mais sede de dinheiro temos. Ora a América é o ideal dos desprotegidos da fortuna. Influidos por alguns que, à custa dos mais rudes sacrificios, conseguiram alguns centos de francos, ei-los que vão às centenas, em busca da riqueza que julgam achar no Novo Mundo.

Grande utopia!

Aí, no meio de estranhos, desconhecendo a terra e os seus costumes, sofrem as maiores privações. No princípio, os sarcasmos que lhes atiram e os árduos trabalhos pouco os fazem sentir, porque a vontade de possuir dinheiro domina tudo; porém este entusiasmo ante a realidade vai afluxando, e é então que começam as verdadeiras torturas. Chega o arrependimento, mas já é tarde!...

... estava Simão em Belém do Pará, esperando que lhe aparecesse uma colocação em qualquer casa comercial.

Com o auxílio do seu primo, comerciante muito relacionado, com facilidade arranjará um emprego na cidade.

Mas João, para salientar-se em Portugal, procurava um meio de enriquecer o parente em curto espaço de tempo.

Alguém lhe sugeriu que no interior do Estado era fácil arranjar um bom pecúlio; e, desde então, ficou resolvido que Simão iria para fora da capital.

Rafael dos Anjos contrariou-se com esta nova resolução; mas, para não desgostar o primo, o único conhecido que ali tinha, acedeu.

Com uma carta de recomendação para o dono do seringal xxx no rio Purus, embarcou o pobre rapaz num dos pequenos vapores que fazem aquela linha fluvial.

Não pensava o desgraçado nas torturas e desditas que ia passar!

HOMENAGEM A FERREIRA DE CASTRO

À mercê que o navio se aproximava do porto de destino, iam os passageiros ficando alegres; porém o contrário se dava com Simão, lembrando-se que cada vez ficava mais longe do abrigo materno, dos conselhos e de tudo que nos prodigaliza a nossa genitora para nos suavizar a alma.

A 20 de Abril de 18..., depois de vinte e um dias de enfiada viagem, desembarcava Simão no seringal xxx, no Alto Amazonas.

Poucos dias após, estava ele empregado; mas ganhava um ordenado tão diminuto, que até eu, o autor, tenho vergonha de dizer a quantia pela qual se sujeitava a trabalhar o meu personagem.

Agora, já não ouvia os ruídos buliçosos das cidades: só era acordado nas suas reflexões pelo «canto de alarme do uru e o grito tímido da inhambu».

A vida para o nosso amigo era péssima: guiando bois, carregando pesadas bolas de borracha em bruto, sofrendo insultos dalguns seringueiros que o odiavam e muitas vezes do próprio patrão, tudo, tudo suportava com a resignação de um Cristo, porque o veemente desejo de tornar a ver os seus ultrapassava a qualquer sacrificio.»

No capítulo III, vemos Simão já em Portugal, de regresso à sua terra natal:

«Após quinze dias de viagem, entrava o «Manauense» no porto de Leixões.

Quantos corações, vindos de além-mar, olhavam com infinito prazer para a pátria querida! Pensavam, ainda, que o que viam não era a verdade material, palpável, e sim uma das evocações que faziam, lá longe, em momentos nostálgicos!

Quantos namorados suspiravam, num suspiro de quem termina um serviço exaustivo, vendo chegar a hora de abraçarem a dulcineia, e da rústica casa de pedra que lhe legaram os progenitores fazerem um ninho de amor!

Quantos ainda, cientes do seu valor, emprestado pelo dinheiro que, licitamente ou não, conseguiram, desejavam mostrarem-se empavesados aos conhecidos da aldeia!

Só aqueles que não traziam pecúlio algum não tinham sensações. Estavam envergonhados de se apresentarem, ante os seus, pobres como saíam.

Estes, coitados, é que sofriam! E, enquanto houver dinheiro sobre a Terra, metade—o que digo?!—, noventa e nove por cento da Humanidade sofrerá.

Simão pertencia à primeira categoria dos citados. Apenas desembarcou do «Manauense», tomou o eléctrico de Matosinhos para o Porto, e daqui o comboio para Estarreja.

Sentado no banco do trem, com as pernas cruzadas e fumando

um cigarro, Simão, a cada momento que dum e doutro lado da linha férrea divisava lugares conhecidos, lembrava, com infundo prazer, o tempo que por eles passara, sendo pobre; e, comparando-o à sua vida presente, um sorriso de satisfação, ou, antes, um pouco de vaidade de que ser humano algum está isento, lhe assomava aos lábios.

O trem de vez em quando parava, e alguém de fora gritava o nome da estação.

— Estarreja! — gritaram numa das estações em que o comboio parou.

Simão, como se a palavra Estarreja exercesse alguma influência sobre ele, deu um pulo.

— Oh! Já tão perto da minha terra?! — disse ele, saltando do trem e fazendo sinal a um cocheiro, para que se aproximasse com o carro.

A carruagem conduziu Simão a casa do Snr. Mário e dali para Ossela.

Não posso dar-te uma ideia, leitor, da alegria, da comoção, do supremo prazer que sentia Simão ao passar pelos lugares em que na sua infância brincara. Ao recordar aquela fase da sua vida, duas lágrimas espontâneas despenharam-se dos olhos do mancebo e caíram sobre as suas mãos.

A carruagem já parou defronte da casa da Snr.^a Clara; Simão já está no pátio; a Snr.^a Clara acaba de aparecer à porta, e tu, leitor ou condescendente leitora, desentpa não te narrar esmucadamente o que se passou entre a mãe e o filho, que já se não viam há três anos, porque a minha pena é muito humilde para descrever cenas tão grandes.»

Finalmente, aqui têm V. Ex.^{as}, como natural complemento da surpresa que lhes quis fazer, o último capítulo dessa primeira obra de ficção do nosso FERREIRA DE CASTRO. Chama-se — «O Casamento» — e ocupa as páginas 172 e 173, no último fascículo:

«Era um magnífico dia, este em que se passam os factos que vamos descrever. A Natureza parece que se engalanou com mais esmero para festejar o casamento de Simão com Beatriz.

Em casa da Snr.^a Clara havia alguma faina. Tinham sido admitidos criados e cozinheiras; tudo se preparava para um modesto jantar, como exigira Simão.

— É hoje o enlace Silva-Anjos! — diziam os moradores da aldeia.

Beatriz, por um capricho, marcou o dia 6 de Janeiro, dia de Reis, para o seu consórcio, porque fazia naquele dia três anos que Simão embarcara para o Brasil.

Às 10 horas em ponto, estavam reunidos todos os convidados, inclusive o professor Portela, em casa do Snr. Manuel da Silva, pai da noiva.

HOMENAGEM A FERREIRA DE CASTRO

O sino da igreja tocou pela terceira vez, e os devotos do Menino Cristo entraram na igreja para assistirem à missa.

Entre estes devotos, simples filhos do povo, notava-se o «cortejo Silva-Anjos», como diziam, que, apesar de pouca pompa que ostentava, distinguia-se entre os devotos, como o orador que ocupa uma tribuna no meio de grossa turba.

Duas horas depois, acabava a missa cantada, oferecida aos três Reis Magos; e, no meio do contentamento de todos, o reverendo Teixeira uniu para sempre Beatriz Antonieta da Silva a Simão Rafael dos Anjos.

As cabeças dos recém-casados foram atiradas grande quantidade de flores naturais, misturadas com confeitos e amêndoas, costume muito usado, em tais casos, nas aldeias.

Quando o cortejo transpôs a porta principal do templo, um homem, com o fato surrado, ajoelhou-se diante dos recém-casados e, com grande pasmo de todos, implorou:

— Meu Senhor, minha Senhora! Perdoai ao desgraçado Diogo os sofrimentos que vos causou.

— Está perdoado, e venha jantar! — disseram em coro Beatriz e Simão, enquanto este procurou levar Diogo para casa; mas ele, às primeiras palavras, desapareceu, envergonhado e maltrapilho, entre o povo que saía da igreja.»

Quais as leituras de FERREIRA DE CASTRO, ao conceber e pôr de pé o «Criminoso por Ambição»?

Dos nossos autores, talvez obras que pessoas amigas lhe emprestassem e uma ou outra que conseguisse adquirir; mas já lhe não eram estranhos alguns escritores estrangeiros, entre os quais os que cita nesta sua primeira produção: Balzac (pág. 22), Henrique Perez Escrich (pág. 38), Zola e Musset (pág. 158).

Tinha ele 15, 18 anos...

Antes dos 15, conhecia eu os *Contos para Nossos Filhos*, de Maria Amália Vaz de Carvalho e Gonçalves Crespo; as *Pupilas do Senhor Reitor*; *História de Carlos Magno e dos Doze Pares de França*; uma ou outra história das *Mil e uma Noites*; qualquer coisa da chamada literatura de cordel, e pouco mais.

Já no Liceu, para onde só entrei com aquela idade, é que continuei Júlio Dinis e me familiarizei com Camilo, Herculano, Garrett, Rebelo da Silva, Arnaldo Gama, etc.

Balzac, Musset e Zola... só mais tarde, a partir das 6.^a e 7.^a classes, os conheci.

Tendo decidido regressar a Portugal, três anos após a sua estreia de romancista, e com a *avultadíssima* fortuna de quatrocentos escudos, FERREIRA DE CASTRO lança-se resolutamente na senda do jornalismo e das letras e vai publicando obras cada vez mais perfeitas, até que, retomando o tema inicial, nos dá as citadas obras-primas dos «Emigrantes» e d'«A Selva», que definitiva-

mente o impõem e consagram como escritor de primeiro plano na literatura nacional e universal.

Outras e outras se lhes seguem, numa actividade espantosa, abarcando sempre problemas humanos. E assim o vemos a estudar *in loco* as figuras dos novos romances e a percorrer os lugares onde magistralmente as faz movimentar, desde os da «Eternidade», «Terra Fria», «A Lã e a Neve», etc., até os dos «Pequenos Mundos e Velhas Civilizações» e «A Volta ao Mundo»— estas últimas como que réplicas da «Peregrinação» de Fernão Mendes Pinto.

Conhecedor das produções e dos processos dos mais notáveis escritores nacionais e estrangeiros, nem por isso deixa FERREIRA DE CASTRO de se nos revelar em toda a sua obra como personalidade original inconfundível: é *Ferreira de Castro!*

Preocupam-no constantemente os sofrimentos e as injustiças que atingem toda a Humanidade; ambiciona um Mundo de inteira paz e entendimento entre os homens e crê que ele será realidade em futuro relativamente próximo.

Em mensagem que em 1956 dirigiu a amigos seus, de Aveiro, lia-se este trecho antológico:

«... amo Portugal inteiro, a Europa, o Mundo inteiro; amo profundamente o povo do nosso País, mas amo também toda a Humanidade. Amo o homem pelo facto de ser homem, um ser igual a mim, que sofre das mesmas dores e das mesmas alegrias, dos mesmos desesperos e das mesmas esperanças; que sonha com o amanhã e ao mesmo tempo tem saudades da sua infância; que é simples e complexo e aspira a uma felicidade que não possui; esse ser que tenho encontrado em todas as latitudes, igual, absolutamente igual nas suas características fundamentais e que eu amo tanto mais quanto mais infeliz ele for.»

E em 1944, assim fechara a sua monumental «Volta ao Mundo»:

«Alguns meses depois de havermos concluído a nossa viagem, voltámos à aldeia em que nascemos. E, uma tarde, subimos àquela mesma serra de urzes e pinheiros bravos aonde íamos, em criança, centemplar mais rasgados horizontes do que o do vale nativo; aonde íamos pressentir, adivinhar o Mundo que fascinava a nossa inquietude infantil. Chegados ao dorso da serrania, encontrávamos os mesmos panoramas de outrora, até as mesmas névoas a vedarem o mar, lá longe. Apenas alguns novos caminhos riscavam, serpejantes, as encostas vizinhas, e alguns novos lares fumegavam nos povoados que descortinávamos, em substituição de outros que o tempo ruíra. Tudo, porém, no seu conjunto, era igual. A única diferença grande que sentíamos existia em nós próprio. Haviam-se passado trinta anos e, durante eles, tínhamos rompido as névoas que nos oceanos

HOMENAGEM A FERREIRA DE CASTRO



Ferreira de Castro, Esposa e Filha, na manhã de 30 de Dezembro de 1966,
em Macieira de Cambra, com Assis Esperança, Mário Sacramento,
Álvaro Salena e Dulcídio Alegria (Da esquerda para a direita)

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

ocultavam o Mundo aos nossos olhos. Tínhamos contemplado a beleza de quase toda a Terra e auscultado o coração de quase todos os povos que nela vivem. Podíamos, na solidão alpestre, fazer perpassar fãcilmente no nosso espirito as verdadeiras imagens do Mundo que nós, em menino, descalço e quase roto, vínhamos para aqui idealizar. O mistério, que então nos perturbava e atraía, fora deflorado. E contudo, verificámos que esta posse do Planeta não matou em nós o sortilégio da distância, a atracção do longínquo, a voz encantada que se oculta para além da linha do horizonte. Queríamos, como a personagem de um livro nosso («Eternidade»), como a maioria da Humanidade, viver muito, muito, para voltarmos a contemplar o Mundo depois da sua nova aurora, o Mundo que nós sabemos que virá um dia, um Mundo sem as injustiças e sem muitas das dores que os homens têm sofrido até agora. Queríamos ver o Mundo de amanhã e só depois disso, forçado pela lei fatal, vir buscar aqui, sob as estrelas, a intermina imobilidade».

Tal o pensamento deste nosso egrégio conterrâneo, a quem Oliveira de Azeméis, por forte imperativo de consciência, manifesta hoje o orgulho que sente por todos os seus êxitos e pela enorme projecção que a sua obra literária alcançou no Mundo, — collocando-o assim no lugar cimeiro dos seus filhos mais queridos.

Para a posteridade, que muitas vezes esquece os seus grandes valores — por exemplo, este ano passou quase despercebido o terceiro centenário da morte do grande D. Francisco Manuel de Melo! —, ali fica na Praceta a figura do Manuel da Bouça dos «Emigrantes», a espezitar-lhe a atenção.

Minhas Senhoras, meus Senhores:

Como verificaram, tive principalmente em vista frisar, perante V. Ex.^{as}, a incrível ascensão de um simples e obscuro rapazito de Ossela a autor do romance «Criminoso por Ambição», cujo entretcho resumi e do qual lhes mostrei passos dos mais notáveis e esclarecedores.

Termino, agradecendo, mais uma vez, aos promotores desta justíssima manifestação a honra e o prazer que me deram, e exprimindo a minha admiração e veneração por este português de uma só fé, digno e íntegro, que apenas com catorze anos escreveu o seu primeiro trabalho literário, gérmen de futuras obras-primas, — lançado a público quatro anos depois, em 1916 — há meio século!

Curvemo-nos perante este grande oliveirense e gritemos bem alto:

Glória a FERREIRA DE CASTRO!»

HOMENAGEM A FERREIRA DE CASTRO

III — DE FERREIRA DE CASTRO

«Findava a tarde de 6 de Janeiro de 1911, quando atravesssei, menino ainda, a caminho da emigração, a Praça José da Costa, a praça que se abre aqui ao nosso lado. Não estava ainda ajardinada. Não ostentava ainda automóveis e, nesse dia de Reis, frio e sem comércio, raras pessoas se divisavam. Um grande silêncio dominava aquele crepúsculo em Oliveira de Azeméis.

Choroso e tímido, eu marchava para o meu destino. Até aí, a nossa vila sempre me parecerá, quando eu vinha de Ossela à sua praça ou a casa do senhor Esteves, mais importante do que me parecem hoje as maiores capitais do Mundo; e os seus habitantes, comparados com os pobres camponeses da minha aldeia, uns grandes e poderosos senhores, perante os quais me sentia mais humilde e insignificante do que essas pedritas soltas que as enxurradas fazem rolar pelas encostas e só se detêm, como cisco, entre carumas e cascas de pinheiros, junto de rochedos enormes e solenes. Mas naquele inesquecível fim de tarde, um dos mais penosos que sofri, Oliveira de Azeméis já não parecia, aos meus olhos doridos, uma cidadela de príncipes, mas sim o prolongamento, já humanizado, da terra da minha infância — o prolongamento da minha angustiada saudade.

Muitas casas, muitas janelas desse tempo persistem ainda, na Rua dos Alegrias e na Praça José da Costa, que me viram passar, aldeãozito acabrunhado e de cabeça baixa; mas nem elas, mesmo que possuíssem a alma secreta que atribuímos às coisas em momentos poéticos, nem elas, nem eu, nem ninguém, poderíamos imaginar então que um dia se levantaria aqui, à beira do meu caminho de pequeno emigrante, algo mais duradouro do que as pègadas do meu breve trânsito, algo mais duradouro do que a minha própria vida, mais duradouro do que a minha pobre obra. Ninguém poderia imaginar a cena que nos reúne hoje aqui, cena que me pareceu inverosímil quando escrevi estas palavras e inverosímil continua a parecer-me agora mesmo que as pronuncio.

Esse acto de transmutação, inteiramente imprevisito, que converteu o pó da estrada amarga num metal nobre e resistente, eis o que mais me impressiona, se o vinculo, como o faço neste momento, àquele dia de intenso desespero. Como foi isso possível?

Todos os oliveirenses sabem que não lhes pedi nada, que não estimei ninguém, que me mantive completamente à margem desta iniciativa. Todos sabem também que sou um escritor independente, que ama a liberdade e a justiça social, um escritor que jamais solicitou fosse o que fosse ao seu País e que discorda profundamente das ideias oficiais. Mas os oliveirenses de todas as opiniões, mesmo as mais antagónicas, quiseram colocar o amor pela nossa terra, tão bela e tão impregnada de poesia,

acima das suas divergências ideológicas, acima das discordâncias que as minhas próprias ideias a alguns deles inspiram. Caso raro, se não singular, tanto mais que não o mereço, ele parece-me sublimar, dentro da ampla mentalidade a que obedeceu, o exemplar affecto dos oliveirenses, e mesmo de alguns que o não são, pela terra em que nascemos.

O que mais me comove, o que me comove profundamente nas demonstrações de simpatia que a generosidade de tantos portugueses me têm feito este ano e nesta que os meus conterrâneos me fazem hoje, de maneira inolvidável e única, é que elas se caracterizam por um absoluto desinteresse material de quem as promoveu ou nelas tomou parte. Realmente eu não dirijo coisa alguma, ninguém pode ter ambições para eu satisfazer; realmente não tenho nada para dar além do meu coração — e esse não possui valor prático, como se sabe.

Vários escritores de diferentes países, mais do que geralmente se supõe, têm vivido na sua existência momentos como este que estou vivendo agora. Não creio, porém, que algum deles haja sentido maior emoção do que esta que eu sinto hoje.

E, contudo, eu não teria vindo aqui, como não fui à abertura da exposição biobibliográfica que se realizou em Lisboa, se este admirável bronze de Eduardo Tavares representasse a minha pessoa. Sentir-me-ia imensamente perturbado, sentir-me-ia mesmo como que vexado, se viesse. Admiro muito o grande Vitor Hugo, mas não me admiro menos de que ele e outros escritores houvessem tido a coragem suficiente, o sangue-frio necessário, a convicção dos seus méritos, para assistirem à erecção das suas próprias estátuas em praças públicas.

Felizmente, a figura que se ergue sobre aquela peanha representa não a mim, mas o povo português através de várias personagens dos meus livros; o povo olhando uma das mãos vazia de bens materiais, enquanto afasta com a outra, o suor que duras penas lhe fazem brotar do rosto. Nada me parecia interessar tão profundamente do que esta luminosa ideia de aliar o meu nome ao povo da nossa terra, ao povo de Portugal inteiro, talvez porque sou povo também.

Durante as quatro décadas que já conta o romance «Emigrantes», houve a tendência para se tomar a personagem Manuel da Bouça como um símbolo da emigração, como um símbolo dos homens de mão vazia e do trabalho que produz suor, mas não compensa. Duas vezes abordei o problema dos emigrantes, a primeira no livro que escrevi, esse ingénuo «Criminoso por Ambição», com que iniciei a minha vida de romancista; a segunda na obra que hoje se lembra aqui. Duma e de outra vez, a personagem central gerou-se no concelho de Oliveira de Azeméis. Que Oliveira de Azeméis ofereça hoje às terras nacionais ou estrangeiras onde a vida dos deserdados se caracterize por vicissitudes sem

HOMENAGEM A FERREIRA DE CASTRO

conta, este símbolo dos homens que aspiram a um mundo mais justo, é um acto que enobrece grandemente e que a mim toca o coração e o espírito do modo mais intenso e profundo.

Desde menino, quando não sabia ainda que viria a amar a Humanidade inteira, os povos de todas as latitudes, por cima de todas as fronteiras e de todos os conceitos de pátria, ansiei percorrer o mundo. E um dia, quando já amava os nossos semelhantes, já constituia uma preocupação da minha vida, pude, enfim, percorrer o mundo, pude associar aos povos que ia conhecendo o povo português, às paisagens que ia contemplando as paisagens da nossa terra, aquelas que me acompanharam sempre ao longo da existência, com um encanto inefável e uma nostalgia por vezes dramática, que só avaliará integralmente quem emigrou em criança, deixando por tempo indeterminado, as árvores, os caminhos românticos, as fontes cantantes da sua infância. E é sobre as recordações da infância, sobre as paisagens e os homens que as habitavam, que se construirá, como sobre um pedestal — sabem-no bem os escritores — a nossa vida e a nossa obra.

Meus conterrâneos, meus amigos, por muito imaginativo que eu fosse, por muito que acreditasse na vossa generosidade, nunca esperei este momento. ■ Por ele vos abraço, por ele vos agradeço de todo o meu coração. Desde os catorze anos, acredito nas virtualidades do ser humano e porque o dia de hoje, em Oliveira de Azeméis, confirma as minhas ideias, vos estou mais grato ainda. Como não sermos solidários com os homens que aspiram à justiça, à paz e ao amor sobre a Terra, com os homens que procuram vencer—e tantas vezes o conseguem—os limites estabelecidos pela Natureza e que, pelo seu génio e pelo seu trabalho, têm realizado, apesar de serem tão efémeros e tão frágeis, actos tão maravilhosos?»

*

Terminada a fala de FERREIRA DE CASTRO, muito aplaudida, foi concedida a palavra aos Snrs. Dr. Dulcídio Alegria, Alberto Couto e Dr. Carlos do Vale.

O primeiro dos oradores, presidente da Casa da Comarca de Oliveira de Azeméis, com sede em Lisboa, anunciou que esse organismo havia instituído o prémio escolar do «Escritor Ferreira de Castro», destinado a galardoar anualmente o melhor aluno e a melhor aluna da 4.^a classe da Escola Primária de Ossela.

Alberto Couto leu uma saudação do escritor João da Silva Correia a Ferreira de Castro, e o Dr. Carlos do Vale, na sua qualidade de presidente da Associação de Jornalistas, saudou igualmente a FERREIRA DE CASTRO, a quem entregou um objecto de prata, que a aludida colectividade lhe oferecia.

À noite, na pousada de Serém, houve um jantar de homenagem, de carácter íntimo, mas no qual se reuniram algumas dezenas de oliveirenses e de escritores e admiradores da obra de FERREIRA DE CASTRO.

*

Dois volumes comemorativos do Cinquentenário foram publicados pela «Portugália Editora»: em Dezembro de 1966, os «*Emigrantes*», ed. de luxo, com ilustrações de Júlio Pomar e posfácio especial do Autor; e, em Dezembro de 1967, também ed. de luxo, o «*Livro do Cinquentenário da Vida Literária de Ferreira de Castro*», organizado por Matilde Rosa Araújo, Alexandre Cabral, Álvaro Salema e Assis Esperança, — no qual se reuniram numerosos escritos e discursos de homenagem, publicados, quer em Portugal, quer no estrangeiro, durante o ano do Cinquentenário.

JOSÉ TAVARES

bibRIA

TOPÓNIMOS DO DISTRITO DE AVEIRO

XXIII

Ponte Reada (Ovar — Ovar)

PARA os conhecedores das antiguidades de Ovar, não tem novidade o que vai dizer-se. Parece-nos, porém, que fazer a história do topónimo e pôr com mais clareza a sua origem não será supérfluo.

Eis um elenco das formas antigas: 1514 *ponte derreada* ⁽¹⁾, 1595 *ponte darcada* ⁽²⁾, 1654 *ponte dereada* ⁽³⁾, 1664 *ponte derreada* ⁽⁴⁾, 1666 *ponte de Reada* ⁽⁵⁾, 1674 *ponte derreada* ⁽⁶⁾, 1677 *ponte de reada* ⁽⁷⁾ e *ponte derreada* ⁽⁸⁾, 1682 *Ponte de Reada* e *ponte de Reada* ⁽⁹⁾, 1691 *ponte de Reada* ⁽¹⁰⁾, 1692 *Ponte derreada* ⁽¹¹⁾, 1695 *ponte de Reada* ⁽¹²⁾, 1697 *ponte de Reada* ⁽¹³⁾, 1705 *ponte de Reada* ⁽¹⁴⁾, 1707 *ponte de Reada* ⁽¹⁵⁾, 1709 *Ponte de Reada* ⁽¹⁶⁾ ou *ponte de Reada* ⁽¹⁷⁾, 1713 *ponte de Reada* ou *Ponte*

(1) Neste *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. IX, p. 309 ou C. DIAS, *Forais manuelinos: Estremadura*, págs. 246 e 247.

(2) *Registos paroquiais de Ovar — Misto I*, fl. 44 (no *Arquivo da Universidade de Coimbra*).

(3) *Ib.* — *Misto IV*, fl. 146.

(4) *Ib.* — *Misto IV*, fl. 130-v.

(5) *Ib.* — *Misto IV*, fl. 133-v.

(6) *Ib.* — *Óbitos 1667-1696*, fl. 33.

(7,8) *Ib.* — *Óbitos 1667-1696*, fls. 51 e 52, respectivamente.

(9) *Ib.* — *Óbitos 1667-1696*, fls. 79 e 79-v., respectivamente.

(10) *Ib.* — *Óbitos 1667-1696*, fl. 159.

(11) *Ib.* — *Óbitos 1666-1696*, fl. 168-v.

(12) *Ib.* — *Óbitos 1667-1696*, fl. 193.

(13) *Ib.* — *Óbitos 1667-1696*, fl. 212. Como se terá notado, o meolo deste livro não corresponde com precisão às indicações das capas, dado que encontramos aqui um registo de óbito de 1697. Coisas de livros manuscritos antigos!

(14) *Ib.* — *Óbitos 1697-1718*, fl. III.

(15) *Ib.* — *Óbitos 1697-1718*, fl. 147-v.

(16) *Ib.* — *Óbitos 1697-1718*, fl. 182-v.

(17) *Ib.* — *Óbitos 1697-1718*, fls. 183-v. e 184-v.

derreada (1), 1723 *Ponte Derreada* (2), 1741 *Ponte Derreada* (3) e 1758 *Ponte Reada* (4).

O topónimo, uma vez conhecidas as formas antigas, torna-se fácil de interpretar. Para se fixar na sua forma actual, operou um processo haplológico. Topónimos que podemos considerar análogos quanto ao sentido — porquanto aludem a circunstâncias de má conservação de determinadas construções — são, por exemplo, *Torre derrubada* (5) e *Molendino deripatum* (6).

Parece claro que a *Ponte Derreada* foi uma ponte que com o decorrer do tempo veio a acachapar-se, a baixar, ou porque a resistência dos materiais e das estruturas da construção fraquejou, ou porque, mais provável se nos afigura, na zona circundante cresceu o assoreamento.

Se nos lembrarmos que *derrear* e *arrear* são dois verbos que o vulgo em muitos casos tornou sinónimos, fazendo caso omisso do sentido de «curvar» ou «fazer curvar» que era próprio do primeiro verbo (7), vem a propósito mencionar aqui a frase de um corógrafo do século XVIII que nos afirma haver «sobre o Vouga hũa ponte de pedra... mas já tam areada (*sic*), que em tempo de cheas, se passa em barcos» (8); se, por outro lado, recordarmos a imagem que nos oferece a velha ponte do Marnel, sumida, como envergonhando-se de ali estar — supomos que ficamos com ideia suficientemente clara do aspecto que ofereceria a ponte de Ovar a que chamaram *derreada* (9).

BIBLIA
XXIV

Mogofores (Mogofores — Anadia)

Como a história desta localidade e seu termo mereceu já um criterioso estudo vindo a lume neste *Arquivo* (10) e como nesse

(1) *Ib.* — *Óbitos 1697-1718*, fls. 228-v. e 232, respectivamente.

(2) *Ib.* — *Óbitos 1718-1749*, fl. 46.

(3) *Ib.* — *Óbitos 1718-1749*, fl. 313-v.

(4) *Dicionário Geográfico Manuscrito*, vol. 26.º, pág. 347.

(5) Ficava no termo de Alenquer: 1689 (MEIRELES, *Prontuário*, pág. 578).

(6) Ficava na freguesia de Santa Marta de Crasto (hoje Santa Marta do concelho de Penafiel): 1258 (*Inquisitiones*, pág. 595).

Ser-nos-ia fácil acrescentar outros topónimos com génese semelhante.

(7) Evidentemente, num nome de sítio rústico como *carvalho derreado* (que ficava na freg. de Figueira do conc. de Penafiel e que vimos citado em fls. 162 e 202 do *Tombo da Mesa Abacial de Paço de Sousa*, Évora, 1594) o qualificativo *derreado* aparece com o seu sentido próprio.

(8) COSTA, *Corografia Port.*, vol. II, pág. 161.

(9) Naturalmente hoje *Ponte Reada* é uma povoação junto da qual há uma ponte construída ou reconstruída mais modernamente e que não é *derreada*...

(10) Stefan Wloszczewski, *Mogofores* neste *Arquivo do Distrito de Aveiro*, 1940, vol. VI, págs. 289 e segs.

estudo se citam numerosas formas antigas do topónimo de que ora vamos ocupar-nos, limitar-nos-emos na presente nota a reproduzir algumas formas (douttras lições, porventura melhores, quando possível) e a acrescentar uma ou outra que tenha escapado à investigação acurada do Autor.

Em 1143 *Mogofores* ⁽¹⁾, 1220 *Mogofores* ⁽²⁾, 1270 *Gomofores* ⁽³⁾, 1282 *Mogofores* ⁽⁴⁾, 1290 *Mogofores* ⁽⁵⁾, séc. XIII-XIV *Mogofores* ⁽⁶⁾, 1376 *mogoffores* ⁽⁷⁾ e 1689 *Mogofores* ⁽⁸⁾.

Trata-se, como é evidente, de um nome local cuja base é o nome pessoal árabe *Magfūr* ⁽⁹⁾, pluralizado. O facto de o topónimo estar situado francamente a Norte do país não contra-indica o nosso ponto de vista, porquanto já fez época a opinião de que, no que a influência árabe respeita, Portugal deverá dividir-se em duas zonas bem distintas e separadas por uma linha que seguirá *grosso modo* no sentido leste-oeste o curso do Mondego; sabemos hoje que, entendida tal influência em sentido amplo, não só a Norte do Mondego como a Norte do Douro, é possível referenciar dezenas e dezenas de nomes locais de origem indubitavelmente arábica.

bibRIA

(1) *Documentos Medievais Portugueses: documentos régios*, vol. I, pág. 249.

(2) Neste *Arquivo*, vol. II, pág. 290.

(3) *sic*: *Livro das Kalendas*, vol. I, pág. 177.

(4) Neste *Arquivo*, vol. IX, pág. 83.

(5) *Livro das Kalendas*, vol. II, pág. 182.

(6) Neste *Arquivo*, vol. XVI, pág. 178 ou *Colectânea* do Milenário de Aveiro, pág. 123.

(7) *Colectânea* do Milenário de Aveiro, pág. 139.

(8) MEIRELES, *Prontuário*, pág. 394: *Couto de Mogofores*. Daqui se infere que ainda no final do séc. XVII, fossem quais fossem as transformações sociais operadas, subsistia a designação de *couto* com respeito a *Mogofores*.

(9) É um nome de forma participial de intenção religiosa, como tantos outros. Nunca o encontramos em documentação antiga, mas é correntemente usado em Marrocos (*Annuaire Officiel des abonnés au téléphone*, Royaume du Maroc, 1968, págs. 271, 479 e 604 e passos correspondentes da edição em árabe: *Maghfour* e *Mgfūr*).

A passagem de *Magfūr* para **Mogofor* (*Mogofores*, como acima dizemos, é um plural) nada tem de extraordinário: dada a debilidade do vocalismo em árabe, o timbre da vogal tónica (*ū < > o*) tende a impor-se não só às consoantes que não tenham qualquer vogal (como aqui *g*) como às que tenham vogal diferente (*ma > -mo-*), devendo aliás notar-se que a labialização da vogal desta preformativa do participio é facto muito frequente e que terá contribuído para o mesmo resultado. Sobre estes pormenores de técnica filológica, alguma coisa pode ver-se na nossa *Contribuição topo-antroponímica para o estudo do povoamento do noroeste peninsular*. Lisboa, 1967, pág. 123 e segs.

Arrancada — Lavegada

Estudamos aqui dois conjuntos de topónimos de estirpes distintas, mas semânticamente idênticos.

De *Arrancada* registam-se espécimes (8) nos concelhos de Águeda, Benavente, Cantanhede, Castro Marim, Chamusca, Coruche, Loulé e Pombal.

O mais historiável é *Arrancada* de Valongo do Vouga — Águeda: não figura nas inquirições de 1220, mas já consta nas de 1282 sob a forma de *Arãchada* (1); 1527 *Arrançada* (2), 1689 *Arrancada* (3), 1708 *Arrancada* (4) e 1747 *Arrancada* (5).

Mais recentes são *Arrancada* (Febres — Cantanhede) que só conseguimos documentar em 1747 (6) e *Arrancada* (Redinha — Pombal) que também só conseguimos documentar em 1747 (7); mais recentes ainda serão os restantes cinco exemplares que têm o seu *ubi* em concelhos ao sul do Tejo.

Formas antigas, a que não correspondem povoações no nosso tempo, são, em documento de 1258, *ad Arrancadam* e *de Arrancada* (8) e, em documento da mesma data, *Campus de Rancada* (9): note-se que esta última abonação é, em certo sentido, muito clara, dado que nos deixa ver com clareza que é nome de um sítio rústico, um *Campus*.

Abonação antiga, em que a palavra aparece como nome comum, encontra-se no foral da Guarda de 1199; com efeito, os limites do concelho partiam por diversos lugares, entre eles *pela arrancada de petro pai* (10).

(1) Neste *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. IX, pág. 83. Talvez a indicar outro núcleo populacional, ocorre no mesmo documento *Megauales de Arãchada* (*ib.*). Pena foi que VITERBO, *Elucidário* (2.^a ed.), vol. I, pág. 177, não tivesse sido mais pontual na transcrição de um documento de 1389 onde se mencionava *Arrancada* do julgado do Vouga.

(2) *Arquivo Histórico Português*, vol. VI, pág. 274.

(3) MEIRELES, *Pronúncio*, pág. 346.

(4) COSTA, *Corografia Portuguesa*, vol. II, pág. 161.

(5) CARDOSO, *Dicionário Geográfico*, vol. I, pág. 588. Omitimos formas de fontes posteriores a esta.

(6) CARDOSO, *Dicionário Geográfico*, vol. I, pág. 588.

(7) *ID.*, *ib.*, *loc. cit.*: ambos com grafia idêntica à actual.

(8) *Inquisitiones*, pág. 595.

(9) *Inquisitiones*, pág. 698.

(10) *Leges et Consuetudines*, vol. I, pág. 511. Que se trata aqui de um nome comum, prova-o bem a lição em vulgar do mesmo foral (*ibidem*), que consigna no passo correspondente *pelha arança de Pedro pais*. Note-se que a versão em vulgar deste foral da Guarda não está redigido em português estreme, mas sim numa linguagem fronteiriça que não sabemos dizer se algum

TOPÓNIMOS DO DISTRITO DE AVEIRO

Parece claro que o substantivo *arrancada* que se fixa como nome local significava 'arroteia' (1); forma ainda hoje usada é *arranca* 'arroteia' (2).

*

No segundo conjunto integram-se os seguintes topónimos:
Levegada (Cunha — Braga) — Em 1689 *Lavegada* (3);
Levegada do Bunheiro e *Levegada dos Sedouros* (Bunheiro — Murtosa);
Levegadas (Valongo — Águeda) — Em 1527 *Lavegada* (4), 1689 *levegadas* (5) e 1708 *Levegada* (6);
Levegada (Ribeira de Frades — Coimbra) (7);
Levegada (Liceia — Montemor-o-Velho);
Levegada (Seixo de Gatões — Montemor-o-Velho);
Lavegadas (Lavegadas — Poiares) — Em 1570 *Lavegada* e *Laveguada* (8);
Levegadas (Serpins — Louzã);
Lavegadas (Pelma — Alvaiázere) — Em 1527 *Lavegadas* (9);
Levegadas de Baixo e *Levegadas de Cima* (Monte Redondo — Leiria);

tempo foi fala vernácula, ou se não passou de escrita de compromisso. Seja como for, parece bem evidente que um nome próprio não se substituir-se, na tradução em vulgar; já o substantivo *arrancada* que indicava uma mera propriedade de um Pedro Pais, esse foi substituído por um outro, *arança*, apelativo então corrente mas com forma e sentido variável, que indicará certa «medida agrária». Não obstante tudo o que MÁRIO FIÚZA reuniu na 3.ª ed. do *Elucidário*, págs. 560-563, a palavra exige mais alguma elucidação.

(1) C. DE FIGUEIREDO, *Dicion. da Língua Portuguesa* (14.ª ed.), s. v. *arrancada*, define 'terreno donde se arrancam raízes para ser cultivado', o que pode não ser arroteia (v. a sequência do nosso trabalho).

(2) TAVARES DA SILVA, *Esboço dum vocabulário agrícola regional*. Lisboa, 1944. Será necessário lembrar equivalências e paralelismos em outras palavras como *cavada* e *cava* ou *lavrada* e *lavra*?

Sobre o étimo de *arrancar*, v. COROMINAS, DCELC, s. v. e V. BUESCU, *Quatrième Congrès International de Science Onomastiques*. Uppsala, 1952, págs. 203-204.

(3) MEIRELES, *Prontuário*, pág. 112.

(4) *Arquivo Histórico Português*, vol. VI, pág. 274.

(5) MEIRELES, *Prontuário*, pág. 347.

(6) COSTA, *Corografia Port.*, vol. II, pág. 162.

(7) J. C. AIRES DE CAMPOS, *Índices e sumários dos livros e documentos... do Arquivo da Câmara... de Coimbra*, pág. 272, ao dar-nos razão do conteúdo do tomo LVII do Registo, refere cartas de privilégio passadas desde 1778 a 1802 aos caseiros e enfiteutas de diversas localidades, entre elas *Lavegada* que deve identificar-se com este.

(8) ROCHA MADAHIL, *Livro da fazenda e rendas da Universidade de Coimbra*, 1940, págs. 76 e 80 respectivamente.

(9) *Arquivo Histórico Português*, vol. VI, pág. 269. A povoação tinha dois fogos no século XVI; decaiu e o seu nome designa hoje um baldio (*Reconhecimento dos baldios do continente*, vol. II — Parte II, pág. 486).

Levegadas da Carpalhosa (Souto da Carpalhosa — Leiria);
Levegada (Ferreira do Zêzere — F. do Z.);
Levegada (Serra—Tomar) — Em 1689 *leuagada* (*sic*) ⁽¹⁾ e 1712
Lobegada (*sic*) ⁽²⁾.

É já sabido que *lavegada* ⁽³⁾ é equivalente de *arroteia* ⁽⁴⁾.
 E a documentação antiga que confirma este sentido não é rara.

Recordando que o *lavego* ⁽⁵⁾ (a que depois algumas vezes se tem chamado *labrego*, por influência de *lavar*) é um arado pesado, capaz de uma lavoura funda e de arrancar plantas que cubram um campo, realmente um *aratrum grande ad purgandos agros* ⁽⁶⁾, compreende-se que fosse aproveitado para arrotear terras.

Mas o foral manuelino de Anadia, que é de 1514, ministra-nos no seu dispositivo uma informação preciosa, ao afirmar que *laueguadas ou arroteas* pagariam tais ou tais tributos ⁽⁷⁾.

Com tudo isto, claríssimo se torna um passo das inquirições de 1258 correspondente à freguesia de Fajozes (hoje do concelho de Vila do Conde); aí se lê que determinado indivíduo agricultava dois campos reguengos, sendo um *in loco qui dicitur Rupta lavicata* ⁽⁸⁾, ou seja, *no lugar que se chama a rota* (= *arrotada* ou *arroteia*) *lavegada*, isto é, *rasgada com lavego*.

Em documentação posterior, a palavra aparece-nos em circunstâncias em que nem sempre é claro distinguir se se trata de um nome comum ou de um topónimo: *A cauada da Lauegada... nam*

(1) MEIRELES, *Prontuário*, pág. 266.

(2) COSTA, *Corografia Port.*, vol. III, pág. 170.
 Arrolámos 15 exemplares. No *Reportório Toponímico de Portugal*, vol. II, págs. 131 e 134, constam 16. Interessa aqui registar o último, *Levegadas do Vale da Pedra* que vem como nome de região. *Vale da Pedra* é povoação da freguesia do Souto da Carpalhosa, onde existem as *Levegadas da Carpalhosa*; de acordo com as indicações do *Reportório*, conclui-se que *Levegadas do Vale da Pedra* nasceu da como fusão *Vale da Pedra* e *Levegadas da Carpalhosa*.

(3) E não *lavezada*, erro grosseiro que ocorre na *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. 39.º, pág. 921.

(4) C. DE FIGUEIREDO, *Diccion. da Língua Portuguesa* (14.ª ed.), s. v.

(5) COROMINAS, *DCELC*, s. v. *llaviegu* e outros elementos de ordem histórica no presente estudo expostos obrigarão talvez a fazer alguns retoques no quadro da distribuição dos diversos tipos de arado no território português, tal como A. JORGE DIAS no-lo apresenta (vid. súmula e remissões bibliográficas em JOEL SERRÃO, *Dicionário de história de Portugal*, vol. I, págs. 171-173).

(6) Como define BENTO PEREIRA, pág. 94 do *Tesouro* da ed. de 1723 da sua *Prosodia*.

(7) Neste *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. VI, pág. 42; o passo naturalmente lê-se também em C. DIAS, *Forais manuelinos: Estremadura*, pág. 96. No já citado *Livro da fazenda e rendas da Universidade de Coimbra*, págs. 96, 160 e 161, aparece *laveguada* e *laveguadas* como nome comum e, curioso, reportando-se a propriedades da região de Anadia.

(8) *Inquisitiones*, pág. 488.

TOPÓNIMOS DO DISTRITO DE AVEIRO

se medio por ser de monte ⁽¹⁾, O soutinho da Lauegada ⁽²⁾, a deusa de Lauegada ⁽³⁾, O chão dos Pedregais, que por outro nome se chama o Lauegal ⁽⁴⁾ e Leuogada ⁽⁵⁾.

*

Como de início dissemos, temos aqui dois grupos de topónimos estreitamente ligados à história rural, dado que ambos têm o mesmo sentido fundamental: *arroteia*. Que estas duas palavras, embora com origens e sentidos distintos, tivessem vindo a exprimir uma mesma ideia, nada tem de estranhável.

Arrotear um terreno compreende geralmente duas operações: primeiro arranca-se o mato que recobre o terreno que pretende valorizar-se; seguidamente e conforme a natureza e condições do terreno, remexe-se bem a terra, com um ferro grande, ou faz-se uma lavoura funda com uma charrua ou um arado pesado.

Naturalmente, numa tarefa que tinha duas fases, nuns casos o espírito fixava a sua atenção na primeira, vindo a empregar-se *arranca* ou *arrancada* para exprimir todo o trabalho; noutros casos, dar-se-ia mais atenção à lavoura e, como ela era feita com um arado pesado chamado *lavego*, como se *lavegava* a terra, designava-se o toda da tarefa por *lavegada*.

Note-se, todavia, que às vezes o arroteamento se limita a uma lavoura funda, sem que previamente se arranque o mato que recobre o terreno: por causas várias e hoje como sempre, as tarefas agrícolas não se compadecem com os apuros com que outras ordens de trabalhos podem executar-se. Quer dizer: a um arroteamento, assim simplificado à intervenção do *aratrum magnum* que era o *lavego*, também poderia muito naturalmente dar-se o nome de *lavegada*.

(1) *Tombo da Mesa Abacial de Paço de Sousa*. Évora, 1594, fl. 127-v; o mesmo sítio cita-se em fl. 133 (pertencia a Sobreira — Paredes) e deve ter-se passado o que é corrente na vida rural; determinado terreno é arroteado, mas, como a sua fábrica não compensou, foi abandonado ao monte; algo de parecido terá ocorrido com *Lavegadas* de Pelmá-Alvaiázere (v. acima) que já indicou uma povoação e indica hoje um baldio.

(2) *Tombo cit.*, fl. 168.

(3) *Tombo cit.*, fl. 168 e, noutros contextos, em fls. 169, 169-v. e 170 (este e o anterior que, afinal, se identificarão pertenciam a Capela — Penafiel).

(4) *Tombo cit.*, fl. 594-v. (Ossela — O. de Azeméis).

(5) sic.: J. M. TEIXEIRA DE CARVALHO, *Mosteiro de Celas — Index da Fazenda*. Coimbra, 1921, pág. 55 (Ventosa do Bairro — Mealhada); é de 1651-1654 a data do documento no que a este passo corresponde.

XXVII

Morraceira (S. João de Loure — Albergaria-a-Velha)

É o nome dado a um sítio rústico, constituído por terras de cultivo e terras de pousio (lá conhecidas, estas, por tapadas), junto ao Vouga; no Inverno, as águas deste invadem o terreno.

É possível documentar a sua existência em 1468: *Morroçeira* (*sic*) (1).

É evidente que temos em *morraceira* uma palavra com o sentido de 'lugar onde cresce a *morraça*' (2) planta que pulula em lugares húmidos.

É também evidente que lugares como *Casal da Morraça*, *Morraçã*, *Morraçais*, *Morraçal*, *Morração* e *Morraceira* (3) terão devido o seu nome à mesma razão, embora devamos pôr alguma reserva em incluí-los todos sem excepção num mesmo grupo (4).

Mas há um espécime sobre cuja origem não poderão subsistir quaisquer dúvidas: na verdade, a *Morraceira* ou *Ínsua da Morraceira* que está encravada na foz do Mondego (5) não pode deixar de ter o seu nome ligado a *morraça*, planta de lugares húmidos.

A estes há que agregar outros que se revestem talvez de outro interesse.

É o primeiro *fonte de moracio* que se menciona em documento de 1018 e que tinha o seu *ubi* no termo de Recardães (concelho de Águeda) (6).

(1) D. M. GOMES DOS SANTOS, *O Mosteiro de Jesus de Aveiro*. Lisboa, 1967, vol. II, págs. 564 e 565.

(2) *Spartina stricta* Roth: A. X. PEREIRA COUTINHO, *Flora de Portugal* (2.ª ed.), pág. 97. A palavra foi já colhida há muito; sobre ela, veja-se CÂNDIDO DE FIGUEIREDO, *Dicionário da Língua Portuguesa* (14.ª ed.), s. vv. *morraça* e *morraceira* e ÓSCAR DE PRATT, *Revista Lusitana*, vol. 16.º, pág. 255.

(3) Não citamos todos os exemplares: veja-se A. COSTA, *Dicionário Corográfico e Reportório Toponímico de Portugal* do Serviço Cartográfico do Exército que registam formas com *Morr-* ou com *Murr-*; A. COSTA duplica alguns registos, escrevendo *Morr-* e *Murr-*.

(4) Sobre os sentidos de *morraça*, v. acima nota (2); talvez deva ter-se em atenção qualquer ligação com *morro*. Em suma: só o conhecimento perfeito de cada caso permitirá chegar a conclusões seguras.

(5) Sobre a *Morraceira*, veja-se o apanhado de SANT'ANNA DIONÍSIO no *Guia de Portugal*, vol. 3.º, pág. 108.

Abonações antigas: 1570 *morraceira*. *E per outro nome oveiroa*; 1570 *insoa da morraçeira*; 1660 *Morraseira* (A. G. DA ROCHA MADAHIL, *Livro da Fazenda e Rendas da Universidade de Coimbra*. Coimbra, 1940, págs. 130, 340 e 351 respectivamente). *Oveiró* foi um nome da *ínsua* que se obliterou e veio a ser substituído por *Morraceira*.

(6) *Dipl. et Chartae*, pág. 147. Cremos que o topónimo se obliterou.

O segundo é *Morrazo* (península ou parte da península da província de Pontevedra, compreendida entre a ria de Pontevedra e a de Vigo) cuja existência é muito antiga: no *parochiale suevo* de fins do século VI, *Morracio* (1); em 1160 *Morrazo in ripa maris* (2), em 1204 *Morracio* (3), em 1347 *morraço* (4) e outras mais (5).

Naturalmente junto duma fonte ou *in ripa maris* a *morraço* ou o *morraço* estaria nos casos de medrar — e daí este par de topónimos.

*

Finalmente, façamos notar a existência de outros topónimos que pertencem à mesma estirpe: *Morraceses* (Grijó — V. N. de Gaia) que conseguimos documentar em 1075 *morraceses* (6) e em 1689 *Morroceses* (*sic*) (7). Espécime idêntico, que podemos referenciar em 1258 sob a forma de *Morraceses* (8) e que teria o seu *ubi* na área da actual freguesia de Oliveira do Douro do concelho de Cinfães, cremos que se obliterou.

Pertencem, como dissemos, à mesma estirpe mórfica, mas são de etiologia distinta. *Morraçal*, *Morraceira* e demais devem a designação à circunstância de serem lugares onde incava *morraço* ou *morraço*. *Morraceses* é daqueles topónimos a que temos chamado correlatos. Se nos lembrarmos que *Morrazo* da Galiza foi na Idade Média um território de certa vastidão e importância (9),

(1) PIERRE DAVID, *Études historiques sur la Galice et le Portugal*. Lisboa-Paris, 1947, pág. 41.

(2) J. GONZÁLEZ, *Regesta de Fernando II*, pág. 247.

(3) *Colección Diplomática de Galicia Histórica*, pág. 16.

(4) *Ib.*, pág. 279.

(5) Que não especificamos porque são muito recentes ou porque são descuidadamente apresentadas; o leitor interessado pode ver J. GONZÁLEZ, *Regesta* cit., págs. 409 e 496, *Revista de Dialectología y Tradiciones Populares*, 1949, t. 5.º, pág. 659 e cit. *Col. Dipl. de Galicia Histórica*, pág. 38.

Que nestes espécimes encontremos bases que são nomes masculinos, nada tem de estranhável, porquanto são às vezes indiferentemente de um género ou doutro os nomes vernáculos de uma mesma espécie botânica: *alcachofreira* ou *alcachofreiro*, *cardazola* ou *cardazol*, etc. (PEREIRA COUTINHO, *Flova* cit., pág. 834 e AUGUSTO DE VASCONCELOS, *Dicionário das Plantas de Portugal*, págs. 19 e 93). Além disso, o topónimo português *Morraço* já referido e o galego *Morrazón* (Pontevedra) insinuam a existência antiga dum apelativo *morraço* do género masculino.

(6) *Dipl. et Chartae*, pág. 320.

(7) MEIRELES, *Prontuário*, pág. 18.

(8) *Inquisitiones*, pág. 981. Em pág. 982, *Morraceses* e *Morateses* (com confusão de *c* e *t*).

(9) Ao leitor menos informado diremos que é muito significativo que a primeira abonação deste topónimo galego se encontre num paroquial do século VI; é que nas primeiras épocas da Igreja as paróquias eram muito mais vastas e, portanto, em número muito mais reduzido do que hoje; muitas delas, com o decorrer do tempo, vieram a ser dioceses.

não estranharemos que alguns indivíduos de lá tenham emigrado em demanda de melhores condições de vida noutras paragens e tenham constituído casais naturalmente conhecidos como sendo d- os de *Morrazo*, ou seja, *Morrazeses*. É facto inegável, em tempos medievais, esta deslocação de povoadores vindos das regiões setentrionais para as meridionais, embora não devam ter-se em consideração algumas afirmativas exageradas a este respeito.

XXVIII

Aguieira (Valongo — Águeda)
Minhoteira (Argoncilhe — Feira)
Petra de Aquila (Albergaria-a-Velha)

Já em 1220 se menciona a *villa de aguieira* que pertencia à freguesia de Valongo (1).

*

A abonação mais antiga de *Minhoteira* é de 1747: *Minhoteira* (2).

Petra de Aquila, que vem referido em documento de 1117 (3) e que parece identificar-se com o actual *Bico do Monte* no concelho de A.-a-Velha (4), pode também ficar arquivado neste estudo, visto que, como veremos, guarda tal ou qual analogia com os anteriores.

*

São muito numerosos os topónimos dos dois tipos que acima historiámos muito sumariamente.

Do primeiro apontemos apenas, pondo de parte variantes,

(1) *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. II, pág. 288. Posteriormente o agregado urbano da povoação desenvolveu-se e surge-nos um concelho da *Aguieira* (na freguesia de Valongo) e um lugar da *Aguieira* no concelho limítrofe da Vila do Vouga. Têm data de 1527 e 1708 as formas antigas que não transcrevemos porque são transparentes e inúteis para a explicação em si do topónimo: *Arquivo Histórico Português*, vol. VI, págs. 275 e 274 e COSTA, *Corografia Portuguesa*, vol. II, pág. 162. Pelos mesmos motivos, abstemo-nos de citar outras fontes.

(2) CARDOSO, *Dicion. Geográfico*, vol. I, pág. 560. Não nos foi possível consultar os *Registos paroquiais* onde é muito natural que se encontrem abonações anteriores a esta data.

(3) *Documentos medievais portugueses: régios*, pág. 60.

(4) P.^e MIGUEL DE OLIVEIRA, no *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. IX, pág. 48.

Abitureira, *Açoreira*, *Avanteira*, *Buçaqueira* e *Corveira* que prendem, como é evidente e já foi afirmado a respeito de alguns, com *abutre*, *açor*, *avanto* (1), *buçaco* (2) e *corvo* — tudo nomes de aves de rapina, de porte e possança menor ou maior. Ora *Aguieira* e *Minhoteira* claramente estão em relação com *águia* e *minhoto*, nomes também de aves de rapina.

A explicação não oferece dificuldade. Tais chamadouros não pretendiam significar que esses lugares eram habitados por *abutres*, *águias*, *minhotos*... Ou se trata de povoações dependuradas em pontos altos, como aqueles que essas aves de rapina buscam para viver, ou de povoações sobrepujadas por alturas onde, real ou supostamente, *abutres*, *águias* ou *minhotos* fariam seus ninhos. Só o conhecimento das condições do *ubi* de cada topónimo permitirá talvez fazer o discrimen.

De outro modo terão de entender-se os topónimos do segundo tipo: *Petra de Aquila*, *pena de Auanto*, *Fragas dos Corvos*, *Pena de Corvo* e tantas mais. Aqui trata-se com efeito de eminências, pontos de referência na delimitação de propriedades ou territórios; são sabidamente, em muitos casos, alturas de acesso difícil onde tais aves constroem os seus ninhos.

*

Não será descabido dar atenção de maneira mais desenvolvida e metódica a *Avantos* e outros da mesma família.

Avanteira (Freixiandas — Vila Nova de Ourém): 1689 o lugar da *Venteyra* (3), 1747 *Avanteira* (4) e 1758 *Avanteira* (5).

Avanteira (Pelmá — Alvaiázere): 1514 *avauteira* (*sic*) (6), 1527 *Aldea da Vanteira* (7), 1689 *Auenteyra* (8), 1747 *Aventeira* (9) e 1758 *Avanteira* (10).

(1) Em espanhol é ainda corrente *abanto* 'ave rapaz semelhante al buitre, pero más pequeña' (ACADEMIA, *Diccionario*, 18.^a ed., s. v.). É admitida em espanhol a forma *avanto*. Uma vez que em Portugal existem diversos topónimos cuja origem evidentemente não pode ser outra, é de inferir que a palavra foi também usada entre nós.

(2) J. DA SILVEIRA, *Revista Lusitana*, vol. 24.^o, págs. 207 e segs. e *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. III, pág. 390 (nota bibliográfica subscrita por J. M. PIEL).

(3) MEIRELES, *Prontuário*, pág. 289. Note-se a falsa cisão.

(4) CARDOSO, *Dicion. Geográfico*, vol. I, pág. 663.

(5) *Dicionário Geográfico Manuscrito*, vol. XVI, págs. 1064 e 1065. Evidentemente com este topónimo está ligado o nome de baldio *Vale da Avanteira* (Formigais, freguesia limítrofe de Freixiandas e do mesmo concelho) que vem registado em *Reconhecimento dos baldios do continente*, vol. II — Parte II, pág. 660.

(6) C. DIAS, *Forais Manuelinos: Estremadura*, pág. 143.

(7) *Arquivo Hist. Port.*, vol. VI, pág. 269. Notar a mesma falsa cisão.

(8) MEIRELES, *Prontuário*, pág. 277.

(9) CARDOSO, *Dicion. Geográfico*, vol. I, págs. 391 e 677.

(10) *Dicionário Geográfico Manuscrito*, vol. XXVIII, págs. 723 e 728.

Avanteiras: sítio rústico de Beira Grande — Carrazeda de Ansiães ⁽¹⁾.

Avantos (Avantos—Mirandela): 1408 *aventos* ⁽²⁾, 1689 *Avantos* ⁽³⁾, 1706 *Avantos* ⁽⁴⁾ e 1747 *Avantos* ⁽⁵⁾.

Pena de Avanto, hoje chamada *Rocha da Pomba* ⁽⁶⁾: 1265 *pena de Auanto* ⁽⁷⁾ e 1276 *penam que uocatur de Auanco* (*sic*) ⁽⁸⁾.

Evidentemente, tudo topónimos cuja base é *avanto*, nome de ave de rapina que outrora teve curso em português ⁽⁹⁾; *Avanteira* e *Avanteiras* enquadram-se no mesmo tipo de *Aguieira* ou *Minhoiteira*; *pena de Avanto* vai com *Petra de Aquila*; *Avantos* também não causará estranheza, se nos lembrarmos de *Fragas dos Corvos* e (*Ilhas d*)os *Açores* ⁽¹⁰⁾.

PEDRO CUNHA SERRA

bibRIA

⁽¹⁾ FRANCISCO MANUEL ALVES, *Memórias... do distrito de Bragança*, vol. x, pág. 179.

⁽²⁾ F. M. ALVES, *Memórias cit.*, vol. III, pág. 146.

⁽³⁾ MEIRELES, *Prontuário*, pág. 324.

⁽⁴⁾ COSTA, *Corrgrafia Port.*, vol. I, pág. 454.

⁽⁵⁾ CARDOSO, *Diccion. Geográfico*, vol. I, pág. 663.

⁽⁶⁾ Informação de JOSÉ PIRES GONÇALVES no *Boletim anual de cultura. Junta Distrital de Évora*, n.º 3, 1962, pág. 300. Este estudioso mais de uma vez prestou atenção a este topónimo (no citado *Boletim*, págs. 300-308, primeiramente e, em seguida, noutras publicações. Ultimamente o mesmo Autor (*Revista de Portugal: Língua Portuguesa*, vol. XXXIII, págs. 100-102) modificou o seu ponto de vista. Salvo o devido respeito, qualquer das soluções não é de considerar.

⁽⁷⁾ *Arquivo Histórico Português*, vol. IV, pág. 297. A mesma forma encontra-se, noutro documento da mesma data, em pág. 301. Os dois documentos pertencem a *O livro de D. João de Portel* publicado por PEDRO DE AZEVEDO.

⁽⁸⁾ *Boletim anual de cultura. Junta Distrital de Évora*, n.º 2, 1961, pág. 150. Foi esta má lição, com confusão de *c* e *t*, que induziu J. P. GONÇALVES, a fazer aproximações indevidas.

Na documentação espanhola encontramos, com data de 1059, *penna del abanto* (SÁNCHEZ BELDA, *Cartulario de Santo Toribio de Liébana*. Madrid, 1948, pág. 106).

⁽⁹⁾ V. nota (1), pág. 39 deste estudo.

⁽¹⁰⁾ Só formas antigas que eventualmente surjam permitirão ligar a *avanto* outros topónimos como *Aventosa* (Ligares — Freixo de Espada-à-Cinta) e *Pombeira e Aventoso* (Badim — Monção): v. cit. *Reconhecimento dos baldios do continente*, vol. II — Parte I, págs. 518 e 60.

OS CAMINHOS DE FERRO DO VALE DO VOUGA

LINHA DE ESPINHO-SERNADA-VISEU
E RAMAL DE SERNADA A AVEIRO

I

O PRIMEIRO CAMINHO DE FERRO DA BEIRA ALTA

A riqueza económica do distrito de Viseu tornou-o desde longa data preferido para construções ferroviárias, e Viseu, sua capital, já em 1856 era indicada para ser o ponto principal da Linha do Norte, do qual deviam partir dois caminhos de ferro: um para o Porto e outro para Trás-os-Montes, em direcção a Zamora, a caminho do norte de Espanha e da França.

Esta ideia foi posta de parte, mas volvidos anos, várias individualidades interessaram-se pela construção de vias férreas neste distrito e, mercê duma campanha aturada, foi o distrito de Viseu cortado em diversas direcções por caminho de ferro. A primeira linha férrea projectada nesta região foi a da Beira Alta e o ramal de Nelas a Viseu, no Plano de 1877 da Associação dos Engenheiros Civis.

PROJECTO DE CAMINHO DE FERRO DO VALE DO VOUGA
DESDE ESTARREJA A SÃO PEDRO DO SUL

Além da linha da Beira Alta, outra se tornou a estudar para levar o comércio beirão ao norte do País, zona principal da sua expansão. Deste trabalho se incumbiu o engenheiro MENDES GUERREIRO que, acerca dele, apresentou uma memória na sessão de 14 de Abril de 1877, na referida Associação dos Engenheiros, visto o reduzido interesse do caminho de ferro *americano* de tracção animal, entre Oliveira de Azemeis e a cidade do Porto, por

S. João da Madeira, concessionada pelo decreto de 21 de Maio de 1873.

MENDES GUERREIRO preconizava uma linha que partisse de Estarreja e fosse entroncar na linha de Santa Comba Dão a Viseu (mandada estudar em 1875), e considerava-a como um ramal da Linha do Norte. Da discussão havida, resultou a classificação, no Plano de 1877, duma linha a que se chamou do *Vale do Vouga*, desde Estarreja a Albergaria-a-Velha, Vouzela e S. Pedro do Sul, deixando por classificar o restante percurso, dependente de novos estudos.

Pouco tempo depois, na proposta de lei de 7 de Fevereiro de 1879, era incluída a *Linha do Vale do Vouga*, mas a partir de Aveiro para Estarreja e S. Pedro do Sul. No relatório que antecede a proposta, diz-se na condição 10^a:

«A Linha do Vale do Vouga, na extensão de 60 quilómetros, atravessa os eoncelhos de Estarreja, Sever do Vouga, Oliveira de Frades, Vouzela e S. Pedro do Sul, bastante populosos e cultivados.

Ainda sob o ponto de vista mineiro merece esta linha particular atenção. É nesta região que já hoje se acham em activa exploração as minas de chumbo de Braçal, Malhada, e Coval da Mó, além de outras de cobre: — Palhal e Telhadela.

Prolongada até Viseu, esta via férrea seria a comunicação mais directa entre esta cidade e Porto. Por esta forma seria a distância de Viseu à Linha do Norte de 88 quilómetros, o que em relação ao Porto, importaria um encurtamento de 41 quilómetros sobre o trajecto pelo ramal de Viseu à Linha da Beira Alta.»

Era de facto a dificuldade do terreno que afastava a ideia do prolongamento da linha do Vale do Vouga até Viseu; mas esta dificuldade foi vencida mais tarde por meio dum caprichoso delineamento que tornou esta linha uma das mais, senão a mais interessante e pitoresca do país.

CONCESSÃO DA LINHA DO VALE DO VOUGA EM 1889 (ESPINHO — VOUZELA — TORRE DEITA)

A primeira concessão da linha férrea do Vale do Vouga foi pedida em 1881, mas dela não se obteve qualquer resultado.

Passados alguns anos, requereu-a FREDERICO PEREIRA PALHA, e foi-lhe dada pelo alvará de 11 de Julho de 1889. A directriz agora estabelecida passou a ser diferente da primitiva, pois o alvará determinou-a por Espinho a Vouzela e daqui a Torre Deita, na linha de Santa Comba Dão, ainda em construção nesta data. A concessão foi dada sem auxílio do Estado, e exigindo-se ainda

OS CAMINHOS DE FERRO DO VALE DO VOUGA

ao concessionário o depósito de cinquenta *contos de reis* para validade do alvará.

Considerada esta linha apenas como um ramal, interpretou-se por este período que as concessões desta natureza não necessitavam de autorização legislativa, não tendo tido por este motivo a respectiva sanção.

Este critério foi contestado, não só em relação a esta linha, mas também a outras em igualdade de circunstâncias.

ESTUDOS PARA A CONSTRUÇÃO DA VIA FÉRREA DE ESPINHO A VISEU, COM UM RAMAL DE SEVER DO VOUGA A AVEIRO. PROJECTO DE 1895

Os estudos acerca desta linha começaram a ser feitos aproveitando-se o critério de 1879, mas partindo a linha de Espinho, para diminuir o percurso entre a linha do Porto e a cidade de Viseu; e fazendo-se ainda um ramal desde Sever do Vouga até Aveiro.

Este trabalho foi confiado a dois grupos de engenheiros, ficando um grupo no percurso entre Espinho e Oliveira de Azeiméis e outro no troço entre Paradela e Viseu. Os trabalhos de campo ficaram concluídos em 1894 e o projecto foi apresentado em 10 de Outubro de 1895; nele se calculou o custo da construção em 2 500 contos.

Só faltava organizar a empresa a que o concessionário se obrigara. Não foi tarefa fácil, pois o governo não oferecia qualquer espécie de garantia ao capital, e ninguém se dispunha a correr riscos temerários.

UM CAMINHO DE FERRO ELÉCTRICO FRUSTRADO

Cerca do ano 1898 pensou FREDERICO PEREIRA PALHA numa modalidade que tornava menos dispendiosa a tracção: — aproveitar a queda de água do rio Vouga para produzir electricidade e com esta explorar um caminho de ferro eléctrico.

FREDERICO PALHA requereu esta concessão e por portaria de 25 de Janeiro de 1899 foi incumbido o director das obras públicas do distrito de Viseu, de proceder aos respectivos estudos. Este projecto, porém, não obteve resultado.

PRORROGAÇÕES DOS PRAZOS DA CONSTRUÇÃO DA LINHA

Passaram-se os anos, e o prazo para a construção da linha férrea exgotou-se, não sem que as povoações interessadas protestassem contra a demora da construção.

O concessionário teve de recorrer a prorrogações do prazo, que o Governo lhe concedeu nas portarias de 30 de Outubro de 1899 e 14 de Julho de 1890, tendo em consideração a reconhecida seriedade e propósitos já comprovados por parte do concessionário, nos trabalhos apresentados.

Sem capitais não haveria empresa e sem esta não podiam começar as obras, nem o concessionário queria fazer o depósito com riscos de o perder por insucesso.

RECLAMAÇÃO DA COMPANHIA REAL DOS CAMINHOS
DE FERRO PORTUGUESES CONTRA A CONCESSÃO DA LINHA
DO VALE DO VOUGA E SEU RAMAL DE AVEIRO

Tinha-se chegado ao ano de 1899 quando se publicou a lei de 14 de Julho, que admitia na base 5.^a a construção de linhas complementares mediante o depósito de oito contos de reis. O concessionário FREDERICO PALHA, embora a linha do Vale do Vouga já lhe tivesse sido concedida anteriormente e não pudesse ser incluída no número das complementares, requereu o citado depósito, mas o Governo condeferiu o pedido por despacho de 10 de Outubro de 1899.

No entanto, o concessionário prevendo o insucesso do seu requerimento, fez outro cinco dias antes do despacho, fundamentando-o com novas razões. O ministro mandou ouvir a Procuradoria Geral da Coroa, e em virtude do parecer favorável desta, de 29 de Dezembro de 1900, deferiu o segundo requerimento em 5 de Janeiro de 1901.

A classificação da linha do Vale do Vouga como «ramal» levou a Companhia Real dos Caminhos de Ferro Portugueses a reclamar contra a concessão, considerando esse ramal como fazendo parte da Linha do Norte.

Esta reclamação vinha embaraçar ainda mais a construção daquela linha, mas o Governo venceu esta dificuldade, estabelecendo na condição 7.^a da portaria de 11 de Maio de 1900, que só autorizava a transferência da concessão da linha do Setil, desde que a Companhia Real desistisse de quaisquer reclamações concernentes à concessão da linha férrea do Vale do Vouga e respectivo ramal de Aveiro, condição que a Companhia Real aceitou.

CONCESSÃO DE ALVARÁ DA LINHA ESPINHO-TORRE DEITA
EM 1901. VIA REDUZIDA COM A BITOLA DE 1 METRO

Resolvido o incidente com a Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses e deferido o segundo requerimento de 5 de Outubro de 1899, fez-se finalmente o depósito nos termos da lei

OS CAMINHOS DE FERRO DO VALE DO VOUGA

de 1899, e o alvará foi concedido em 23 de Maio de 1901 ao referido FRANCISCO PEREIRA PALHA. Nele figurava a directriz *Espinho a Torre Deita*, já prevista como inconveniente por obrigar o tráfego a um desvio inútil e até contrário aos estudos efectuados, além de que o Plano de 15 de Fevereiro de 1900 já classificara esta linha de Viseu a Espinho e o ramal de Sever do Vouga a Aveiro.

Juntava-se a isto o facto de os projectos entregues em 10 de Outubro de 1895 terem o parecer favorável do Conselho Superior de Obras Públicas e Minas, dado em 30 de Junho de 1896, mas insistia-se no erro, ou teimava-se, sem qualquer utilidade, antes criando-se dificuldades, coisa fácil de obter e tão usada em construções de caminhos de ferro.

A verdade é que o projecto da linha Espinho — Torre Deita não logrou obter despacho favorável.

A concessão foi feita por 99 anos, para via reduzida de 1 metro, com isenção de direitos alfandegários para o material importado, e isenção de imposto de selo e trânsito por 30 anos, etc.

ORGANIZAÇÃO DE UMA COMPANHIA FRANCESA, EM 1906, PARA A CONSTRUÇÃO DO CAMINHO DE FERRO DO VALE DO VOUGA

O projecto de 10 de Outubro de 1895 (linha de Espinho a Viseu com o ramal de Aveiro) foi finalmente aprovado na gerência do ministro PAÇÕ VIEIRA, pela portaria de 30 de Outubro de 1903. As obras continuavam dependendo da organização financeira, mas o capital não se considerava suficientemente garantido com as concessões obtidas do Governo. Sòmente uma solução podia resolver esta crítica situação: a *garantia de juro*.

O concessionário dirigiu então um requerimento ao Governo, pedindo-lhe a substituição das regalias que lhe tinham sido dadas no alvará, pela garantia de juro, obtendo deferimento pela portaria de 15 de Abril de 1905. Em face desta autorização, foi celebrado um contrato provisório em 25 deste mês de Abril, e no ano seguinte, 1906, estava finalmente organizada a companhia com a designação: *Compagnie Française pour la Construction de Chemins de Fer à l'Étranger*, com sede em Paris.

Os seus estatutos foram registados em Portugal e publicados no *Diário do Governo* de 29 de Janeiro de 1907.

A organização da *Compagnie Française* deve-se em grande parte à actuação do illustre engenheiro português ANDRÉ PROENÇA VIEIRA que tinha adquirido valiosas relações no mundo financeiro estrangeiro.

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

A construção do caminho de ferro do Vale do Vouga foi então contratada com o engenheiro francês FRANÇOIS MERCIER, de comprovada competência.

TRESPASSE EM FEVEREIRO DE 1907 DA CONCESSÃO À NOVA COMPANHIA FRANCESA COM O TRAÇADO DEFINITIVO VISEU-OLIVEIRA DE AZEMÉIS-ESPINHO, A RAMAL PARA AVEIRO SAINDO DAS PROXIMIDADES DE SEVER DO VOUGA

A concessão da linha foi trespassada à nova companhia francesa nos termos da portaria de 17 de Março de 1906, sendo o contrato provisório aprovado pela carta de lei de 20 de Dezembro de 1906, que estabeleceu o depósito de 50 contos e a substituição do subsídio assegurado pela isenção de impostos, pela garantia do complemento do rendimento líquido anual até 5% do capital de vinte contos por cada quilómetro de linha construído, até 170 quilómetros, não podendo, porém, o desembolso efectivo do Estado exceder 600.000 reis por quilómetro.

A *Companhia Française* fez o depósito em 7 de Janeiro de 1907, e em 5 de Fevereiro seguinte assinou o termo do contrato definitivo, no qual ficou concluída a directriz aprovada pela portaria de 30 de Outubro de 1903:

Viséu, Oliveira de Frades, Sever do Vouga, Albergaria-a-Velha, Oliveira de Azeméis, S. João da Madeira, e Espinho; e das proximidades de Sever do Vouga sairia um ramal para Aveiro.

A concessão foi feita por 99 anos, a contar de 25 de Abril de 1905; e incluía elevação das tarifas até 40%, durante trinta anos, sobre o dividendo das acções e juros de obrigações e daquelles a que estivesse obrigada pelas leis em vigor; e isenção de direitos para o material importado.

Tinham-se passado dezassete anos (1889-1906) a perder tempo, a dificultar a construção, a criar embaraços e a levantar dificuldades, com prejuízo manifesto das localidades que esta linha vinha a servir, para afinal se fazer aquilo que podia ter sido feito logo de início.

O contrato foi modificado pelas leis de 27 de Outubro de 1909 e 25 de Agosto de 1917, mas as suas normas principais não foram alteradas.

OS CAMINHOS DE FERRO DO VALE DO VOUGA

INÍCIO DA CONSTRUÇÃO DA VIA FÉRREA EM FINS DE 1907.
INAUGURAÇÃO EM NOVEMBRO DE 1908 DO PRIMEIRO TROÇO
DA VIA ENTRE ESPINHO E OLIVEIRA DE AZEMÉIS

Os trabalhos da construção da linha do Vale do Vouga começaram em fins de 1907, mas sempre erçados de variadíssimas dificuldades, pois o acidentado do terreno tornou necessária a construção de numerosas curvas, e tantas, que esta linha passou a ser designada por «*linha do vale das voltas*».

O projecto da instalação da estação de Espinho foi aprovada pela portaria de 20 de Setembro de 1907. Em 22 de Outubro do mesmo ano uma portaria aprovou o projecto da linha entre Espinho e Oliveira de Azeméis, na extensão de 33 quilómetros.

A RECLAMAÇÃO DA COMPANHIA DA BEIRA ALTA
CONTRA A CONCESSÃO DA LINHA DO VALE DO VOUGA

NÃO É ATENDIDA (1908).

INAUGURAÇÃO DO TROÇO ENTRE ESPINHO
E OLIVEIRA DE AZEMÉIS EM 1908

Em 1908 viu a Companhia do Vale do Vouga solucionada outra reclamação que procurava impedir a construção da linha férrea, como vamos ver.

A Companhia da Beira Alta também tinha protestado contra a concessão, primeiro no Parlamento, em 2 de Setembro de 1905, e depois, junto do Governo, em 18 do mesmo mês, com o fundamento de que a linha do Vale do Vouga passava a menos de 40 quilómetros da linha da Beira Alta, considerando Aveiro como ponto inicial, o que era prejudicial aos seus interesses e contrário ao contrato estabelecido para esta linha.

Levada a questão a julgamento do Tribunal Arbitral, este, em 30 de Julho de 1908, acordou em julgar a acção improcedente e não provada, considerando a testa da linha em Espinho, e Aveiro como *terminus* do ramal de Aveiro.

Continuadas as obras, o primeiro troço da linha entre Espinho e Oliveira de Azeméis, na extensão de 33 quilómetros, foi festivamente inaugurado no dia 23 de Novembro de 1908, com a assistência do rei D. MANUEL II, e aberto à exploração pela portaria de 21 de Dezembro de 1908.

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

APROVAÇÃO DO PROJECTO DO RAMAL DE AVEIRO A SERNADA E DE OUTROS PROJECTOS PARCIAIS. ABERTURA DA LINHA ENTRE OLIVEIRA DE AZEMÉIS E ALBERGARIA-A-VELHA

O projecto do ramal de Aveiro foi aprovado pela portaria de 11 de Fevereiro de 1909, ficando este ramal a ligar com a linha em Sernada, e com o comprimento de 34 585 metros.

A portaria de 15 do mesmo mês aprova o projecto das instalações para o entroncamento do ramal da linha do Vale do Vouga com a linha do Norte, em Aveiro.

Durante o ano de 1908 vários foram os projectos aprovados, e por eles se vê o impulso dado aos trabalhos. A portaria de 8 de Junho aprovou o projecto do troço entre Aveiro e o rio Águeda; a de 23 de Julho aprovou o projecto do troço entre Oliveira de Azeméis e o rio Vouga.

A portaria de 11 de Março de 1909 aprovou o projecto de 6 de Janeiro deste ano, entre o rio Vouga e o rio Águeda, alterando assim mais uma vez este troço e o projecto já aprovado pela portaria de 15 de Fevereiro anterior. Por último, a portaria de 30 de Março de 1909 autorizou a abertura da linha entre Oliveira de Azeméis e Albergaria-a-Velha.

QUEIXAS EM 1909 CONTRA A FALTA DE SEGURANÇA NA LINHA DO VALE DO VOUGA. A EXTENSÃO DAS LINHAS É FIXADA EM 176 QUILOMETROS

Parece que a rapidez com que se efectuaram os trabalhos da construção das linhas não estava de harmonia com o seu bom acabamento, o que deu motivo a vários protestos, dizendo-se que a linha não oferecia garantias de segurança. O próprio Parlamento fez-se eco destas acusações, e o Governo, pela portaria de 14 de Setembro de 1909, nomeou uma comissão para verificar a execução dos trabalhos.

Com ou sem razão, tendo ou não tendo tido influências as queixas, a verdade é que os trabalhos arrastaram-se um pouco mais, e a construção foi protelada.

Na realização dos projectos a extensão das linhas aumentou e tornou-se necessário modificar o contrato na parte que fixou a extensão, o que foi autorizado pela carta de lei de 27 de Outubro de 1909, que modificou a alínea *a*) do artigo 51.º, fixando a extensão total das linhas em 176 quilómetros.

OS CAMINHOS DE FERRO DO VALE DO VOUGA

PRORROGAÇÃO DO PRAZO DA CONSTRUÇÃO

As demoras na construção da linha fizeram exceder o prazo em que ela devia ser concluída, mas o atraso também foi devido a não ter sido iniciada a obra dentro do prazo marcado, isto é, seis meses após a assinatura do contrato.

A Companhia viu-se forçada a pedir vénia ao Governo, e este, pelo decreto de 9 de Maio de 1911, relevou-lhe ambas as faltas, e autorizou a prorrogação pedida.

ABERTURA DO RAMAL DE AVEIRO A SERNADA (1911)

O ramal de Aveiro que fora autorizado a ligar com a linha no local de Sernada, foi também autorizado a abrir à exploração pela portaria de 8 de Setembro de 1911, juntamente com o troço entre Sernada e Albergaria-a-Velha. Ficou assim concluída a parte da linha entre Espinho-Sernada-Aveiro.

Faltava agora concluir o prolongamento da linha até Viseu.

A LIGAÇÃO DO RAMAL DE AVEIRO NA SERNADA

Um dos pontos que mereceu discussão foi a ligação do ramal de Aveiro com a linha na povoação de Sernada. A Companhia preferia este local, mas o Conselho Superior de Obras Públicas era de opinião que a reversão devia ser evitada. A ser assim, seria necessário um deslocamento deste entroncamento, o que era obra cara, além de que qualquer outra não vinha a ter melhores condições.

As razões apresentadas pela Companhia eram de ponderar, e o Governo manteve a reversão, pela portaria de 19 de Maio de 1914, aprovando também o projecto da estação de Sernada.

O PERCURSO DE S. PEDRO DO SUL A VISEU

A linha do Vale do Vouga entre S. Pedro do Sul e Viseu era de difícil construção, pois o desnível do terreno atingia algumas centenas de metros. Enquanto se procedia às terraplanagens neste percurso, iam-se acabando as obras nos pontos considerados de mais fácil execução, ou aguardava-se a conclusão de obras de arte.

Embora as obras já por lá andassem, outra reclamação chegou ao Governo, uma reclamação das muitas que é costume aparecerem nas construções ferro-viárias, protestando contra o pro-

ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

jecto da linha entre Jafafe e Viseu; uns preferiam este percurso e outros queriam que ele seguisse a margem direita do rio Vouga.

O Governo decidiu a contenda nomeando uma comissão, pela portaria de 13 de Dezembro de 1911, para dar parecer sobre o assunto, e esta considerou o projecto Jafafe-Viseu como o preferível.

O Conselho Superior de Obras Públicas e Minas foi de parecer igual, e o Governo aprovou-o definitivamente pela portaria de 2 de Maio de 1912, pondo assim termo à questão.

CONCLUSÃO DA LINHA ESPINHO-VISEU EM 1913

Pela portaria de 25 de Abril de 1913 foi autorizada a abertura da linha entre Sernada e o quilómetro 4 (rio Mau), que se effectuou no dia 5 do mês seguinte. Esta abertura foi considerada provisória, pois não estava ainda determinado se a reversão que os comboios eram obrigados a fazer na direcção de Espinho, podia ou não ser solucionada.

O troço na parte final do percurso em Viseu, estava também quase concluído, mas tornou-se indispensável modificar as ligações com a linha de Santa Comba, para o que foi projectada uma variante, aprovada depois pela portaria de 7 de Agosto de 1913.

Enquanto se concluiu este trabalho, concluiu-se também a continuação do troço além do rio Mau, e as aberturas à exploração foram autorizadas pela portaria de 20 de Dezembro de 1913 entre o quilómetro 4 e o quilómetro 18, embora já houvesse exploração desde o dia 4 (estação de Ribeiradio), e entre os quilómetros 67,800 (estação de Bodiosa) e 79,100 (estação de Viseu), iniciada desde 5 de Setembro.

Finalmente, pela portaria de 17 de Março de 1914, foi autorizada a abertura da linha ente Ribeiradio e Vouzela, também já em uso desde 12 de Novembro findo; e de Vouzela a Bodiosa, isto é, desde o quilómetro 18 ao quilómetro 67,800; mas embora só neste mês de Março esta abertura fosse autorizada, já toda a exploração tinha sido iniciada em 5 de Fevereiro de 1914.

A linha de Espinho a Viseu ficou com o comprimento total de 140406 metros.

«Em 1919, o primeiro ano de exploração normal após a guerra, transportou o V. V. 66375 toneladas de mercadorias e 375000 passageiros.»⁽¹⁾

⁽¹⁾ F. T. FERREIRA DE ALMEIDA, *Apontamentos para o estudo do problema ferroviário nas Beiras*, in «O III Congresso Regional das Beiras», pág. 77. Vila Nova de Famalicão, 1928.

OS CAMINHOS DE FERRO DO VALE DO VOUGA

OBRAS DE ARTE

Nos caminhos de ferro do Vale do Vouga foram construídas várias obras de arte que compreendem túneis e pontes. Aqui damos um breve apontamento a respeito delas.

Túneis — Desde Espinho até Viseu há *vinte túneis*, numa extensão total de 774,77 metros.

No ramal de Aveiro a Sernada há *um só túnel* (Eirol) com a extensão de 73,20 metros.

Pontes — Na linha de Espinho a Viseu há *treze pontes*, com a extensão total de 1002,65 metros.

No ramal de Aveiro a Sernada há *quatro pontes*, com a extensão total de 290 metros.

ESTAÇÕES DOS CAMINHOS DE FERRO DO VALE DO VOUGA

Na linha do Vale do Vouga e ramal de Aveiro há 33 estações, assim distribuídas:

De Espinho a Sernada — Espinho, Oleiros, Paços de Brandão, S. João de Ver, Vila da Feira, Arrifana, S. João da Madeira, Couto de Cucujães, Oliveira de Azeméis, Pinheiro da Bemposta, Branca, Albergaria-a-Nova, Albergaria-a-Velha, Sernada.

De Sernada a Viseu — Sernada, Paradela, Cedrim, Ribeiradio (última estação no distrito de Aveiro), Arcozelo das Maias, Pinheiro de Lafões, Oliveira de Frades, S. Vicente de Lafões, Vouzela, S. Pedro do Sul, Mossâmedes, Bodiosa, Campo, Viseu.

No ramal de Aveiro — Sernada, Macinhata, Mourisca do Vouga, Águeda, Eirol, Eixo, Aveiro.

II

REORGANIZAÇÃO DA COMPAGNIE FRANÇAISE EM 1923. MUDANÇA DA SUA NACIONALIDADE PARA PORTUGAL, COM A DENOMINAÇÃO COMPANHIA PORTUGUESA PARA A CONSTRUÇÃO E EXPLORAÇÃO DE CAMINHOS DE FERRO

Estava-se em plena «grande guerra» (1914-1918), e a *Compagnie Française* lutava com embaraços financeiros. A carestia da vida forçava-a a subvencionar os seus empregados, mas para

o fazer, recorreu ao auxílio do Estado que, pelo decreto com força de lei 4 148 de 15 de Abril de 1918, concedeu à Companhia o auxílio de quinze contos, até seis meses depois de terminar a guerra, destinado a cobrir as despesas que resultavam das subvenções concedidas ao pessoal desde o dia 1 de Abril do mesmo ano.

Este auxílio veio a ser modificado pelo decreto 5 512 de 5 de Maio de 1919, que fixou o complemento do rendimento líquido anual, necessário para perfazer o juro de 5%, em relação aos anos de 1918 a 1920, pelo cômputo das despesas de exploração em 0,88 da receita do tráfego, líquida de impostos, e suspendendo pelo mesmo período o limite máximo fixado em 600 escudos, anuais, anulando também o decreto 4 148.

Tempo depois, a Assembleia Geral da *Compagnie Française*, em 6 de Julho de 1923, resolveu mudar para Portugal a nacionalidade desta Companhia, com a denominação de *Companhia Portuguesa para a Construção e Exploração de Caminhos de Ferro*.

A escritura foi lavrada em 19 de Outubro do mesmo ano, mas em definitivo a 18 de Março de 1924, tendo os novos estatutos sido publicados no *Diário do Governo* de 1 de Abril de 1924, 3.^a série.

A *Compagnie Française* tinha anexa uma sociedade para efeitos de exploração, e com a presente remodelação manteve-se esta sociedade à qual a nova organização cedeu igualmente a exploração da linha e ramal.

Esta sociedade denomina-se *Sociedade de Construção e Exploração de Caminhos de Ferro no Norte de Portugal*, e os seus estatutos foram aprovados pela portaria de 8 de Maio de 1926; o projecto de contrato a estabelecer entre esta e a *Compauhia Portuguesa para a Construção de Caminhos de Ferro* foi aprovado pelo decreto de 24 de Fevereiro de 1928.

Para reorganização definitiva da Companhia, autorizou-a o Governo, pelo decreto 15 509 de 26 de Maio de 1928, a emitir 34 143 obrigações, tipo de 90\$00 e juro de 5%, amortizáveis em cinquenta anos, destinadas a substituir igual número de acções privilegiadas e obrigações de juro variável emitidas pela antecessora, que se encontravam em circulação.

Autorizou-a também a substituir o complemento do rendimento líquido anual até 5% do capital de 20 contos por quilómetro construído, por garantia de anuidade de juro e amortização para os títulos emitidos, etc.

OS CAMINHOS DE FERRO DO VALE DO VOUGA

UMA ALTERAÇÃO AO CONTRATO DE 1907

Em 1931 pediu a Companhia ao Governo autorização para suprimir as carruagens de 2.^a classe, aplicando à 1.^a classe uma tarifa especial cuja base quilométrica passou a ser inferior à tarifa geral da 2.^a classe.

O Governo concedeu à Companhia a autorização pelo decreto n.º 20 594 de 26 de Novembro de 1931, assinando esta o termo de alteração ao contrato de 5 de Fevereiro de 1907, em 26 de Janeiro de 1932, introduzindo-lhe aquela modificação, sendo a nova tarifa aprovada pela portaria de 11 de Fevereiro de 1932 e posta em vigor em 1 de Março seguinte.

III

O RAMAL DESDE A ESTAÇÃO DE AVEIRO AO CANAL DE S. ROQUE NESTA CIDADE

Concluída a linha do Vale do Vouga na parte Sernada-Viseu, resolveu a Companhia prolongar o ramal Sernada-Aveiro até ao Canal do Cojo desta cidade, embora a Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses (C. P.) já tivesse um ramal em exploração no Canal de S. Roque, situado junto às salinas da cidade e perto da estação do caminho de ferro. A Companhia do Vale do Vouga apresentou requerimento para a concessão e foi deferido. A concessão foi dada pelo decreto 2 096 de 27 de Novembro de 1915.

As dificuldades produzidas pela *Grande Guerra* (1914-1918) e a crise financeira superveniente obstaram, porém, à construção deste pequeno ramal que entretanto perdeu oportunidade, pelo que não chegou a realizar-se.

Do referido ramal voltou a Companhia, por 1926, a ocupar-se, e pelo decreto de 15 de Novembro de 1926, foi autorizada a construir uma linha que saindo da estação de Aveiro seguisse em direcção ao próximo Canal de S. Roque, marginal da cidade, até à zona ao norte das instalações da C. P., seguindo daqui para Ílhavo, Vagos, Mira e Cantanhede, devendo este percurso ser adicionado ao Plano das linhas entre Tejo e Douro, pelo decreto 12682 de 15 de Novembro de 1926.

A construção desta linha que parecia interessar muita a Companhia, ficou no entanto em suspenso até que foi feita a sua inclusão no Plano de 1930, levando-a também a Ançã, e devendo ser construída pelo *Fundo Especial*.

ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

A CONSTRUÇÃO DO RAMAL AVEIRO-CANAL DE S. ROQUE, EM 1932

Pela portaria de 11 de Maio de 1932 foi aprovado o projecto do ramal entre a estação de Aveiro e o Canal de S. Roque, num percurso de 2535 metros, e logo foram iniciadas as obras de construção deste pequeno ramal.

No decorrer dos trabalhos tornou-se necessário providenciar sobre a ocupação dos terrenos da C. P. que a nova linha ia atravessar. Para isso, e pela portaria de 21 de Junho de 1932, foi nomeada uma comissão para proceder à respectiva vistoria no dos trabalhos e determinar os terrenos indispensáveis à construção da linha.

A comissão, no seu relatório, indicou as obras a fazer no cruzamento do novo ramal com a linha do Norte, e os terrenos a ocupar, deixando para mais tarde a liquidação da indemnização. Autorizou ainda que a faixa de terreno existente entre as duas linhas ficasse de uso comum.

Em 12 de Outubro de 1932 foi também aprovado por portaria o projecto de uma linha de serviço do Canal de S. Roque, estabelecida na estrada marginal deste canal, e em terrenos cedidos pela Câmara Municipal de Aveiro, para facilidade do tráfego do canal.

Concluídas as obras do pequeno ramal Aveiro-Canal, a abertura deste ao transporte de mercadorias foi autorizada pela portaria de 15 de Outubro de 1932 e o seu funcionamento começou no dia 25 do mesmo mês. Porém, o prolongamento deste ramal até Cantanhede e Ançã nunca se efectuou.

Os caminhos de ferro do Vale do Vouga vieram finalmente a ser integrados há poucos anos nas linhas férreas da C. P.

O ALTO VALOR TURÍSTICO DA LINHA DO VALE DO VOUGA

Com a construção da linha do Vale do Vouga, o País passou a ter a mais formosa das suas vias férreas e a mais encantadora entre todas. De uma admirável paisagem, toda ela é uma sinfonia de cor, ressaltando os acordes inconfundíveis dessa região de sonho que é o Vale de Lafões, onde foi castelão e senhor, o glorioso DECEPADO.

OS CAMINHOS DE FERRO DO VALE DO VOUGA

Dizia BRITO CAMACHO que o Vale do Vouga é tão rico como o da Suíça e que uma vez por lá passando, o passageiro nunca mais o esquece (1).

E de facto assim é. Até as suas pontes, de linhas delicadas, dir-se-iam obras de arte que milionário caprichoso mandou colocar em maravilhoso parque.

O Vale do Vouga! A mais linda tela que nos deu a Natureza.

AMILCAR DE BARROS QUEIRÓS

bibRIA

(1) Em «*Jornadas*», de BRITO CAMACHO, há um capítulo intitulado «Vale do Vouga».

MEMÓRIAS PAROQUIAIS DO SÉC. XVIII

VI

FREGUESIA DE SÃO MIGUEL DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS

(Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Dicionário Geográfico*, vol. 26, n.º 22, págs. 187)

- 1 — Está na Província da Beira Baixa, Termo, e Comarca da villa da Feira, Bispado do Porto.
- 2 — Donatario o Serenissimo Senhor Infante D. Pedro.
- 3 — Tem fogos 334, e pessoas 1150.
- 4 — Está situado o lugar principal, ou Rua de Oliveira de Azeméis, no meyo de hũa extensa planície, que declina sobre dous rios, hum ao Nascente, outro ao poente, este o Vl, aquelle e de Villar. A rua se dilata por ambos os lados, formada de 150 moradas de cazas; em que entrão as do capitão mór Salvador José dos Reis, e Vasconcellos, que são aparatozas, e opulentas, com hum largo, que serve de ostentar às vezes os ensayos da Milicia em seos alardos.

Pera a parte do Nascente paça a freguezia o rio por quatro pontes de pau, e vai tripando às brenhas de Villar, e o marco de Silvares: ao Poente o rio Vl, que a distingue das freguezias de Madail, e Ribaul: ao Norte a vai cercando esta sua annexa, e em hum recanto do Monte da Lomba a de Villa chã. Toda ella forma hum perfeito quadro no seo ambito, que abrange duas legoas de circunferencia, e meia de comprimento.

Pelo meyo córta a Estrada Real de Lisboa, e Porto, começando na Gandara de Pereira, e acabando na de Silvares: tem mais outras duas gandaras, a da Escrabilha, e do Serro, onde se termina: dentro de si encerra quatro outeiros grandes, que se elevão, e extendem, como montes: o do calvario, onde finda a Via Sacra, que principiã na Igreja, erecta pelo Veneravel

Padre Frey Antonio das Chagas, continuado por meio quarto de legoa até o Cabeço da Lomba: o dos Crastos despenhado, onde nasce vizivelmente pedra de hũa perenne cantaria, que serve pera edificios, e mós levadas daqui pera toda a terra da Feira: o de Montraselo, que de longe aparece pyramidal, cujo cume, está cuberto de muitos pinheiros em Porto de carro: e o dos Vallinhos, cercado de ramadas de uva verde.

Compoem-se a maior parte da freguezia de campos, e valles fertes, regados com muitas agoas de nascença, que nas quatro estações do anno, brotando continuamente, fazem reverdecer os mais duros penhascos, e rir vicozos os combros, de que dimanão. Contem varios pinheiraes, devezas, soutos, matos, maninhos, e quintas.

Do mais alto da freguezia se avistão vinte freguezias, entre as quais onze villas, a de Aveiro, Esgueira, Trofa, Eixo, Angeja, Estarreja, Ovar, Pereira, Fervedo, Cambra, e Bemposta; e se divizão as serras de Carimulo, Manhouce, Arões, Janardo, e Bussaco. Extende-se a vista em sua circunferencia quase oito legoas: pera o Occazo, se descobre toda a marinha, e costa do Oceano, cujos horrorozos bramidos aqui se ouvem: do restante se vem quatro Bispados, Porto, Lamego, Vizeu, e Coimbra.

5 — Nada.

6 — *A Igreja Matriz está no centro da freguezia, no sitio chamado do Padrão, junto da Estrada publica; e comprehende toda a freguezia doze Aldeas, fora a rua, que he o coração, e alma da Paroquia. 1.^a a de S. Miguel, onde dizem, esteve a primeira Igreja. 2.^a a de Lações onde foi a antiga Cidade de Lanco-briga. 3.^a a de Villar. 4.^a a de Porto de carro. 5.^a a de Excrabelheira. 6.^a a do Cabo de Villa. 7.^a a de Fonte Joanne. 8.^a a dos Carrellos. 9.^a a de Passos. 10.^a a da Povia. 11.^a a de Abelheira. 12.^a a dos Crastos.*

7 — *Seu orago S. Miguel, Principe da Milicia celeste. Parece ser assim intitulado desde o tempo de D. Affonso Henriquez, devotissimo deste Santo Arcanjo, a quem dedicou muitas Igrejas em lembrança das Victorias, que com sua ajuda alcansava dos Mouros, ex Cardoso, Agiolog. Lusit. 8. Maio n. 1. O nome de Azemeis bem mostra ser povoação do tempo dos Mouros.*

A matriz hé o mais sumptuozo Templo, e o melhor de todo o Bispado, como attestão todos: edificou-se de novo no anno 1719. até o de 1726. Consta de hũa só nave com 18. janelas rasgadas, duas torres allissimas, e dous sinos grandes, benzidos no anno de 1744 pelo Reitor actual: o altar maior de talha dourada às mil perfeições com tribuna de seis bancos, onde se manifestão aos lados as estatuas do Arcanjo Padroeiro, e a do Principe dos Apostolos, inclue sobre a banquetta o tabernaculo do Santissimo. Há mais quatro Altares, dous collateraes, à direita, o de S. José com a Senhora da Boa Morte, e S. Rozendo: à esquerda, o de S. Catherina com S. Miguel, e S. Apellonia: dous encos-

tados às paredes, da direita, o de Santo Nom e de Jezu com a pinturas da Soledade, e do Evangelista: da esquerda, o da Senhora do Rozario com as Imagens de S. Sebastião, e S. Francisco.

Coroão todo este edificio muitas pyramides com hum frontispicio magestoso, e hum pateo de esquadria com a escada de tres patins, que toca na Estrada publica, cujo corrimão se adorna com 24. esferas de pedra com seos remates.

Dentro do aáro renascem todos os annos dous sinamonos que o afermozeão, e enchem de flores na primavera, e na subida reflorece continuamente duas oliveiras antiquissimas, symbolo da Paroquia: contigua apparece a caza da rezidencia dos Reitores; à qual o actual reformou, e em hũa larguissima salla collocou a sua livraria, hũa das mais exquisitas do reino, avaliada em seis mil cruzados, junta com laborioso estudo, e numeroza sobre trez mil volumes raros, e mandados vir de varias partes do mundo.

Tem tres confrarias leigaes, ou da proteção real, que são, do santissimo sacramento, do Santo Nome de Jezu, e da Senhora do Rozario; e mais duas Eccleziasticas, a das Benditas Almas, a que se agregou a devoção do Senhor dos Passos, introduzida nesta freguezia pelo Reitor actual no anno de 1745 e a da Senhora da Boa Morte, erecta com Estatutos proprios pelo mesmo Paroco, privilegiada com muitas Indulgencias pelo santissimo Benedicto XIV. no anno 1742.

Tem mais as Devoções annuaes, de S. Miguel, S. Bartholomeo, S. Antonio, S. Sebastião, São Lourenço, S. João, S. Caetano, S. Jozé e S. Rozendo, que festejou primeiro neste Bispado o Reitor actual.

- 8 — O Paroco he Reitor por concurso, excepto nos quatro mezes de reserva, que tem a Madre Abbadeça do Mosteiro de S. Bento da Ave Maria do Porto. No anno de 1520 de Abbadia se reduzio a Reitoria, e comenda da Ordem de Christo por Bulla de Leão X. Souza tom. 2. Provas da Hist. Genealog. pag. 303. Rende duzentos mil reis, e os dizimos setecentos.
- 9 — Appresenta o Reitor dous Curas amoviveis, hum nesta Matriz, e outro na annexa de São Thiago de Ribadul, que tem a denominação de Paroco menos principal.
- 10 — Parece ter havido nesta freguezia hum convento antigo, cuja memoria se perdeu; mas seos vestigios se encontrão no Foral da villa da Feira cap. 163. em que nos dá noticia do casal dos frades, sito nesta freguezia de Oliveira de Azemeis, depois possuido por Pero Jorge, cujo appellido inda dura. Do mesmo convento se pode entender o Conde D. Pedro no Nobiliario tit. 64, onde fala de D. Sesnando Oeriz, que fundou o mosteiro de Oliveira: este Dom Sesnando de outros he chamado Socero, donde descendem os Soares, familia, que tem raizes nesta freguezia, e nas circumvezinhas de Cambra, e Albergaria,

appellidos, que se achão encontrados nos Nobiliarios, e Nobiliarquias. O sitio, se não me engano, do tal mosteiro se descobre pelos vestigios de huã leira, onde chamão a Igreja Velha, toda rodeada de paredes velhissimas, com demonstração de ahí ter sido cemeterio, ao menos, por apparecerem ossos de gente humana; e pegados estão huns campos, chamados o Passal, que em sua copia denotão antiguidade misterioza.

Do campo da Igreja velha foi ultimo possuidor o licenciado Pedro Soares: de outros, varias pessoas, que todas pagão à Igreja Matriz certo censo, ou a seo rendeiro, e este tambem aos Religiozos do Couto de Cucujães hum alqueire de trigo, hum almude de vinho, dous capões, e cem reis. Todos estes sinais individuaõ maior asserção.

11 — *Houve nesta freguezia Hospital vinculado a hu morgado, instituido pelo capitão Antonio de Amorim, de que há pouco tempo se sentenciou legitimo senhor o licenciado Anselmo de Carvalho da freguezia de Castellões, Bispado de Coimbra: estava a casa do Hospital contigua à capella da Senhora do Amparo na Rua de Oliveira, que faz menção o livro da vizita Ecclesiastica do anno de 1641., onde afirma, que de tempos anteriores nella se agazalhavão pobres peregrinos, e estrangeiros.*

12 — *Há de presente huã casa terrea na Rua de Oliveira, defronte do cruzeiro, que serve para jazigo de pobres vândantes, que não podem pagar adiante por enfermidade, ou não tem de noute outro recolhimento; e ahí são favorecidos com esmolas, e sacramentados na melhor forma, que pode ser. Não he casa estavel, e permanente pera este munus de Mizericórdia, mas por espontanea merce do Capitão Domingos Dias dos Reis e Vasconcellos, e seus successores, que a destinarão a tão grato obzequio, ha 50 annos a esta parte.*

13 — *Há sete Capellas: a de S. Antonio, existente já no anno 1619, de que faz menção Cunha no Catalog. p. 2 Cap. 44. sita nos valles convezinhos da Matriz, reedificada anno 721 com o legado de duzentos mil reis, que lhe deixou o Reitor de Avanca, João Soares de Pinho, natural desta freguezia, com pateo em roda feito no anno de 1754 e nella se canta a Trezena do Santo: as de S. João Baptista, S. Sebastião, e S. Lourenço, S. Bartholomeu, e a da Senhora do Amparo, já existentes no anno de 1686; das quais faz menção o senhor Bispo D. João de Souza, no Mappa do Bispado do Porto pag. 199.*

A de São João no lugar de Laçoês foi renovada pelo Reitor o Doutor Manuel de Oliveira Ferreira no anno de 1749, a de S. Sebastião na rua de Oliveira foi reedificada no anno de 1745 e seguintes, benzida solememente pelo mesmo parocho em 11 de Fevereiro de 1751, a da Senhora do Amparo no meio da dita rua, que hoje administra Anselmo de Carvalho, foi reedificada no anno de 1710, as de S. Lourenço dentro da

quinta do covo, e a de S. Bartholomeo no lugar de S. Miguel, estão já demolidas, com fragmentos das paredes. A de S. Antonio do Cruzeiro, vinculada ao Morgado, que instituiu no anno 1697. o capitão Domingos Dias dos Reiz e Vasconcellos, e nella se canta Missa no dia do Santo com responso por sua alma, e dão aos sacerdotes assistentes jantar esplendido os Administradores, que nella elegem sepultura; a de S. Caetano no lugar de Villar edificada no anno 1709 por ordem do Illustrissimo Senhor Bispo D. José de Santa Maria, pera commoda administração dos sacramentos aos enfermos no dito lugar, remoto da Matriz, com rio profundo de inverno, e se renovou no anno 1757; a da Senhora do Carmo do lugar de Cidaços, erecta, e administrada pelo Reverendo licenciado Manoel Dias de Carvalho no ano de 1749, e benzida solemnemente pelo Reitor actual em 31 de Outubro de 1750. A de S. Antonio do Casal, mandada fazer por Manoel Ferreira do Sacramento anno 1750 sem exercicio, nem ainda benzida.

- 14 — Ha romagem a 10 de Agosto na capella de Villar, onde por hora se festeja S. Lourenço: e a 24 do mesmo mez na de Laçoens, onde por entanto he festejado S. Bartholomeo.
- 15 — Frutos de maior abundancia milho, centeyo, trigo e vinho verde: do mais com tenuidade, e já um brasileiro jes produzir arroz no lugar de Cidaços.
- 16 — Sujeta-se as justicas da Villa da Feira; e nesta freguezia houve juiz espadano, cujo ministerio se extinguiu há vinte, e cinco annos, e a sua alçada sobia até dez tostoens sobre dividas e cauzas concernentes ao bem publico da terra. Tentarão no anno 1703 os moradores conseguir da magestade do Senhor Rey D. Pedro 2.^o o foral da villa; porem os da Feira embaraçarão, preocupando os meyoos com a concessão real do juiz de Fora pera o seo Conselho.
- 17 — Tem a quinta da Povoas, que foi em outro tempo privilegiada, como Honra, e Couto, aonde se não podião prender os delinquentes dentro de todo o seo terreno, que está contiguo com a Igreja ao Poente. Foi esta quinta dos Fidalgos de appellido Freires de Andrade, aparentados com os condes da Feira, todos descendentes do Conde D. Mendo, do sangue real dos Longobardos pelos annos 900. como declara o Marquez de Montebello nas Notas ao Nobiliario de D. Pedro, Plan. 43 pag. 521. No tempo prezente não há vestigios dos tais privilegios, mas tradição constante: he ultima possuidora de hum fragmento da dita quinta Francisca Pereira Freire de Andrade, empobrecida com dividas de seos antepaçados.
- 18 — Fizerão nomeada esta terra muitos de seos naturaes, tanto no prezente, como nos paçados seculos. Occorrem de maior nome o Reverendissimo Padre Mestre Fr. Guilherme dos Reis, e Vasconcellos, que foi Esmoler mor, e Dom Abade Geral da Ordem de Cister neste Reino de Portugal, e antes Procurador

Geral na Curia Romana por ocasião dos grandes pleitos, que com a sua religião tiverão o senhor Patriarca, e o senhor Cardeal Bispo do Algarve. Fr. João da Gloria, Monge Bernardo e D. Abbade nos Mosteiros de Maceiradão, e do Bouro, Varão de conhecida virtude. Fr. Bernardo da Silva, Procurador geral da mesma ordem na Corte de Lisboa, e Dom Abbade do Mosteiro de S. Pedro das Aguias.

O Padre João de Oliveira do lugar do Casal desta freguezia, Religiozo da Companhia de Jesu, Missionario Apostolico no Certão da Ilha de S. Thomé, que faleceo em Lisboa, e deixou compostos muitos sermões. O Padre Frey Domingos de S. Antonio, Religiozo da Ordem de S. Bento, Lente de Moral no Porto, e de Theologia em Lisboa, graduado na sua religião. Fr. Salvador de Oliveira, capuxo da Provincia da Soledade, Pregador, e Leitor de Artes no convento de Aveiro. Fr. Paulo de S. Antonio, capuxo da mesma Provincia, Pregador, e Guardião no mesmo convento. O Padre Bibiano Pinto da Silva, Bacharel Formado, e Notario Apostolico, e do Santo Officio, Ouvidor, e chanceller da Caza de Aveiro, juiz dos feitos da Fazenda do Ducado, por Alvará do 1. de Agosto de 1668. do Ex.^o Duque D. Pedro de Lencastro.

Manoel Soares Freire, Alferes de cavallos no regimento de Alcantara, a quem o senhor Rey D. Pedro 2.^o premiou por seos serviços na guerra de Catalunha, com os rendimentos de hũa capella. Amador Pinheiro, Alferes de Infantaria no Alentejo. João Gonsalves, capitão na India. Caetano dos Santos, capitão em Goa. José Soares Freire, Cavaleiro do Habito de Christo, e Capitão nas partes do Oriente; onde tambem militou Simão de Andrade, que chegou a ser governador da Fortaleza de Coulão, cujas gloriozas acçoens escreverão Osorio, e Maffeio. Salvador Marques, sargento mor do mato de S. Paulo na América, e outros, que forão gravar o nome de sua Patria nas ultimas balizas do mundo.

- 19 — *Tem feira captiva no dia 11 de todos os mezes (antigamente era no primeiro), em que se vende abundancia de gado de todo o genero.*
- 20 — *Tem o correyo geral de Lisboa, e Porto, que paça pela rua de Oliveira às sextas feiras de manhã, e aos Domingos de tarde.*
- 21 — *Dista da capital do Bispado seis legoas; e da de Lisboa, quarenta e seis.*
- 22 — *Tem o privilegio de pagarem todos os que vendem azeite nesta freguezia hum quartilho pera a confraria do Santissimo; e não se pode vender, senão pelo canado da mesma confraria, como se decidio por cazo julgado na villa da Feira em 27 de Fevereiro de 1699.*
- 23 — *Tem muitas fontes de bella agoa, e hũa, ou duas em cada aldeia, especialmente a fonte de Ourigo, perto da rua desta freguezia, que deita por duas bicas, cuja baze de pedra lavrada*

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

se fes no anno de 1720 a expensas do povo; e a de Lações, tambem de assento de pedra lavrada, que deita por tres bicas, de cujas agoas perdidas se forma o regato de Porto d'arca.

24 — Nada.

25 — *No lugar de Laçoens desta freguezia ha huã caza, chamada o Castello, onde se diviza sitio de Torre antiga. E neste mesmo lugar foi antigamente a decantada cidade de Lancobriga, de que ficou o nome corrupto ao lugar na caducidade dos annos: o que se comprova das vias Militares, de que fas menção o Itinerario do Emperador Antonino, que aqui perfeitamente se ajustão, não na villa da Feira, ou na da Bemposta, distantes legoa desta freguezia, como quizerão, adivinhando sem outro melhor fundamento, alguns Authores, como Brito no tom. 1. da Monarq. Luzit. Foi esta antiga cidade fundada pelos Lacoens, povos da Lacedemonia, como affirma Poyares no seo Diccionario Lusitanico-Latim de Nomes propr. verb. Lameca. Concorrerão os seos moradores pera as exequias funeraes de Augusto Cezar, e florecerão até a invazão dos Barbaros. Sobre esta materia fez huã larga Dissertação o Doutor Manoel de Oliveira Ferreira Reitor actual, qual refere no Catalogo das suas obras Barboz. Biblioth. Luzit. tom. 3 pag. 329. col. 1. in fin.*

De prezente he capitão mór na Terra da Feira Salvador José dos Reiz e Vasconcellos, eavalleiro professo na ordem de Christo, e Familiar do Santo Officio natural desta freguezia, e senhor do Morgado de S. Antonio de Oliveira; que obteve patente desta capitania mor no anno 1734, firmada pelo serenissimo Senhor Infante D. Francisco, e confirmada pelo senhor Rey D. João 5.º em 8 de Março de 1745. Seo tio Domingos Dias dos Reis, e Vasconcellos desta mesma freguezia foi sargento mor neste condado da Feira por mercê do Senhor Rey D. Pedro; em cujo posto lhe succedeo Antonio de Siqueira Vasconcellos Monterrozo, senhor da quinta da Torre do Outeiro de Sardoura, por firma do Serenissimo Infante de 28 de Junho de 1741, e confirmação real de 8 de Março de 1745. os quais dão a esta terra huã face de Praça de armas.

26 — *No terremoto de 1755 se abrirão na Matriz alguãs bichas, e cahirão os remates de algumas pyramides sem damno, e não precizão de reparo.*

1 — *Pação por esta freguezia ao Oriente o rio de Villar e ao Occidente o de Ul.*

O de Villar nasce no lugar de Azagaens da freguezia de Carregosa do Bispado de Coimbra, e entra nesta freguezia no fim da quinta do Covo, e paça no lugar da Escrabilheira à de Macinhata da Seixa, Bispado de Coimbra. He arrebatado de inverno, de Nascente a Poente: cria barbos, trutas, bordallos, e enguias, pescados em todo o tempo livremente e sem pensão

MEMÓRIAS PAROQUIAIS DO SÉC. XVIII

uzaõ os vizinhos de suas agoas pera moinhos, e campos; os quais estão fornecidos de arvoredos de vide; e tem sete moinhos com suas levadas pera ancorarem a agoa, e hũa ponte de pau pera o lugar de Villar, e quatro passadiços de trave. Vai meter-se no rio Vl, dentro na freguezia do mesmo nome, levando consigo arrastados os ribeiros de cidacos, e da Lavandeira, produzidos de duas piquenas fontes.

O rio Vl nasce na freguezia de Romariz, e atravessando as da Madeira, Cucujaens, e Ribadul, entra nesta no sitio dos Vallinhos: já vem encorporado, e a pouca distancia paça as de Madail, Vl, Loureiro, e caminha a sepultar-se na ria de Aveiro junto a Salrreu. Dentro desta freguezia tem dous moinhos com duas pontes, e nelle se pescão trutas, e bordallos sem pensão algũa em todo o anno, correndo às vezes, caudalozo de Norte a Sul por entre campos, que se refrescão das suas agoas à vontade dos donos sem onus algum. Tem donde nasce até que morre, quaze seis legoas.

Por hora offereço estas noticias, que me occorrem mais memoraveis. Residencia de Oliveira de Azeméis 26 Abril 1758

De Vossa Exc.^a R.^{ma}

menor subdito

Doctor Manoel de Oliveira Ferreira

biblioteca

NOTAS

Temos por inédita, quanto à reprodução no original, esta memória da freguesia de S. Miguel de Oliveira de Azeméis, do inquérito paroquial de 1758, que hoje publicamos na íntegra, conservando a grafia e forma do documento arquivado, apenas abrindo alguns parágrafos.

Sobre a personalidade e obras do Reitor Dr. MANUEL DE OLIVEIRA FERREIRA (no convento Fr. Manuel de Jesus Oliveira, pois era religioso professo da Ordem Terceira da Penitência), podem ler-se várias referências nos «Anais do Município de Oliveira de Azeméis» (1909), onde apenas se dão alguns trechos da memória agora publicada, reproduzindo-os de outra origem, mostrando-se desconhecimento do original.

O P.^e AGOSTINHO REBELO DA COSTA, na sua conhecida «Descrição Topográfica e Histórica da cidade do Porto», também refere o P.^e Dr. Manuel de Oliveira Ferreira, citando produções literárias da sua autoria: um «Compêndio da História Terciária» e um poema épico em latim.

O Visconde de Santa Maria da Arrifana (José António Gomes Leite Rebelo), organizador e redactor inicial dos «Anais», dá ali conta das diligências que empregou, baldadamente, em busca da «exquisita» e «numerosa» livraria que o pároco refere na resposta ao n.º 7.

— O problema da localização da antiga cidade ou estação militar romana de Lancóbriga ou Langóbriga, Langóbria, Lacumbrica, que o reitor de Oliveira de Azeméis de 1758 reivindica para Lações, do «distrito» da sua freguesia, tem sido tratado profundamente no «Arquivo do Distrito de Aveiro», a partir de um estudo, no vol. IV, págs. 25 e segs. — «Estradas romanas no distrito de Aveiro» — do falecido investigador Abade Arede, que apelida aquela pretensão de «sonho obsidiante do velho abade de Oliveira de Azeméis — Dr. Oliveira Ferreira».

Também o P.^e MIGUEL DE OLIVEIRA, no seu valioso estudo «De Talábriga a Lancóbriga» («ARQUIVO», vol. IX, págs. 44 e segs.), versa o problema e diz das suas dificuldades, aludindo ao trabalho do Dr. Manuel de Oliveira Ferreira por este referido na *memória*.

O assunto é tratado com profundeza ainda pelo Sr. Dr. Arlindo de Sousa — «Arquivo», VIII, 129 — no estudo «Langóbriga», concluindo pela sua localização no outeiro conhecido por Monte Redondo ou de Santa Maria, na freguesia de Fiães (Feira), e pelo Dr. A. G. da Rocha Madalil, no vol. VII, 227 e segs.

Igualmente, os párocos contemporâneos da Branca e Feira reivindicam para as suas freguesias a localização.

Ao problema ainda não pôde ser dada uma solução definitivamente histórica, como concluiu o P.^e MIGUEL DE OLIVEIRA. O que parece, porém, dar-se como positivamente averiguado, é não poder ter sido Lações o local da antiga Lancóbriga.

— O rio de Vilar (nome local) a que alude o pároco, não é outro senão o Antuã, que vai desaguar na Ria, em terras de Estarreja. Mas, o ilustrado Reitor erra, como quase todos os párocos das terras do seu curso, o sítio do nascimento e a sua posição em relação ao UI, que é seu afluente e não principal, como já focámos em notas a outras *memórias* contemporâneas.

Estarreja

EDUARDO COSTA

O DISTRITO DE AVEIRO NAS HABILITAÇÕES DO SANTO OFÍCIO

(Continuado do vol. XXXV, pág. 314)

J

- 431 **José Inácio da Costa Nogueira** — estudante de Filosofia; natural de Lisboa, freg. de S. Nicolau, e morador no Arco da Graça, freg. do Socorro; filho de Jerónimo Francisco da Costa, cavaleiro professo da Ordem de Cristo, escrivão dos Contos e negócios dos Senados das Câmaras de Lisboa Ocidental e Oriental e seus termos, Familiar do S.^o Ofício, natural de Braga, freg. de Sant'Iago, e de D. Francisca Genoveva da Silva, natural de Lisboa, freg. de S. José, e moradores em Lisboa; neto paterno de António Dias Nogueira, natural do Porto, freg. da Vitória, filho de *Domingos Dias, natural de Porta, freg. de S.^{ta} Eulália, Arouca*, e de Domingas Nogueira, natural do Porto, freg. de S. Nicolau, moradores na Ferraria de Baixo, e neto paterno do *P.^e Domingos Dias*, clérigo de missa, e de *Isabel Antónia*, mulher solteira, *de Porta*, e materno de Inácio Nogueira e de Ana Carvalha, do Porto, e de Paula da Costa, natural da freg. de S. Martinho de Moreira do Rei, moradora com seu marido na Ferraria de Baixo, filha de Domingos Francisco e de Inácia da Costa, naturais de Vilela, freg. de S. Martinho de Moreira, e neta paterna de Gonçalo Francisco e de Isabel Gomes, e materna de Manuel Pires e de Maria Gonçalves, de Vilela, e materno de Alexandre José da Silva, natural da freg. de S.^o Antão de Évora,

e de D. Rosa Maria Antónia, natural da freg. de N.^a Sr.^a da Pena de Lisboa e moradores na de S. José.
Carta de Familiar de 20 de Maio de 1772.

José — m. 133, n.º 2720

- 432 **José Inácio da Cunha** — cirurgião da carreira da Índia; natural da freg. de S. Pedro de Miragaia, Porto, morador na rua Direita da Esperança, ao Poço Novo, freg. de S.^{ta} Catarina do Monte Sinai de Lisboa; filho de Simão Mendes, natural da freg. de S.^{ta} Maria de Telhado, junto a Vila Nova de Famalicão, e de *Josefa Leite*, mulher solteira, natural da freg. de S. João da Madeira; neto paterno de João Mendes Dias, natural da freg. de N.^a Sr.^a da Oliveira de Guimarães, e de Maria Alves de Gouveia, natural de Telhado, e aí moradores, e materno de *Pedro Francisco* e de *Maria Leite*, naturais e moradores em S. João da Madeira; ajustado para casar, em 1766, com Maria Bernarda, natural e moradora em Santarém, freg. de S.^{ta} Iria, filha de Belchior Soares de Araújo e de Filipa Maria, naturais e moradores em Santarém, neta paterna de José Soares e de Maria de Nazaré, naturais de Santarém, respectivamente das fregs. de S.^{ta} Iria e de S.^{ta} Cruz, e materna de Miguel Francisco e de Maria Gomes, igualmente naturais de Santarém, sobrinha materna de António Gomes de Campos, Familiar do S.^{to} Offício.

Carta de Familiar de 12 de Novembro de 1765.

José — m. 103, n.º 1459

- 433 **P.^o José Inácio de Passos Ribeiro** — clérigo de ordens sacras, professo da Ordem de Cristo, doutor na Faculdade de Leis, incorporado na dos Sagrados Cânones pela Universidade de Coimbra, Familiar do S.^{to} Offício da Inquisição de Coimbra e deão da Sé da Baía, onde era natural; filho de Miguel de Passos Dias, cavaleiro professo da Ordem de Sant'Iago e Familiar do S.^{to} Offício, natural de Viana, freg. de Monserrate, e de D. Francisca de Oliveira Neves, natural da Baía, freg. de N. Sr.^a da Conceição; neto paterno de António de Passos e de Natália Dias, naturais e moradores em Viana, e bisneto por esse lado de Domingos Pires Caminha, natural de Caminha, e de Joana de Passos, natural de Viana, e de António Dias, natural de Lisboa, freg. de S. Miguel de Alfama, e de Antónia Dias, natural de Viana, e materno de Manuel de Oliveira Neves e de Sebastiana de Lemos, e bisnetos por essa parte de Manuel Gonçalves e de Antó-

HABILITAÇÕES DO SANTO OFÍCIO

nia de Oliveira, naturais da freg. de N.^a Sr.^a da Boa Viagem de Massarelos, termo do Porto, e do capitão-mor *Bento Ribeiro de Lemos*, cavaleiro-professo da Ordem de Cristo, *natural de Aveiro*, e de Isabel do Vale, natural da vila de Camamu, freg. de N.^a Sr.^a da Assunção, Baía.

Provisão de Comissário de 29 de Outubro de 1729.

José — m. 61, n.º 939

- 434 **José Inácio dos Reis** — caudatário do Bispo Inquisidor-Geral; *natural da freg. de Arrifana de S.^{ta} Maria, Feira*, e morador em Lisboa; filho de *Francisco dos Reis Rebelo de Sá*, *natural da freg. de S. Pedro de Canedo, Feira*, e de *Custódia Teresa de Oliveira*, *natural da freg. de S.^{ta} Marinha da Cortegaça, Ovar*, e moradores na *Arrifana de S.^{ta} Maria*; neto paterno de *Constantino Dias dos Reis*, *natural de Canedo*, e de *Ana Maria Gomes de Sá*, *natural de Arrifana de S.^{ta} Maria*, e materno de *Domingos Francisco de Oliveira*, *natural de Cortegaça*, e de *Teresa Vitória de Oliveira*, *natural da freg. do Olival, junto a Arnelas*.
Carta de Familiar de 10 de Março de 1812.

José — m. 172, n.º 4147

- 435 P.^o Mestre Dr. **Frei José de Jesus Maria** — lente de Prima e Teologia no Colégio da SS. Trindade de Coimbra; natural da mesma cidade, freg. de S. Bartolomeu; filho de *Domingos de Oliveira*, *natural da freg. de S. Lourenço do Bairro, Anadia*, e de *Maria Francisca*, natural de Tábuas, freg. de Miranda do Corvo, moradores na freg. de S. Bartolomeu de Coimbra; neto paterno de *Francisco Gonçalves* e de *Ana Francisca*, *naturais e moradores em S. Lourenço do Bairro*, e materno de *António Francisco* e de *Helena Maria*, *naturais e moradores em Tábuas*.

Provisão de Qualificador de 3 de Julho de 1731.

José — m. 88, n.º 1299

- 436 **Frei José de Jesus Maria Sousa** — pregador da Ordem de S. Francisco da Província de S.^{to} António do Brasil; natural e morador na freg. de S.^{to} António do Recife, conventual e guardião do Convento de S. Francisco da vila de Igarassu; filho do coronel *Domingos Fernandes*

ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

de Sousa, Familiar do S.^o Officio, natural do Casal da Velha, freg. de S. Nicolau da vila da Feira, e de D. Maria Dinis Bandeira, natural do Recife, e aí moradores; neto paterno de Manuel João, o «Trabução», filho de João José e de Mariana Gomes, naturais do Casal da Velha, e de Joana Ferreira, filha de Pedro Fernandes e de Ana Fernandes, naturais de Eiras de Além, freg. de S. Nicolau da vila da Feira, e moradores em Casal da Velha, e materno do capitão Francisco Antunes de Araújo, Familiar do S.^o Officio, e de D. Maria Dinis Bandeira, moradores na vila do Recife.

Provisão de Comissário de 16 de Fevereiro de 1782.

José — m. 168, n.^o 4096

- 437 **José Joaquim de Almeida** — homem de negócio; natural e morador em Oliveira de Azeitões; filho de Domingos de Almeida, e de Josefa Maria de Jesus, moradores em Oliveira de Azeitões; neto paterno de João de Almeida e de Maria Marques, moradores em Gradeiros, freg. de Sant'Iago de Riba Ul, Oliveira de Azeitões, e materno de Teodósio Pinheiro da Silva e de Leonor Borges da Conceição, moradores em Oliveira de Azeitões; casado com Josefa Soares dos Anjos, natural da freg. de S. Mamede de Madail, Oliveira de Azeitões, filha de José Soares dos Anjos e de Úrsula Pereira, moradores em Oliveira de Azeitões, neta paterna de João Soares dos Anjos e de Francisca Soares, de Oliveira da Azeitões, e materna de Ventura da Silva e de Maria Pereira, de Madail.

Carta de Familiar de 19 de Agosto de 1796.

José — m. 165, n.^o 4033

- 438 **José Joaquim Pereira de Castro** — monteiro-mor da vila de Vagos; natural e morador na mesma vila, freg. de Sant'Iago; filho de José Pereira Lopes, natural da vila de Castanheira, freg. de S. Mateus, e de Francisca Franca, natural de Vagos, e aí moradores; neto paterno de Manuel da Serra, homem de negócio, e de Teresa Maria, naturais de Lisboa, freg. de S. Julião, e materno de Salvador Franco e de Ana Gonçalves, moradores em Vagos.

Carta de Familiar em 7 de Dezembro de 1783.

José — m. 151, n.^o 2929

HABILITAÇÕES DO SANTO OFÍCIO

- 439 **José Joaquim da Silva** — homem de negócio; natural de Lisboa, freg. de S. Nicolau, e morador no beco do Silvestre na mesma freg. de S. Nicolau, em casa de seu pai; filho de Francisco Jorge da Silva, natural da freg. de N.ª Sr.ª do Monte da Caparica, e de Joana Baptista, natural de Almada, freg. de Sant'Iago, moradores no citado beco do Silvestre; neto paterno de Domingos Jorge, sargento da Torre Velha, e de Francisca da Silva, naturais e moradores na freg. do Monte da Caparica, e materno de *João Rodrigues, o «Pequeno», natural da freg. de S.ª Cruz de Alvarenga, Arouca*, e de Maria da Silva, natural da freg. do Monte da Caparica, e aí moradores; irmão de Luísa Teresa da Silva, casada com Agostinho Tomás Pierrat, Familiar do S.º Ofício; ajustado para casar, em 1753, com Isidora Inocência Joaquina, natural de Lisboa, freg. de S.ª Justa, filha de Bernardo Baptista de Mendonça, natural da freg. de S. Silvestre de Unhos, e de Josefa Maria de Oliveira, natural da freg. do Salvador de Beja, moradores na freg. de N.ª Sr.ª do Socorro de Lisboa na rua que ia para S. Lázaro, nas casas immediatas ao pátio do Colégio de S.º Antão, neta paterna de António de Mendonça, filho de Luís Marques Preto, e de Maria da Encarnação, e de Domingas do Espírito Santo, filha de Manuel Félix e de Isabel Francisca, naturais, os avós, de Lisboa, respectivamente das freg. de S. Julião e de S. Miguel de Alfama, e materna de José da Costa de Oliveira, natural de Montelongo, freg. de S. Gens, Guimarães, e de Maria do Nascimento, natural da freg. do Salvador de Beja.

Carta de Familiar de 20 de Julho de 1751.

José — m. 64, n.º 975

- 440 P.º **José Joaquim da Silva Carneiro** — presbítero secular, abade colado da igreja da Colegiada de Sant'Iago de Piães; natural do Porto, freg. de N.ª Sr.ª da Vitória; filho de *Henrique da Silva Carneiro*, proprietário do officio do crime, natural de Mogos, freg. de S.ª Maria de Sardoura, Castelo de Paiva, e de D. Ana Jacinta da Silva, natural de Bandeira, freg. de S. Cristóvão de Mafamude, Vila Nova de Gaia, moradores no Porto na rua de Sant'Ana, freg. da Sé; neto paterno de *António da Silva Carneiro*, natural de Montouro, freg. de S. Martinho de Sardoura, Castelo de Paiva, e de *Maria Correia do Espírito Santo*, natural de Mogos, e aí moradores, e materno de *António da Silva Bandeira*, natural de Manta, freg. de S. Martinho de

Cucujães, Oliveira de Azeméis, e de Helena Ferreira, natural de Bandeira, e aí moradores; irmão do Des.^{or} António Feliciano da Silva Carneiro, Familiar do S.^o Offício. Provisão de Comissário de 28 de Julho de 1812.

José — m. 172, n.º 4149

- 441 **José Joaquim da Silveira** — natural e morador em Coimbra, filho de António da Silveira da Costa, porteiro da Inquisição de Coimbra, e de Caetana Micaela da Costa, moradores na mesma cidade; neto paterno de José da Silveira da Costa, porteiro do Tribunal da Inquisição, filho de Estêvão da Silveira da Costa, também porteiro da Inquisição, natural de Estremoz, e de Antónia de Lopina Freire, natural de Coimbra, e de Josefa Maria de Carvalho, filha de António da Maia e de Maria dos Reis, naturais e moradores em Coimbra; casada com D. Joaquina Rosa de Távora (1), natural de Coimbra, filha de Nuno de Haro Leitão Soto Maior, escrivão proprietário da Provedoria de Coimbra. Familiar do S.^o Offício, e de D. Eugénia Maria Leitão de Carvalho, naturais e moradores em Coimbra, freg. de Sant'Iago, neta paterna de António de Távora Soto Maior, Familiar do S.^o Offício, natural de Tentugal, e de D. Teresa Maria de Oliveira, natural de Coimbra, e aí moradores, e materna de *João dos Santos e Carvalho*, Familiar do S.^o Offício, natural de Aveiro, filho de *Manuel dos Santos* e de *Ana dos Santos*, da freg. de N.^a Sr.^a da Apresentação de Aveiro, e neto paterno de *André Manuel* e de *Isabel André*, da freg. de S. Miguel de Aveiro, e materno de *António Dias*, e de *Ángela Quaresma*, da freg. de N.^a Sr.^a da Apresentação de Aveiro, e de *Francisca da Cruz Leitão Ferreira*, também natural de Aveiro, filha de *António Leitão*, mercador e Familiar do S.^o Offício, e de *Maria da Cruz*, de Aveiro, neta paterna de *João Leitão* e de *Maria João*, e materna de *Miguel Gonçalves* e de *Ana Ferraç*, esta natural de Sá, freg. de S.^{to} André de Esqueira e os restantes de Aveiro, e bisneta de *Francisco Leitão* e *Isabel Fernandes*, *Manuel Fernandes* e *Maria João*, *Pedro Gonçalves* e *Sebastiana Francisca*, todos igualmente da freg. de S. Miguel de Aveiro, e *Miguel Duarte*, da freg. de S.^{ta} Cruz da mesma cidade, e *Catarina Francisca*, de S. Pedro do Sul; enviuvando, ajustado para casar, em 1785, com *Teresa*

(1) No Proc. do seu filho Manuel Gomes de Carvalho dá-se-lhe o nome de D. Joaquina de Haro Leitão.

HABILITAÇÕES DO SANTO OFÍCIO

Joaquina, natural e moradora na freg. de N.^a Sr.^a da Natividade do Luso, Mealhada, filha de José da Cruz, natural do Casal do Gago, freg. de S. Miguel de Poiares, e de Luzia Duarte, natural do Luso, neta paterna de António Antunes e de Teresa Henriques, moradores no Casal do Gago, e materna de Manuel Duarte e de Teresa Duarte, moradores no Luso.

Provisão de Porteiro, serventuário e proprietário, por morte de seu pai, de 8 de Abril de 1756.

José — m. 82, n.º 1216

- 442 **P.^o José Joaquim de Sousa e Torres** — sacerdote do hábito de S. Pedro, bacharel formado pela Universidade de Coimbra e pároco da igreja de Condeixa-a-Nova; natural de Coimbra; filho de António Jorge Torres e de Joana Maria de Nazaré, naturais de Coimbra, respectivamente das fregs. de S. Bartolomeu e de Sant'Iago, e moradores na mesma cidade; neto paterno de Manuel Jorge Coimbra e de Margarida Rodrigues, naturais de Coimbra, fregs. de S.^{ta} Justa e S. Bartolomeu, e materno de Manuel Sequeira, ourives, também natural de Coimbra, freg. de S. João de S.^{ta} Cruz, e de *Maria de Sousa, natural da freg. de S.^{to} António de Avelãs do Caminho, Anadia*; sobrinho paterno de Carlos Rodrigues Torres, pai de D. Maria Angélica, casada com José de Sousa Tavares, Familiar do S.^{to} Offício.

Provisão de Notário de 1 de Outubro de 1756.

José — m. 82, n.º 1219

- 443 **José Joaquim Teixeira dos Santos** — natural e morador na vila e freg. de N.^a Sr.^a da Purificação e S.^{to} Amaro no Arcebispado da Baía; filho de *Domingos Teixeira dos Santos, natural de Alagoa, freg. de N.^a Sr.^a da Conceição de Rossas, Arouca*, e de Ana Maria de Jesus, natural da freg. de S. Gonçalo de Sergipe do Conde da vila de S. Francisco, Baía; neto paterno de *Domingos Fernandes, natural de Alagoa*, e de *Francisca Fernandes, natural da freg. de S.^{ta} Marinha de Tropeço, Arouca*, e materno do capitão Manuel Francisco de Macedo, natural de Guimarães, e de Maria Francisca, natural da freg. do Socorro no lugar de Copa, Recôncavo, da Baía. Carta de Familiar de 28 de Fevereiro de 1804.

José — m. 168, n.º 4090

- 444 P.^o **José Leandro de Sousa Valadares** — presbítero do hábito de S. Pedro e *abade da parochial igreja de S. João Baptista de Silva Escura, Sever do Vouga*; natural de Proença-a-Nova; filho de Vicente de Sousa de Mendanha, natural da freg. de S. Vicente de Abrantes, e de D. Maria de Saldanha Freire da Fonseca, natural de Proença-a-Nova, e aí moradores; neto paterno de João Cassão de Sousa e de Guiomar de Mendanha, da vila de Abrantes, e materno de António da Mota Saldanha e de Mariana Freire da Fonseca, de Proença-a-Nova; segundo primo de Luís Valadares Soto Maior e Brito, Familiar do S.^{to} Ofício, filho de Sebastião Borges Soto Maior, irmão de sua avó paterna, terceiro primo de Álvaro Xavier da Fonseca, também Familiar do S.^{to} Ofício, natural de Portalegre, filho de Luís Freire da Fonseca, e sobrinho de Pedro da Fonseca, Comissário do S.^{to} Ofício, irmão de sua avó materna. O habilitando tinha um filho natural de nome *Ventura*, de *Catarina*, mulher solteira, natural de *Silva Escura*, filha de *Manuel Gonçalves*, natural de *Bouças, Silva Escura*, e de *Cristina de Matos*, natural de *Nespereira de Baixo, freg. de S. João Baptista de Rocas do Vouga, Sever do Vouga*.

Provisão de Comissário de 23 de Julho de 1754.

José — m. 73, n.^o 1106

- 445 **José Leite Neves** — boticário; natural do *Pinhal, freg. de Sant'Iago de Espargo, Feira, e morador em Burgães, freg. de S. Pedro de Castelões, Vale de Cambra*; filho de *António Leite Marinho, natural de Lourido, Espargo*, e de *Inocência de Pinho, natural da freg. de S. Miguel de Oliveira de Azeméis*; neto paterno de *António João, natural de Tarei, freg. de S. Mamede de Travanca, Feira*, e de *Margarida Gonçalves, natural de Lourido*, e materno de *Gonçalo Pinheiro Mariç* e de *Maria das Neves Correia, naturais de Oliveira de Azeméis*; sobrinho materno de P.^o *Domingos Pinheiro Mariç, reitor da freg. de S. Miguel de Oliveira de Azeméis* e Comissário do S.^{to} Ofício; casado com *Maria Vaz, natural da freg. de S. Pedro de Castelões, Vale de Cambra*, filha de *Manuel Aires de Pinho* e de *Isabel Vaz, natural de Castelões e moradores em Burgães, Castelões*, neta paterna de *Sebastião Aires*, e de *Isabel de Pinho, naturais de Castelões*, e materna de *Manuel de Pinho de Carvalho, natural de Macieira de Trus-sas* (?), e de *Antónia Vaz, natural de Castelões*, e sobri-

HABILITAÇÕES DO SANTO OFÍCIO

na de *António de Bastos Pereira*, morador em *Castelões*, Familiar do S.^o Ofício.

Carta de Familiar de 13 de Outubro de 1738.

José — m. 44, n.º 699

- 446 **José Leite Pereira** — natural e morador do Porto; filho de *Manuel Pereira de Berredo*, cavaleiro professo da Ordem de Cristo e Familiar do S.^o Ofício, *natural da vila da Feira, freg. de S. Nicolau*, e de *D. Luisa de Lemos*, natural do Porto; neto paterno do Lic.^o *Gaspar Leite Cabral*, cavaleiro professo da Ordem de Cristo, *natural da vila da Feira*, filho de *Diogo Leite de Miranda*, também da *Feira*, irmão de *D. Filipa Soares de Carvalho*, casada com *Manuel Cabral de Castelo Branco*, pais de *D. Mécia de Berredo*, casada com *António Tavares Teixeira*, Familiar do S.^o Ofício, *moradores na vila de Arouca*, e de *Maria Cardoso Coelho*, natural de *Lamego*, filha por sua vez de *Rui Lourenço de Carvalho* e de *Maria Coelho de Vasconcelos*, também de *Lamego*, e de *D. Maria da Silva*, natural do Porto, filha do capitão *António Álvares de Sequeira*, o «Capitão Plumas», natural do Porto, e de *D. Maria da Fonseca*, natural da cidade da *Baía*, filha por sua vez de *Sebastião da Silva*, tabelião na *Baía*, e de *Ana da Fonseca*, estes moradores na *Baía*, e aqueles no Porto, e materno do Dr. *António de Lemos da Rosa*, Desembargador da Relação do Porto, filho do P.^o *Cosme da Rosa de Lemos*, abade da freg. de *S. Vicente de Cidadelhe*, *Mesão Frio*, natural de *Vila Real*, e de *Antónia João*, mulher solteira, natural e moradora em *Cidadelhe*, depois casada com *António Gonçalves*, e de *D. Maria de Matos*, moradora com seu marido na cidade do Porto, filha do capitão *Domingos Vilela*, natural do *Couto de Goivães*, e de *Isabel Gonçalves*, natural de *Constantim*, *Vila Real*; ajustado para casar, em 1708, com *D. Maria Luísa Ribeiro Cabral*, viuva de *Tomé Teixeira Rebelo Cabral*, de *Lamego*, filha de *António Ribeiro Barbosa*, natural de *Louredo*, freg. de *S. Bartolomeu de Campelo*, e de *D. Luísa Clara de Mesquita*, natural de *Avelar*, freg. de *S. João de Alpendorada*, moradores em *Louredo*, neta paterna de *Domingos Vieira Barbosa*, natural de *Vila Boa*, Conc.^o de *Benviver*, e de *Maria Ribeiro*, natural de *Louredo*, e materno de *Luís Alves Chancarrão*, natural de *Mesão Frio*, e de *Isabel Vieira Barbosa*, natural de *Avelar*; novamente ajustado para casar, em 1711, com *D. Isabel Maria de Lima*, filha de *Manuel Francisco de Lima*, Familiar do S.^o Ofício e homem de negócio,

natural de Portela, Viana, e de Jerónimo Garcês da Silva, moradores no Porto, freg. de S.^{to} Ildefonso, neta paterna de Inácio Francisco Carpinteiro, natural de Viana, filho de Francisco Gonçalves, o «Bargado Carpinteiro» e de Ana Gonçalves, naturais da freg. de S.^{ta} Eulália de Refoios de Lima e moradores em Viana, e de Jerónima Burgueira, filha de Pantaleão Burgueira, homem de mar, e de Inês Tourinha, todos naturais igualmente de Viana, e materna de Paulo Garcês, mercador de pano de linho, natural de Fermentões, freg. de Vila Cova de Carros, filho de Paulo Gonçalves lavrador, também natural de Fermentões, e de Grácia Pedra, natural de S. Salvador de Castelões de Cepeda, e de Maria da Conceição, do Porto, filha de Domingos Fernandes Marchante, o «Porca Negra», natural da Aldeia de Secais, Campanhã, e de *Margarida Fernandes, natural da Aldeia de Vinha, freg. de S.^{ta} Maria de Esmoriz, Ovar*, sobrinha materna de Manuel Garcês, Familiar do S.^{to} Offício na Baía.

Carta de Familiar de 31 de Março de 1701.

José — m. 11, n.º 197

- 447 **José Leite Pereira** — homem de negócio nas Minas de Cuiabá; *natural da freg. de S. Martinho de Arada, Ovar*; filho de *João Gonçalves e de Joana Leite, naturais e moradores na Arada*; neto paterno de *Manuel Fernandes, natural de Arada*, e de *Maria Gonçalves, natural da freg. de S. Pedro de Maceda, Ovar*, e materno de *André Leite e de Domingas Antónia, naturais de Arada, e todos igualmente aí moradores.*

Carta de Familiar de 23 de Julho de 1773.

José — m. 139, n.º 2779

- 448 **José de Lemos de Nápoles e Figueiredo e Macedo** — fidalgo da Casa de S. Mag.^{de}; natural e morador na cidade de Viseu e mais tarde em Tourães; filho de Francisco de Lemos e Nápoles, fidalgo da Casa de S. Mag.^{de}, natural de Viseu, e de *D. Luísa Maria Pinheiro de Carvalho e Figueiredo, natural de Águeda, freg. de S.^{ta} Eulália*; neto paterno de José de Lemos e Nápoles, filho de Francisco de Lemos e Nápoles, governador da comarca de Viseu, e de D. Catarina de Figueiredo, e de D. Sebastiana de Azevedo, filha de João Pais do Amaral, capitão-mor e governador de Viseu, e de Antónia de Azevedo, todos naturais e moradores em Viseu, e materno de

HABILITAÇÕES DO SANTO OFÍCIO

Francisco de Figueiredo e Carvalho e de D. Maria Pinheira de Macedo, moradores em Águeda; ajustado para casar, em 1755, com D. Antónia Francisca Xavier da Veiga Bermudes de Sousa Coutinho, natural e moradora em Lisboa, filha de Luís José da Veiga Bermudes, natural de Lisboa, e de D. Joana Inês de Castelo Branco e Melo, natural de Chaves, neta paterna de Francisco Lopes da Veiga Bermudes e de D. Antónia Mariz Coutinho, e materna de António Luís Madureira Perada e de D. Margarida Gerarda da Cunha Mourão e Lemos, todos naturais de Lisboa, à excepção da avó materna, natural de Chaves; ajustado de novo para casar, em 1759, com D. Mariana de Mendonça de Pina Osório, natural e moradora em Benespera, termo da Guarda, filha de Martinho de Mendonça de Pina e Proença, Familiar do S.^o Offício, natural da Guarda, e de D. Paula de Andrade e Mendonça, natural da vila de Monsanto, moradores em Lisboa, neta paterna de Luís de Pina Osório de Proença e de Mariana Josefa da Cunha, naturais e moradores na Guarda, e materna de Silvestre de Andrade de Morais e de Isabel de Andrade de Morais, naturais de Monsanto, bisneta paterna de Leonis de Pina e Mendonça cavaleiro da Ordem de Cristo e Familiar do S.^o Offício, natural da Guarda, e de Catarina de Carvalho, natural de Vilar Torpim, termo de Castelo Rodrigo, e de Manuel Machado da Cunha e de Maria de Sampaio, naturais e moradores em Celorico da Beira, e materna de Manuel de Oliveira Feio e de Constança Rodrigues de Andrade e de Manuel Robalo de Andrade e de Paula de Andrade de Mendonça, todos naturais e moradores na vila de Monsanto, irmã de João de Mendonça de Pina Osório de Proença.

Carta de Familiar de 7 de Julho de 1736.

José — m. 40, n.º 644

- 449 **José de Lima** — homem de negócio; natural de Braga e morador em Lisboa; filho de Francisco de Azevedo, natural de Braga, freg. de Sant'Iago, e de Jerónima de Oliveira, natural de S. Paio de Perada, Couto de Tibães; neto paterno de Francisco Mendes Pacheco, natural de Ribeira de Pena, e de Inocência de Azevedo, natural de Braga, freg. de Sant'Iago, e materno de Cristóvão Francisco e de Ângela Gomes, moradores em Perada; ajustado para casar, em 1717, com D. Isabel Antónia Soares da Mata, filha do capitão Estêvão de Aguiar e Sousa, Familiar do S.^o Offício, e de D. Joana da Maia, natural de Canaveses, e moradores em Bucelas, neta paterna de

Alexandre de Aguiar e Sousa, natural de Alverca, e de Isabel Soares da Mota, natural da freg. de Tuías, Canaveses, moradores em Alverca, e materna de José Carvalho de Barros, Familiar do S.^{to} Offício, e de Margarida Alves, moradores em Moura; ajustado de novo para casar, em 1723, com Angélica Teresa da Silva, natural de Viana e moradora no Porto, filha do capitão de infantaria Custódio Correia Pinto, natural de Braga, freg. de S. João do Souto, e de D. Maria Madalena da Silva, natural de Viana, moradores no Porto, neta paterna de Francisco Rodrigues Vieira, natural de Gunhedo de Sestal, Viana, e de Francisca Correia Pinto, natural de S. João do Souto, e materno de António da Silva, cirurgião-mor da vila de Viana, natural de Celorico da Beira, e de Madalena de Lima Coelho, natural de Viana; mais uma vez ajustado para casar, em 1724, com D. Caetana Josefa Coutinho, natural da freg. de Sant'Iago do Louriçal, moradora em Lisboa, freg. de N.^a Sr.^a da Encarnação, filha do Dr. Francisco Xavier Leitão, natural de Lisboa, freg. de S. José, e de *D. Margarida Tomásia Coutinho, natural da vila de Vagos, freg. de Sant'Iago*, neta paterna de Gaspar Leitão, natural de Sernache de Bonjardim, e de D. Maria Quaresma Gaioa, natural de Soveral de Alhandra, e materna de *Carlos de Fagundes de Castilho*, natural de Lisboa, freg. do Loreto, e de *Mariana Pratas da Costa, natural de Aveiro, freg. de S.^a Cruz, moradores em Vagos.*

Carta de Familiar de 1 de Outubro de 1707.

José — m. 17, n.º 298

- 450 **José Lopes dos Santos** — natural de Roda, freg. de Salvador da vila de Pombeiro; filho do capitão Manuel Lopes, natural de Vale, freg. de Pombeiro, e de Maria Fernandes, natural de Roda, e aí moradores; neto paterno de Manuel Lopes, natural de Pombeiro, e de Luísa Rodrigues, natural de Vale, e aí moradores, e materno de Salvador Lopes, natural de Urgueira, freg. de Cortiça, e de Maria Fernandes, natural de Roda, e aí moradores; casado com Maria Teodora de Carvalho, natural da Mouta da Serra, freg. do Bom Jesus de Carapinha, filha de Alexandre Pinto da Costa, natural de Mouta da Serra, e de Teodora Maria de Carvalho, natural de Pombeiro, moradores em Mouta da Serra, neta paterna de António Pinto da Costa, natural de Vila Boa, freg. de Moães, e de Isabel Martins, natural de Mouta da Serra, e aí moradores, e materna de Custódia de Carvalho e de Maria

HABILITAÇÕES DO SANTO OFÍCIO

Duarte, moradores em Pombeiro, irmã de *D. Sebastiana Maria Rosa de Carvalho*, casada com o *Dr. Berardo da Fonseca de Oliveira*, médico de partido na vila da *Feira*, Familiar do S.^{to} Ofício, e aí moradores, e sobrinha materna do Lic.^o Manuel dos Santos, secretário da Inquisição de Coimbra, e paterna de Pedro Bernardo Pinto da Costa.

Carta de Familiar de 22 de Dezembro de 1761.

José — m. 90, n.º 1312

- 451 **José Lopes da Silva** — capitão de navios; natural da freg. de S. João da Foz e aí morador; filho de Manuel Lopes da Silva, natural da freg. de S. Mamede de Valongo, e de Mariana Josefa da Silva, natural da freg. de S. Martinho de Lordelo do Ouro, Porto; neto paterno de António Dias Lopes e de Inácia João, naturais de Valongo, e materno de António Domingues da Silva e de Antónia Simões, naturais de Lordelo do Ouro; casado com Antónia Moreira de Sousa, natural de S. João da Foz, filha de José Álvares Moreira e de Teresa Maria Vitória, naturais e moradores em S. João da Foz, neta paterna de *Manuel Álvares Moreira*, natural da freg. de S. João de Ver, e de Abundância Maria da Encarnação, natural de S. João da Foz e aí moradores, e materna de Manuel Francisco Lordelo e de Tomásia de Sousa, igualmente naturais e moradores em S. João da Foz.

Carta de Familiar de 2 de Maio de 1772.

José — m. 133, n.º 2724

- 452 **José Luis** — natural do lugar de Areeiros das Talhadas, freg. de S. Mamede de Talhadas, Sever do Vouga, e morador na vila de Ois da Ribeira, freg. de S.^{to} Adrião, Águeda; filho de Manuel Luis, natural de Viseu, e de Maria Francisca, natural de Areeiros, e aí moradores; neto paterno do B.^{el} Sebastião Viegas de Oliveira, natural de Viseu, e de Joana, mulher solteira, natural de Travassos, Oliveira de Frades, e materno de Manuel Francisco e de Isabel Francisca, naturais e moradores em Areeiros; casado com Rosa Maria, filha de Francisco Ferreira, natural da freg. de S.^{to} André de Fermentelos, Águeda, e de Maria Ferreira, natural de Ois da Ribeira, neta paterna de Manuel André e de Isabel Simões, naturais e moradores em Fermentelos, e materna de Manuel Ferreira Baeta, natural de Ois da Ribeira, e de Joana Maria, solteira, natural do lugar

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

de S. Martinho, freg. de S.^{ta} Eulália de Aguada de Cima, Águeda, e moradores em Ois da Ribeira.

Carta de Familiar em 13 de Outubro de 1772.

José — m. 136, n.º 2740

- 453 **José Luís Mota** — capitão e mercador na cidade do Porto, e aí morador na freg. de S. Nicolau; natural da freg. de S. João da Foz; filho de João Afonso Mota e de Branca Luís, naturais e moradores em S. João da Foz; neto paterno de João Afonso e de Maria Benta, e materno de Manuel Pires e de Branca Luís, todos igualmente naturais e moradores em S. João da Foz; pai de Josefa, filha de *Isabel Pereira*, solteira, natural de Vilarinho, freg. de S. Miguel de Canelas, Arouca, filha de *Manuel Rodrigues*, natural da freg. de S.^{ta} Cruz de Alvarenga, Arouca, e de *Maria João*, natural de Gamarão, S. Miguel de Canelas, e aí moradores.

Carta de Familiar de 29 de Março de 1707.

José — m. 16, n.º 279

- 454 **José Luís Pimenta de Távora e Lemos** — natural e morador na Quinta de Aveleira, freg. de S. João de Penselo, termo de Guimarães; filho de Luís Pimenta de Távora e Lemos, natural da freg. de S. Romão de Mouris, termo do Porto, e de D. Rosa Maria de Sousa e Meneses, natural da Quinta de Figueiredo das Donas, freg. de S.^{ta} Maria Maior, S. Pedro do Sul; neto paterno de José da Costa Pimenta de Sá, natural de Guimarães, e de D. Catarina de Lemos e Távora, natural de S. Romão de Mouris, e materno de Manuel de Sousa e Meneses e de D. Madalena Cristina de Sousa, moradores em Figueiredo das Donas; sobrinho materno de *Maria Madalena de Sousa e Meneses*, casada com *Bernardo de Carvalho e Lemos*, senhores das vilas de *Alfarela e Trofa*, e mãe de *Xavier Francisco de Sousa e Lemos*, natural da vila de *Trofa*, freg. do Salvador, Águeda, Familiar do S.^o Offício, casado com D. Tomásia Margarida de Sousa; sobrinho neto, por via paterna do P.^o António Dias Pimenta, cônego da Colegiada de Guimarães e Comissário do S.^o Offício, e por via materna do P.^o Garcia de Sousa, prior da Bemposta e Deputado do S.^o Offício; casado com D. Madalena Bernarda da Silva e Vasconcelos, natural da Quinta do Salgueiral, freg. de S. Mamede de Vila Marim, filha de Gonçalo Monteiro de Carvalho, natural da Quinta do Salgueiral, e de D. Ana Josefa da Silva e Vasconcelos, natural da freg. de S. Gonçalo de

HABILITAÇÕES DO SANTO OFÍCIO

Amarante, neta paterna de Manuel de Magalhães Vasconcelos de Azevedo, igualmente natural da Quinta do Salgueiral, e de D. Maria Faustina Carneiro de Sequeira, natural da Quinta da Gafaria, freg. de S.^{ta} Cristina de Mesão Frio, e materna de Francisco da Silva e Vasconcelos, natural de S. Gonçalo de Amarante, e de D. Maria de Faria e Andrade, natural da freg. de Torrados, Guimarães.

Carta de Familiar de 17 de Dezembro de 1754.

José — m. 75, n.º 1130

- 455 **José Luís Vaz Morilhas** — *natural e morador em Águeda, freg. de S.^{ta} Eulália; filho de Dr. Lourenço Gonçalves Vaz Morilhas e de D. Rosa Maria de Jesus, moradores na vila de Águeda; neto paterno de Pedro Gonçalves Seixas e de Maria Alves Vaz, de Caminha, e materna de Manuel Rodrigues Homem, de Águeda, e de Maria Tavares Ferreira, da freg. de N.^a Sr.^a da Assunção de Ancas, Anadia.*
Carta de Familiar de 16 Novembro de 1728.

José — m. 29, n.º 478

- 456 **José Machado da Silva** — administrador da Renda da Rainha até 1747, retirando-se depois para a sua casa no largo da rua do Albuquerque, junto ao beco do Seixo, freg. da Basílica de S.^{ta} Maria de Lisboa; natural da mesma cidade e freguesia; filho de João Machado da Silva, mestre barbeiro defronte da casinha da Ribeira, natural da freg. de S. Romão de Arões, termo de Guimarães, e de Maria Teresa do Ó, natural da freg. de S. João do Souto; neto paterno de João Álvares Machado, natural da freg. de S. Pedro de Britelo, Celorico de Basto, e de Francisca Fernandes, natural da Povoação, freg. de S. Bartolomeu de S. Gens, Montelongo, criados do abade de S. Pedro de Britelo, e materno de António Ferreira da Silva, barbeiro, igualmente defronte da casinha da Ribeira, natural da freg. de S.^{ta} Maria de Ferreiros, e de Antónia Maria, natural de Lisboa, freg. de S. Nicolau; irmão do P.^o Jacinto Machado da Silva, habilitado «de genere» no Arcebispado de Lisboa, e sobrinho paterno de Bernardo Álvares da Silva, Familiar do S.^o Ofício no Rio de Janeiro; casado com Antónia Teresa Joaquina, natural de Lisboa, freg. de S.^{ta} Maria, filha de Manuel Henriques, espadeiro da Ribeira, junto às Portas do Mar, natural de Regadas, freg. de N.^a Sr.^a da Natividade de Macieira de Cambra, Vale de Cambra, e de Agostinha da Luz, medideira no Terreiro de Lisboa,

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

e daí natural, freg. de S.^{ta} Maria, neta paterna de *António Lucas*, filho de *Francisco Gonçalves* e de *Maria Lucas*, naturais de *Lourosa*, *Macieira de Cambra*, e de *Maria Mendes*, filha de *Manuel Henriques* e de *Catarina Mendes*, natural de *Passos*, *Macieira de Cambra*, e materna de *Domingos Gomes de Lima*, filho de *António Rodrigues* e de *Ana Pires*, natural de *Grisô*, freg. de *Lavradas*, termo de *Ponte de Lima*, e de *Catarina Francisca*, filha de *António Domingues* e de *Ana Francisca*, natural de *Labruja*, freg. de *S. Cristóvão*, termo de *Ponte de Lima*, sobrinha materna de *Clemência do Espírito Santo*, mãe de *Agostinho da Natividade*, religioso arrábido do *Convento de Mafra*.

Carta de Familiar de 26 de Junho de 1748.

José — m. 58, n.º 898

(*Continua*)

JORGE HUGO PIRES DE LIMA

1.º Conservador do Arq. Nac. da Torre do Tombo



OFERTA

EVOCACÃO DO PROF. FERNANDO MAGANO

DA FACULDADE DE MEDICINA DO PORTO
UMA BELA CANETA DE ESCRITOR QUASE
ABAFADA PELO BISTURI DO CIRURGIÃO

*Aos Drs. José Tavares e Francisco
Ferreira Neves, que o tiveram como
aluno, no Liceu de Aveiro.*

bibRIA

P OUCAS vezes tive a honra de falar com o Prof. FERNANDO MAGANO. Ofereci-lhe alguns livros meus. Ele pagou-me na mesma moeda. E por aí nos ficámos. Ele não me terá lido, porque não lhe sobrava tempo para ler autores menores. Eu, em compensação, li todos os seus livros de feição literária, uma vez que, não sendo médico, nada adiantaria ler-lhe a literatura médica. Só, pois, nos seus livros de feição literária me basearei, para evocar a sua figura ⁽¹⁾.

(1) FERNANDO DOMINGUES MAGANO JÚNIOR, filho de FERNANDO DOMINGUES MAGANO e de MARIA DA ANUNCIAÇÃO MARCELA MAGANO, nasceu em Ílhavo, a 28 de Março de 1905.

Foi aluno distinto na instrução primária, concluiu o curso do liceu com a classificação de 18 valores, e, na Faculdade de Medicina, as suas notas oscilaram entre os 16 e os 19 valores, com vários *accessit*. Licenciado em 1927, viria a doutorar-se em 30, com a tese *Apontamentos sobre a prova Meltze-Lyon*. Em 1937 era nomeado Prof. auxiliar de Patologia e Terapêutica Cirúrgicas. Em 1944 é já catedrático de Patologia Cirúrgica. Foi Vice-Reitor da Universidade do Porto, durante 15 anos. Dirigiu o Centro de Estudos Humanísticos, na fase inicial. Faleceu no Porto, a 26 de Maio de 1969. Está sepultado em Aveiro.

Neste trabalho omitimos as suas publicações de médico. Só, a bem dizer, nos referiremos às extra-médicas.

NÃO SOFREU DE NARCISITE AGUDA

O Prof. FERNANDO MAGANO nunca sofreu de narcisite aguda. Praticando o preceito socrático do *gnoti sautón*, caía, invariavelmente, na auto-ironia, quanto ao saber. Não presumia de mundos e fundos, quanto ao seu saber pessoal. Algures, disse ele possuir «a noção das suas limitações» (1). O «sei que não sei», ou o «sei que estou muito aquém do saber universal» afluía-lhe constantemente aos bicos da pena, e é muito provável que aos lábios quando, como mestre, discorria perante os seus alunos, ou perante os seus colegas universitários.

A presunção impertinente de sábio mirandoleço nunca ele — como superior espírito que foi — a alimentou. É sempre com modéstia que expõe as suas ideias, originais ou repensadas, num estilo muito pessoal, de certo requinte artístico até, evitando, sistematicamente, as citações de aparato que, no fundo, em muitos espíritos, representam — sem sombra de paradoxo o dizemos — um triste sintoma de preguiça mental.

O *Discurso Académico* — que foi, afinal, *Oratio de Sapiéntia* — ele o classifica de mero ensaio. A abertura do *Discurso* ostenta, até, ao alto da primeira página do texto, este título, que encerra todo um programa de modéstia intelectual: «*Teor do momento e regime escolar, ensaio para servir de Oração de Sapiência*».

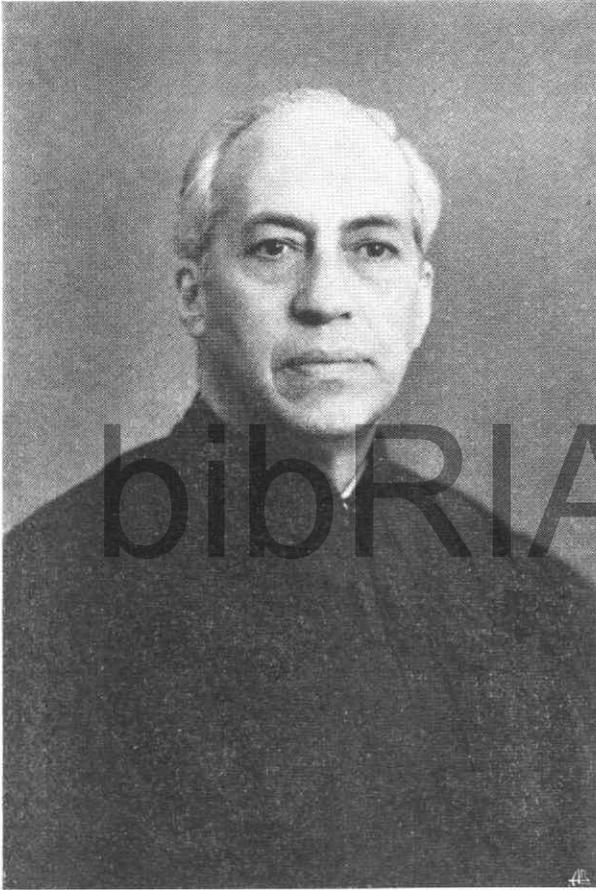
De *ensaio* classificou, pois, a sua *Oração de Sapiência*, por lhe parecer que era justamente essa palavra que melhor lhe traduzia a atitude de espírito, naquela emergência. E com as palavras seguintes se justifica:

«Ensaio, disse, e propositamente o sublinho: tal género, como todos sabemos, é a menos densa, por certo a menos responsável de todas as produções da escrita conceitual; permite uma certa leveza, não lhe é forçosa a regra erudita; tem quase tudo de subjectivo, donde as inevitáveis máculas.

Alheio a rígidos propósitos preceituais, é este um singelo curso de solilóquios que borbotaram ao acaso dos momentos, e para hoje com simplicidade se entretecem sem a preocupação de referenciar textos.»

De facto, o Prof. MAGANO era avesso ao estendal das erudições de compacto rodapé. Mesmo quando não disse nada de novo — todos nós chegámos muito tarde a um mundo já muito velho, no dizer do poeta — procurou exprimir o comum no seu estilo de marca inconfundível.

(1) *Discurso Académico na sessão inaugural dos trabalhos do Ano Escolar de 1948-1949*, pág. 1, Porto, 1950.



O Prof. Doutor FERNANDO MAGANO

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

Louvar-se não entrava nos seus processos. Sempre com o sentido das limitações pessoais, ao ter de referir-se a si próprio, é com linguagem quase pejorativa que o faz. Assim, por exemplo, evocando aquele que foi seu professor de cirurgia, diz ter sido «singelo, imperfeito, canhestro aprendiz, naquela arte cirúrgica em que ele era grande» (1).

AUTO-IRÓNICO

Se houve aí homem despresumido — e até um tanto inclinado à auto-ironia — foi FERNANDO MAGANO. Leia-se, por exemplo, o pequenino prefácio das *Aparas*, Porto, 1962:

«Meras insignificâncias?»

Talvez um nadinha mais; aqui e ali timidamente significantes.

Pois elas, as maravilhas, servem, às vezes, para iniciar a fogo brando, o lumaréu em que arde, ao depois, a lenha graúda; e são usadas pelos pobres, para atizar lume mortício.

Claro é que, de frágeis e pequeninas, nem cinza deixam.

(Verdade, verdade, não haverá nisto um pouquinho de presunção?)

E não será cuidar que alguém, ou algum, lhes fará mercê de as olhar, sequer olhar?)

Não me lembro já, ao certo, donde provém e como foi: um que convida, mais um que solicita e até há quem não dispense. Lá sabem eles os motivos.

De mim, conheço apenas que os atropelos da profissão, e outros, me impedem um programa que tenha sequência ou me inibem (felizmente) a vaidade de propor um conteúdo.

E então o remédio procura-se na botica das urgências: laudas inocentes rabiscadas ao sabor... de quê? e deixadas aqui e ali, em jornais e outras publicações.

Alguma vez, em tom de homenagem às raízes da família, se subscreveram com a rubrica de pseudónimos. Mas foi fácilimo, ao que me dizem, pôr o dedo na ferida. Gato escondido...

«Aparas», que nem por aparecerem agora em montículo, fogem ao seu destino: ou se deitam fora, ou são crestadas nos fogões de sala.

Como ficaram debaixo do telheiro sucessivos estios, muitas delas, quase todas, secaram, como era inevitável.

Melhor: ardem mais depressa...»

Página despretensiosa. De auto-apoucamento que, afinal, redundava em ficarmos simpatizando com o autor — um autor que nunca, por nunca, soube o que fosse narcisar-se.

(1) *Discurso Académico...*, pág. 3.

EVOCÇÃO DO PROF. FERNANDO MAGANO

Geralmente, FERNANDO MAGANO comprouve-se sempre em escrever pouco a respeito fosse do que fosse. Não porque lhe escasseassem as ideias, mas porque não fazia namoro ao seu pensamento pessoal. De sua natureza era a modéstia em pessoa. Assim, por exemplo, num comentário escrito que fez da vida e obra de AMBRÓSIO PAREO, todos nós sentimos quanto ele poderia ir mais longe. Mas poucas páginas decorridas (das de ler e pedir por mais...), já o temos a pôr o remate, nestes termos de franciscana humildade:

«... Exemplo a apontar, lição de plena actualidade.

E a minha pena, num preito de admiração e agradecimento, recusou-se a rabiscar mais o que quer que fosse.

Só o silêncio não profana..., e, para meu e vosso bem, sustive a escrita e com ela esta pobre fala.»⁽¹⁾

Ao lermos FERNANDO MAGANO, lamentamos sempre que não tenha prosseguido. Sentimo-nos roubados, porque pelos domingos que ele nos deu, pressentíamos os dias santos...

NÃO TEVE O VÍCIO DA ERUDIÇÃO

FERNANDO MAGANO não teve o vício da erudição arquivística, vício muito português e que, no fundo (aqui vai arder Tróia!), representa uma atitude de espantosa preguiça mental.

— ?

— Está claro. Cópia daqui, cópia dalém, os nacos citados, cerzidos com fraseado do tipo: *e diz Fulano, muito bem*, constituem, da parte do citador, a flagrante incapacidade de pensar de conta própria.

Assim, tendo FERNANDO MAGANO de falar em público do médico gaulês AMBRÓSIO PAREO, dois caminhos se lhe abriam: citar Tírios e Troianos, sobre pormenores de biografia, ou fazer um comentário pessoal ao texto pareano. Foi o que ele fez, honra lhe seja!, fugindo à tentação de cerzir prosas alheias. Assim dá ele conta do caminho pelo qual optou:

«Estudar o assunto e depois, referir, com um módulo pessoal, se possível, a ideia que ele me sugeriu. Caminho, bem sei, pontuado de escolhos onde por certo vou tropeçar, marginado de insuficiências, onde me afundarei, caminho nada erudito, nem glorificante, mui discutível e imperfeito. Confesso, porém, o meu pecado: optei por este segundo trilho, pela razão muito singela de que me agrada muito e sempre seguir o meu próprio, embora

(1) *Aparas*, pág. 22, Porto, 1962.

áspero, atalho, ou seja, para empregar a expressão clássica, prefiro beber pela minha grosseira malga, embora respeite e muito admire e, vamos, até inveje o cálice e licor alheios.» (1)

Confissão preciosa esta que nos agrada subscrever. Quem tem boca não manda assoprar. A FERNANDO MAGANO não faltava capacidade para um comentário pessoal. E escrito num estilo que era dele, muito dele, saborosíssimo.

MAIS ALGUNS ASPECTOS DO SEU PERFIL PSICOLÓGICO

FERNANDO MAGANO, comentando a vida e obra de AMBRÓSIO PAREO, o famoso barbeiro-cirurgião francês do séc. XVI, dava este conselho:

«Que um homem guarde entre si mesmo, até sem o saber e sem dar por isso, certa fidelidade a uma norma superior que explica e orienta os seus passos e se sobrepõe aos viventes do destino; a questão é que essa norma tenha um sentido de ascensão, seja um valor em si mesmo positivo e intemporal.»

«É em PAREO, visto à distância de quatro séculos, (continua MAGANO) tal sentido é evidente: o pensamento e a acção revelam sempre a finalidade de bem-fazer e mostram o intento de acrescentar ao que está estatuído, algo que a experiência mostra e pede que se medite. Fazer o bem sem olhar a quem e fazer bem sem cuidar donde o saber provém.» (2)

FERNANDO MAGANO, mesmo sem se aperceber disso, fazendo o anterior comentário a AMBRÓSIO PAREO, a si próprio se estava biografando. Também a norma da sua vida teve sempre «um sentido de ascensão» — foi sempre um *excelsior!*, um *semper ascendens!* Também ele fez sempre o bem sem olhar a quem, e diligenciou fazer bem — profissionalmente falando — sem cuidar donde o saber provém. Foi homem-paradigma. Coração de ouro. Inteligência arguta. Vacinado contra toda a espécie de narcisismo. Auto-irónico, como quem diz deslouvando-se a si próprio, sem perder o dom de louvar aqueles que louvor mereciam.

Continuando FERNANDO MAGANO a comentar a vida e obra de PAREO, diz que este possuía liberdade de ânimo, agudeza de inteligência, clareza de alma — que mais do que um homem definem um Mestre.

Uma vez mais — e *sans le savoir* e *sans le vouloir* — ele se estava biografando a si mesmo. MAGANO foi, com efeito (afirmam-no

(1) *Aparas*, pág. 10, Porto, 1962.

(2) *Aparas*, págs. 13-14.

EVOCACÃO DO PROF. FERNANDO MAGANO

quantos foram da sua intimidade e lhe conheceram os actos e a obra), um homem de ânimo liberal, de aguda inteligência e meridiana clareza de alma, sem alçapões, sem reticências culposas, sem hipocrisias, homem de estirpe mirandina, e, portanto, «d'um só parecer, | d'um só rosto e d'ua fe», e só não dizemos (continuando os versos mirandinos) «d'antes quebrar que torcer», porque não foi homem de atitudes rígidas, antes, aqui e além, *torceu*, emendando os seus erros quando os reconhecia, não fazendo finca-pé em falsas coerências — aquelas que se ficam no *j'y suis, j'y reste!*, ainda quando reconhecem os seus erros, tudo para que, cá fora, não



O Prof. FERNANDO MAGANO e o Prof. REINALDO DOS SANTOS

Foto do Prof. Doutor ROCHA BRITO. Coimbra, 1945.

comentem: «ontem dizia isto, e hoje já o não diz». Torceu em ciência, aqui e além, porque, para ele (noutro lugar o afirmamos), a verdade científica é feita de aproximações sucessivas, não se apresenta com cariz definitivo, nunca está feita, está-se sempre fazendo, sujeita a permanente devir, a perpétuo *fieri*, a constante revisão ⁽¹⁾.

(1) MAGANO, falando da sua ciência — a medicina — diz: «em todas as obras médicas, há muito ou quase tudo de perecível» (*Aparas*, pág. 18, Porto, 1962, a propósito do livro de texto deixado por AMBRÓSIO PAREO, o famoso barbeiro cirurgião e depois cirurgião-barbeiro — o que já é, socialmente, diferente).

Fora desse campo, porém, MAGANO foi a negação do homem versátil; nele se podia confiar, sempre igual a si próprio nos caminhos de uma doce humanidade, de um fino contacto, de uma fé que lhe iluminava a vida.

FERNANDO MAGANO foi uma *personalidade*. Por esta palavra — e sobretudo pelo seu intrínseco significado — tinha ele uma particular simpatia. No perfil da *personalidade*, via ele a negação da subserviência — e ele foi a negação desta tristíssima atitude. Nesse perfil, via ele a repulsa pelo oportunismo, pela política dos *accommodements*, pelas inconfessáveis transigências, pelo mimetismo, pelo psitacismo, pela osteomalacia moral, pelo amorfismo, pelo cinzento das opiniões, pelo postigo, pelo acaciano, pelo toupeirismo, e ele foi a humana repulsa por tudo por isso e partes adjacentes.

Evocando um seu camarada no magistério universitário, dizia:

«Estou a olhar um, que já não vejo: inteligente, livre, disciplinado, alegre, sagaz; juiz agudo e clínico bondoso; ensinava sem presunção e criticava sem indisciplina; médico arguto e cientista apurado; a gratidão exemplificada; a modéstia serena, a consciência do seu valor. Sofredor até ao heroísmo.» (1)

Não estará aqui uma boa parte do perfil de FERNANDO MAGANO? *Uma* *você*, os que com ele privaram respondem afirmativamente. Noutros passos, ele, biografando uns quantos da sua estirpe moral e psicológica, a si próprio, inconscientemente, se ia biografando.

O HOMEM CATÓLICO

FERNANDO MAGANO foi homem de formação católica. Este adjectivo o tomou ele à letra, e, sobretudo, em espírito. Não foi rótulo que a si apusesse levianamente. Era católico de verdade, o que exige heroísmo, sabido como a ética do catolicismo é ascética, mais voltada ao cumprimento de deveres do que à reivindicação de direitos. O homem católico é como se perfilhasse o dito comteano — o de que «o homem só tem um direito, o de cumprir o seu dever».

Vivia a crença da sua religião na mais profunda e ressonante euforia. Seja ele a dizê-lo: «É tão grande a graça da crença, é tão luminoso o horizonte da Oração, que um qualquer de nós se há-de sentir, por força da sua própria e sabida imperfeição, quase indigno de tão alto benefício; e por força também da incomensurável riqueza que assim possui, se deve sentir na obrigação

(1) *Aparas*, pág. 42.

de tentar compreender aqueles dos nossos irmãos que não sabem rezar e até rezar por eles» (1).

MAGANO fala em rezar pelos outros — persuadido, evidentemente, da eficiência dessa oração feita em favor do seu semelhante. É assim, era como se estivesse subscrevendo o ponto de vista de ALEIXO CARREL, segundo o qual os milagres de Lourdes são, sobretudo, o resultado da oração — menos a feita pelo doente do que principalmente pelos outros.

A tal propósito, escreveu CARREL: «Para que estes fenómenos [os milagres de cura] se produzam, não há necessidade de que o doente ore, pois têm sido curadas em Lourdes criancinhas que ainda não falavam e, até, pessoas descrentes. Alguém, porém, orava perto delas. A oração feita por outrem é sempre mais fecunda do que a feita pelo próprio doente. É da intensidade e da qualidade da prece que parece depender o seu efeito. Em Lourdes, os milagres são, hoje, muito menos frequentes do que eram há quarenta ou cinquenta anos. É que os doentes já lá não encontram aquela atmosfera de profundo recolhimento que ali reinava outrora: os peregrinos tornaram-se turistas e as suas preces são ineficazes» (2).

Dissemos, mais atrás, que ser católico de verdade exige heroísmo. Falando a estudantes católicos, MAGANO dizia-lhes: «A definição de católico obriga-nos, mais do que a quaisquer outros estudantes, a um exacto cumprimento dos deveres» (3). E, como quem pretende glossar o dito de FRANCISCO BACON — se a pouca ciência afasta de Deus, a muita aproxima —, assim se lhes dirigia:

«Nenhum desses caminhos do saber, nenhum por nenhum, vos é vedado; é até me parece que poderia defender que só vos é vedado o não-saber. Já não digo por disciplina, já não digo por razões de apologética, digo-o pelas razões do próprio sentido

(1) *Colaboração*, pág. 114, Porto, 1962.

(2) A. CARREL, *A Oração*, págs. 34-35 da trad. port., de Ed. Pinheiro, Porto, 1945.

(3) *Três palavras ...*, pág. 35.

MAGANO gostava de falar do dever. Dir-se-ia haver nele costela kantiana. Algures, escreveu ele a respeito de um contramestre que passara no mar as passas do Algarve — aí tendo cumprido exemplarmente o seu dever em certo incidente que, por um triz, não fora trágico, sem, todavia, fazer alarde do caso:

«Ao homem que cumpre, que cumpre com simplicidade, que é a forma mais alta de cumprir, não lhe dá para rememorar façanhas. Nem elas existem. Façanhas contam-nas os outros». (*Almosarif e outras laudas*, pág. 114, Porto, 1965).

Falamos em costela kantiana... Vai nisso algum exagero. O cumprimento do dever era mais um imperativo da vontade, na boca de KANT, do que uma inclinação efectiva. Tinha seu quê de gelado. No caso de FERNANDO MAGANO, porém, o dever era o dever feito coração.

ecuménico da fé. A ciência é ainda, e sempre, um caminho para Deus — visto que a pesquisa das relações que regem os fenómenos, é ainda e sempre, uma aproximação da intimidade do Criador; visto que o ansiarmos por descortinar a verdade ou a razão dos factos, é ainda e sempre uma ascensão para a verdade primeira e para a fonte originária dos mesmos factos.» (1)

* * *

FERNANDO MAGANO foi homem discreto na prática do bem. Não era prospenso a alardes. E procedendo assim, era como se aceitasse a máxima do santo (que santo? S. Francisco de Sales?): *O bem não faz barulho, e o barulho não faz bem.*

«O SENHOR PASSA EM GALARINHOS?»

FERNANDO MAGANO escreveu pouco, mas melhor do que ele, com mais afinado sentido estético do que ele, será difícil encontrar aí na panorâmica da nossa literatura. Se adregasse de exercer uma profissão menos absorvente que a de cirurgião e Mestre de medicina, em condições de dispor de tempo para largamente escrever, ou para escrever sempre que lhe desse a real gana, teríamos aí, possivelmente, novelas e contos admiráveis (seria outro João de Araújo Correia, João Semana que dispõe de horas para clinicar e para escrever), e páginas da mais penetrante das críticas.

A profissão médica e o magistério universitário não abafaram nele inteiramente o gosto da literatura. Sentimos, porém, que não lhe deixaram o ócio necessário para nos presentear com as laudas maravilhosas de apuradíssimo gosto literário que realmente escreveria, se para tanto lhe sobrassem lazeres. Pelas poucas páginas que escreveu, podemos entreadivinhar as muitas — e belíssimas — que realmente poderia escrever. Para amostra sirva a página seguinte:

«— *O senhor passa em Galarinhos?*

Sabia eu lá bem onde era Galarinhos ou a minha avó-torta. Mal dei conta da mulher.

Chovia e chovia bem. E a confiança no motor do automóvel não era muita. Não sei que lhe acontecera que não desenvolvia e, com frequência, nas subidas, mesmo pequenas, exigia mudança de velocidade. Não me parecia o mesmo. Perro, não me dava confiança.

(1) *Três palavras na Universidade*, pág. 35, Porto, 1944.

EVOCACÃO DO PROF. FERNANDO MAGANO

E, francamente, ali a meio da serra e eu ainda muito longe do meu destino. Pelo sim pelo não, mal encontrei uma estação de serviço fui pedir o auxílio de um sabedor naquelas artes de motores. Nada, que eu ainda tinha muitos quilómetros para andar e o dia ia a mais de meio. Logo um prestimoso artífice desmontou não sei quê, bufou não sei onde, disse que eram impurezas, repôs tudo no sítio e a marcha renasceu confiante. Magnífico. Nem a chuva fazia mossa, sequer a distância me preocupava. Quando chegar, cheguei. O que é preciso, nestes caminhos secundários das abas da serra, para a gente se não perder, é ir com atenção aos letreiros.

De súbito: Galarinhos!

Oh! Galarinhos... E aquela pobre mulher vestida de preto, que eu não atendi lá em cima à saída da vila...

Que é que me custava tê-la trazido? E chovia tanto! E que dor de alma sinto agora, pelo meu feroz egoísmo. Como a gente perde a ocasião de ser feliz felizando os outros!

A pobre mulher de luto, supunha ela que eu sabia onde era Galarinhos! Pois não têm todas as pessoas obrigação de saber onde é a terra de cada um, se a sua terra é, de facto, o centro da terra e todos, todos os caminhos passam por lá?

Esperavam-na, talvez, os filhos. E não tem toda a gente de ser amiga dos filhos das mulheres vestidas de luto que andam pelas vilas a cuidar de papéis e outras obrigações que a vivez arrasta?

Se calhar a pobre mulher nem ficou a pensar mal do egoísta que passou de automóvel. Pois tem alguém de se interessar pela vida dela?

Não foi atendida e lá ficou, na mesma, à chuva, à espera da camionete que passaria daí a uma hora ou mais. Talvez para ela não passasse disto.

Para mim é que não passou. Perdi uma boa ocasião de criar alegria. E só há alegria no dar; no receber há gratidão. Mas isso é outra música. Eu é que fiquei pobre.

E é que não voltei para trás. Sumiu-se a tabuleta com o letreiro... Outros letreiros se sucederam. Muitos.

Mas a viagem ficou-me enublada. Deus me perdoe... Mas eu não sabia onde era Galarinhos, o automóvel não desenvolvia, a tarde crescia e a chuva... Desculpas.» (1)

Bonita página!, literariamente considerada. Mas transcrevêmo-la, não apenas para dar uma ideia do excepcional talento literário de FERNANDO MAGANO. Transcrevêmo-la também para dar conta do *homo duplex* que em todos nós existe: de um lado, o homem que diz: «é assim que deves fazer e acontecer, é isto que não deves fazer nem acontecer», e, afinal, do outro lado está o homem que nos leva a fazer tudo ao contrário do que nos

(1) *Almofariz e outras laudas*, págs. 89-90, Porto, 1965.

parece ser o bem e ao qual damos a nossa aprovação. *Video meliora proboque deteriora sequor...*

Também FERNANDO MAGANO (o melhor dos homens, que vivia na religião do cumprimento do dever, do dever por ele mais de uma vez exaltado) se deixou desfalecer, sendo, nele, o homem vulgar a vencer o homem católico, carregado de responsabilidades morais.

A página transcrita não vale apenas pela pulcritude literária que a toca, mas, outrossim, pela sincera humanidade que a repassa, acentuando as fraquezas às quais todos somos atreitos.

A SEMENTEIRA DO MAR

Como homem da beira-mar, não podia FERNANDO MAGANO deixar de se impressionar vivamente com o espectáculo do oceano. E, a propósito, escreveu algumas páginas de extraordinária beleza. Aí vai uma:

«Aquela «notícia» que veio na Arca do simpático «Litoral» referente ao naufrágio de um certo lugre aveirense, (com o destino que o Senhor escolheu para a sua equipagem), acordou a memória de certo passo de um livro recente e, com a memória, uma espécie de meditação:

«Não teremos nunca, decerto, searas que nos bastem; mas a vinha e o olival, a horta e o pomar, a mata e esse campo onde se colhe sem se semear que é o oceano, dar-nos-ão com que adquirir muito do que sempre nos fallará». (J. A. PINTO, *A chave da História de Portugal*, 1945, pág. 99).

O oceano... «esse campo onde se colhe sem se semear!»

Sim e não. Não se emprega, certamente, no oceano, a semente da terra, senão que nele se semeiam homens. Irregularmente, isto é, sem tino ou ritmo ou finalidade, a nós nos parece.

Na boca dos rios, nas praias da arribagem, nos largos peões: homens.

Encapela-se a onda na borda da areia e lá vão barcos e redes e alguns da campanha; uma volta do mar varre o tombadilho e enrola um ou mais; uma fúria ciclónica e pronto, lá foi o veleiro e a tripulação inteira; e sempre assim, sempre, nas diversíssimas maneiras e jeitos que o mar sabe...

Homens, homens, é a semente que ali se emprega.

E será por isso que os íncolas de certas póvoas não se aquietam enquanto o não navegam.

É que, é lá, é nele, que jazem os seus mortos.

Mas, para eles, para os íncolas ansiosos, o mar não é cemitério, nem morte, é vida.

Será que sentem, no mesmo mar que subjugam, a força e a fala, o gesto e a voz dos avós que lá andam, diluídos e frutificantes?

EVOCAÇÃO DO PROF. FERNANDO MAGANO

Homens. No mar semeiam-se homens. Por isso ele é único: Simultaneamente odiado e logo amado até às últimas loucuras. Semente antiga para guardar na Arca? Semente para espalhar no mundo...» (1)

UM SÍMBOLO

Daremos ainda mais uma amostra do talento literário de FERNANDO MAGANO, na seguinte página, que nos parece carregada de discreto simbolismo:

«Numa destas tardes em que, parece, a vida assume a plenitude, depois das chuvadas e dos granizos, e os frutos já despontam, e há nas coisas uma tal ou qual quietude, em dia assim e em pleno verão: quando menos se espera adensam-se as nuvens para as bandas do mar, a atmosfera fica não sei como, seca e pesada, e estala, súbita, a trovoada, curta e sonora.

E a faisca tocou a árvore mais alta: estremeceu a ramaria, amedrontaram-se os bichos e esvaziaram-se os ninhos.

Passou. Passou, mas o cerne ficou rachado a meio.

E quando mais tarde caiu ao comprido, levou consigo, a árvore frondosa, como era inevitável, os magros arbustos que lhe estavam próximos e, no caminho da queda... , quase os esmagava.

Ficou uma clareira, abriu-se uma cova, riscou-se um sulco: clareira na floresta, cova no chão, sulco na vizinhança.

Mas foi então que todos puderam ver melhor, no vazio, a amplitude da copa e o amaranhado da frança; foi então que se descobriram as raízes sólidas; foi, então, que saltando-lhe em cima a rapaziada tomou conta do tronco nodoso; foi então que se avaliou a avantajada corpulência.

Ao alto não se media bem. Foi então: pelo estrondo da queda, pelos estragos, pelo vulto caído, pela falta no conjunto, foi então que se lhe mediu o valor do porte.

Mas então, como sempre, era tarde e era irremediável. Os bichos, esses, a passarinhada quis lá saber; novo poiso, nova escolha, outra copa...» (2)

Será que o autor desta página teve apenas o propósito de nos dar um quadro objectivo, o belo pelo belo, ou quis expressar, no pitoresco dessas linhas, um símbolo humano?

Se, acaso, não nos enganamos (este se não o dispensamos aqui, porquanto não temos o gosto do dogmatismo), se acaso não nos enganamos, o autor viu naquela árvore frondosa e agigantada o símbolo do grande homem, de cujo valor, em muitos

(1) *Aparas*, págs. 89-90, Porto, 1962.

(2) *Almofariz e outras laudas*, págs. 29-30, Porto, 1965.

casos, os bichos, a passarinhada, não se apercebem. É preciso que o grande homem caia para que lhe notem o vazio que ele deixa. Mas logo — é isso verdade —, a passarinhada passa adiante, indiferente, procurando novo poiso, fazendo nova escolha, arranjando outra copa em que se abrigue.

É de ontem, é de hoje, e de sempre será.

DUAS ESPÉCIES DE ORIGINALIDADE

Há originalidade e ... originalidade: a postiça e a de dentro. Aquela merece as zabumbadas da troça. Só a outra tem direito a louvor, por não ficar curta nas mangas a quem usa dela. A tal propósito, deixou-nos MAGANO meia dúzia de linhas, ou lá quantas são, que vale a pena transcrever aqui:

«Tomou a resolução. Vou ser original. Ninguém como eu. De todos aqueles sujeitos com quem me encontro na repartição, eu é que sim.

Serei modelo. Em tudo: na maneira muito copiadamente minha de redigir os officios, na preparadíssima espontaneidade com que falo de improviso, e até na basófia com que me apresento muito tímido.

Resolveu e desatou a executar: torcidos os significados, reticente a retórica como convém.

Esqueceu-se, porém, desta coisa simplicíssima: é que a originalidade é um dom, certo ziguezagnear, que acode ou não acode, sopra ou bafo, sabe-se lá...

Aquela originalidade decidida, rebuscada, que será senão imitação? Nem fumo é. Ridicularia.» (1)

FERNANDO MAGANO falava como quem se confessa. A sua originalidade tinha a característica da espontaneidade, *tel sur le papier qu'au dedans*, sem nada de postiço, e daí ficarmos cativados dela, e só termos de lamentar que lhe não sobrasse tempo para a fazer crepitar em abundantes páginas literárias.

FERNANDO MAGANO era todo pela espontaneidade. Nada de retoques. Afigurava-se-lhe que o retoque mata o natural, o flagrante, o tal qual brotou, sem mais aquelas. Então, não retocava o que escrevia? Retocava, mas parecia-lhe que o *labor limae* lhe minimizava a vida daquilo que pretendia comunicar. Seja ele a dizê-lo:

«Ordenar uma «palestra», para não dizer conferência, sobre isto ou aquilo, e dar-lhe certo tom, sua sequência, altura e nobre expressão, scu interesse vivo, é bastante difícil.

(1) *Almofariz e outras laudas*, pág. 85, Porto, 1965.

EVOCÇÃO DO PROF, FERNANDO MAGANO

Foi um lampejo no momento em que se pensou, mas é uma repetição no momento em que se ouvirá.

O óptimo seria não ter nem recado, nem sujeição. Deixar «acontecer» o que vier e dar-se a esse acontecer ... Deixar brotar sem pentedelas, originalmente.

Impossível, claro está.

Escreveu aquele «escrito» e tempo depois retocou-o. Deu-lhe, então, equilíbrio, transpôs períodos, ajeitou sonâncias, vincou expressões, emendou, aumentou. Ficou um equilíbrio, ficou uma «obra».

Mas quem havia lido a prosa tal como saiu da mente do autor, bravia, sincera, sem aparadelas, dissonante talvez, e a vai agora rler na redacção final, fica triste. A primeira era criação; agora é embelezamento. Ali a vida, aqui o museu. Sangue além, agora a regra. Lá, no início, a dor; agora, no fim, a contemporização ...

Toda a diferença que vai entre a floresta virgem e um jardim quadriculado ...» (1)

Vai nesta confidência de MAGANO um certo exagero. Estamos nós persuadidos de que a sua prosa nada perdeu da espontaneidade, pelo facto de ele a ter revisto e castigado — cortando aqui, acrescentando além, transpondo quando a eufonia lho estava pedindo. Do trabalho de artista que ele certamente applicava ao seu estilo resultava uma espontaneidade ainda mais natural que a ... natural — passe o paradoxo. Ou nós estamos muito enganados, o que também não é nenhum impossível ...

CONFERENCISTAS MUITOS OS CHAMADOS, MAS POCOS OS ELEITOS

FERNANDO MAGANO, que nós saibamos, poucas conferências fez. Talvez por ter o género como coisa particularmente difficil. A tal respeito deixou nota, que nos parece oportuno aqui reproduzir e comentar:

«Certo magnífico pintor disse-me um dia que, na maioria das vezes, uma conferência é um «abuso de confiança». Nada mais, nada menos. Talvez esteja certo, dando mesmo o desconto ao exagero e à irrequietude daquele artista, à sua inconformidade, melhor dizendo.

A conferência, para o ser, tem de realizar o interesse e servir a instrução.

(1) *Aparas*, págs. 104-105, Porto, 1962.

Interesse, quero dizer, ser interessante no seu aspecto formal. E aqui, o conferente será o artista. Sem o saber, claro está. Ou é ou não é.

Instruir, quero dizer, há-de ensinar seu conteúdo concreto. E aqui o conferente tem de transmitir algo que haja estudado, algo de novo, ou em forma pessoal, ou de interpretação diferente.

Em resumo, na conferência requiere-se: arte e saber. Na realidade o pintor tem razão: se não houver estas duas variáveis, aquilo desanda num abuso de confiança. Inspidez, pelo menos; quando não aborrecimento. Ignorância, muitas vezes; não raro mistificação. É difícil a conferência. E porque o é, só a podem construir alguns. Os outros copiam, abusam...» (1)

Fazer conferências que não adormeçam exige, de facto, um certo número de condições. Pensando bem sobre o caso, talvez pudéssemos dizer, com verdade:

1 — Conferencistas temo-los aí de duas espécies; a daqueles que funcionam como se dessem, ao seu público, narcótico às colheres de sopa..., e a daqueles que funcionam como se aos seus ouvintes servissem um cafêzinho espevitador e oloroso.

Entre aqueles que possuem o dom de adormecer o seu público, importa sublinhar que os há tão distraídos na leitura dos seus papéis, que nem sequer se apercebem claramente do sono que estão provocando, e, apesar disso, não largam os papéis, nem que os matem! Se a conferência lhes custou a pensar e a escrever (ora essa!), é forçoso que a digam, de fio a pavio. Quem quiser que se vá embora! Quem não resistir ao sono, que durma! Bom proveito!

O conferencista deverá falar de tal maneira que não exija auscultador, da parte dos ouvintes. E, de facto, há aí conferencistas que não se ouvem para lá do bigode...

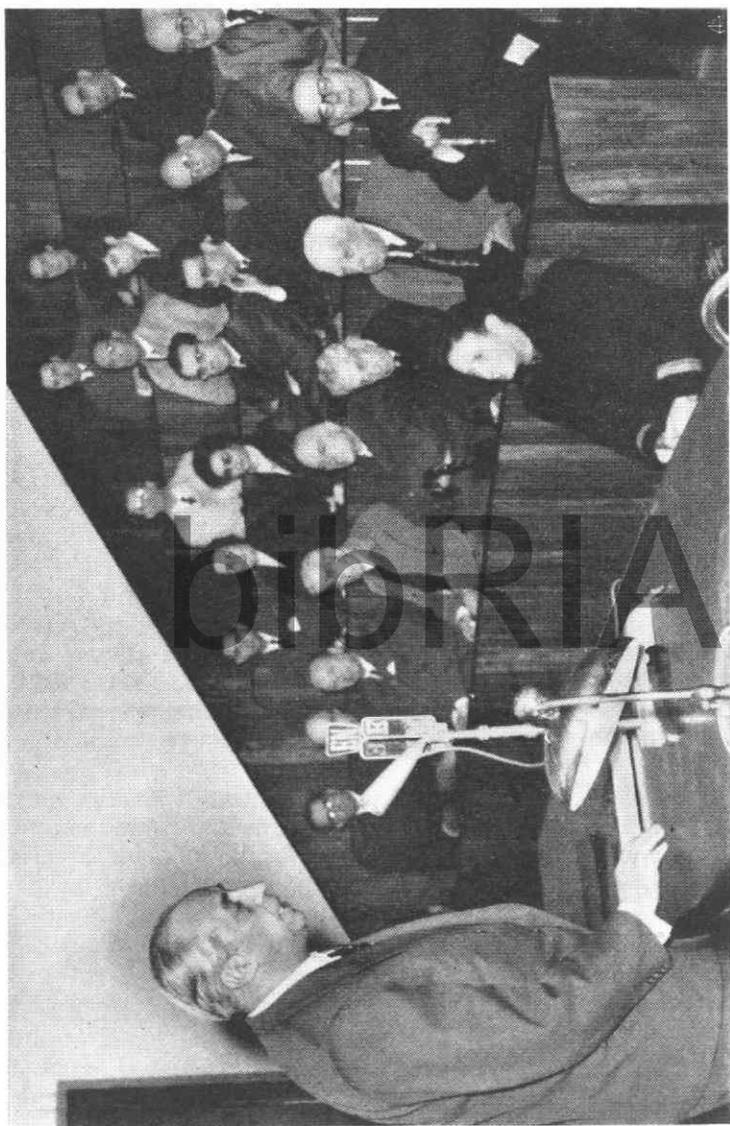
Mas se está contra-indicado que fale nesse tom apagado, contra-indicado está igualmente que o faça com vozeirão, ou com palavra estridente, da força de furar os tímpanos do público...

2 — Quem se meter a fazer conferências, veja bem sobre que as faz, e para quem as faz. Importa, realmente, saber escolher o assunto, e ajeitá-lo ao público que o vai ouvir.

Na América do Norte, é costume fazer-se esta pergunta, com aparências de ingénua:

— Que é preciso para ensinar latim a João?

(1) *Aparas*, págs. 105-106, Porto, 1962.



O Prof. FERNANDO MAGANO falando num dos anfiteatros da Faculdade de Ciências do Porto

E vem logo a resposta lépida:

— Ora essa! É preciso conhecer o latim...

Não se conforma, porém, aquele que interrogou, e acrescenta:

— Não basta conhecer o latim. É preciso também conhecer João.

Por analogia, também nós poderíamos perguntar:

— Que é preciso para fazer uma conferência?

A resposta que meio-mundo dá é esta:

— É preciso conhecer muito bem o assunto da conferência.

Ao que nós poderíamos contrapor:

— Sim, é preciso conhecer muito bem o assunto da conferência. Mas é também preciso conhecer o público ao qual se vai falar.

Varia o público, e tem de variar o tema da conferência e a maneira de o expor. Se não há um público único, mas os mais variados, forçoso é que outros tantos tipos de conferências e conferencistas existam.

Se a conferência for de financista encartado para financistas, poderá o palrador bater com números e mais números na cabeça dos ouvintes, que estes poderão dizer:

— Quanto mais nos bates, mais nós gostamos de ti.

Mas atreva-se o mesmo financista encartado a atirar números aos ouvidos de um público todo inclinado para belezas literárias, ou assuntos de arte, e verá como todos lhe bocejam nas barbas, ou se vão passando, à formiga, para fora da sala!...

3 — O conferencista será aliciante ao ponto de não criar, entre ele e o público, um sistema de compartimentos estanques. Os dois — conferencista e público — devem formar unidade afectiva e intelectual. Quem fala há-de simpatizar com quem ouve, e quem ouve simpatizará com quem fala. Quem fala deve estar convencido de que se faz entender, e quem ouve ganhará a convicção de que o conferencista pensou no nível cultural do seu público: nem o quis exceder, nem quis ficar muito abaixo. No primeiro caso, seria pedante. No segundo, seria simplório.

O conferencista que não ponha lógico andamento na sua exposição, saltando de alhos para bugalhos com a maior desfaçatez, arrisca-se a perder a atenção dos ouvintes. Se uma mudança dessa natureza ocorresse num livro, não haveria contra de maior. Mas um conferencista não é um livro que se folheia. Ele é que vai passando as páginas. A sua função é avançar. Não pergunta se perceberam. Pressupõe que sim, e adeus!

4— O conferencista não falará com a velocidade de quem vai salvar o pai, da forca, nem tão lentamente que o seu monólogo pareça ser comunicado ao retardador...

Que as suas palavras não se atropelem, ou não se encavalitem umas nas outras. Deverão ser ditas em condições de se lhes poder meditar o significado, e não soltas, mas encadeadas, de maneira a que as frases constituam um todo lógico. E essas mesmas frases serão articuladas entre si, de modo a que o público, que as congloba, constitua, por sua vez, uma unidade.

5— As conferências podem ser pensadas e escritas em casa, para depois serem lidas em público. É isso o habitual. E há, nisso, manifesta vantagem, para quem fala, e para quem ouve. Nessas condições, evita-se o pensamento rarefeito e a retórica que parece dizer muito, mas que, espremida, deita o sumo dum limão seco...

É uma temeridade — ressalvadas poucas excepções — improvisar conferências. A falta de plano, a perturbação minimizante provocada pela presença do público, são tudo situações que importa evitar. O improvisador começa não sabe como, faz todo um curso de torcidos e tremidos, nunca sabe quando há-de terminar, nem aonde irá parar...

Há quem considere a improvisação assim como que andar sobre um arame. De facto, quem improvisa — se porventura o acto de improvisar não tem, atrás dele, uma larga soma de cultura bem assimilada — dá a impressão de caminhar sobre o tal arame: está sempre na iminência de cair; tem que fazer prodígios, com os braços e todo o corpo, para não estatelar-se.

Ora, muito bem: para não dar a impressão dolorosa de que vai estatelar-se, o que tem a fazer é encostar-se àquilo que maduramente pensou e com rigor e beleza escreveu.

Não lhe sendo possível passar por *virtuose* da corda bamba do improviso, seja *virtuoso*, lendo o que bem pensou e o que bem escreveu. Dessa maneira, terá muitas probabilidades de não se intrujar, nem intrujar.

Os improvisadores, mais do que ninguém, estão sujeitos a deploráveis lapsos de memória, ao estropiamento de nomes e, até, por vezes, a síncope intellectuais tão profundas, que passar por elas, é a vergonha das vergonhas.

6— Quem não tiver o dom da perfeita leitura em público — uma leitura que quase dê a impressão de ser um espontâneo improviso — desista de fazer conferências.

A perfeita leitura será tal que os papéis não constituam imã absorvente. O conferencista, embora leia, terá agilidade bastante para, com o olhar, ir tomando o pulso ao público. Esconder-se por detrás das folhas escritas, perdendo de vista os ouvintes, é dar provas de que mais lhe valera ir ver se chove do que fazer conferências.

7— Fazer conferências de real mérito, na língua que se mamou com o leite materno, é tarefa difícil. Nem todos nelas são bem sucedidos. Mas levar o arrojo ao ponto de as fazer numa língua estrangeira, que não se conheça a fundo, constitui um acto de loucura. Acto que requinta na insensatez, se a conferência for feita no signo do improviso. O público, ao ouvir estropiar a sua língua, não sabe se há-de rir, se há-de chorar...

8— Já alguém disse que uma conferência não é uma lição..., nem uma peça oratória..., nem uma comunicação académica..., tão pouco uma palestra...

A lição tem carácter escolar. Hoje, não tanto, mas noutros tempos, o professor, sobretudo a nível universitário, era o lente, o que lia, e que comentava, e a lição era feita a um público sensivelmente do mesmo nível intelectual. Um público relativamente homogéneo.

A conferência difere da lição por ser um monólogo dirigido a público geralmente heterogéneo.

Difere, por sua vez, da peça oratória, porquanto não mira comover, não sobe nos coturnos da ênfase, foge à *ore rotundo*.

Também não se identifica com a comunicação académica, feita para especialistas, em linguagem muito objectiva e de toada apertadamente científica.

E, se comparada com a palestra, diferencia-se desta, por assumir um nível um pouco mais sério, do ponto de vista da forma e das ideias. A palestra prima pelo desatavio, pelo saltitante, pela espontaneidade, pelo improviso, pelo esfusante. Se, não tiver estas características, já, em boa verdade, deixa de ser palestra

EVOCACÃO DO PROF. FERNANDO MAGANO

9—O conferencista, se tiver o relógio sobre a mesa, será discreto a consultá-lo, de contrário ele próprio dará a impressão de, de uma só vez, estar aborrecido do que diz, e de estar enfasiando quem o ouve.

O tempo da conferência virá calculadinho de casa. Nem será tão pouco que o ouvinte diga: «para isto, não valia a pena ter vindo aqui». Nem será tão longo que o público se escape à francesa, ou durma a bom dormir, ou a mau dormir, porque ouvintes existem que ressonam de assobio...

MANUEL BENTO DE SOUSA, que muito conviveu com o grande médico que foi SOUSA MARTINS, dizia, aludindo ao seu muito que-fazer profissional: «Tomaram-lhe o tempo sempre tantas ocupações que, ao encetar uma conversa, já parecia estar a acabá-la, como, ao entrar numa sala, logo parecia estar a ir-se embora».

Pois diremos nós: se o conferencista, ao começar a sua exposição, já nos der a impressão de a estar a acabar, ou, ao entrar na sala, parecer que está já a despedir-se, então melhor é que não principie. A boa conferência—quando há que dizer e se sabe dizer bem—requer tempo. E ainda mais tempo requer, se o conferencista, nesta nossa era coloquial, se dispuser—e importa que se disponha—a responder a dúvidas suscitadas pelo que disse, a perguntas sobre matéria controvertível, a objecções discordantes.

10—A conferência é um monólogo. A era do monólogo, porém, vai passando. Hoje, prefere-se-lhe o diálogo. E, por isso mesmo, e para contemporizar, o conferencista que realmente preza as ideias, e não se inculca como tendo feito monopólio da verdade, deve ser ele próprio, no final da sua exposição, a reclamar o colóquio com aqueles que o ouviram. Fazer a constataria das ideias com o seu público fica bem a todo o conferencista. Pode ter acontecido—acontece sempre—que na sua comunicação, ele não tenha sido suficientemente claro. Pode, outrossim, ter acontecido que certos passos da conferência mereçam réplica. E, então, porque fugir à controvérsia?

11—Não presuma o conferencista dos seus méritos pessoais. Ao começar, faça uma confissão de humildade, que lhe ficará muito bem.

Atevemo-nos a sugerir-lhe que a «falação» poderia assim começar:

12—JORACI CAMARGO, o famoso autor do *Deus lhe pague*, disse, algures, que as conferências são como as missas do sétimo dia: a estas só assistem os amigos do morto, e àquelas só assistem os

amigos do conferencista. Ou os amigos do conferencista, ou os curiosos: — «vamos lá ver que bicho raro nos vai falar...»

13 — Há-de dizer-se que intróitos deste teor não têm sombra de importância. Pois estão os leitores muito enganados, se, acaso, assim pensam. Importa que, logo de entrada, o conferencista ponha o público do seu lado. E um pouco de auto-ironia pode ter esse condão.

14 — Para acabarmos esta lenga-lenga, diremos, à fina, e à latina: Conferencistas *multi sunt vocati, sed pauci vero electi*. Como porém, falar em latim, nestes nossos tempos de agora, é um processo erudito de estar calado, diremos à portuguesa: *Conferencistas muitos os chamados, mas poucos, muito poucos, os verdadeiramente eleitos...*

ESTA PALAVRA «CLÍNICA»...

Médico de clínica efectiva — e Professor de Medicina — e, para mais, médico católico, FERNANDO MAGANO não podia deixar de seguir e preconizar a mais acrisolada das deontologias. Assim, por exemplo, não queria que o médico visse no seu doente apenas a doença abstractamente considerada, mas o homem doente, com sua específica idiosincrasia. Era como se perfilhasse o dito de que não há doenças, mas doentes, cada um destes exigindo, do médico, um comportamento ajeitado ao que de *sui generis* o caracteriza. Abominava o médico-máquina. Queria o médico carregado de humanidade. É ouvir o seu depoimento:

«A ciência em si mesma, no rigor das suas exigências, na aspereza dos seus meios, na certeza das suas conclusões, por si só não basta para a clínica humana.

Quem quer que dessa ciência exclusivamente se adorne e assim atafalhado de sabedoria se apresente à beira do seu irmão que sofre, rígido, implacável, cronométrico, abarrotado de conhecimentos mas pobrezinho de intuição para-médica, complicado de tecnicismo mas frio de sensibilidade — esse será um sábio, realmente, mas nunca será um clínico, expressão na qual anda misturado, o jeito e o amor.

Entendamo-nos, porém, antes de prosseguir: não está, nem por sombra, em discussão a necessidade, a imperiosa exigência de conhecimentos científicos que dia-a-dia temos obrigação de apurar. Para a ignorância, filha da lassidão no estudo, não há desculpa para ninguém, cada qual, evidentemente, nos limites da sua actividade própria.» ⁽¹⁾

⁽¹⁾ *Três palavras na Universidade*, no cap. *A lição do «Senhor João Semanas»*. Págs. 11-12, Porto, 1944.

EVOCÇÃO DO PROF. FERNANDO MAGANO

Era João Semana quem dizia que «uma história contada a tempo, mas contada com graça, vale bem três récipes pelo menos».

Há-de dizer-se que tudo isto é uma pitoresca maneira de dar a entender que só vão com esses paliativos aqueles dos médicos que nada sabem do corpo humano (de facto, este é cheio de mistérios, apesar do caminho que já nele se andou), e dos que estão a zero em matéria farmacológica.

De certo que precisa ter muitos conhecimentos da especialidade o médico que nos trata. É isso axiomática verdade, para que nos dispensemos de insistir neste ponto. Mas, a par desses conhecimentos, que dizem respeito ao corpo, é preciso que possua um tacto especial para, psicologicamente, tratar com o doente. Então, é que vem a história contada a tempo e contada com graça. Então, é que vem o olhar de carinho, a palavra de esperança, a intimidade a nível bem humano, que cala fundo nas almas. Tudo no pólo oposto da secura, da objectividade, da cronometragem, da cara fechada, do divórcio de olhares do médico que tem mais que fazer que estar com «macaquices». As doenças não se curam só com os remédios da botica. Um doente não é só um corpo. Só corpo é o gato, o cão, o cavalo, o porco doentes — e para esses basta o veterinário. Para homens doentes, porém, são precisos médicos que vejam nos enfermos não apenas corpos, mas almas ao mesmo tempo, às quais se comunique o alento que só pode vir da história contada a tempo e com graça, em estilo à João Semana. A presença do médico que transcende o puro veterinário é de si uma boa parte da cura. Essa presença traduz-se em mil imponderáveis que não se compram na farmácia, mas que nem por isso tem menos eficiência terapêutica que as drogas aí compradas, e que custam os olhos da cara. No alto sentido da palavra, não é médico quem quer, mas quem pode. Medicina é ciência. Pois é. Mas é também vocação de raiz, finura de trato, intuição psicológica da personalidade do doente, para ir direitinha ao *élan* da alma, fazendo que esse *élan* acorde e ajude a cura.

Ainda dentro da sua filosofia deontológica, FERNANDO MAGANO recomendava a futuros médicos que enobrescessem a sua acção profissional, não lhes misturando atitudes de vil comercialização. Entendia que os honorários são um «merecimento», mas não um preço.

No discurso de posse de Director clínico do Hospital Geral de Santo António, a 14 de Março de 1953, assim se expressava, falando dos deveres do médico.

«Perante a dor, enovelados no sofrimento, mote diário da nossa vida profissional, — face a face com as nossas insuficiências, que são outros tantos estímulos de estudo — como seriam mesquinhas, se as houvesse, as atitudes de vaidade, e como seriam detestáveis, se osouvéssemos de considerar, os ocultos desígnios

egoístas — e como é grandiosa e digna de todo o respeito a tarefa dos médicos; tanto mais grandiosa quanto mais humilde, amorosa e cientificamente.» (1)

A essa grande altura moral situava MAGANO a profissão médica. A essa altura diligenciou ele também situar-se para, em regime de reciprocidade, prestigiar a profissão e se prestigiar a si próprio.

* * *

Para FERNANDO MAGANO, o doente era uma unidade psicossomática. Médico invulgarmente inteligente como foi, não podia encarar o doente por outra perspectiva que não fosse a psicossomática. O doente não é só corpo. Também não é só espírito. Vê-lo só por um dos ângulos é vê-lo incompletamente e, portanto, com precária visão terapêutica. São do notável Professor as palavras seguintes:

«O clínico, se cuida da doença e não acode ao centro onde se está elaborando o modo de reacção faz, necessariamente obra incompleta. Uma mesma droga, em certa dose, para determinada doença, nesta hora em duas pessoas tem resultados diversos — é de observação cotidiana.

A própria vida vegetativa nos compele ao homem e não ao animal. Até ela nos convida a tratar a pessoa e não o bicho.» (2)

FERNANDO MAGANO não sofria da superstição das certezas absolutas em clínica. Nunca, por nunca, julgou ter feito clínica *more mathematico*, em tom de infalibilidade. Antes era sua convicção que toda a clínica se processa num clima de incertezas, de dúvidas, de humildade, de tentativas (umas que *resultam*, outras goradas). Há doenças, não há doentes. Há diagnósticos, não existe um diagnóstico rígido para certa doença vista na clave do abstracto. A par dessa clínica aludia ele a outra, para a condenar: é a clínica solene, categórica, hierática, segura, de uma segurança à prova de fogo. Clínica oracular. Indiscutível. Intangível. Sem direito nem avesso. Aquilo que diz, di-lo de modo definitivo, em termos de sem apelo nem agravo.

Desta segunda clínica, dizia FERNANDO MAGANO: «passa-se longe do homem enfermo, distribui-se bem encadernada nos «ágoras», traz tonalidades na voz e efeitos no gesto». Da primeira,

(1) Na Direcção clínica do Hospital Geral de Santo António, 1953-1955, pág. 6.

(2) *Retalhos*, pág. 9, Porto, 1944.

pelo contrário, dizia: «fica ali naquela meia obscuridade do quarto onde jaz o padecente, fala baixo, fala pouco e, às vezes nem sequer fala» (1).

Era para o primeiro tipo de clínica que FERNANDO MAGANO se inclinava. Detestava a pseudoclínica — feita de afirmações peremptórias, clínica de gabinete, tão longe do doente como nós o estamos de Sírius, clínica enfaticamente discursada, estilo *magister dixit*, olímpica, fria, dogmática, de diagnóstico nado e criado no signo de *ne varietur*, que pretende ajeitar a realidade a raciocínios apriorísticos, quando devera ser tudo ao contrário: os juízos baseados na realidade, uma realidade muito versátil e que, portanto, não autoriza juízos a título definitivo, mas antes em permanente revisão.

A sua simpatia voltava-se para o clínico que permanentemente estuda, que nunca dá por concluídas as suas investigações, que nunca as apregoa como incontrovertíveis, que nunca se embriaga com triunfos, que não publica volumes sobre volumes em ar de quem está falando ao futuro e para todo o sempre, não admitindo emenda possível.

* * *

FERNANDO MAGANO queria uma clínica feita a sério, baseada no estudo afincado, longe do improvisado, de tal maneira que justificasse os respectivos honorários. Nada de intrujice e rotina. Nada de comércio. Clínica honrada. Esta e só esta *merece* que a pague. A outra, bem feitas as contas, é roubalheira, quase crime de mão cortada. São dele as palavras seguintes:

«Quando utiliza, humana e seguramente, seus méritos e seu saber, para os dar, o médico *merece* realmente os honorários.

Mas se manobra outros gestos ou aquece outras intenções, então não *merece*; é outra e bem diversa música!» (2)

Merecer ou não *merecer*, eis a questão. Ter ou não ter merecimentos profissionais que justifiquem os honorários, eis o grave problema da deontologia médica. Não diga o médico, cinicamente, que isso são «coisas mínimas». Muito, muito pelo contrário!

* * *

FERNANDO MAGANO não se ficou na cultura estritamente científica, na técnica pura. Procurou e conseguiu exorbitar desse perímetro, indo até à larga cultura humanística. Entendia que

(1) *Retalhos*, pág. 18, Porto, 1944.

(2) *Retalhos*, pág. 40, Porto, 1944.

o médico só tem a lucrar com a larga mundividência. A própria especialização tem tudo a ganhar no enquadramento de uma cultura geral, filosófica, de ideias bem articuladas umas às outras. Na medida em que o médico possuir uma inteligente cosmovisão, ficará em óptimas condições para diagnosticar. Verá no seu doente o homem integral, o homem corpo-espírito, a pessoa, e não apenas um corpo desconsubienciado dum espírito.

UM CLÍNICO E A SUA CANDEIA

FERNANDO MAGANO foi Mestre cheio de probidade profissional, cirurgião que, dia-a-dia, praticou a sua «arte» com muita ciência e outra tanta consciência. Não improvisou. Foi sempre, e essencialmente, um estudioso, na mira de errar o menos possível.

Escrevendo sobre o «magnífico cirurgião inglês» PERCIVAL POTT († 1788), diz:

«Na lição da sua vida surpreende-se um binómio fundamental. Cujó, vem a ser: observação clínica e estudo.

Todos sabemos: quando os dois termos deste binómio não convergem, ou, ao menos, não andam a par, fica errada a equação profissional do médico.

Ora vede um sujeito que, agora ou logo, hoje ou amanhã, a si próprio se não obriga a estudar. (Estudar não é ler, e muito menos, não é relancear a vista por esquemas, folhear propagandas ou notícias...) Que sai dali? Senhores, que sairá?

Ora agora vede um outro que decora textos e, pretensioso, sabichão, fala de *tutiliquanti* e seus arredores, mas não vive, não exercita a seriedade da prática clínica em suas funduras e oscilantes variedades. (Escrever e orar de ciência médica, de cor: oh, a facilidade e o desastre...) Que sai dali? Senhores, que sairá?

Esta grave sujeição, prática exercitante e estudo reflexivo, é a trave mestra. Fora dela, haverá audácias, acasos, sortes, haverá sabidurias, discursos, haverá... tudo o mais que bem sabemos e suportamos. Mas o que não há, é saber clínico, saber da clínica, conhecimento concreto do homem doente. O sonido, então, não tem vibrância, nem eco.» (1)

O Prof. FERNANDO MAGANO esteve no extremo desses sujeitos verbalistas, preguiçosos e pedantes. Estudou de verdade. Cirurgiôu com probidade. Não fez teatro. Não fez retórica, no que esta palavra ganhou de pejorativo. Queria que o médico o fosse na plenitude do seu *munus*. Para ele, ser clínico era *honor*, sim senhores, mas era, sobretudo, *onus*, encargo de

(1) *Aparas*, pág. 34, Porto, 1962.

EVOCÇÃO DO PROF. FERNANDO MAGANO

profunda humanidade, de dever cumprido kantianamente, acontecesse o que acontecesse. E a propósito — numa atitude de enlevo e como quem apresenta um paradigma: ora ponham aqui os olhos! — conta o que se passou com PERCIVAL TOTT, numa página de antologia:

«Por tempo desabrido foi o médico, em Dezembro, a vinte e tal milhas fora de Londres, *ver* certo doente. Aos setenta e quatro anos, verdadeiramente, já não é defensável, do ponto de vista de indivíduo-médico, esta imprudência profissional. Mas há médicos que ficam assim, clínicos, vítimas, enamorados da clínica até ao fim. Nem a tempestade os amedronta, nem nada. Vão. — (É um mistério este que nunca chegam a decifrar aqueles que forem incapazes de surpreender o que vai de doação inquieta e reflexividade amorosa, num coração de mentalidade clínica. Assim mesmo, ainda que pareça paradoxal e ilógico: doação inquieta, reflexividade amorosa.

«Isto», está claro, não tem nada que ver com as modas que a rua inventa, muito menos com narcisismos, tão pouco com suficiências cómicas...)

E foi e «constipou-se»; a pneumonia foi o corolário.

Já muito doente, mas consciente, ao *ver* provavelmente, a pessoal trajectória, disse então sua última palavra: *My lamp is almost extinguished. I hope it has burnt for the benefit of others.*

Admirável, simplesmente admirável! Lição e módulo. Sere-nidade no dever cumprido. Nada mais.

Este médico trazia consigo uma candeia e nela a luz acesa; cuidava da torcida para que, humedecida no azeite, se queimasse e, uma e outro, ardessem e se consumissem em proveito dos homens!

Claro, claro, ninguém defende que um velho se exponha à intempérie para ir a vinte milhas de Londres. Não, não é isso. À nossa roda, bem perto, há vinte milhas e há Londres.

Mas, vamos nós, pelo caminho, mesmo quando faz bom tempo, com a lamparina acesa, em luz de estudo e clarão de experiência?

E há aí, acaso, quem use essa candeia e a cuide com diligência? Exercitando com sacrifício e estudando com desinteresse?

Se há — louvado Deus, há — são esses os que «ordenam» (isto é, dão significado às «Ordens...»), são eles os que ficam na bibliografia que fica.

Mesmo não redigida, mesmo não enquadrada em regras de escrita, sua mensagem, a dos tais, ainda que humilde e sem crónica, nunca se perde. Anda aí na infundável cadeia da assistência clínica, a mesma de ontem, igual à de amanhã, valendo-se da ciência para a dar ao sofrimento.

Este doutor PERCIVAL TOTT foi um médico experiente e um docente verdadeiro; estudou a sério e alicerçou o seu ensino no

saber; era uma gentilíssima pessoa; escrevia bem, sem causar tédio; ajudou a fundar a Corporação dos Cirurgiões: espreitava o pavio e deitava fora o morrão... Tinha estes defeitos todos.

Pôde, talvez por isso dizer, com sumo acerto: *A minha candeia, daqui a nada, vai-se apagar; esforcei-me e morro na esperança de que ela tivesse ardido espalhando benefícios para os meus irmãos. My lamp, etc.*

Puseram-lhe o esquite, *at Aldemar Church*, junto do esquite de sua Mãe. E foi bem.» (1)

Página linda, entre as belas páginas que FERNANDO MAGANO escreveu. Com pequeninas alterações, o notável Professor deu-nos aí, sem o querer, a sua biografia. Também ele foi médico estudioso. O médico dedicado aos seus doentes. Também a sua candeia se extinguiu — ai dele e de nós! muito cedo — ao serviço do sofrimento dos outros.

(Continua)

CRUZ MALPIQUE

bibRIA

(1) *Aparas*, págs. 34-36.

DISCURSO DO DR. FREDERICO DE MOURA (*)

NO ACTO DA SUA POSSE DA DIRECÇÃO
DO MUSEU MARÍTIMO E REGIONAL
DE ÍLHAVO EM 7 DE MARÇO DE 1970

Meus Senhores:

É das regras ou, pelo menos dos usos e costumes, que nestes actos, o empossado, depois de restringir os seus méritos até caberem dentro de coordenadas hirtas de modéstia, acabe por prometer, em compensação, os melhores e os mais firmes propósitos de acerto e de fidelidade à função que vai desempenhar. É não serei eu que, com o fito de me eximir a lugares comuns, vá cair no pecado diametralmente oposto, considerando-me com qualquer aptidão particular para o exercício do cargo que hoje me é confiado, esquecendo-me de reconhecer as minhas limitações e o franciscanismo da informação de que disponho.

Mas quero, por outro lado, que fique bem marcado que julgo não ser possível prescindir do *quantum satis* de saber sistemático para timonar a nau, substituindo-o, embora, pelo amadorismo mais entusiástico e bem intencionado.

¿Quererá isto significar que não sinto, com suficiente acuidade, a responsabilidade que me caiu sobre os ombros ao aceitar, da Câmara Municipal, a incumbência de dirigir o Museu de Ílhavo?

Espero que V.V. Ex.^{as} me façam a justiça de o não supor, o que me não dispensa de confessar aqui, em público e raso, que estremeci perante o honroso convite que, não sem fundas hesitações, acabei por aceitar.

(*) ANTÓNIO FREDERICO VIEIRA DE MOURA, natural da cidade de Aveiro.

Realmente, para além das razões essenciais que o cargo comporta — razões intrínsecas que implicam informação, obrigação e devoção — existem motivos específicos que ericam de espinhos a actividade que vou desempenhar, sublinhando-a de inquietações, particularmente preocupantes.

Destrinção, intencionalmente, esses motivos dos que são, já de si, inerentes à direcção de um Museu, realçando-os, neste momento, e procurando tê-los presentes na minha actuação futura.

Em primeiro lugar não é com serenidade que se pega na cana de um leme que, da mão arrefecida de alguém com a particularíssima competência de Rocha Madahil, resvala para os nossos dedos que — sem falsas modéstias — teremos de considerar canhestros.

E, acresce, ainda, que esse sentido da responsabilidade é avolumado pela circunstância de ter sido o próprio Rocha Madahil quem, antes de fechar os olhos para descançar de uma actividade sem lacunas e plena de fertilidade, ter indicado o nosso nome para lhe continuar a prodigiosa obra de sistematização e de fidelidade à sua terra que legou aos seus conterrâneos.

Por outro lado, eu vou ocupar um cargo em que tenho de dar o meu concurso e a minha colaboração à persistência, sempre viva e sempre renovada, desse extraordinário concretizador de sonhos que se chama Américo Teles e a quem se deve, quase totalmente, o arranque, a realização e a continuidade da espantosa obra de amor, de devoção e de pertinácia que é o Museu Marítimo e Regional de Ílhavo.

Agradecendo a confiança que a Câmara de Ílhavo depositou em mim quero aqui deixar, bem expresso que, considerando importante a informação universitária que me colocou na mão o *organon* que me permite caminhar de olhos abertos, não a julgo suficiente para dar como penhor para uma actividade que não dispensa a prática que só o exercício fornece e a devoção que, essa sim, julgo possuir por uma instituição da terra onde tenho a raiz mais funda e onde abri, verdadeiramente, os olhos para a paisagem, para a gente e para as coisas inanimadas que constituem o meu mundo.

*

É o Museu de Ílhavo, nuclearmente, um Museu de etnografia o que não invalida uma polivalência de interesses ligados ao nosso modestíssimo espólio artístico e às recordações locais de pessoas e de eventos; e é num sentido mais restrito, um Museu de etnografia marítima dado o específico condicionalismo desta terra sempre virada para as coisas do mar.

Por esta razão o seu motivo central de interesse há-de, por força, ser a documentação ergográfica constituída pelos utensílios e objectos relacionados com as lides dos pescadores, dos marinhos e dos trabalhadores das orlas ribeirinhas.

Seria estultícia dizer-se que possuímos uma grande especificidade etnográfica sob o ponto de vista de uma etnografia descritiva. É sabido que as terras do interior, mais impermeáveis às correntes de influência estranha, mais encapsuladas no seu mundo herméticamente fechado, preservam em maior grau as tradições profissionais, os usos e costumes, a sabença popular e tudo aquilo que a maravilhosa imaginação do povo cria e inventa. Mas, é certo, também, que, apesar das lufadas exteriores que diluem os traços individualizantes, se conservou, em Ilhavo, durante muito tempo, uma documentação riquíssima de sentido que, à beira de desaparecer totalmente numa névula oclusiva de indiferença, implica uma recolha minuciosa e sistemática tendente a deixar, para os vindouros, uma lição viva do trabalho tão expressivo, curioso e respeitável da actividade e do espírito de aventura dos Ílhavos que nos precederam.

Mas se é certo que as lufadas vindas de todos os quadrantes do exterior podem aguar as tintas e esfumar os contornos de uma individualidade castiça é, por outro lado, certo também, que são solicitantes para uma aventura que, sem colocar entre parenteses o estático e o descritivo, se arrisque à temeridade de investir por um caminho comparativo-genético, talvez o mais fecundo nas indagações etnográficas, embora o mais temerário.

Julgo ter razões sérias para suspeitar que no espírito do meu illustre antecessor germinava este propósito; eu, por mim, não sou capaz de deixar no silêncio críptico das ideias sonegadas a intenção, ainda que nebulosa, de me deixar atrair pelo abismo.

Claro que a ideia de trilhar caminho de tão mau piso só pode encontrar calor de germinação no dia em que, com largueza de espaço e de condições museológicas, seja possível animar as colecções existentes para um destino comunicativo enriquecendo-lhe as lacunas com novas aquisições que impossibilitem socalcos no seu ritmo harmonioso.

Até lá, há que conter as aspirações dentro de fronteiras de modéstia e continuar, persistentemente, a adquirir exemplares e a conservar os existentes o que, em última análise, constitui o escopo, essencial, do museólogo.

*

Despova-se de velas a nossa Ria e, com esse despovoamento vão-se tornando raridades ergográficas as embarcações de trabalho que a animavam substituídas pelo barco anodino de recreio; vão

apodrecendo, encalhados nos areais da borda, os surpreendentes *Moliceiros* cujo fim se avizinha; a prateleira amovível do frigorífico substitui a graciosa *macola* da peixeira ante os olhos neutros da freguesa já afeita aos peixes hirtos que da morgue gelada resvalam na panela de pressão; uma mordança de silêncio calou, ao longo das nossas praias o ruído alacre das *xávegas*; esvaíram-se, detrás de um vidro despolido de desencanto as varinas de quadris bailarinos e de bustos de uma nobreza helénica;... e, a própria paisagem geométrica das marinhas, que é o nosso pano de fundo, corre o perigo de desaparecer ante a negativa da mão jeitosa dos marnotos cujo êxodo é já previsível.

E, assim, a etnografia que, até certa altura, era filha dilecta da arqueologia — da que se processa no tempo e da que se escallona no espaço — deixou de se preocupar apenas com o utensílio remoto e com o que pertencia aos povos primitivos e lançou-se a recolher, na actualidade e nas sociedades civilizadas, tudo o que, em vias de desaparecimento, fosse capaz de conduzir para a posteridade a dedada maravilhosa do bicho humano, a habilidade da mão subtil que deixa na matéria inerte a impressão digital da condição humana.

E vá de recolher a cerâmica saída da roda artesanal do oleiro antes que ficasse perdida no entulho viscoso dos plásticos, e vá de dependurar em manequins o trajo típico das regiões que o monocordismo de modas, mais ou menos requintadas, empurrava para um limbo de esquecimento; e vá de salvar a porcelana, amorosamente decorada pelo pincel peregrino do artífice, da companhia indesejável do reles estampilhado das séries.

O ritmo do nosso tempo — imperativo e cego — prosterga, precocemente, para a prateleira arqueológica, o utensílio que, no dizer de Bergson, tem dado especificidade, através dos tempos, à condição humana. Desde a lasca do silex inicial até ao androide da cibernética da actualidade, desde a conservação do fogo dos primórdios, até à desintegração atómica dos dias de hoje, sempre a maravilhosa correlação entre o cérebro e a mão delicada fez a maravilha de se ir adaptando a situações inéditas.

Mas, agora, que o maquinismo escravizou o homem arquivando-lhe o virtuosismo artesanal e a actividade ofical, mais do que nunca, é meritório recolher e guardar, expondo-os para um destino didáctico, os utensílios que amorosamente trabalhou e, tantas vezes, enriqueceu de significação estética.

Pois é esse, medularmente, o fim do nosso museu e, porque assim é, bem merece a atenção e o desvelo das entidades, organizações e pessoas que atentas a uma problemática que se projecta no tempo e que — vá lá — pode servir de isco a um turismo que é no nosso condicionalismo a árvore ambulante das patacas...

*

Não posso, e creio que não devo, libertar V.V. Ex.^{as} da resignação de me ouvirem sem, ao menos, muito tangencialmente, aludir ao problema número um do Museu Marítimo e Regional de Ílhavo. Refiro-me, como é evidente, à necessidade imperiosa da sua dotação com um edifício próprio que permita tirar do recheio existente todo o partido museológico que comporta. Por outras palavras: torna-se urgente libertar as colecções, tão amorosamente recolhidas, do amesquinamento que uma armazenagem achatante e neutralizante exerce sobre elas. Torna-se inadiável, realmente, enervá-las de vida para um destino pedagógicamente fecundo, transformando a inunção a que têm estado adstritas, numa ressurreição que as torne didacticamente fecundas e actuantes para os estudiosos e os interessados; que as transforme em educativas para turismos de raspão que catam o pitoresco sem descer a funduras; que lhes permitam fazer a ortopedia de um folclorismo prevertido que estiliza a etnografia poluindo-lhe as nascentes para regalar visitantes, sensoriais e acríticos, com ementas folclóricas deturpadas ao gosto de um amadorismo de pacotilha.

Não me parece que o momento seja azado para programações e planos de trabalho. Não tacteei suficientemente as aspezezas do problema para poder traçar as linhas mestras do método de as alisar; não tomei um contacto capaz com os objectos expostos, nem com os que ficaram silenciosos nas arrecadações, para ter possibilidades de me decidir, em consciência, sobre as zonas lacunares e, conseqüentemente, sobre as necessidades de aquisição mais prementes.

Para já não tenho do Museu mais do que uma visão sincrética que implica, agora, a necessidade de ir soletrar, cuidadosamente, os pormenores, numa indagação analítica que possibilite aperceber-me, com nitidez, das faltas e, possivelmente, dos excessos, de modo a evitar repetições monótonas e carências flagrantes.

Só depois desta observação miuda e atenta poderei formular, em termos de maior objectividade e rigor, os meus planos de futuro e estabelecer as linhas mestras da minha acção que desejo seja, sempre, colaborante com o criador da obra e com os preciosísimos ensinamentos do seu primeiro director.

Entretanto, e como primeira tarefa, cumpre-nos a todos nós os que, de qualquer modo, estamos ligados à cruzada, vertebrar, rigidamente, a campanha pró-construção do edifício que nos há-de permitir encaminhar a instituição para um destino vivo e comunicativo.

Com a aquisição do terreno onde se fará a implantação e com a aprovação do projecto pelas entidades competentes, estão dados os passos iniciais a que é preciso dar continuidade.

E, então, quando tivermos concretizado esta aspiração, poderemos, afoitamente, dizer que dotámos Ílhavo com um notável centro de interesses e o país com uma instituição que há-de fazer parte do roteiro das coisas sérias, sob o ponto de vista do estudo das virtualidades do povo português, no final de contas, o grande construtor da nossa história e da nossa civilização.

E termino meus senhores, renovando os meus agradecimentos à Câmara Municipal de Ílhavo pela honrosa confiança que depositou em mim; e, a todos V.V. Ex.^{as}, pelo apoio que quiseram trazer-me, acompanhando-me nesta hora de perguntas e de esperanças.

bibRIA

EM JUNHO, POR ESTARREJA

DO meu escritório, em Estarreja, avista-se uma bela paisagem, toda ao Nascente, ao Sul e ao Poente! Imaginem os meus amigos o que seja mirar-se a serra do Caramulo, a da Gralheira e outras mais que se lhes ligam e, das serras até mim, matas, vinhedos, terras de sementeira, um rio, a ria de Aveiro, os canais em que se desfaz o rio, ou rios, pois eu vejo o Antuã longamente e uma boa parte do Vouga, os inúmeros canais e as marinhas que os canais alimentam, e as mais variadas flores e cores, no Verão, e outras, não menos belas e variadas, no Outono e Primavera, e a suave transfiguração que a paisagem sofre no Inverno, com mais água, com outros céus, sem o chilrear dos pardais e andorinhas, mas com a austeridade dos corvos e gaivotas singrando o espaço, bailando nele ou povoando as terras, à conquista de raro cibo dessa estação avara.

À hora a que lhes escrevo, hora matina de um longo dia de Junho, que se oferece criador e quente, muito quente, sedutor a quem ame a natação, que a dois passos de mim já se faz, e a quem pesque e navegue e goste de sorver este ar puro e perfumado que uma levíssima brisa do Norte faz enlanguescer e doce, resisto a todas as tentações de andar por aí para lhas contar, primeiramente aos que me conheceram na infância e àqueles que não me conhecem ainda nem à minha bela Estarreja, pequenas histórias do meu longo e bem temperado fadário.

Conta a lenda que, perguntado um dia NAPOLEÃO BONAPARTE, o grande cabo de guerra, qual fora o dia mais feliz da sua vida, este logo respondera: — «Foi a minha comunhão solene».

Pois bem, amigos, eu também comunguei, e nesse dia, logo pela manhã, começou de chover uma borrasca tenuíssima, de início imperceptível, que, a breve trecho, fez da fina areia da estrada uma pastosa massa que entristecia e sujava.

Até ali, como era de uso nesse tempo, até entre ricos, eu andava quotidianamente descalço, e já poucos saberão o que isso era de bom, sobretudo fora do Inverno. Os nossos pés medravam em todos os sentidos, a bem dizer, sendo-nos penoso qualquer calçado.

Ora meu pai, um austero industrial de padaria, não podendo perder muito tempo para me paramentar, levou-me meses antes à feira de Santo Amaro, onde vêm os sapateiros de S. João da Madeira e Oliveira de Azeméis, artesãos, vender do seu bom produto, e ali me escolheu uns bons sapatos de polimento. No dia da comunhão, porém, fosse do tempo quente e borrascoso, que nos incha as carnes e o génio, fosse de os meus pés terem crescido, o sapato do pé direito não havia meio de consentir que o meu pêzinho entrasse.

Ora o meu pai, homem decidido, agigantado, afeito a forças, enfiou-me o pé no sapatinho e lá mo apertou, apesar dos rogos sinceros que eu fazia para que tirasse, que não aguentava aquilo!

Tive de aguentar e lá fui juntar-me aos mais, próximo da extinta capela de S. Gonçalo, onde se formava a procissão.

Eu e o meu parceiro da comunhão, o José Augusto, dos carros de praça, na vila, éramos tidos como espertos e danados; fomos dos que mostraram mais doutrina saberem; tirámos distinção, o que não foi vulgar; mas apesar disso, não tínhamos a consideração dos Senhores Padres e da Mestra, a quem a representação e ordenação da festa muito preocupavam.

Porque fôssemos endiabrados, irrequietos, barulhentos, indisciplinados e indisciplinadores, só para que não perdêssemos a sagrada comunhão, não nos reprovaram ou baniram, homenagem à nossa tenra idade, nove anitos, mas deram-nos a lanterna vermelha da procissão — puseram-nos à cauda, atrás de tudo e de todos, havendo à nossa frente rapazes de mais idade e que contrastavam connosco em tudo e até no tamanho: nós, magrinhos e pequenitos; eles, altos, espadaúdos! E então à nossa frente!

Íamos na procissão como se fôssemos a mais e íamos guardados, ora pela Mestra, uma camponesa e tecedeira, boa mulher, das melhores mulheres que jamais conheci, a Senhora Maria da Conceição, a do Vasco, que tudo nos suportou e quis que comungássemos, talvez só ela, em consideração do nosso bom aprender!

Chegou a procissão à igreja, e eu não sei agora se foi o Licurgo Gomes, filho de escrivão, se o Antoninho Fernandes, de pai ourives, gente da melhor cá da terra, quem fez o sermão; só sei que, de seguida, se iniciaram as cerimónias propriamente da nossa comunhão solene... Todos de joelhos, em duas colunas, dizendo de viva voz «*Confiteor Deo Omnipotenti*»...; mas nós, eu e o Zé Augusto, é que nada víamos para cima, ajoelhados atrás e junto do parceiro da frente, altarrão, altarrões. Não podia ser! Era contra o nosso modo de ser, como aprisionados, entaipados ante um «muro de vergonha» daqueles; não pudemos, não aguentámos; um sinal meu a ele e outro dele a mim, e, como de costume, fiéis ao tratado, vibrámos cada um seu empurrão ao parceiro da frente; e foi pela igreja acima um burburinho sacrilego... a confissão estragada, que nem um só ficou sem levar as mão-

zitas, até ali piedosamente erguidas, a tocar o chão, sujando as luvitãs brancas, como quem tomba um baralho de cartas ao alto!

O falecido padre Narciso, que ruminava, sob o púlpito da igreja, a poucos metros de mim, o seu latinzinho e ficara ali para disciplinar a rapaziada, sobretudo vigiando a nós dois, desesperou, perdeu a cabeça, desapertou-se do seu tão bom coração, pois se só a ele é que eu gostava de confessar-me, já por ele ser generoso, — e naquela mesma hora, naquele santo lugar, deu-me na cabeça o maior soco que algum dia apanhei, eu que tão mimoso fui de pancada de pai e professores. Fiquei tonto, ourado, a cabeça que não podia suportar, de tantas dores. E chorava, chorava com dores, menino agredido, menino indefeso, consciente de merecer o castigo, mas sem forças para o aceitar naquelas condições, é claro!

A comunhão fez-se; veio depois o «perdão», momento soleníssimo, em que os pais abraçam os filhos e estes àqueles, e em que se pedem e prodigalizam «perdões»; um alvoroço na igreja, que muitos dizem ser a cerimónia mais sentimental. E foi logo a seguir, e ainda me doía a cabeça, que me doeu muito, muito tempo!

As velhinhas, toda a gente de ao pé de mim que me conhecia e que me viam chorar tanto, mais que a mais canalha, dizia verdadeiramente condoída: — «Coitadinho, é por já não ter mãezinha; não tem ninguém com ele, nem tem a quem pedir perdão»!...

Coitadinho, coitadinho; mas eu só me lembrava da partida que fizéramos e da minha terrível dor, por causa do soco do padre, que afinal, não foi justo, ora não?

Logo em dia que devera ser o mais feliz da minha vida!

Que Deus lhe perdoe, como nós lhe perdoamos.

*

E agora, ao profano...

Sucedeu que naquele tempo os rapazes do meu lugar, sem distinção de classes, filhos de pedreiros, ferreiros, sapateiros, altaia-tes, funileiros, taberneiros, e filhos das tristes ervas, vadios como suas pobres mães, todos nos misturávamos, em nós se envolvendo os filhos de doutores e de outra nobre gente. A rapaziada modesta, de Inverno, ainda se distinguia da malta superior, ao menos nos agasalhos; mas, de Verão, nem os cheiros os distinguiam — todos nus, ou quase nus, na beira do rio, ao banho e pelos milharais, a «dar de corpo».

Ladrõezitos... Num desses dias, fomos à fruta: assaltámos a quinta dos Temudos, uma quinta aos sacalcos, onde havia belas árvores, que nós sistemáticamente roubávamos, a derramar. Agora, sou eu muito roubado, mas não me queixo, não: vai a desconto...

Era eu e outros, ainda vivos, cujos nomes não cito para os não melindrar, todos aos damascos, sobre a árvore!

Chega a dona, uma caseira, mulher aí dos seus cinquenta anos, gorda, sanguínea, desgrenhada, enfurecida, capaz, bem parecia, de nos zupar a todos; berrava como possessa; e, com a raiva, electrizou-nos de medo!

Convidava-nos a descer! Nem um descia, apesar de ela nos dizer os nomes ou os nomes de nossos pais. Para mim, não podia ser pior. Ela também me conhecia, e chamava:— «Desce, desce, meu menino Quim, Quinzinho do Raul, que apanhas agora e há-de apanhar do teu pai! Tudo vos serve: é verde e maduro. Não me vingas um damasco, ladrõesitos! Vinde cá para baixo; eu espero!»

E, danada, começa a procurar arrancar um grosso troço de couve. Puxa que puxa, puxa desesperada e bravamente, mas o tronco solta-se, e ela, sem calças, saía larga como era de uso, rola-se pela encosta do soalco da horta, tudo o que Deus lhe deu à amostra, enquanto nós pulávamos ao chão e, cai não cai, terra acima, quinta fora, para, de longe, batermos palmas e cantarolar vitória, sob a louca desesperação e vergonha da caseira, que até ficara descomposta para nós! Que gozo!

Eu, porém, se fiz coro, bem o amarguei, que ela lá foi a casa de meu Pai, e este, que Deus lhe perdoe, mas não era nada meigo e sempre teve com ele a cisma de que havia de fazer de mim um homem! E se fez!...

JOAQUIM RODRIGUES DA SILVA

ÍNDICE, POR AUTORES,
DE TODA A COLABORAÇÃO
CONTIDA NOS VOLUMES XXXI
A XXXV DO «ARQUIVO
DO DISTRITO DE AVEIRO»

1965-1969
bibRIA

QUANDO da elaboração e publicação dos três índices onomásticos da revista ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO, relativos aos anos I a XV (1935-49), XVI a XXV (1950-59) e XXVI a XXX (1960-64), frisou-se não só a importância destes índices para os leitores, como também a necessidade que eles sentiriam de terem igualmente à mão, para consulta, os respectivos índices ideográficos, tanto quanto possível exaustivos.

*

Ao publicarmos agora o índice referente aos volumes XXXI a XXXV (1965-69), não é necessário repetir o que já foi exposto a propósito dos três índices anteriores.

É de esperar que, mais tarde ou mais cedo, apareça algum carola, disposto a elaborar o índice geral ideográfico desta revista, que seria um enorme serviço prestado aos estudiosos dos assuntos históricos, geográficos, etnográficos, arqueológicos, filológicos, etc., etc., relativos ao distrito de Aveiro.

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

O ARQUIVO muito agradecia tal iniciativa e meritório trabalho.

Por agora, aqui têm os interessados a continuação do que até o ano de 1964 se fez.

Aveiro, Abril de 1970.

EDUARDO ALA CERQUEIRA
FRANCISCO FERREIRA NEVES
JOSÉ PEREIRA TAVARES

bibRIA

ÍNDICE, POR AUTORES, DOS VOLS. XXXI A XXXV

ALMEIDA FERNANDES (A. de)

- *Arouca na Idade Média Pré-Nacional* — XXXI, 41, 224, 266
- *Arouca na Idade Média Pré-Nacional* — XXXII, 53, 126, 220, 297

ALMEIDA TRINDADE (D. Manuel de)

- *Oração fúnebre nas solenes exéquias por ocasião do 1.º aniversário do falecimento do Arcebispo de Évora, D. Manuel Trindade Salgueiro* — XXXII, 272

AREIAS (Mário)

- *Pescadores (Os) poveiros nos «mares» de Aveiro* — XXXIII, 93

CACHIM (Amadeu Eurípedes)

- *Escola (A) Industrial e Comercial de Aveiro* — XXXI, 69

CERQUEIRA (Eduardo)

- 1 — *António Gomes da Rocha Madahil, Benemérito da cultura aveirense* — XXXV, 179
- 2 — *Curiosidades do Passado Aveirense — Notícia da Igreja do Espírito Santo e da sua demolição* — XXXV, 122
- 3 — *Instituição (A) da Junta Autónoma da Ria e Barra de Aveiro* — XXXIII, 119
- 4 — *Participação de Aveiro no Festival de João de Deus, em 8 de Maio de 1895* — XXXI, 154
- 5 — *Reevocação do poeta aveirense Bernardo Xavier de Magalhães* — XXXII, 209

CHAVES (Luís)

- *Maré viva de sugestões — Uma sugestão de arte popular* — XXXIV, 272

CORREIA (António)

- *Ação (A) dos pescadores de Ilhavo em Costa da Caparica* — XXXIII, 113

COSTA (Eduardo)

- 1 — *Inquérito (O) paroquial de 1732 — Informação da freguesia de Cedrim* — XXXIV, 62
- 2 — *Memórias paroquiais do século XVIII — Freguesia de S. Cristóvão de Ovar* — XXXIV, 204
- 3 — *Memórias paroquiais do século XVIII — Freguesia de Santa Maria da Murtosa* — XXXIV, 288
- 4 — *Memórias paroquiais do século XVIII — Freguesia de S. Tiago de Beduído* — XXXV, 104.

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

- 5 — *Memórias paroquiais do século XVIII—Freguesia de Santa Maria de Avanca* — XXXV, 273
- 6 — «*Viriato Trágico*» na comarca de Esgueira — Capitão, Governador e Mestre-de-Campo — XXXIII, 27

COUTO (João)

- *Dr. Alberto Souto* — XXXIV, 285

CRISTO (David)

- *Rocha Madahil* — XXXV, 170

CRUZ MALPIQUE (Manuel da)

- 1 — *Egas Moniz — Um paradigma como professor-investigador universitário. Considerações marginais* — XXXV, 197 e 241
- 2 — *Fernando Caldeira (1841-1894). Considerações marginais* — XXXIV, 81 e 181
- 3 — *Jaime de Magalhães Lima* — XXXI, 5, 97 e 178
- 4 — *Jaime de Magalhães Lima* — XXXII, 31, 90 e 177

CUNHA SERRA (Pedro)

- 1 — *Topónimos do distrito de Aveiro (Nariz, Mamarrosa, Sanchequias, Mó, Catapeixe)* — XXXII, 36
- 2 — *Topónimos do distrito de Aveiro* — XXXIII, 39
- 3 — *Topónimos do distrito de Aveiro* — XXXIV, 47

DIRECÇÃO DA REVISTA

- 1 — *Ano XXXI* — XXXI, 3
- 2 — *Índice, por autores, de toda a colaboração contida nos volumes XXVI a XXX do «Arquivo do Distrito de Aveiro», (1960-1964)* — XXX, 73
- 3 — *In memoriam de ANTÓNIO GOMES DA ROCHA MADAHIL — O Arquivo de luto* — XXXV, 161

FERRREIRA NEVES (Francisco)

- 1 — *Aforamento (O) perpétuo da Ilha do Trovisco ou do Posso na Ria de Aveiro, no ano de 1524. — Um documento que interessa à história de Aveiro* — XXXV, 82
- 2 — *Antigas touradas em Aveiro* — XXXII, 217
- 3 — *Casa (A) e morgado da Oliveirinha nos concelhos de Eixo e Aveiro* — XXXIV, 3
- 4 — *Formação (A) do distrito administrativo de Aveiro* — XXXV, 37
- 5 — *Igreja (A) da Misericórdia de Aveiro — O arquitecto e engenheiro militar Filipe Têrzi ao serviço de Portugal (1577-1597)* — XXXIII, 3 e 205
- 6 — *Região (A) de Aveiro perante as tempestades e destruições no mês de Fevereiro de 1966* — XXXII, 107
- 7 — *Subsídios para a História do Farol da Barra* — XXXI, 37

FREITAS OLIVEIRA (Jacinto Augusto de)

- *O Deus da palavra. A José Estêvão* — XXXV, 264

GONÇALVES (António Manuel)

- *Reunião, em Aveiro, dos Conservadores dos Museus e dos Palácios e Monumentos Nacionais* — XXXI, 81

LOPES DIAS (Jaime)

- *O Dr. Alberto Souto, nos seus altos méritos e na minha saudade* XXXIV, 262

ÍNDICE

- MAGANO (Fernando)
— *Literatura regional — «Mar da Biscaia»* — XXXI, 243
- MELO (Laudelino de Miranda)
1 — *Cenário e episódios da região do Vouga* — XXXV, 61
2 — *Dr. António Gomes da Rocha Madahil — A minha homenagem*
— XXXV, 188
3 — *Recordando o Dr. Alberto Souto — Um mastro simbólico* —
XXXIV, 269
- MOREIRA (Artur Alves)
— *Porto (O) de Aveiro — Seu movimento e progresso* — XXXI, 32
- MOURA (Frederico de)
— *Vestígios da personalidade de Rocha Madahil* — XXXV, 184
- OLIVEIRA (Roberto Vaz de)
— *A minha homenagem* — XXXV, 191
- PESSANHA (D. Sebastião)
— *Alberto Souto etnógrafo* — XXXIV, 258
- PIRES DE LIMA (Jorge Hugo)
1 — *Distrito (O) de Aveiro nas Habilitações do Santo Ofício* —
XXXI, 195 e 300
2 — *Distrito (O) de Aveiro nas Habilitações do Santo Ofício* —
XXXIII, 57, 131, 231 e 303
3 — *Distrito (O) de Aveiro nas Habilitações do Santo Ofício* —
XXXIV, 67, 146, 215 e 301
4 — *Distrito (O) de Aveiro nas Habilitações do Santo Ofício* —
XXXV, 72, 141, 227 e 287
- RIBEIRO (Margarida)
— *Recolha de areia — Elementos para o Estudo da Ergologia e
Teco-Economia do Litoral Português* — XXXIII, 283
- ROCHA MADAHIL (António Gomes da)
1 — *Bula (A) de Pio II, de 16 de Maio de 1461 — Pia Deo et ecclesia
desideria* — XXXIII, 81
2 — *Doçaria e cozinha regionais aveirenses* — XXXII, 287
3 — *Instituição da «Fundação Egas Moniz» e da sua «Casa-Museu»
em Avanca* — XXXII, 241
4 — *Integração da estátua de tipo arcaico vulgarmente conhecida por
MENINO-JARDIM, na colecção escultórica do Museu de Arte de
Aveiro* — XXXIV, 99
5 — *Mapa Turístico do Distrito de Aveiro* — XXXI, 26
6 — *Notícia e índice do Livro de Registos da Câmara da Vila de
Aveiro — 1581 a 1792* — XXXIII, 161
7 — *Octogésimo (No) aniversário do nascimento dum grande avei-
rense — Dr. Alberto Souto: 1888-1961* — XXXIV, 241
8 — *Pontos de história do projectado Arquivo Distrital de Aveiro* —
XXXI, 248
9 — *Princesa Santa Joana — Do senhorio temporal da vila ao padroado
espiritual da cidade e da diocese de Aveiro* — XXXII, 161
10 — *Regulamentação do exercício da mendicidade no distrito há um
século* — XXXV, 64

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

SÁ FERREIRA (José)

- *Construção (A) do porto de Leixões e a sua influência no litoral* — XXXIII, 104

SERVIÇOS CULTURAIS DOS C. T. T.

- *Acerca do correio de Aveiro* — XXXII, 25

SILVEIRA (Joaquim da)

- 1 — *Freguesia de Sangalhos* — XXXII, 23
- 2 — *Migalhas de História Administrativa* — XXXI, 259
- 3 — *Topónimo (O) Requeixo* — XXXII, 159

SIMÕES JÚNIOR (Manuel Rodrigues)

- *Lutas (As) liberais em Arouca* — XXXIII, 241

SOARES DA GRAÇA (Serafim Gabriel)

- 1 — *Bispo (O) do Funchal D. Gaspar Afonso da Costa Brandão* — XXXIII, 268
- 2 — *Dr. Alberto Souto — A recordação que dele guardo* — XXXIV, 267
- 3 — *Dr. António da Rocha Madahil — Singelas palavras de homenagem à sua memória* — XXXV, 194

SOUSA BAPTISTA (Augusto Soares de)

- *Capela (A) de Nossa Senhora do Bom Despacho da Casa da Agueira — Seus erectores e dotadores* — XXXIII, 293.

SOUTO (Dulce)

- *Apontamentos* — XXXV, 177

TAVARES (José Pereira)

- 1 — *A Beira Mar — Almanak Aveirense* — XXXII, 45
- 2 — *Castilho e Bulhão Pato perante a memória de José Estêvão* — XXXI, 163
- 3 — *1.º Centenário do Movimento Liberal de Aveiro de 1828* — XXXV, 3
- 4 — *Discurso de Freitas de Oliveira acerca de José Estêvão, em 1866* — XXXV, 252
- 5 — *D. Frei Caetano Brandão* — XXXIV, 109
- 6 — *Doutor Fidelino de Figueiredo (1889-1967)* — XXXIII, 129
- 7 — *Doutor José Maria Vilhena Barbosa de Magalhães — Sua actuação em favor do Museu de Arte de Aveiro* — XXXIV, 32
- 8 — *Folheto acerca da Infanta Santa Joana — Auto da vida de Santa Joana* — XXXV, 111
- 9 — *Infante (O) D. Pedro na Literatura* — XXXI, 117
- 10 — *Inauguração da «Casa-Museu» de Egas Moniz, em Avanca* — XXXIV, 161
- 11 — *Tradições do distrito de Aveiro — Romaria de Nossa Senhora da Saúde da Serra* — XXXII, 115

TELES (Américo)

- *A morte de um grande e infatigável investigador* — XXXV, 167

XAVIER COUTINHO (Bernardo)

- 1 — *Acerca dos priores do Pinheiro da Bemposta* — XXXII, 315
- 2 — *Apontamentos para a história do Pinheiro da Bemposta* — XXXII, 81 e 193
- 3 — *Apontamentos para a história do Pinheiro da Bemposta* — XXXIII, 276

ÍNDICE

- 4 — *Apontamentos para a história do Pinheiro da Bemposta—O cemitério* — XXXIV, 44
- 5 — *Apontamentos para a história do Pinheiro da Bemposta — O relatório do prior Pedro Rodrigues Arede* — XXXIV, 125

*

REDACÇÃO: artigos não assinados

- 1 — *Bibliografia* — XXXI, 319; XXXII, 317; XXXIII, 317; XXXIV, 317; XXXV, 315
- 2 — *No 1.º aniversário do falecimento do venerando Arcebispo de Évora, o ilhavense D. Manuel Trindade Salgueiro* — XXXII, 267

bibRIA

POESIA POPULAR

N O intuito de mostrar aos leitores a veia poética muitas vezes revelada por pessoas que, havendo frequentado a escola, não foram sujeitas a quaisquer provas de exame, aqui apresento uma descrição de viagem para o Rio de Janeiro, da autoria de um conterrâneo meu e meu contemporâneo na escola primária, *Antônio Dias Soares* — recentemente falecido.

Poucos anos depois de terminada a frequência da escola, esse meu amigo foi para o Brasil, como era vulgaríssimo nesses tempos anteriores a 1900. Desiludido, regressou passados uns tempos, mas o desejo de amealhar algum dinheiro arrastou-o de novo para a emigração. Foi essa segunda viagem que ele resolveu descrever em verso. Durante ela, foi escrevendo as quadras que constituem a descrição; e, chegado ao Rio de Janeiro, mandou-as imprimir em papel vulgaríssimo e dessa produção poética expediu exemplares à família e aos amigos.

É claro que a mim, seu amigo e companheiro de escola e de brincadeiras, não podia ele deixar de presentear com uma dessas folhas soltas.

Guardei-a com todo o cuidado; e, tendo-a há pouco encontrado entre a minha papelada, lembrei-me de a tornar conhecida dos leitores do «Arquivo», pois tem seu interesse para o conhecimento das virtualidades poéticas por vezes existentes em indivíduos incultos, que viriam a brilhar se tivessem recebido razoável cultura.

São oitenta e cinco quadras. Não as transcrevo *ipsis verbis*, porquanto a ortografia, como é natural, deixa muito a desejar; e, no que respeita a pontuação, basta dizer que há no trabalho poético uma única vírgula e apenas seis pontos finais!

Dir-se-ia que o meu conterrâneo pretendeu antecipar-se ao processo usado na escrita por muitos poetas de hoje...

JOSÉ TAVARES

POESIA POPULAR

SAUDADES DE UMA VIAGEM

1

*Quando saí da minha terra,
com destino ao Brasil,
ao deixar Portugal
as saudades foram mil.*

7

*Adeus, dezassete de Agosto,
data em que eu nasci!
Adeus, cinco de Novembro,
dia em que eu parti!*

2

*Quando saí da freguesia,
despedi-me da família primeiro:
— Adeus, pai, e adeus, mãe;
vou prò Rio de Janeiro.*

8

*Adeus, novos, e adeus, velhos;
adeus, todos em geral!
De um a um eu não me lembro...
Peço não tomem a mal.*

3

*Adeus, Pinheiro da Bemposta,
terra onde eu nasci!
Adeus, manas, e adeus, manos;
adeus, povo, a quem me não
despedi!*

9

*Em Espinho reembarquei;
isto foi num momento:
em menos de uma hora,
estava na estação de S. Bento.*

4

*Às seis horas da manhã,
no sábado, eu embarquei
para a terra conhecida,
lugar em que já andei.*

10

*Tomei o eléctrico no Infante;
por Maçarelos fui veloz;
fui a par do rio Douro;
passei também pela Foz.*

5

*Viajei na Val do Vouga;
passei pela estação de Espinho.
Adeus, esfolhadas de minha terra;
adeus, espadeladas de linho!*

11

*Segui no eléctrico para Leça,
onde aí me desapeei;
em menos de duas horas,
no vapor Desna embarquei.*

6

*Adeus, rapazes e raparigas;
adeus, dias de Verão!
Adeus, mês de Setembro;
adeus, noites de serão!*

12

*Escolhi o meu camarote,
antes primeiro de me deitar;
avistei o Senhor da Pedra,
mas não eheguei a ver Ovar.*

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

13

*Passei por S. Paio da Torreira;
olhei para o Pinheiro;
mas já mais não pude ver,
por causa do nevoeiro.*

14

*Dai para Costa Nova
o vapor foi sempre ligeiro;
já não vi as marinhas de sal;
vi apenas o farol de Aveiro.*

15

*Dai para diante,
a viagem foi sempre boa;
fui-me deitar e adormeci;
só acordei em Lisboa.*

16

*Em Lisboa, desembarquei,
para ir ver a cidade;
vi tudo à minha vontade,
até que prò vapor voltei.*

17

*Ao passar a barra fora,
tudo andou de trambolhão;
ficaram todos aflitos
na Barra de S. Julião.*

18

*O vapor anda a balancear;
o povo quase todo lança ⁽¹⁾;
mas depressa acabou a tempestade;
já veio a bonança.*

19

*Toda a gente canta e dança;
tudo vai na brincadeira;
o vapor vai seguindo rumo
para a ilha da Madeira.*

20

*Oh, que terra tão bonita
se gosa de ter Portugal!
Não hão país no mundo
que se goze de terra igual.*

21

*Dai seguimos pràs Canárias,
possessão ilha espanhola;
quando falam «carago, mira
l'Usted»,
todo o português se consola.*

22

*Seguimos sempre viagem
pròs lados de S. Vicente.
O vapor leva boa marcha;
todo o povo vai contente.*

23

*Depois desta ilha portuguesa,
outra vem, de Santo Antão;
das outras eu não falo,
por me ficarem contra a mão.*

24

*Entra o vapor em águas brasi-
leiras;
passa pelo Equador;
assim que atravessa a linha do Sol,
todo o povo fica com calor.*

25

*O vapor prossegue sempre
para terras brasileiras,
terras de bons ananases
e também de belas palmeiras.*

26

*Já deixámos águas portuguesas...
Oh, que viagem tão enfadonha!
Estamos em águas brasileiras,
na ilha Fernão de Noronha.*

(1) Isto é, vomita.

POESIA POPULAR

27

*Isto é uma pura verdade,
seja lá pelo que for:
ao Brasil tenho amizade
e a Portugal tenho amor.*

28

*Adeus, ó pátria portuguesa,
berço que me viu nascer!
Tenho mesmo a certeza
que te tornarei a ver.*

29

*Tenho firme fé em Deus,
e será Ele o meu guia,
que voltarei a Portugal
com saúde e alegria.*

30

*No dia onze de Novembro,
por causa da Grande Guerra,
parou o vapor às onze horas,
por ordem do Rei de Inglaterra.*

31

*Apenas uns dois minutos
o vapor esteve parado,
pra comemorar os mortos
que caíram em campo sagrado.*

32

*Já se passaram três anos
que se acabou a guerra ⁽¹⁾;
o povo inda não tem sossego;
inda não há paz na Terra.*

33

*De novo o vapor prossegue
sobre as águas do Oceano;
é viagem tão prolongada,
que nos parece quase um ano.*

34

*Oh, que grande calma
agora está fazendo!
Consequências do calor
toda a gente está sofrendo.*

35

*Não se pode suportar
este calor tão abafado!
Se isto dura muito tempo,
fica tudo asfixiado.*

36

*Agora, de novo escrevo...
O tempo está a refrescar;
já todos estamos satisfeitos:
já se anda bem no mar.*

37

*Já está enervado;
está mesmo pra chover...
Já ninguém está enjoado;
a todos apeteça comer.*

38

*Pra chegarmos a Pernambuco,
inda nos falta mais de um dia;
mas o tempo já está fresco.
Oh, que bela travessia!*

39

*Enquanto o dia se passou,
fiz grande ventania.
Já passámos Pernambuco,
com rumo à Baía.*

40

*Pra chegarmos à Baía,
inda leva muito tempo;
faço mais dois ou três versos,
pra me servir de entretenimento.*

(1) Era em 1921, como se diz na quadra n.º 58.

41

*E o vento continua,
sem se ver jeito de parar;
o vento faz muito mal,
quando se viaja pelo mar.*

42

*O vapor está atrasando,
devido ò vento ser proa.
Já faz hoje onze dias
que saímos de Lisboa.*

43

*Ainda temos três dias
que nos parecem três semanas.
Estou ansioso pra chegar ao Rio,
para ler os telegramas.*

44

*No vapor, não há notícias;
aqui não se faz jornal.
Estou morto por saber
que se passa em Portugal.*

45

*Oh, Portugal, Portugal!
Oh, que terra tão bonita!
'Stás muito desmoralizado,
por causa da tua política.*

46

*Em Portugal não sossego,
devido a revoluções;
é uma guerra constante,
por não ser iguais as opiniões.*

47

*Apesar de eu ser português,
nunca me meti na política de
Portugal;
eu dava-me bem com todos;
sempre fui imparcial.*

48

*Já estamos na Baía,
num estado brasileiro,
terra de muito coco,
nascido em árvore de coqueiro.*

49

*Na Baía há muito coco;
é fruta de uma cana.
Serve para botar na comida
e fazer doce à baiana.*

50

*Já deixamos a Baía.
Oh, que cidade tão linda!
Capital de S. Salvador,
e atrás ficou Olinda.*

51

*Esta cidade de Olinda,
baptizada pelos Holandeses,
em mil seiscentos e quarenta
foi tomada aos Portugueses.*

52

*Mas muito pouco tempo
desta terra se gozaram:
por eles foi abandonada,
quando os Portugueses a recon-
quistaram.*

53

*Daqui para diante,
seguimos a Cabo Frio;
assim que lá chegarmos,
já nos fica perto o Rio.*

54

*Pra chegarmos a essa ilha,
inda nos falta algum tempo;
muita gente 'stá passando mal,
por causa do enjoamento.*

POESIA POPULAR

55

Muita gente, se soubesse,
nunca saía de Portugal.
Muito povo está doente,
recolhido no hospital.

56

Mas, para mim, a viagem
melhor não podia ser:
eu nunca vim enjoado;
apeteceu-me sempre comer.

57

Já passámos Cabo Frio;
o Pão de Açúcar já vemos;
em menos de quatro horas,
pela Guanabara entramos.

58

Quando cheguei ao Brasil,
saímos do vapor um a um,
no dia 20 de Novembro
de mil novecentos e vinte e um.

59

Daí fomos pró lazareto,
na ilha das Flores,
por se encontrar um homem
doente
na cama, sofrendo dores.

60

O nosso patricio adoeceu
com congestão cerebral;
foi tratado com desprezo,
pior que se fosse animal.

61

O médico não valia nada,
apesar de ser português;
não olhava pelos patricios,
por estar vendido ao Inglêss.

62

Antes de sair do vapor,
às ligeiras almoçámos;
não nos deram mais de comer;
assim mesmo nos deitámos.

63

A cama era uma rede;
o colchão, uma esteira;
a manta não foi nenhuma;
tive as mãos por travesseira.

64

Quem se deita sem comer
toda a noite rabeia;
foi o que nos aconteceu,
por termos ficado sem ceia.

65

Eram três horas da manhã,
todos estávamos a pé;
apesar de não termos ceado,
às oito inda não havia café.

66

O povo, de aborrecido,
pegou todo a reclamar;
foi preciso chamar o Director,
para tudo acalmar.

67

O Director atendeu-nos
com máxima cortesia.
Se nós não tínhamos ceado,
a culpa foi da Companhia

68

da Mala Real Inglesa,
essa que tem tantos vapores,
por não nos dar de comer
antes de ir prà ilha das Flores.

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

69

*Às nove horas da manhã,
o café nos foi servido
numa caneca de folha,
e um pedaço de pão dormido.*

70

*Aqui na ilha está-se bem;
aqui se leva boa vida;
aqui tudo é regular.
O pior é a dormida!*

71

*Aqui pelas camas há uma coisa
que se não pode explicar:
uma coisa branca, quase se não vê,
e toda a gente tem que caçar.*

72

*Almoçámos ao meio-dia
uma boa feijoada:
com arroz e carne seca,
'stava muito bem cozinhada.*

73

*A feijoada, no Brasil,
é comida tradicional:
por tudo é preferida,
pois é prato nacional.*

74

*Às cinco horas, jantámos
macarrão à italiana,
com batatas e farinha;
estava de uma cana.*

75

*Depois que jantámos,
deixaram-nos ir passear;
fomos todos de recreio
até à beira do mar.*

76

*Seguimos todos de volta da ilha;
todo o povo ia a brincar;
vimos frutas muito boas,
mas não havia ordem de apanhar.*

77

*Depois, mandaram-nos recolher
de novo para o casarão;
houve baile, houve dança;
par'cia noite de S. João.*

78

*De dia, muito bem deitados,
mas à noite, nada de deitado;
de manhã, ao levantar da cama,
todo o corpo fica cansado.*

79

*Aqui estamos há dois dias
e ninguém nos pode visitar;
apesar de ser ilha das Flores,
ninguém aqui quer estar.*

80

*Não é porque se passe fome,
apesar de não ser fartura:
é apenas por causa do frio,
e a cama ser muito dura.*

81

*No dia vinte e dois, ao meio-dia,
tivemos boa novidade:
iríamos deixar a ilha;
ficaríamos mais à vontade.*

82

*Essa novidade foi muito boa,
melhor que os amores,
por sairmos do cativoiro
da ilha das Flores.*

83

*Logo que deixámos esta ilha,
seguimos todos para lá;
lugar em que desembarcámos:
Praça Barão de Mauá.*

84

*Agora, adeus, companheiros de
viagem;
adeus, tripulantes do vapor;
adeus, navio Desna!
Cheguei à terra do calor.*

85

*Já botei o pé em terra;
por algum tempo deixei os mares;
cheguei ao Rio de Janeiro
eu, António Dias Soares.*

bibRIA

O DISTRITO DE AVEIRO NAS HABILITAÇÕES DO SANTO OFÍCIO

(Continuado de pág. 80)

J

- 457 **José Manem** — capitão e homem de negócio na cidade da Baía; natural de Lisboa, freg. de N.^a Sr.^a dos Mártires; filho de Antelmo Manem, natural de Marselha, França, e de Leonor Dias Sopi, natural de Lisboa; neto paterno de Aimard Manem e de Madalena Nardide, naturais e moradores em Marselha, e materno de Francisco Sopi, natural de Lisboa, freg. dos Mártires, e de Maria da Rosa, natural de Almada, freg. de Santiago; casado com Francisca de Espinoza, natural da Baía, filha de *João de Matos Aranha, natural da vila de Ovar, freg. de S. Cristóvão*, e de Maria de Espinoza, natural da Baía e aí moradores, neta paterna de *Francisco Saraiva e de Beatriz Aranha, moradores em Cabanões, freg. de S. Cristóvão de Ovar*, e materna de Bartolomeu Espinoza e de Margarida de Oliveira, naturais da cidade do Porto.

Carta de Familiar de 14 de Dezembro de 1686.

José — m. 5, n.º 84

- 458 **José Marques** — que vivia do seu negócio; *natural da freg. de S. Martinho de Salreu, Estarreja*, e morador em Lisboa, na Cruz da Sr.^a do Monte, freg. de S. José; filho de *Manuel Marques* e de *Andreza Marques, naturais e moradores em Salreu*; neto paterno de *António Marques* e de *Maria Francisca*, e materno de *Domingos Dias* e de *Andreza João*, todos *naturais e moradores em*

HABILITAÇÕES DO SANTO OFÍCIO

Salreu; casado com Domingas Francisca, filha de pais incógnitos, baptisada no Hospital Real de Todos-os-Santos.

Carta de Familiar de 31 de Agosto de 1770.

José — m. 122, n.º 2629

- 459 **José Marques** — oficial de barbeiro e sangrador; natural e morador em Coimbra, freg. de S. Pedro; filho de *Domingos Marques, natural da freg. de S. Bartolomeu de Veiros, Estarreja*, e de Domingas Simões, natural de Vila Meã, freg. de S. Miguel de Sobral, Mortágua, moradores na Copeira, freg. da Sé de Coimbra; neto paterno de *Tomé Mateus, natural de S. João, freg. de S.ª Maria de Vãlega, Ovar*, e de *Maria Domingues, natural de Veiros, e aí moradores*, e materno de Jorge Fernandes, natural de Palheiros, freg. de S. Gens de Pala, Mortágua, e de Maria Simões, natural de Vila Meã, e aí moradores; casado com Joana Rebelo, filha de Miguel Gomes Machado, natural de Segões, freg. de S. Martinho, Caria, e de Maria Rebelo, natural de Prado de Baixo, freg. de S. Paio da Igreja da Rua, Caria, moradores em Nobra, neta paterna de António Gomes, natural de S.ª Ovaia de Baixo, freg. de Canas de Sabugosa, e de Luzia Antunes, natural de Segões, e aí moradores, e materna de André Rebelo, natural de Prado de Baixo, e de Isabel Fernandes, natural de Vide, freg. de S. Paio da Igreja da Rua, moradores em Prado de Baixo.

Carta de Familiar de 13 de Julho de 1706.

José — m. 16, n.º 274

- 460 **José Marques Fernandes** — que vivia do seu negócio e comissões no Brasil; natural da freg. de S. Nicolau do Porto; filho de João Marques e de Domingas Fernandes, naturais e moradores no Porto; neto paterno de *Pedro Marques* e de *Isabel Fernandes, de Escarigo, freg. de S. João da Madeira*, e materno de *Gonçalo Fernandes* e de *Maria Fernandes, naturais de Teamonde, freg. de S. Salvador da Carregosa, Oliveira de Azeméis*.

Carta de Familiar de 16 de Dezembro de 1732.

José — m. 36, n.º 580

- 461 **José Marques de Oliveira** — homem de negócio; *natural da freg. de S.ª Marinha de Cortegaça, Ovar*, e morador na de S.ª Marinha de Vila Nova de Gaia; filho de *António Alves de Oliveira* e de *Catarina Marques da Silva*,

naturais e moradores em Cortegaça; neto paterno de Manuel Alves, o «Estudante», natural do Juncal, freg. de S. Félix da Marinha, Vila Nova de Gaia, e de Isabel de Oliveira, natural da freg. de S.^{to} Estêvão de Guetim, Espinho, moradores em Idanha, freg. de S. Martinho de Anta, Espinho, e materno de Mateus Marques, natural de Gondufe, freg. de S. João de Ver, Feira, e de Isabel da Silva, natural da freg. de S.^{ta} Maria de Golpilhares, Vila Nova de Gaia, moradores em Cortegaça; casado com Eufémia de Oliveira, natural de Vila Nova de Gaia, filha de Domingos Alves de Oliveira e de Maria da França, neta paterna de José de Almeida, filho de Manuel João, o «Mudo», e de Maria de Almeida, e de Maria de Sousa, filha de João de Sousa e de Margarida de Oliveira, e materna de António da Mota, filho de Francisco da Mota, natural de Moledo, e de Ana da Rocha, e de Maria da França, filha de Francisco Machado, natural de Semide, e de Maria da Fonseca, todos os outros naturais de Vila Nova de Gaia, já viúva de Paulo da Silva, natural de S. João da Madeira, de quem tinha um filho, o P.^e Frei Manuel de Jesus, neto paterno de José Heitor, natural de Fundo da Vila, freg. de S. João da Madeira, e de Domingas Antónia, natural de Casal delo, S. João da Madeira.
Carta de Familiar de 24 de Maio de 1735.

José — m. 39, n.º 620

- 462 **José Marques Velho** — natural de Trouxemil, termo de Coimbra, filho de Francisco Marques Velho e de *Antónia Simões*, moradores em Trouxemil; neto paterno de Domingos Jorge e de Maria Marques, moradores em Trouxemil, e materno de *Domingos André, natural de Alpalhão, freg. de S. Pedro de Tamengos, Anadia, e de Domingas Simões, natural da freg. de S.^{to} António de Avelãs do Caminho, Anadia, e aí moradores*; ajustado para casar, em 1696, com Francisca da Assunção, proprietária do officio de Solicitador, filha de Pedro Rodrigues, solicitador do S.^{to} Offício da Inquisição de Coimbra.
Provisão de Solicitador de 3 de Agosto de 1696.

José — m. 6, n.º 123

- 463 **José Martins da Cruz** — mercador; natural da freg. de N.^a Sr.^a dos Anjos da vila de Água de Pau da ilha de S. Miguel, bispado de Angra, e morador na vila de S.^{to} António do Recife de Pernambuco; filho de Manuel Martins de Medeiros e de Maria de Frielas, naturais e moradores na ilha de S. Miguel; neto paterno de Miguel

Martins e de Maria de Medeiros, e materno de Pedro Gonçalves e de Maria de Frielas, todos igualmente naturais e moradores em S. Miguel; casado com Ana Maria de Sá, natural da vila do Recife, filha de *Manuel Alves de Sá, natural da freg. de N.ª Sr.ª da Assunção de Esmoriz, Ovar*, e de Luísa Ribeiro Lima, natural do Recife, neta paterna de *António Alves de Sá* e de *Maria de Sá e Castro, naturais e moradores em Esmoriz*, e materna de José Ribeiro de Lima, natural da freg. de S. Mamede de Deo Criste, Braga, e de Leonarda Pereira de Oliveira, natural do Recife, e aí moradores.

Carta de Familiar de 22 de Maio de 1771.

José — m. 127, n.º 2673

- 464 **Dr. José Martins de Faria** — presbítero do hábito de S. Pedro, graduado na Faculdade dos Sagrados Cânones pela Universidade de Coimbra e escrivão da Câmara eclesiástica do Bispado do Funchal, Madeira; natural da freg. de S. Martinho de Lordelo do Ouro, termo do Porto; filho de Agostinho Martins de Faria e de Francisca Fernandes da Trindade, naturais e moradores em Lordelo do Ouro; neto paterno de *Fruutuoso Manuel, natural da freg. de S.º Estêvão de Guetim, Espinho*, e de Maria Martins, natural de Lordelo do Ouro, e aí moradores, e materno de João Fernandes Granja, natural de Paranhos, Porto, e de Maria Fernandes, naturais de Lordelo do Ouro, e igualmente aí moradores.

Provisão de Comissário de 15 de Abril de 1744.

José — m. 50, n.º 803

- 465 **José Martins de Lemos** — ajudante da Ordenança da cidade da Baía; natural do Cartaxo; filho de Manuel Cordeiro, natural do Vimieiro, e de Luísa Martins, natural de S.ª Comba Dão; neto paterno de Francisco Cordeiro, natural do Vimieiro, e de Isabel Viegas, natural da freg. de Evoa, e materno de *João Martins, natural de Taípa, freg. de S.º André de Macinhata de Seixa, Oliveira de Aseméis*, e de Maria Cristina, natural de Beldraines, freg. do Couto do Mosteiro, respectivamente moradores no Vimieiro e em S.ª Comba.

Carta de Familiar de 29 de Julho de 1706.

José — m. 106, n.º 1492

- 466 **José Martins dos Santos** — natural da freg. de S. Salvador de Matozinhos; filho de António Martins e de Quitéria

Maria, naturais e moradores em Matozinhos; neto paterno de Manuel João e de Maria Martins, e materno de António Martins e de Teresa Maria, todos naturais e moradores em Matozinhos; casado com Ana Rosa dos Santos, também natural de Matozinhos, filha de João dos Santos e de Rosa Francisca de Oliveira, igualmente de Matozinhos, neta paterna de *Manuel Rodrigues, natural de Fijô, freg. de S. Miguel do Souto, Feira*, e de Antónia Maria do Rosário, e materna de Manuel de Oliveira Bernardes e de Maria Francisca, naturais, à excepção do primeiro, de Matozinhos, onde residiam.

Carta de Familiar de 4 de Maio de 1802.

José — m. 167, n.º 4073

- 467 **José de Melo Correia Coelho**—fidalgo da Casa de S. Mag.^{de}; natural e morador na cidade do Porto; filho de Bento Luís Correia de Melo, fidalgo da Casa de S. Mag.^{de}, cavaleiro da Ordem de Cristo e Familiar do S.^o Ofido, natural de Pombal, e de D. Úrsula de Melo, natural do Porto, e aí moradores; neto paterno de Luís de Melo da Silva, fidalgo da Casa de S. Mag.^{de} e Familiar do S.^o Ofício, filho de Lázaro de Melo e Silva, de Angra, Ilha Terceira, e de Maria de Azevedo Feio, de Pombal, e de D. Margarida Teresa Correia, natural da freg. de S. João Martir da vila da Covilhã, e moradora com seu marido no Porto, filha do Dr. Bento Correia Barroso, do Porto, freg. da Vitória, e de D. Angélica Ravasco, da Covilhã, e materno do Morgado Luís de Melo Pereira Coelho Correia, natural do Porto, filho de Miguel Pereira de Melo, do Porto, e de *D. Vicência Maria de Oliveira Barreto, do Couto de Mogofores, freg. de N.^a Sr.^a da Conceição, Anadia*, e primo do pai do habilitando, e de *Francisca Rodrigues*, mulher solteira, *natural do Couto de Mogofores*, filha de *Pedro Francisco, de Espairo, freg. de S. Lourenço do Bairro, Anadia*, e de *Antónia Rodrigues, do Couto de Mogofores*; ajustado para casar, em 1778, com D. Josefa Ernestina de Noronha, filha de Gonçalo Peixoto Pinto Pereira Coelho, Familiar do S.^o Ofício, natural de Guimarães, e de D. Ana Benedita Pinto de Vilhena, natural de Lamego, e aí moradores, neta paterna de *Francisco José Xavier Cardoso de Alarcão*, fidalgo da Casa de S. Mag.^{de} e donatário do *Concelho de Fervedo e Préstimo da Marinha*, natural de Guimarães, filho de Gonçalo Peixoto da Silva, fidalgo da Casa de S. Mag.^{de}, adail-mor do Reino e senhor de Penafiel de Souza, e de D. Paula Maria Cardoso de Alarcão, da cidade de Lamego, e de D. Josefa Margarida Antónia da Silveira

HABILITAÇÕES DO SANTO OFÍCIO

e Noronha, da Quinta de Lemais, conc. de Felgueiras, natural de S. Salvador de Moure, filha de *António Luís Pinto Coelho*, moço fidalgo da Casa de S. Mag.^{de}, *donatário dos Coutos de Felgueiras, Vieira, Fervedo e Préstimo da Marinha*, e de D. Mariana Madalena Luísa da Silveira, da Casa de Sergude, conc. de Felgueiras, e materna de José António Pinto da Fonseca, fidalgo da Casa de S. Mag.^{de}, natural da ilha de Malta, filho de Frei Manuel Pinto da Fonseca, grão-mestre da Religião de Malta, de Lamego, e de D. Rezona Paullachi, ou D. Rosária Paulich, da ilha de Malta, e de D. Mariana Inácia Pinto de Vilhena, natural de Lamego, ou Amarante, filha de Francisco Alves Pinto, fidalgo da Casa de S. Mag.^{de}, de Lamego, e de Clara de Cerqueira, de Amarante.

Carta de Familiar de 10 de Março de 1778.

José — m. 147, n.º 2862

- 468 **José de Melo Coutinho Garrido**—fidalgo da Casa Real e professor da Ordem de Cristo; *natural da freg. de N.ª Sr.ª do Ó de Barcouço, Mealhada*, e morador na sua quinta e morgado da Bouça, freg. de S. Miguel de Penela; filho de *Lourenço Xavier Garrido*, fidalgo da Casa Real, mestre-de-campo de infantaria auxiliar e capitão-mor da vila de Penela, Familiar do S.^o Offício, natural de Coimbra, e de *D. Dionísia Antónia de Melo Coutinho*, natural de Troia, freg. de Miranda do Corvo; neto paterno de Pedro Álvares Garrido, filho de António Gonçalves Garrido, Familiar do S.^o Offício, e de Maria Gonçalves Atelha, de Castelo de Vide, e de D. Maria da Costa, filha do Lic.^o Lourenço Pires, também Familiar do S.^o Offício, e de Maria da Costa, de Figueiras, termo de Penela, e materno de José de Melo Coutinho, natural de Miranda do Corvo, filho de António Fernandes de Miranda, de Troia, e de D. Isabel de Melo Coutinho, de Vila Nova de Anços, e de D. Maria Clara, filha do Dr. José Nogueira Galvão, e de D. Úrsula, de Miranda do Corvo.

Carta de Familiar de 1 de Outubro de 1756.

José — m. 82, n.º 1218

- 469 **José de Mendanha**—natural da freg. de Santiago de Coimbra, a aí morador na freg. de S. Bartolomeu; filho de Heitor de Mendanha e de Antónia Pinta, naturais e moradores em Tavadede; neto paterno de Pedro de Mendanha e de Simoa Heitor, naturais de Vila Verde, termo de Montemor-o-Velho, e materno de Amador António e de Catarina Mateus, naturais de Tavadede; casado com

Maria Duarte, natural da freg. de S. Bartolomeu de Coimbra, filha de Miguel António, natural de Cantanhede, e de Catarina Marques, natural de Adémia de Baixo, freg. de Trouxemil, neta paterna de António Vaz e de Maria Tomé, moradores em Cantanhede, e materna de *Francisco José, o «Santarém», natural da freg. de S.^{ta} Marinha de Pampilhosa do Botão, Mealhada*, e de Isabel João, natural de Adémia de Baixo.

Carta de Familiar de 19 de Abril de 1656.

José — m. 1, n.º 22

- 470 **José Mendes** — mestre cabeleireiro; natural da Caparica, freg. de N.^a Sr.^a do Monte da Caparica, termo de Almada, e morador em Lisboa na rua Direita da Fábrica da Seda; filho de *Manuel Mendes, natural da freg. de S.^{ta} Cruz de Alvarenga, Arouca*, e de Joana Maria, natural da Caparica, e aí moradores; neto paterno de *António Jorge* e de *Maria Mendes, naturais e moradores em Alvarenga*, e materno de Pedro de Sousa e de Filipa da Silva, naturais respectivamente da freg. de Sequeiros, Aguiar da Beira, e de Caparica, e aí moradores; casado com Ana Rosa da Natividade, natural de Lisboa, freg. de S. Nicolau, filha de João Nunes Carnide, natural da freg. de S. Lourenço de Carnide, e de Mariana Rosa, irmã de Nicolau Nunes, Familiar do S.^o Offício, natural de Lisboa, freg. de S. Julião, neta paterna de Domingos Nunes, natural da freg. de Tendais, e de Francisca da Conceição, natural da freg. dos Santos Reis do Campo Grande, termo de Lisboa, e materna de Francisco Cardoso, natural da freg. do Castelo, de Almada, e de Rosa Maria, natural de Lisboa, freg. de S. Nicolau.

Nomeação de homem da vara de 24 de Janeiro de 1771.

José — m. 177, n.º 4200

- 471 **José Mendes Couceiro** — commissário para o Brasil; natural da freg. de S. Julião de Lisboa e morador na rua dos Selvagens, freg. de S. Julião; filho de António Mendes, natural da freg. de S. João Baptista do Cartaxo, e de Josefa Maria, natural da freg. de S. Julião de Lisboa, e aí moradores; neto paterno de Francisco Mendes filho de Francisco Mendes e de Maria Gomes, e de Antónia Luís, ou Fernandes, a «Coveira», filha de Pedro Fernandes e de Joana Luís, todos naturais e moradores no Cartaxo, e materno de *João da Silva*, filho de *João Rodrigues* e de *Maria da Silva, naturais da vila da Feira, freg. de S. Nicolau*, e de Teresa de Jesus, natural da freg. de

HABILITAÇÕES DO SANTO OFÍCIO

S. João Baptista do Lumiar, filha de João Antunes e de Luísa Pires, moradores no Lumiar; primo paterno de Maria Antónia, casada com João Mendes de Faria, Familiar do S.^o Offício, de Lisboa.

Falecido antes de terminar-se a habilitação (1750).

José — m. 177, n.º 4201

- 472 **José de Miranda Ribeiro** — alferes; natural de Rechousa, freg. de S. João de Canelas, Vila Nova de Gaia (1), morador nas Minas Gerais de Mato Dentro, freg. de S. Miguel, com.^{ca} da vila do Sabará; filho de António de Miranda Ribeiro, natural de Seara, freg. de S.^o André de Covelas, Baião, e de *Isabel de Sá, natural de Aldeia, freg. de S. Cipriano de Paços de Brandão, Feira*; neto paterno de António Ferreira, natural de Seara, e de Antónia Matosa, natural de Vilares, freg. de S. Bartolomeu de Campelo, Baião, e materno de *João de Sá, natural do Outeiro, freg. de Sant'Iago de Rio Meão, Feira, e de Cesília João, natural de Aldeia*. O pai do habilitando fora primeiramente casado com Ana Maria, filha de Manuel Alves e de Maria Manuel, de Vilar do Paraízo. Carta de Familiar de 15 de Abril de 1754.

José — m. 73, n.º 1094

- 473 **José Monteiro de Araújo** — natural de Esquivó, freg. de S. Silvestre de Requião, e morador no Porto; filho de António Monteiro, natural de Esquivó, e de Maria Francisca, natural de Requião, e aí moradores; neto paterno de Domingos Fernandes, natural de Requião, e de Ângela Monteiro, natural do Sobrado, Requião, moradores em Esquivó, e materno de Francisco Simões, natural de Grilo, freg. de S. Martinho do Vale, e de Maria Francisca, natural de Requião, e aí moradores; irmão de Custódia Monteiro, casada com Domingos Álvares de Araújo, Familiar do S.^o Offício; casado com Francisca Xavier de Sampaio, natural do Porto, freg. da Sé, filha de João Ribeiro de Campos, natural da freg. de S. Mamede de Recezinhos, e de Maria Baptista de Sampaio, natural do Porto, freg. de S. Nicolau, neta paterna de Dâmaso Ribeiro e de Maria Gonçalves, de Sabugal, freg. de Recezinhos, e materna de *André Dias, natural da freg. de Santiago de Lourosa, Feira*, e de Marinha de Sam-

(1) Anteriormente com.^{ca} da Feira.

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

paio, natural de Carzedo, Chaves, moradores no Porto, freg. de S. Nicolau, sobrinha materna de Catarina de Sampaio, mulher de António Pereira da Costa, Familiar do S.^o Offício, e prima materna do P.^o Mestre Frei Francisco Porta do Céu, consultor do S.^o Offício.

Carta de Familiar de 9 de Julho de 1708.

José — m. 18, n.º 303

- 474 **José Monteiro Guimarães** — homem de negócio; natural e morador na freg. de S.^{ta} Marinha de Vila Nova de Gaia; filho de Francisco Monteiro, tanoeiro, natural de Soutelo, freg. de S. Tomé de Negrelos, e de *Vicência de Sousa, natural da freg. de S. Martinho de Mozelos, Feira*; neto paterno de Pedro Ferreira e de Ana Monteiro, naturais e moradores em S. Tomé de Negrelos. e materno de *Filipe de Sousa*, engeitado, e de *Maria^a Francisca, naturais de Mozelos* e moradores em Vila Nova de Gaia; casado com Inácia Teresa de Oliveira, natural de Vila Nova de Gaia, filha de Jacinto de Oliveira, tanoeiro, natural da freg. de S. Miguel de Arcozelo, Vila Nova de Gaia, e de Agueda de Almeida, natural do Candal, Vila Nova de Gaia, neta paterna de Francisco de Oliveira e de Ana Domingues, naturais e moradores em Arcozelo, e materna de Brás Dias e de Maria Fernandes Tomes, naturais respectivamente de Regadas e do Candal, ambos da freg. de S.^{ta} Marinha de Vila Nova de Gaia, irmã de Gonçalo de Oliveira Dias, homem de negócio, de Vila Nova de Gaia.

Carta de Familiar de 13 de Dezembro de 1771.

José — m. 131, n.º 2702

- 475 **José Moreira Pais** — *natural e morador na freg. de S.^{ta} Eulália de Pedorido, Castelo de Paiva*; filho de *Domingos Moreira da Póvoa, natural de Pedorido*, e de *Margarida Pais*, natural da freg. de S. Mamede de Canelas, Penafiel, *moradores em Pedorido*; neto paterno de *João Gonçalves, natural de Pedorido*, e de *Maria Moreira*, natural da freg. de S.^o André de Lever, Vila Nova de Gaia, *moradores em Pedorido*, e materno de Tomé Pais e de Maria Antónia, naturais e moradores em S. Mamede de Canelas; casado com Mariana de Bessa Freire, natural da freg. de S. Miguel da Gândara, Paredes, filha de Miguel Moreira Freire, natural da Gândara, e de Maria de Bessa, natural de Oliveira, freg. de Vila Meã, Arrifana do Sousa, moradores na Gândara, neta paterna de Francisco Freire, natural da Gân-

HABILITAÇÕES DO SANTO OFÍCIO

dara, e de Ana Moreira, natural de Lever, e materna de Gonçalo Gaspar e de Catarina de Bessa, naturais de Oliveira.

Já Familiar em 13 de Agosto de 1696.

José — m. 6, n.º 121

- 476 **José das Neves de Figueiredo** — pintor; natural da freg. de S. Paio de Farinha Podre, Penacova; filho de Francisco Rodrigues de Milão, natural de Farinha Podre, e de Maria Brandoa, natural do Carapinhal, freg. de S. Martinho da Cortiça, Arganil, moradores em Farinha Podre; neto paterno de Francisco de Milão e de Maria Rodrigues, naturais e moradores em Farinha Podre, e materno de Manuel Fernandes e de Catarina João, naturais e moradores em Carapinhal; casado com Teresa Maria, natural da freg. de S.^{ta} Justa de Coimbra, filha de Manuel Martins, natural de Bouças, freg. de S. Martinho da Cortiça, e de *Isabel de Oliveira, natural de Lendiosa, freg. de S. Martinho de Aguada de Baixo, Águeda*, neta paterna de Domingos Martins Lobo, natural do Carregal, freg. de Friumes, Penacova, e de Maria Carvalha, natural de Bouças, e materna de *Domingos João Birrete, natural da Póvoa do Porto da Azenha, freg. de S. Vicente de Sangalhos, Anadia*, e de *Ana de Oliveira, natural de Sangaalhos, moradores em Aguada de Baixo*.

Carta de Familiar de 12 de Abril de 1768.

José — m. 112, n.º 2548

- 477 **José Nicolau Ferreira de Sousa** — estudante; natural de Lisboa, freg. de S. Miguel de Alfama; filho de João Gonçalves Ferreira, Familiar do S.^{to} Ofício, natural da freg. de S.^{ta} Cruz da Ribeira de Pernes, e de Teresa de Jesus, natural da freg. de S.^{to} Estêvão de Lisboa, e aí moradores ao Jardim do Tabaco em uma loja de mercearia; neto paterno de Vicente Rodrigues e de Maria de S. José, naturais da Ribeira de Pernes, e materno de *Manuel de Sousa Bastos, natural da freg. de S.^{to} André de Esgueira, Aveiro*, e de Joaquina Maria de Jesus, natural de Lisboa, freg. de S.^{to} Estêvão de Alfama, e aí moradoras, bisneto paterno de Manuel Fernandes, natural de Santos, freg. de Santiago de Tremez, e de Domingas Francisca, natural da Ribeira de Pernes, e de António Ferreira, igualmente natural da Ribeira de Pernes, e de Maria de S. José, natural de Castelo Velho, freg. do Espírito Santo de Vaqueiros, e materno de *Manuel de Sousa Bastos*, filho de *Miguel André* e de *Maria André, naturais de Cernadinha*,

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

freg. de Santiago de Prêstimo, Águeda, e de Natália de Jesus, filha de Tomé Francisco, o «Marinheiro», e de Helena da Cruz, naturais de Esgueira, e de Filipe Dias, filho de Filipe Dias, o «Monelo», e de Isabel João, naturais da freg. de N.ª Sr.ª das Neves de Angeja, Albergaria-a-Velha, e de Teresa de Jesus, filha de Luís dos Santos, o «Mareante», e de Isabel da Cruz, naturais da freg. de N.ª Sr.ª da Apresentação de Aveiro; ajustado para casar, em 1794, quando já solicitador da Mesa do S.º Offício de Lisboa, com Maria Salomé, natural de Lisboa e aí moradora na freg. de S. Julião, filha de Bernardo Suim, natural de Corck, Irlanda, e de Francisca Rosa, natural de S.ª Iria, moradores na rua Direita, em Lisboa, e mais tarde em Corck, neta paterna de Guilherme Suim e de Catarina Indylis, naturais de Corck, e materna de Luís Inácio, natural do Porto, freg. da Sé, e de Joana Rosa, natural de S.ª Iria, e aí moradores.

Carta de Familiar de 20 de Maio de 1794.

José — m. 160, n.º 3082

- 478 **José Nogueira** — *natural e morador na Quinta da Ribeira de S. João, freg. de N.ª Sr.ª do Ó de Barcouço, Mealhada; filho de Diogo João e de Maria Manuel, moradores na Quinta da Ribeira; neto paterno de Diogo João e de Branca Anes, moradores no lugar da Vila de Matos, Barcouço, e materno de Manuel Rodrigues e de Filipa Gonçalves, moradores na Quinta da Ribeira; sobrinho materno do Lic.º Simão Nogueira, secretário da Inquisição de Coimbra; casado com Andreza João, natural de Mala, freg. de S. Martinho de Casal Comba, Mealhada, filha de Pedro Anes e de Maria João, neta paterna de Sebastião Pais e de Branca Anes, e materna de Manuel Rodrigues e de Filipa Gonçalves, todos naturais de Mala.*

Informação para Familiar de 20 de Setembro de 1626.

José — m. 1, n.º 3

- 479 **José Nunes** — *natural da freg. de S. Cristóvão de Lisboa e morador no Convento dos Padres Carmelitas Descalços, nas casas de José Rodrigues Leal, freg. de S. Nicolau de Lisboa; filho de João Nunes, homem dos contractos de Lisboa, natural de Varziela, freg. de Santiago Dantas, e de Francisca Martins, natural de Lisboa; neto paterno de Pedro Fernandes e de Catarina Matias, naturais e moradores em Varziela, e materno de Domingos Fernandes, natural da Aldeia dos Quintais, freg. de S.ª Maria de Nine, termo de Barcelos, e de Domingas Martins, natu-*

HABILITAÇÕES DO SANTO OFÍCIO

ral de Teamonde, freg. de S. Salvador da Carregosa, Oliveira de Azeméis; viúvo de Bernardina Jorge, natural de Lisboa, de quem ficara um filho de nome João, filha de Custódio Martins Vieira, homem de negócio, natural de Lisboa, freg. da Madalena, e de Antónia Pereira, também natural de Lisboa, freg. de S. Nicolau, moradores ao Ver-o-peso, neta paterna de Pedro Vieira, Familiar do S.^o Ofício, e de Helena do Espírito Santo, e materna de Manuel Pereira e de Antónia da Serra, todos moradores em Lisboa.

Carta de Familiar de 19 de Janeiro de 1702.

José — m. 11, n.º 205

480 **José Nunes** — mestre sapateiro; natural da freg. de S. João Baptista do Cartaxo e morador na rua da Padaria, freg. de S.^{ta} Maria Madalena de Lisboa; filho de Francisco Nunes e de Francisca Ribeira, naturais e moradores no Cartaxo; neto paterno de Francisco Mestre e de Luísa Nunes, e materno de Luís Dias e de Francisca Ribeira, todos igualmente naturais e moradores no Cartaxo; ajustado para casar, em 1722, com Helena de Azevedo, natural de Lisboa, freg. de S.^{ta} Maria Madalena, e aí morador na rua da Padaria, filha de Manuel de Azevedo, natural da vila de S. João da Pesqueira, freg. de S.^{ta} Maria, e de Domingas da Costa, natural da Quinta Nova, freg. de S. Lourenço de Azeitão, neta paterna de Martinho de Azevedo, lavrador, filho de Manuel Rodrigues, o «Demónio», e de Justa de Azevedo, da vila de S. João da Pesqueira, e de Maria Fernandes, filha de Manuel Brás e de Maria Fernandes, de Vidigal, freg. de S. Bartolomeu de Vilarouco, S. João da Pesqueira, e materna de António Teixeira, o «Ratinho», natural da Póvoa, freg. de S. Miguel de Urrô, Arouca, filho de Paulo Teixeira e neto de António Teixeira, de Barroco, freg. de N.^a Sr.^a da Conceição de Rossas, Arouca, e de Maria Ribeira, mulher solteira, de Rossas, e de Luzia da Costa, natural da Aldeia dos Castanhos, freg. de S. Simão de Vila Fresca de Azeitão, filha de Simão Jorge, o «Batalha», e de Maria Rodrigues, da Aldeia dos Castanhos.

Carta de Familiar de 25 de Abril de 1723.

José — m. 25, n.º 413

481 **José de Oliveira Jordão** — natural de Oliveira de Frades e morador em Coimbra na rua da Matemática, freg. do Salvador; filho natural do P.^o Manuel de Oliveira Jordão, vigário da igreja de Oliveira de Frades, natural da vila

de Buarcos, e de Isabel, solteira, natural do Ribeiro, Oliveira de Frades; neto paterno de Manuel de Oliveira e de Margarida Jordão, de Buarcos, e materno de Pascoal Fernandes e de Susana Francisca, de Oliveira de Frades; ajustado para casar, em 1768, com Maria Angélica Rosa de Almeida, natural de Coimbra, freg. de S. Bartolomeu, filha de João Francisco Duarte, mercador e Familiar do Santo Officio, natural da freg. de S. Pedro de Farinha Podre (1), Penacova, e de Eugénia Maria dos Anjos, natural de Penacova, moradores na freg. de S. Bartolomeu de Coimbra, neta paterna de João Duarte e de Maria Francisca, de Farinha Podre, e materna do *Benef.º Antonio de Almeida Lemos, de Águeda, freg. de S.ª Eulália*, e de Ana dos Santos, solteira, da vila de Carvalho, Penacova, bisneta paterna de Pedro Duarte e de Maria Simões, do Carvalhal, freg. de Farinha Podre, e de João Simões e de Maria Francisca, de Vale da Vinha, freg. de Farinha Podre, e materna do *P.º Antonio de Almeida, de Águeda*, e de *Maria Simões, solteira, da freg. de S. Vicente de Sangalhos, Anadia*, moradores em Coimbra na rua do Corpo de Deus, freg. de Santiago, e de Diogo Carvalho e de Ana Rodrigues, da vila de Carvalho, sobrinha neta de Manuel de Jesus, irmão de Maria Francisca, primo co-irmão do Dr. Manuel da Silva Santos Xavier, ambos Familiares do S.º Officio, de Coimbra.

Carta de Familiar de 6 de Agosto de 1756.

José — m. 82, n.º 1220

- 482 **José Pedro Tavares** — natural da vila da Cachoeira, Baía, e morador na freg. de Igapé; filho de *Luis Tavares*, escrivão da Câmara da vila de Cachoeira, e aí morador, natural da freg. da *Vera Cruz, de Aveiro*, e de Ana Maria da Gama, natural da cidade da Baía, freg. da Sé; neto paterno de *Domingos Tavares, natural da freg. de S. Martinho de Travanca, Oliveira de Azeméis*, filho de *Manuel Tavares* e de *Maria da Fonseca, de Nespereira de Baixo, freg. de S.ª Marinha de Palmaz, Oliveira de Azeméis*, e de *Maria dos Santos, natural de Aveiro*, filha de *Geraldo de Bastos* e de *Maria dos Santos, da freg. da Vera Cruz de Aveiro*, e materno de Luis da Gama Pessanha, cirurgião, natural da Baía, freg. de N.ª Sr.ª da Conceição da Praia, filho do capitão Francisco da Gama Pessanha, cavaleiro professo da Ordem de Cristo, de Cabeço de Vide,

(1) Actualmente de S. Pedro de Alva.

HABILITAÇÕES DO SANTO OFÍCIO

freg. de S.^{ta} Maria de Rocamador, Elvas, e de Ana Maria de Araújo, da Baía, freg. da Sé, e de Antónia de Sousa Vaz, da Baía, freg. da Sé, filha de António de Sousa Vaz, de Cepeda, freg. de S. Salvador de Castelões de Cepeda, Paredes, e de Francisca de Magalhães, de Matoim, freg. de N.^a Sr.^a da Piedade da Baía; ajustado para casar, em 1792, com Teresa Sebastiana de Jesus, natural e moradora nas fregs. da Sé e de S. Pedro Velho da Baía, respectivamente, filha de Gonçalo Luís da Silva Pereira e de Paulina Luísa Maria da Encarnação, naturais da Baía, respectivamente das fregs. da Sé e de S. Pedro Velho, neta paterna de Veríssimo da Silva Pereira, natural de Viana, freg. de S.^{ta} Maria de Anais, e de Luzia da Silva Costa, natural da Baía, freg. da Sé, e materna de avô incógnito e de Teresa Sebastiana Vitória da Palma, mulher solteira, natural da freg. da Sé da Baía.
Carta de Familiar de 12 de Maio de 1789.

José — m. 158, n.º 3048

- 483 P.^o **José Peixoto Moreira** — bacharel formado em Cânones; natural e morador na freg. de S. Vicente de Ermelo, Mondim de Basto, filho de José Peixoto Moreira, natural de Ermelo, e de *Jerónima de Pinho, natural da freg. de S. Martinho de Fajões, Oliveira de Azeméis*, moradores em Ermelo; neta paterno de Francisco Martins Paixão, natural de Vila Real, e de Maria Gonçalves, natural de Ermelo, e aí moradores, e materno de *Manuel Jorge, natural da freg. de S. Salvador do Burgo, Arouca*, e de *Maria Gomes, natural da freg. de S. Miguel de Oliveira de Azeméis, e moradores em Fajões*.

Habilitou-se para Promotor e Deputado do S.^{to} Ofício do Tribunal da Índia, para que fora habilitado a 29 de Fevereiro de 1716, e como então não quisesse ir para a Inquisição de Goa foram aprovadas novas diligências em 18 de Julho do mesmo ano.

José — m. 23, n.º 380

- 484 P.^o **José Peixoto Pinto Coelho da Silva Portugal** — *abade da igreja de S.^{ta} Maria de Fermedo, Arouca*; natural da vila de Guimarães, freg. de N.^a Sr.^a da Oliveira; filho de Francisco José Xavier Cardoso de Alarcão e de D. Josefa Margarida Antónia Pinto Coelho Pereira da Silva; irmão de António Peixoto Pinto Coelho.

Provisão de Comissário de 8 de Junho de 1773.

José — m. 139, n.º 2775

- 485 **José Pereira** — natural da freg. de S.^{ta} Marinha de Vila Nova de Gaia e morador na Fancaria, junto ao Pelourinho da freg. de S.^{ta} Maria da Madalena de Lisboa; filho de João Domingues Pereira e de Maria Ferreira, naturais e moradores em Vila Nova de Gaia; neto paterno de *João Domingues, o «Idanhas», natural da freg. de S. Martinho da Anta, Espinho, e de Catarina João, natural da freg. de S. Paio de Oteiros, Feira, e materno de Manuel Ferreira, o «Filho do Passamaneiro», natural da freg. de S. Cosme de Gondomar, e de Maria Martins, a «Manas», natural da freg. de S. Veríssimo de Valbom.*
Carta de Familiar de 22 de Abril de 1752.

José — m. 64, n.º 989

- 486 **José Pereira** — capitão da vila de Vilarinho do Bairro, freg. de S. Miguel, Anadia; natural e morador na mesma vila; filho de *Manuel Pereira, o «Novo», natural da Quinta da Freixa, freg. de Vilarinho do Bairro, e de Esperança Lourença, natural de Vilarinho do Bairro, e aí moradores;* neto paterno de *Domingos Francisco Gafanhão, natural de Horta, freg. de S. Pedro de Tamengos, Anadia, e de Isabel Pereira, natural da Quinta da Freixa, e aí moradores, e materno de Manuel Fernandes e de Maria Rodrigues, naturais e moradores em Vilarinho do Bairro;* casado com *Ana Bernarda de S. José, natural de Paredes, freg. de S. Lourenço do Bairro, Anadia, filha de Manuel João Raposo, natural da Póvoa da Preta, S. Lourenço do Bairro, e de Maria Antónia, natural de Paredes, e aí moradores,* neta paterna de *Manuel João Alfaiate, e de Ana Francisca, naturais e moradores de Póvoa da Preta, e materna de Manuel Fernandes Adrião e de Sebastiana Rodrigues, naturais e moradores em Paredes;* enviuvado, ajustado para casar. em 1781. com *Josefa Maria, filha de José dos Santos, natural de Pontena, S. Miguel de Vilarinho, e de Ana Gonçalves, natural de Torres, S. Miguel de Vilarinho,* neta paterna de *João dos Santos, natural de Sanchequias, freg. de Santiago de Vagos, e de Maria Gomes, natural de Pontena, e aí moradores, e materna de Pedro de Oliveira, natural de Banhos, Vilarinho do Bairro, e de Isabel Gonçalves, natural de Torres.*

Carta de Familiar de 13 de Julho de 1773.

José — m. 39, n.º 2777

- 487 **José Pereira** — administrador do Donativo Real e tabelião público da vila da Cachoeira, freg. de N.^{ta} Sr.^a do Rosário da cidade da Baía; natural de Lisboa, freg. de

S. José; filho de Vicente Pereira e de Teresa de Jesus, que antes tivera o nome de Maria Teresa da Conceição, naturais de Lisboa, respectivamente das fregs. de S. José e de S. Nicolau; neto paterno de João Pereira, tanoeiro, natural da freg. de S. João Baptista do Lumiar, e de Mariana Josefa da Assunção, natural da freg. do Salvador da vila de Santarém, e materno de Bento Vieira, dourador, natural de Coura, e de Francisca da Conceição, natural de Lisboa, freg. de S. Nicolau; casado com Maria Josefa de Jesus, natural da freg. de N.ª Sr.ª do Rosário do Porto da Cachoeira, Baía, filha de *António de Bastos Varela, natural de Gândara, freg. de N.ª Sr.ª da Purificação de Vila Chã, Vale de Cambra*, e de Luísa Maria da Encarnação, natural do Couto e freg. de S. João da Foz do Douro, neta paterna de *Estêvão Fernandes* e de *Maria de Bastos, naturais e moradores em Gândara*, e materna de Manuel Pinto Fevereiro, piloto-mor, e de Brites Varela Correia, naturais e moradores em S. João da Foz.

Carta de Familiar de 23 de Janeiro de 1760.

José — m. 85, n.º 1250

- 488 Lic.º *José Pereira de Azevedo* — formado nos Sagrados Cânones; natural e morador em Entre ambos-os-Rios; filho de Luís Pereira de Vasconcelos, natural da freg. de S. Salvador de Magrelos, Marco de Canavezes, e de Clara de Azevedo Vieira, natural da rua Chã, freg. da Sé do Porto; neto paterno de Luís Mendes de Vasconcelos, natural de Entre ambos-os-Rios, e de Justa Pereira Coutinho, natural de Magrelos, e aí moradores, e materno de Gaspar Vieira da Mota, natural de S. Paio de Favões, Marco de Canavezes, e de Maria Pinta de Azevedo, natural de Quebrantões, freg. de Oliveira do Douro, moradores na rua Chã do Porto; casado com D. Maria Pereira, natural de Magrelos, filha de Luís Pereira de Vasconcelos, natural de Magrelos, e de Isabel Vieira Barreto, natural da freg. de S. Martinho de Ariz, Marco de Canavezes, e moradores em Magrelos, neta paterna de Diogo Meñdes de Vasconcelos, natural de Magrelos, e de Ângela Soares de Novais, natural do Rio de Galinhas, Marco de Canavezes, e moradores em Magrelos, e materna de *Gonçalo de Pinho Borges, natural da freg. de S. Pedro de Castelões, Vale de Cambra*, e de Antónia de Araújo, natural de Ariz, e aí moradores.

Carta de Familiar de 6 de Março de 1676.

José — m. 4, n.º 59

- 489 **José Pereira de Azevedo** — homem de negócio no Rio de Janeiro, na rua Travessa da Alfândega, freg. da Candelária; natural da freg. de S.^{to} Ildefonso, extra-muros da cidade do Porto; filho de André Pereira dos Santos, natural da freg. de S.^{ta} Maria de Landim, e de Francisca Maria da Silva, natural da freg. de S.^{to} Ildefonso e aí moradores; neto paterno de João Pereira e de Maria Pereira, naturais da freg. de S.^{ta} Marinha, unida à de Landim, e nesta moradores, e materno de Manuel de Azevedo, barbeiro, natural de S. Paulo, freg. de S. João das Caldas, Guimarães, e de Natália da Silveira, natural da freg. de S.^{to} Tirso; ajustado para casar, em 1777, com Ana Clara de Sousa e Sá, natural da freg. de S.^{to} Ildefonso e moradora no Porto na rua Nova do Almada, filha de *Inocência de Sousa Santos, natural da freg. de Santiago do Rio Meão, Feira*, e de Maria Joaquina da Conceição e Sá, natural da freg. de Guilhabreu, Vila do Conde, neta paterna de *Manuel Gomes dos Santos, natural de Rio Meão*, e de *Joana de Sousa*, natural de Ronfe, Guimarães, e moradores em *Rio Meão*, e materna do sargento-mor Luís Camelo de Sá, natural de Guilhabreu, e de D. Ana Maria Carneira de Azevedo, natural da freg. de S.^{ta} Clara do Torrão, Marco de Canavezes, e moradores em Guilhabreu.

Carta de Familiar de 22 de Maio de 1771.

José — m. 127, n.º 2674

- 490 **José Pereira Coelho** — natural de Coimbra, freg. de S. João da S.^{ta} Cruz e aí morador; filho de João Pereira Coelho, natural de Coimbra, freg. de S. João de S.^{ta} Cruz, e de *Catarina Angélica da Assunção, natural da rua de S.^{to} António, freg. de S. Miguel de Aveiro*, e moradores na mesma cidade; neta paterna de António Pereira, natural de Coimbra, freg. de S. João de S.^{ta} Cruz, e de Maria Coelha, natural de Vila Nova de Outil, Cantanhede, moradores em Coimbra, e materno de *Luís Simões, o «Pai Nand»*, e de *Angélica Maria, naturais e moradores em Aveiro na rua de S.^{to} António*, e esta filha de *António Monteiro*, sapateiro, morador na rua de S.^{ta} Catarina, freg. de S. Miguel de Aveiro.

Provisão de Solicitador da Inquisição de Coimbra de 10 de Abril de 1818.

José — m. 164, n.º 4041

- 491 **José Pereira da Costa** — homem de negócio; natural da vila de Viana e morador em Lisboa na rua Direita, freg. de S. Paulo, em casa de Josefa Maria, viúva de Manuel

da Horta; filho de Damásio Gonçalves da Costa, natural da freg. do Salvador de Portela Suzana, termo de Barcelos, e de Maria Pinta, natural da freg. de S. Martinho da Gândara, termo de Ponte de Lima, e moradores em Viana, freg. de N.^a Sr.^a do Monserrate; neto paterno de Pascoal Gonçalves e de Justa Gonçalves, naturais e moradores em Salvador de Portela, e materno de João Pinto, natural da freg. de Santiago da Gemieira, termo de Ponte de Lima, e de Ana Rodrigues, natural de Gândara, e aí moradores; ajustado para casar, em 1717, com Escolástica Caetana, natural de Lisboa, freg. de S. Julião, e aí moradora; filha de *António Fernandes, natural de Parada, freg. de S.^{ta} Eulália de Arouca*, e de Maria de Jesus, natural da freg. de Santos-o-Velho de Lisboa, e aí moradores, neta paterna de *António Fernandes e de Maria Varela, naturais e moradores em Parada*, e materna de *Manuel Fernandes, natural da vila de Burgo, freg. de S. Salvador, Arouca*, e de Maria do Ó, natural de Lisboa, freg. de Santos-o-Velho, e moradores na Pampulha.

Carta de Familiar de 19 de Dezembro de 1707.

José — m. 17, n.º 294

492 P.^o **José Pereira Guedes** — que vivia das suas fazendas; *natural e morador na freg. de S. Vicente da Mealhada*, filho de *João Pereira Guedes, Familiar do S.^o Officio, natural da vila de Ovar, freg. de S. Cristóvão*, e de *Antónia Maria de Almeida, natural da vila de Anadia, freg. de Santiago da Moita, e moradores na Mealhada*; neto paterno de *Manuel Pereira Guedes e de Esperança Ferreira, naturais da Mealhada*, e materno de *Pedro Simões e de Maria Lopes, naturais e moradores na Anadia*; ajustado para casar, em 1762, com *Joana Genoveva de Maris, natural e moradora na Quinta de Canha, freg. de S. Paio de Arcos, Anadia*; filha de *António de Maris, natural da Quinta de Canha*, e de *Maria da Fonseca, natural da freg. de S.^{to} António de Avelãs do Caminho, Anadia, e moradores na citada quinta*, neta paterna de *António de Maris, natural da Quinta de Canha*, e de *Maria Fernandes, natural da freg. de Santiago da Moita, e moradores na mesma quinta*, e materna de *Agostinho da Fonseca, natural da Figueira, freg. de S. Pedro de Avelãs de Cima, Anadia*, e de *Ana de Almeida, natural de Avelãs do Caminho, e aí moradores*.

Carta de Familiar, de 6 de Julho de 1753.

José — m. 70, n.º 1061

- 493 P.^o **José Pereira Homem** — *vigário da igreja de S.^{to} André da vila de Esgueira, Aveiro*; natural da cidade de Coimbra; filho de Brás Pereira Homem, escrivão proprietário do judicial de Coimbra, e de Inês da Cruz, naturais e moradores em Coimbra; neto paterno de António Rodrigues e de Maria Pereira, moradores em Coimbra, e materno de António Duarte, natural de Calvos, freg. de Travassos, e de Maria Ribeira, natural da freg. de Santiago de Coimbra, e aí moradores.

Provisão de Comissário de 11 de Maio de 1728.

José — m. 30, n.º 490

- 494 **José Pereira da Maia Guimarães** — natural de Recovelas, freg. de Ribeiros, Fafe, e morador no Porto; filho natural de José Pereira, natural de Raposeira, freg. de Refoios do Lima, e aí morador. e de Mariana da Maia, mulher solteira, natural de Recovelas e aí moradora; neto paterno de João Pereira Monteiro, natural da freg. de Torrados, Felgueiras, e de Jerónima Pires, natural de Bolada, freg. de S. Bartolomeu do Rego, Celorico, e materno de Fernando da Maia, natural da Casa de Fontes, freg. de Santiago de Faia, Cabeceiras de Basto, e de Maria de Paços, natural de Recovelas; casado com *Antónia Joana Cedrim, natural da freg. de S. João Baptista de Cedrim, Sever do Vouga*, filha do capitão *António Francisco Cedrim, natural de Cedrim*, e de *Teresa Josefa Palheira*, natural da freg. de N.^a Sr.^a da Boa Viagem de Massarelos, *moradores em Cedrim*, neta paterna de *Domingos João* e de *Maria Francisca*, *naturais de Soutelo, freg. de N.^a Sr.^a do Loreto de Paradela, Sever do Vouga, moradores em Cedrim*, e materna do capitão Manuel Alves de Paiva e de Josefa Fernandes, naturais e moradores em Massarelos, irmã de *António José Cedrim*, Familiar do S.^{to} Ofício, igualmente *natural de Cedrim*.

Carta de Familiar de 30 de Junho de 1789.

José — m. 158, n.º 3051

- 495 P.^o **José Pereira de Matos Lucena** — presbítero secular, bacharel formado em Cânones, opositor às igrejas da Universidade, e por apresentação desta, *Reitor colado da paroquial igreja de S. Mamede de Vila Maior, Feira*; natural de Granja Nova, esento de Salzedas, Tarouca; filho ilegítimo do P.^o Jerónimo Pereira de Matos, abade de Paçô, e de Quitéria Maria de S. José, naturais de Granja Nova; neto paterno do Dr. Simão

Pereira de Matos, natural de Granja Nova, e de Serafina Pimentel Pereira, natural de Pendurada, moradores em Granja Nova, e materno de António de Carvalho Barrosa, natural de Meixedo, freg. de Salzedas, e de Mariana da Costa Lopes, natural de Granja Nova, e aí moradores.

Provisão de Comissário da Inquisição de Coimbra de 8 de Janeiro de 1782.

José — m. 149, n.º 2901

- 496 **José Pereira Rebelo** — natural da freg. de S. Julião de Lisboa e morador no Rio de Janeiro; filho de *Pedro Pereira*, mercador com loja na Rua Nova dos Ferros, loja que fora de seu tio *Manuel Pereira Rebelo*, ambos Familiares do S.^o Ofício, *natural da vila de Ovar, freg. de S. Cristóvão*, e de Mariana Teresa, natural da Rua Nova, freg. de S. Julião de Lisboa; neto paterno de *André Francisco Pereira*, filho de *Domingos Jorge* e de *Maria Fernandes*, e de *Maria de Oliveira*, filha de *Domingos Fernandes* e de *Maria Jorge*, *todos naturais e moradores na vila de Ovar*, e materno de João Soares Consciência, filho de Barnabé Soares e de Maria Maciel Consciência, naturais de Viana, que eram pais de João Gomes Consciência, fundidor de cobre em Lisboa, Familiar do S.^o Ofício, e de Bárbara Gomes, moradora com seu marido na Rua Nova, filha de João Rodrigues, natural da freg. de S. João Baptista de Rio Caldo, Braga, filho de Maria Vaz, e de Ana Antunes, moradora com seu marido na Caldeiraria Velha, freg. de S. Nicolau, natural da freg. de N.^a Sr.^a do Amparo de Benfica, termo de Lisboa, filha de António Dias Moreno e de Maria Pedrosa; sobrinho materno do P.^o Manuel da Consciência, da Congregação do Oratório, Qualificador do S.^o Ofício, e de João Soares de Horta, Familiar do S.^o Ofício; casado em 1738 com D. Luísa Pereira de Pinho, natural da freg. de S.^o António de Sá do Rio de Janeiro, filha do sargento-mor *Manuel Pereira de Pinho*, *natural da vila de Ovar*, e de D. Juliana Cordeira de Sampaio, natural da freg. de S. João de Carai, neta paterna de *Gabriel Pereira*, filho de *Domingos Jorge* e de *Maria Fernandes Pereira*, e de *Maria Teixeira de Pinho*, filha de *António de Resende* e de *Ana Teixeira de Pinho*, *todos naturais e moradores em Ovar*, e materna do sargento-mor Onofre Cordeiro de Sampaio, natural de S.^o António de Sá, filho de Manuel Cordeiro de Sampaio, natural da Ilha de S. Miguel, e de Maria Freire, natural de S.^o António de Sá, e de

D. Isabel Martins, natural da freg. de N.^a Sr.^a da Penha de França de Irajá, Rio de Janeiro.

Carta de Familiar de 15 de Março de 1744.

José — m. 50, n.º 796

- 497 **José Pereira de Sousa** — natural da freg. de S.^{to} Tirso de Paramos, Espinho, e morador em cima do murinho de S. Domingos, freg. da Sé do Porto; filho de *João Pereira* e de *Maria Francisca*, naturais e moradores em Paramos; neto paterno de *Francisco Domingues*, natural da freg. de S. Félix da Marinha, Feira (1), e de *Catarina Antónia*, natural de Paramos, e aí moradores, e materno de *Mateus Gonçalves*, natural da freg. de S. Mamede de Serzedo, Feira (1), e de *Maria Francisca*, natural de Paramos, e aí moradores; irmão de *Manuel Pereira de Sousa*, pai de outro Manuel Pereira de Sousa, Familiar do S.^{to} Ofício; casado com Ana Luísa da França, natural do Porto, filha de António Ferreira Pinto e de Isabel Joana, naturais do Porto, freg. da Sé, e moradores na rua da Banharia, neta paterna de António Ferreira Pinto, natural de S. Pedro de Cete, e de Catarina Vieira, natural do Porto, freg. de S.^{to} Ildefonso, e materna de João de Crasto, natural da freg. de Santiago de Ronfe, termo de Guimarães, e de Joana da Silva, natural da freg. da Sé do Porto e aí moradores na rua da Banharia. O habilitando havia já sido casado com Teresa Josefa de Jesus, natural da freg. de S.^{ta} Marinha de Gaia, de quem tinha um filho, José Pereira de Sousa, morador no Rio de Janeiro, filha de Vicente de Amorim, natural da freg. de Casa Branca, Viana, e de Teresa da Silva, natural da freg. de S.^{ta} Marinha de Vila Nova de Gaia, e aí moradores, e irmã de Luísa Vieira, casada com Tomás Coelho dos Santos, pais de Francisco de Amorim e Silva, Familiar do S.^{to} Ofício, morador na vila da Cachoeira, Baía.

Carta de Familiar de 16 de Fevereiro de 1773.

José — m. 138, n.º 2760

- 498 **José Perry** — natural de Vila Nova de Gaia e aí morador; filho de João Perry, Familiar do S.^{to} Ofício, natural da Irlanda, e de *Natália Rodrigues de Jesus*, natural de *Mó*, freg. de S.^{ta} Marinha do Real, Castelo de Paiva, e moradores em Vila Nova de Gaia; neto paterno de

(1) Actualmente do conc.º de Vila Nova de Gaia.

HABILITAÇÕES DO SANTO OFÍCIO

João Perry, filho de João Perry, de Cork, e de Catarina Perry, de Milford em Gales, e de Maria Cante, filha de Dionísio Cante e de Marta Murphy, de Cork, e materno de Manuel Álvares Machado, filho de Gonçalves Alvares, de Mó, e de Maria Machada, de Fafião, freg. de S.^{ta} Isidoro de Romariç, Feira, e de Maria Rodrigues, natural da Mó, filha de Domingos João e de Maria Rodrigues, de S.^{ta} Marinha do Real; ajustado para casar, em 1796, com D. Isabel Benedita Allen Rangel, natural do Porto, filha de João Pedro Rangel e de D. Maria Micaela Allen Rangel, do Porto, neta paterna do capitão Manuel Pereira Rangel e de D. Josefa Rosa da Silva, da freg. da Sé do Porto, e materna de Jorge Allen, de Londres, e de D. Isabel Allen, de Vila Nova de Gaia.

Carta de Familiar de 17 de Setembro de 1770.

José — m. 123, n.º 2643

- 499 Lic.º José Pessoa de Barros — natural de Tamengos, freg. de S. Pedro de Tamengos, Anadia, e aí morador; filho do capitão António Pessoa de Barros, natural de Tamengos, e de Mariana Simões, natural de Vendas da Pedreira, freg. de S. Paio de Arcos, Anadia, e moradores em Tamengos; neto paterno de António Lopes e de Maria Pessoa, naturais de Tamengos e moradores em Aguim, freg. de Tamengos, e materno de António Simões, natural da vila de Anadia, freg. de S. Paio de Arcos, e de Maria Dias, natural de Vendas da Pedreira, e aí moradores; casado com Josefa Maria, natural de Anadia, filha de Manuel Francisco Afonso, natural de Tamengos, e de Maria Gomes, natural de Anadia, e moradores em Espinhal, freg. de Tamengos, neta paterna de Manuel Francisco Afonso e de Bárbara Fernandes, naturais e moradores em Tamengos, e materna de João Simões, natural de Grada, freg. de S. Miguel de Vila Nova de Monsarros, Anadia, e de Maria Gomes, natural de Anadia, e aí moradores.
- Carta de Familiar de 7 Setembro de 1731.

José — m. 33, n.º 939

- 500 José Pimenta d'Eça — natural da vila de Guimarães e aí moradores; filho de Simão Dias Pimenta e de Catarina da Costa, naturais e moradores na freg. de N.ª Sr.ª da Oliveira de Guimarães; neto paterno de Baltasar Fernandes e de Maria Gonçalves, naturais e moradores em Paredes, freg. de Santiago da Carreira, termo de Bar-

celos, e materno de Francisco Vaz Brito e de Maria da Costa d'Eça, naturais e moradores na freg. de S. Paio de Guimarães; casado com D. Catarina de Lemos e Távora, natural da Quinta da Costa, freg. de S. Romão de Mouriz, filha de Luís Coelho de Beça e de D. Margarida da Silva, moradores na Quinta da Costa, neta paterna de Sebastião Coelho, natural do Porto, e de Filipa Dourada, natural de Pernambuco, moradores na referida Quinta, e materna de *Diogo Gomes de Lemos, Senhor da vila de Trofa, natural da mesma vila, freg. de S. Salvador, Águeda*, e de D. Leonor Pinheiro de Atouguia, natural de Viseu, e aí moradores.

1683.

José — m. 4, n.º 60

- 501 **José de Pina Coelho** — *natural e morador na vila de Arouca, freg. de S. Bartolomeu; filho de Gaspar de Pina e de Juliana Coelha, moradores em Arouca; neto paterno de Gaspar Aparício e de Antónia Gabriel, igualmente moradores em Arouca, e materno do P.º António Coelho, abade de S. Dinis de Vila Real, e de Maria Borges, de Vila Real; casado com Helena de Azeredo, natural do Porto, filha de Domingos Moreira das Póvoas e de Catarina de Azeredo de Castilho, moradores no Porto, neta paterna de Pedro Moreira e de Isabel das Póvoas, naturais de Gavião, Quinta do Real, junto a Famalicão, e materna de Pedro de Castilho e de Marquesa de Azeredo, naturais da freg. de Sande, conc.º de Benviver, moradores no Porto, irmã da Jacinto de Azeredo, mestre-escola da Colegiada de Valença do Minho, e do P.º Frei Francisco da Cruz, prégador na religião de Observância de S. Francisco.*

Carta de Familiar de 23 de Janeiro de 1638.

José — m. 1, n.º 8

- 502 **José de Pinho Leão** — bacharel formado; natural e morador no Rio de Janeiro; filho de *Agostinho de Pinho e Silva, natural da freg. de S. Pedro de Vila Chã de S. Roque, Oliveira de Aземéis*, e de Cecília Maria de Sá, natural da freg. de S.º António de Sá, vila de Macacu, moradores no Rio de Janeiro; neto paterno de *Mateus João, natural de Bostelo, freg. de Vila Chã de S. Roque*, e de *Maria de Pinho, natural de Vila Chã de S. Roque*, e bisneto de *Pedro João e de Domingas Fernandes, de Bostelo*, e de *Custódio João e de Catarina Manuel, de Vila Chã de S. Roque*, e materno de *Dominos Leão de Sá, natural da freg. de N.ª Sr.ª da Candelária do Rio*

de Janeiro, e de Maria de Barros, natural da vila de Macacu, e aí moradores, e bisneto de Manuel Leão de Lemos e de Maria de Sá, do Rio de Janeiro, e de João de Barros Leite e de Cecília Freire, de Macacu; primo paterno de António de Moraes, clérigo na cidade do Rio de Janeiro, de Pedro da Silva Rosa, também clérigo, natural do Porto, do cônego da Sé do Rio P.º Manuel de Pinho Cândido e de Maria Bernarda, casada no Rio com Francisco da Rocha, e materno dos P.º Bartolomeu Leão e Pedro Leão, da Companhia de Jesus da Província do Rio de Janeiro, e dos P.º Manuel Leão e António Leão, religiosos da mesma Província, e dos P.º Frei Inácio da Graça e Luís de S.ª Maria, religiosos de S.º António da Província do Rio de Janeiro, e do P.º Pedro Leão de Sá, vigário da freg. de N.ª Sr.ª do Pilar em Vila Rica do Ouro Preto; casado com D. Gertrudes Matilde de Sá e Andrade, natural do Rio de Janeiro, filha do B.º Simão Pereira de Sá, Familiar do S.º Offício, natural do Rio, freg. da Candelária, e de Páscoa Rosa de Andrade, natural de Lisboa, freg. de S.ª Justa, neta paterna de Simão Pereira de Sá, natural de Lisboa, freg. do Alecrim, filho de João de Sá e Salinas e de Antónia Pereira, de Lisboa, respectivamente das fregs. dos Remolares e das Mercês, neto paterno de Luís Bem e de D. Mariana de Salinas, e materno de Francisco Cordeiro e de Mariana de Sá Pereira, e de Ana Boccan, natural do Rio, freg. da Candelária, filha de José Boccan, de Anteve, França, e de Violante do Céu, neta paterna de João Baptista e de Ana Pagane, e materna de Manuel do Canto e de Guiomar Mourata, e materna de Manuel Pinheiro, natural do Sabugo, freg. de S. Pedro de Almargem do Bispo, filho de Silvestre Domingues e de Domingas Pedrosa, do Sabugo, e de D. Rosa Maria, natural de Nogueira de Azeitão, freg. de S. Lourenço, filha de António Pinheiro e de Maria Ribeira e neta paterna de André Pinheiro e de Isabel da Cunha, e materna de Jorge Veloso e de Maria de Matos, de Nogueira de Azeitão, sobrinha paterna do Frei José Pereira de Sant'Ana, religioso do Carmo e Qualificador do S.º Offício, e sobrinha neta materna de Francisco Pinheiro de Seixas e de Antão de Andrade Familiares do S.º Offício.

Carta de Familiar de 28 de Setembro de 1751.

José — m. 64, n.º 983

- 503 **José de Pinho e Sousa** — homem de negócio; natural do Porto, freg. de S. Pedro de Miragaia, e aí morador; filho de *Manuel de Pinho*, homem de negócio no Porto,

natural da freg. de S. Martinho de Cucujães, Oliveira de Aземéis, e de Maria Jorge, natural da freg. de S. Mamede de Perafita, Matozinhos; neto paterno de Manuel de Pinho e de Antónia Luís naturais e moradores em Cucujães, e materno de Manuel Jorge, natural da freg. de S. Martinho da Bouça, Maia, e de Maria Gonçalves, natural de Perafita, e aí moradores; casado com Mariana Josefa da Purificação, natural de Miragaia, filha de Luís de Paiva Ferreira e de Grácia Maria, naturais e moradores em Miragaia, neta paterna de António de Paiva, natural de Lisboa, freg. de S.^{ta} Justa, e de Antónia Ferreira, natural de Miragaia, e aí moradores, e materna de João Gonçalves, natural de Lisboa, freg. dos Mártires, e de Maria Antónia, também natural de Miragaia, e aí moradores, irmã de Carlos de Paiva Pereira, Familiar do S.^{to} Officio, morador no Rio de Janeiro, freg. da Candelária.

Carta de Familiar de 30 de Janeiro de 1728.

José — m. 30, n.º 485

- 504 **José Pinto de Almeida Soto Maior** — *sargento-mor da vila de Espinhel, freg. de N.^o Sr.^a da Assunção, Águeda, e morador na sua quinta do Morangal, termo de Espinhel; filho de Cristóvão Pinto de Almeida e Macedo, capitão-mor da vila de Espinhel, Familiar do S.^{to} Officio, natural da quinta do Morangal, e de D. Serafina Ana Joaquina Artiago Soto Maior, natural da quinta de Marzovelos, freg. da Sé de Viseu, e moradores no Morangal; neto paterno de Francisco Pinto de Almeida, natural de Espinhel, filho de Francisco Pinto de Almeida, de Espinhel, e de Leonor Pereira, do Beco, freg. de S. Cristóvão de Macinhata do Vouga, Águeda, e de D. Brites Pinto de Almeida, também natural do Beco, filha de Simão Pinto de Almeida e de Francisca da Fonseca, de Águeda, e materno de Miguel de Almeida Soto Maior e de D. Maria, irmã de Francisco Coelho Soto Maior, Familiar do S.^{to} Officio, e do P.^o João de Almeida Soto Maior, moradores na quinta de Marzovelos; ajustado para casar, em 1751, com D. Francisca Teresa Xavier da Costa Mascarenhas, do Couto de S. Varão, filha de Jerónimo Pires da Costa, Familiar, de S. Varão; novamente ajustado para casar, em 1756, com D. Ana Felícia Pinto Osório Guedes de Loureiro, natural de Almeidinha, freg. de Mangualde, e moradora no lugar de Pindelo, freg. de Silgueiros, termo de Viseu, filha de Manuel Osório do Amaral, natural de Almeidinha, e de sua primeira mulher D. Josefa Rosália Pinto*

Guedes, natural de Mortágua, moradores em Almeidinha, neta paterna de Simão do Amaral Osório, natural de Almeidinha, e de D. Felícia Osório Cabral de Sampaio e Castro, natural de Esporões, freg. de Insoa de Penalva, e materna de João Carlos de Abreu Machado, natural da quinta dos Álamos, freg. de Penso, e de *D. Francisca Bernarda Pinto de Almeida, natural da quinta do Morangal.*

Carta de Familiar de 16 de Dezembro de 1752.

José — m. 67, n.º 1027

- 505 **José Pinto Coelho Cardoso de Meneses e Macedo** — moço fidalgo da Casa de S. Mag.^{de}; natural da freg. de N.ª Sr.ª do Rosário de Cepões, Lamego; filho de Lourenço Pinto Coelho, natural de Simães, freg. de S. Salvador de Moure, Vila Verde, e de D. Caetana Filipa Cardoso de Meneses, natural de Fontelo, Armamar; neto paterno de João Pinto Coelho, natural de Simães, e de *D. Mariana Pereira da Silva, natural de S.ª Maria de Fermedo, Arouca,* e materno de António Cardoso de Meneses, natural da vila de Murça, e de D. Filipa de Vasconcelos, natural de Fontelo; casado com D. Mariana de Noronha Manuel de Portugal, natural da vila de Guimarães, freg. de N.ª Sr.ª da Oliveira, filha de Francisco José Xavier Cardoso de Alarcão, natural de Guimarães, freg. de N.ª Sr.ª da Oliveira, e de D. Josefa Margarida Antónia da Silveira e Noronha, natural de Simães, neta paterna de Gonçalo Peixoto da Silva, natural de Guimarães, freg. de N.ª Sr.ª da Oliveira, e de Paula Maria Cardoso de Alarcão, natural de Lamego, freg. da Sé, e materna de António Luís Pinto Coelho, natural de Simães, e de D. Mariana da Silveira, natural de Vila Real, freg. de Martim Teixeira.
- Carta de Familiar de 22 de Dezembro de 1768.

José — m. 114, n.º 2567

- 506 **José Pinto da Fonseca** — ourives do ouro; natural da freg. de S. Miguel de Oliveira do Douro e morador no Porto na rua das Flores, freg. da Sé; filho de Manuel Cardoso e de Maria Pinta, a «Páscoa», que era prima do Familiar do S.º Ofício Manuel Osório, naturais e moradores em Oliveira do Douro; neto paterno de João de Oliveira, de Ribeira da Telha, e de Jerónima Cardosa, de Quintela, e materno de João Pinto da Fonseca Osório, da Quinta da Barbuda, e de Maria Dias, mulher solteira, de Castanheira, todos lugares da freg. de Oliveira do Douro; irmão de Luís Pinto da Fonseca, ourives em

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

Coimbra; casado com Joana de S.^{ta} Bárbara, natural do Porto, da rua da Banharia, freg. da Sé, filha de *José Barbosa Paiva*, cutileiro, *natural de Carreiras, freg. de S. Miguel de Bairros, Castelo de Paiva*, e de Joana do Nascimento, natural do bairro de S. Lázaro, freg. de S.^{to} Ildefonso, extramuros da cidade do Porto, moradorez nessa cidade, neta paterna de *João de Paiva, natural de Paradela, Bairros*, e de *Catarina Barbosa, natural de Carreiras*, e materna de António Ferreira Carneiro, natural da rua da Ferraria, freg. da Vitória do Porto, e de Catarina de Almeida, a «Mal Casada», mulher solteira, natural do bairro de S. Lázaro.

Carta de Familiar de 18 de Outubro de 1771.

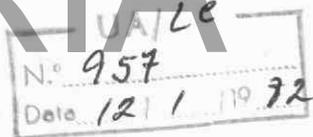
José — m. 129, n.º 2689

(*Continua*)

JORGE HUGO PIRES DE LIMA

1.º Conservador do Arq. Nac. da Torre do Tombo

bibRIA



EVOCAÇÃO

DO PROF. FERNANDO MAGANO

DA FACULDADE DE MEDICINA DO PORTO
 UMA BELA CANETA DE ESCRITOR QUASE
 ABAFADA PELO BISTURI DO CIRURGIÃO

(Continuado da pág. 108)

UNIVERSIDADE

FERNANDO MAGANO tinha o seu conceito de Universidade, e nestes termos o expressou: «A Universidade é algo mais do que um mapa com horário de aulas pendurado à ilharga de uma pauta com muitos números, sem nenhuma pessoa. A Universidade é um vivo organismo de alta responsabilidade no concerto dos órgãos da Nação, com sua actividade intelectual sem peias, seu anseio de permanente valorização científica, sua obediência ética, exemplo de serenidade cívica na inquietação mental sempre actuante, viveiro onde se semeiam apuradas ideias e cultivam humanas dignidades»⁽¹⁾.

Não queria os Professores simplesmente justapostos no claustro das Faculdades. Queria-os devotados à ciência e interessados pelos problemas da Grei. Via na Universidade um foco — se bem entendida — do progresso nacional.

Não considerava a Universidade apenas pelo lado docente, nela englobava também o lado discente, e, até, honra lhe seja!, o colocava em primeiro lugar. Com efeito, algures, diz, dirigindo-se aos estudantes: «a Universidade que vós sois e que nós somos...»⁽²⁾

⁽¹⁾ *Discurso Académico na sessão inaugural dos trabalhos do Ano Escolar de 1948-1949*, pág. 2, Porto, 1950.

⁽²⁾ *Discurso Académico...*, pág. 5.

Para ele, a Universidade havia de ser o consórcio muito íntimo de Mestres e Alunos, mas aqueles na situação ancilar destes, vivendo para a ciência e para a plasmação deles como homens capazes de bem servir a sua pátria e a Humanidade (1). Não queria que a Universidade se limitasse a transmitir o saber técnico relativo à formação profissional. Ambicionava que ela superasse o puro tecnicismo e desse, àqueles que a frequentam, um superior sentido da vida, sem o qual toda a especialização técnica fica minimizada socialmente. Queria que a Universidade despertasse curiosidades e fornecesse aos seus alunos métodos de trabalho. Desejava, sobretudo, que apurasse inteligências e vertebrasse vontades. Não são, textualmente, essas as suas palavras. Mas fácil é subentendê-las no contexto da sua lição.

FERNANDO MAGANO lamentava que durante alguns anos — quantos? — as Escolas Superiores se tivessem desinteressado «das pessoas dos seus alunos e estes tivessem de fazer a sua experiência universal por aí, entregues às solicitações da cidade, às turras, aos trambolhões, sòzinhos ou mal acompanhados. Milagre foi que se não perdessem todos e de todo.

Porque, verdade verdade, não é real interesse ou solícita norma de quem é responsável, o inquirir sòmente da frequência burocrática e do minucioso saber especializado, nem é ensinar o escolher a melhor memória ou bem policiar os exames. E quando, por força das circunstâncias, ao núcleo escolar falte um centro de estudos humanísticos, então a Escola Superior reduz-se a um mero conglomerado de oficinas. E reduz-se, paradoxalmente, mais e mais, na mesma medida em que um louvável e necessário esforço de apurada especialização a vai tènicamente valorizando.

Técnicos, por ventura perfeitos, mas homens insuficientemente dotados para entenderem sua posição no mundo e traduzirem com inteligência o fluxo das ideias da sua hora de vida, tais são, na grande maioria, os frutos que a escola, ano por ano, entrega à Nação. Não houve tempo, durante o curso oficial, senão para o mecanismo das coisas, para a interpretação algébrica dos fenómenos, para a utilização imediata e palpável das forças; o que tudo veio a culminar no rendimento egoísta dos conhecimentos. Que estranhar, então, que os primeiros passos dos jovens licenciados sejam titubeantes na «coisa pública» e, em regra, clamorosamente inconscientes no domínio do espiritual?» (2)

(1) Toda e qualquer instituição é sempre muito mais o que forem os homens que a constituem do que a fachada para os exteriores.

Com fachada pobre, pode a Universidade ser rica espiritualmente, se ricos, *por dentro*, o forem mestres e discípulos. Com fachada sumptuosa, pode essa mesma Universidade ser paupérrima espiritualmente, se os homens que nela trabalham — professores e alunos — não forem leais nas suas atitudes, se não valorizarem os seus méritos, se não disciplinarem as suas actividades, docente e discente.

(2) *Três palavras na Universidade*, págs. 32-33, Porto, 1944.

EVOCAÇÃO DO PROF. FERNANDO MAGANO

E assim foi. Durante muitos anos — tantos que lhes perdemos o conto — a Universidade desinteressou-se das pessoas dos seus alunos.

Têm êles, portanto e agora, mais do que o direito, o dever de protestar contra uma Universidade anacrônica, reclamando a sua reforma inteirinha. Mas importa — isso nos parece fundamental — que eles correspondam à Universidade Nova, cumprindo os seus deveres com pertinácia, com elegância, com civismo, que será essa a maneira de se prestigiarem a si próprios, a sua Escola e, principalmente!, a Nação. Que o bem nacional seja para eles o alvo a atingir, desde que esse bem seja, simultâneamente, um bem para a Humanidade.

FERNANDO MAGANO não alimentava a ideia de que a Universidade realizasse o milagre de forjar os seus alunos inteirinhos profissionalmente. Contava que, na sequência dessa Universidade, outra viria — a da vida —, a única capaz de ensinar o que nenhuma escola é capaz de fazer: «...a vida lá fora — dizia ele aos alunos que o ouviam — vos ensinará o resto, todo o resto que escola alguma é capaz de ensinar; porque a vida é sempre em qualquer parte e em qualquer arte, uma experiência pessoal, intransmissível, um caminho novo que cada um de nós tem de abrir, calcorrear e sofrer» ⁽¹⁾.

AINDA A UNIVERSIDADE

FERNANDO MAGANO não se cansava de elogiar a investigação científica desinteressada. São dele as palavras seguintes:

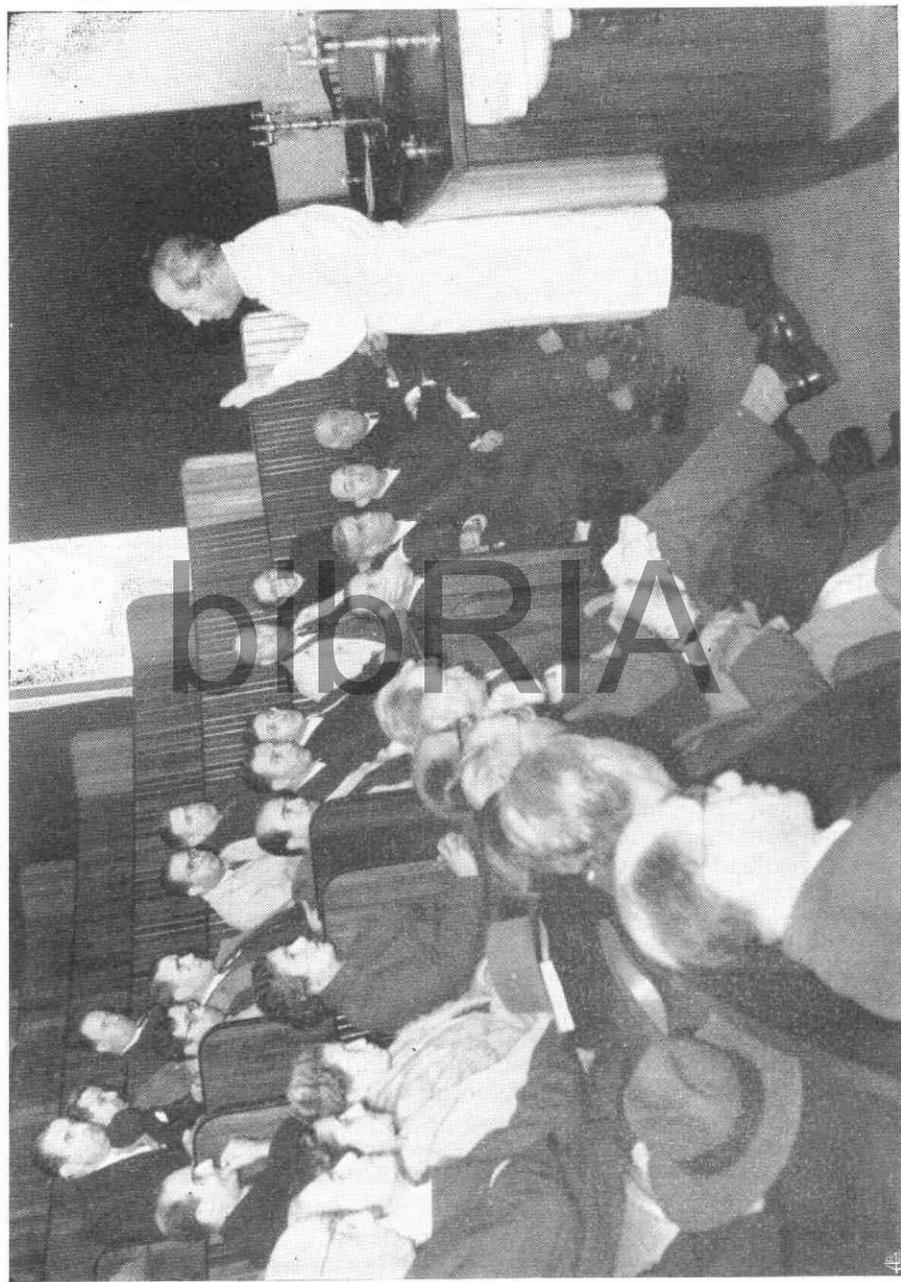
«Quem alguma vez, compreensivo, roçou sequer por este estudo, sabe bem como é apaixonante a Ciência e entende como um investigador isento possa viver inteiramente polarizado para os problemas da investigação, neles e para eles, como que insulado naquele aliciente mundo.

Nunca o nosso respeitooso agradecimento será suficiente para com esses infatigáveis obreiros que, de coração livre e sem outra avidez que não seja o compreender, estudam, recolhem e sistematizam as recônditas energias derramadas nos mundos, para, em seguida, nos ofertarem mais um saber, quantas vezes timidamente, como se ele não houvesse custado o melhor do seu quase trágico esforço. Nunca será demasiado o nosso agradecimento ⁽²⁾.

FERNANDO MAGANO queria, porém, o homem preocupado, para além disso, com a formação humanística — nesta designação se englobando a reflexão filosófica, as preocupações da arte e os

(1) *Discurso Académico...*, pág. 4.

(2) *Colaboração*, págs. 21-22, Porto, 1962.



O Prof. FERNANDO MAGANO fazendo uma das suas comunicações na Universidade do Porto

anseios religiosos. Deplorava o excessivo tecnicismo, a escola meramente voltada aos aparatos da técnica. Com a ausência dos estudos humanísticos feitos em profundidade, não se demonstrou ainda que a escola ficasse mais rica, espiritualmente falando. Antes pelo contrário. A vida não é apenas sibaritismo dos sentidos. Importa que a si própria crie um sentido da problemática da existência — do porquê, do para quê, do como, — sem o que toda ela se processará na clave do periférico. É essencial que transcenda o plano puramente físico e suba até à congeminação metafísica, cogitando uma axiologia, como quem diz uma filosofia dos valores que ao homem dêem uma visão ascensional da sua permanência no mundo.

MAGANO era, certamente, pelos valores mensuráveis, os do âmbito da técnica. Todos nunca seriam demais. Queria-os, todavia, na situação ancilar do homem espiritual, do homem transcendentalizado, do homem promovido de *humanus* a *humanior*. O que ele apetecia era uma Universidade que conciliasse, equibradamente, a investigação objectiva com a problemática da promoção integral do homem. Para cúpula dos estudos universitários desejava a meditação filosófica em profundidade. Sem a larga mundividencia, que só a reflexão filosófica pode dar, o homem é sempre um minimizado espiritual, ainda que pela ciência de laboratório, estruturada apenas na base mensurável, fique em condições de ser capataz da Natureza.

FERNANDO MAGANO era apologista de uma íntima consubstanciação da ciência com a filosofia, e reciprocamente. Ciência desalicerçada da filosofia sofre sempre de vistas curtas para a ampla largueza da cosmovisão. E, por sua vez, filosofia desalicerçada da sólida informação científica, arrisca-se a ser, em muitos casos, um saber meramente palavreiro, manejando um vocabulário condoreiro desmiolado de fundamento objectivo. Se a Escolástica se afundou em ridículo foi isso precisamente porque de todo se desligou do exame científico da realidade, gastando-se em simples *flatus vocis*.

Sem a cúpula da preparação humanística (o Ensino Superior reduzido apenas a um feixe de Escolas Técnicas) parecia a FERNANDO MAGANO que à Universidade faltava o telhado.

E, de facto, quando esse telhado a não cobre, chove dentro dela como na rua. As almas sentem-se aí desabrigadas, mutiladas, incompletas, entediadas, embora aparentem rompantes de senhoras do cosmos e arredores, mercê da ciência quantificável que estão usufruindo.

Claro, claríssimo, que, ao falarmos de formação *humanística*, não damos a este adjectivo o acanhadíssimo sentido de conhecimento das línguas grega e latina. *Humanística* está ali no sentido de *filosófica*.

MAGANO não se dava por satisfeito com a Universidade do seu tempo. E assim sentindo, não se referia apenas à Universi-

dade portuguesa, nem mesmo só à latina, antes afirmava que o mal era ecuménico. São dele as palavras seguintes, referenciadas a 1953:

«Em toda a parte onde o problema [*do valor funcional da Universidade*] se propõe, se há chegado à conclusão de que a estrutura actual é imperfeita, não satisfaz os anseios nem de professores, nem de alunos.

Não é caso agora de nos determos na observação de certas condições do ensino científico, que, em algumas partes, são simplesmente confrangedoras.

No sentido da cultura, isto é, da função docente que consiste em preparar o homem de ciência para a vida, em ordem a que ele se valorize como pessoa e administre criteriosamente o seu saber, nesse sentido, supra-científico, é por demais sabido que a Escola actual não pode, ou pode mal, e sofre por não poder melhor...

Delineado para uma certa época histórica, tem-se a impressão de que o esquema docente está fora do nosso momento — e sobretudo tem-se quase a certeza de que na sua orgânica hodierna a Escola não serve para os momentos que aí vêm...» (1)

E é verdade. Os clamores contra a orgânica universitária não reboam apenas em Portugal — são extensivos a todo o mundo. No nosso país tem havido certa resistência da parte dos poderes constituídos em prestar atenção a esses clamores. Mas agora é o próprio Ministro da Educação Nacional quem reconhece a urgência de ir ao encontro das reivindicações estudantis. Se algumas dessas reivindicações são meramente subversivas, no pejorativo sentido desta palavra, outras são mais do que justas, e já encontram ressonância no mundo dos mestres e do Governo.

O Prof. TORRES PEREIRA, ao tomar posse do seu lugar de vice-reitor da Universidade Clássica de Lisboa, fez afirmações que reflectem a premente necessidade de emprestar nova feição ao Ensino Superior. Logo foi dizendo que a escolha dos lugares de comando na Universidade deve ser da competência da Assembleia Geral da Universidade, do Senado ou dos Conselhos Escolares, e não do Governo. Sobre requerer uma reforma da mentalidade dos professores — sem isso tudo é baldado —, requer também a intervenção dos estudantes na reforma universitária a levar a cabo.

Se o seu primeiro apelo foi para os mestres, o segundo o dirigiu aos estudantes:

«O segundo apelo é para os estudantes. Todos queremos uma Universidade renovada, bem vinculada ao espírito do nosso tempo e que possa ser um factor autêntico de promoção social.

(1) *Colaboração*, pág. 164.

Houve muitos erros acumulados, mas o somatório das insuficiências com que nos debatemos hoje, que tanto nos confrange e que desperta por parte dos espíritos menos serenos ou menos esclarecidos reacções não recomendáveis de desvario e de violência, esse somatório representa não somente os erros que se acumularam, mas muito principalmente o desajustamento das estruturas tradicionais ao ritmo vertiginoso dos nossos dias, aplicado à pluriproblemática de aspiração social, de conquista tecnológica, de explosão demográfica, de comunicação instantânea e de espírito de comunidade à escala mundial».

E muito mais disse o Prof. TORRES PEREIRA, tudo no sentido de salientar o anacronismo da Universidade actual ⁽¹⁾.

Quanto ao Ministro da Educação Nacional — o Prof. VEIGA SIMÃO —, como se pode ler nos jornais de 1 de Abril de 1970, afirma estar decididamente empenhado em que a Universidade enverede pelo caminho do diálogo criador, como pressuposto de labor fecundo. Diz desaprová-lo, quer o imobilismo, quer a subversão sumária da autoridade.

Para que a Universidade entre em novos caminhos, no respeitante à investigação científica, e para que o ensino se instale condignamente, a sobrecarga orçamental, anual, irá para o nível dos 150 mil contos. E aqui, o Ministro faz as seguintes considerações, inteiramente pertinentes:

«Naturalmente, a Nação terá o direito de perguntar à Universidade e ao ministro qual a rentabilidade deste investimento. Não será possível dar uma resposta satisfatória se a Universidade permitir no seu seio professores que não ensinam, que não dão aulas e que não esclarecem os seus discípulos ou alunos que não trabalham ou estudam.

A Universidade não pode ser acidente na vida de uns e de outros, acidente que se traduza em fugazes passagens de professores e alunos por anfiteatros e laboratórios. Isso não é Universidade.

A Reforma na inovação criadora que comporta, tem de encarar este facto com a maior firmeza e objectividade. Há que proceder para com professores e alunos exclusivamente em atenção à capacidade e ao esforço de cada um.

Não se descortina razão para manter na actual situação professores que oferecem à Universidade uma ínfima parte do seu tempo e alunos que colecionam anos de matrícula.»

A Universidade será o que professores e alunos fizerem dela. Importa que todos cumpram exemplarmente. E cumprir exemplarmente consistirá, da parte dos mestres, em investigar e ensinar

(1) Leiam-se os jornais de 25-3-1970

com inteligência, saber profundo, e real amor da juventude que lhes é confiada. Quanto aos alunos, cumprir paradigmaticamente consistirá em não consentirem no desleixo abusivo de certos mestres — desactualizados no saber, ou fingindo que ensinam e investigam — e em darem provas de que pretendem assimilar o saber com inteligência, fazendo rumo à *teste bien faite*, e jamais à *teste bien pleine* (à cabeça atafalhada), e ainda em adquirirem métodos de trabalho que lhes permitam, o mais possível, trabalhar de conta própria. A educação a dar pela Universidade será, acima de tudo, preparação para a autonomia intelectual. «Educação, o teu nome é libertação!»

Enquanto esse *clima* não for criado na Universidade — os professores investigando e ensinando com segurança científica e espírito crítico, os alunos fugindo a toda a fraude e diligenciando por ser os firmes esteios em que a nação deve assentar no dia de amanhã — bem podemos afirmar que todas as reformas morrerão à nascença nas laudas do *Diário do Governo*.

A Universidade nova, que todos apeteçam, há-de ser o natural corolário da renovação profunda da mentalidade de mestres e discípulos. O que não for isso equivalerá a foguetes estoirados na estratosfera... O que não for isso, será apenas fachada por fora e imobilidade e rotina por dentro — *sino novo com badalo velho*. Ora, importa que sino e badalo sejam ambos novos, novíssimos, para darem a Portugal e ao mundo uma música nunca dantes ouvida...

Já se tem dito que os países pobres — precisamente porque são pobres — não se podem dar ao luxo de gastar sem conta, peso nem medida, nas coisas do ensino, que seria esse um processo de se arruinarem. Justamente o contrário. Para que não se arruinem, todos os capitais (os que têm e os que não têm) eles devem investir nas coisas da educação, para, dessa maneira, saírem da miséria, e subirem até à prosperidade. Esta é o natural corolário dos gastos feitos a mãos rotas com a instrução.

Mas se o país se dispuser a gastar somas astronómicas com a educação, importa que professores e alunos correspondam integralmente — os primeiros ensinando, e os segundos aprendendo. E quando o ensino se processa a nível universitário, os professores — bom é que o sublinhemos uma vez mais — atraíçoam a sua missão se não forem também investigadores de conta própria, em vez de simples repetidores do alheio. Civismo — alto civismo — eis o que se pede a docentes e discentes. Quando essa atitude for letra morta, da parte de quem «ensina» e da parte de quem «aprende», não adianta gastar dinheiro com quem o não merece. A Universidade deve fazer-se de fora para dentro — o Governo e a Sociedade incitando-a a criar riqueza de espírito, maneira de fomentar a riqueza económica — e de dentro para fora, sobretudo de dentro para fora, professores e alunos timbrando em honrar a confiança que a Nação neles deposita.

EVOCAÇÃO DO PROF. FERNANDO MAGANO

para um núcleo de estudos universitários
de história naval.

Estudos universitários não significa estudos
realizados só por gente oficialmente univer-
sitária. A íntima índole de Universi-
dade é surpreender onde os valores, in-
tegrá-los, valorizando-os e dando-lhes am-
biente. É este ambiente de seriedade,
de, isenção, responsabilidade, estudo por-
fiado que define a Universidade. Por
isso disse estudos universitários — alargan-
do, não restringindo.

AUTÓGRAFO DO PROF. FERNANDO MAGANO

Em leitura corrente, o autógrafo diz:

para um núcleo de estudos universitários de história naval.

Estudos universitários não significa estudos realizados só por gente oficialmente universitária. A íntima índole de Universidade é surpreender onde [estão] os valores, integrá-los valorizando-os e dando-lhes ambiente. É este ambiente de seriedade, isenção, responsabilidade, estudo porfiado que define a Universidade. Por isso disse estudos universitários — alargando, não restringindo.

CONDIÇÕES NECESSÁRIAS
À INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA

A investigação científica requer — para vir a ser realmente profícua — coração livre, desligada de critérios apertadamente pragmáticos, sem outra mira que não seja o saber pelo saber, à margem de honrarias e de outras ambições narcísicas.

Teremos nós muito disso — na nossa Universidade, no sector docente e discente? Se quisermos dar uma resposta leal a esta pergunta, teremos de responder negativamente. O lucro imediato constitui a obsessão — quase geral — na nossa Universidade. Professores e alunos vivem demasiadamente absortos na paga imediata — ou muito próxima — do seu trabalho, afigurando-se-lhes que a época não corre propícia para românticos lirismos, e nessa conta têm uns e outros — mais os discípulos que os mestres — a investigação científica praticada na clave do puro ludismo, a verdade pela verdade, em todo o seu esplendor, substantivada sim, mas não adjectivada.

E já que falamos de investigação científica, digamos aqui quais, em nossa opinião, as condições necessárias à investigação científica:

Não pode haver investigação científica eficiente, em qualquer país sem que nele se verifiquem, pelo menos, as seguintes condições:

1) Que não haja um predomínio dos ricos sobre os que vivam inteiramente absorvidos pelo pão seu de cada dia.

2) Que os ricos tenham a coragem de renunciar ao lucro que os seus capitais lhes poderiam dar, desviando-os em proveito da pesquisa da verdade pela verdade.

3) Existência de uma tradição intelectual amorosa do saber desinteressado, com perspectivas que transcendam o presente e olhem ao futuro.

4) Saídas assíduas de bolseiros que, no estrangeiro — nos países vanguardistas da cultura e da civilização —, assimilem os processos de uma progressiva investigação. Outrossim, facilidades concedidas aos estrangeiros competentes para que, no país, criem o apetite da pesquisa científica, industriando os nacionais nas técnicas e no espírito (sobretudo no espírito!) dessa pesquisa.

5) Em vez de avarezas lorpas, só interesses cortáveis à faca, o sentido de que um país vale, não pela quantidade dos seus habitantes, mas pela qualidade, e daí ser-se mãos rotas em favor de tudo que propicie o levantamento do nível cultural. Os juros do capital investido no ensino serão sempre largamente compensadores, visto que virão a traduzir-se em progresso do espírito, e é neste que radica, afinal, a prosperidade material e moral dos povos. Quem não vir as coisas com esta largueza, dará provas de possuir perspectivas suínas ou de batráquio.

6) Existência de um ensino que, desde o jardim de infância à Universidade, faça finca-pé no gradual desenvolvimento das qualidades de observação, de experimentação, e sobretudo (oh! sobretudo!) do espírito crítico, sem o qual toda a investigação científica será indigna do nome. Um ensino apenas memorialista, psitacista, estilo *magister dixit*, nunca poderá ser de molde a criar clima de simpatia pela pesquisa científica. Tudo quanto se gaste na criação de um ensino norteado pelo princípio de que a educação há-de equacionar com libertação, nunca é demais. E os gastos serão tanto mais urgentes e prementes, quanto mais o país se encontrar à beira da ruína.

— ?

— Contemos. Aqui há muitos anos, num certo país, que se encontrava à beira da ruína, de que se havia de lembrar o ministro da Educação? De propor despesas astronómicas na criação de um ensino orientado no sentido que atrás preconizamos. E eis que o Ministro das Finanças, guarda dos poucos dinheiros públicos que então existiam, responde às propostas atrevidas do seu colega:

— Mas agora que o país está rés-vés de se afundar, financeira e economicamente, é que o senhor se lembra de vir com essas propostas, que nos obrigam a contrair empréstimos inoportáveis pelo Tesouro?

Mas logo o Ministro da Educação lhe respondeu:

— Colega, agora mais do que nunca, é que é preciso gastar sem conta, peso nem medida, com a Instrução. Mas não uma Instrução qualquer. É forçoso que as Escolas a criar — e as já existentes — façam rumo a um ensino em que os alunos, desde o jardim de infância à Universidade, aprendam a observar e a experimentar directamente, ganhando o gosto da verdade pela verdade, e habituando-se a empregar o espírito crítico, espírito a criar, desde a primeira idade escolar.

7) Existência de laboratórios, de bibliotecas, de museus, arquivos, colecções, de quantas instituições culturais sejam necessárias para fomentar a curiosidade intelectual, a *libido sciendi* e outras contas deste rosário.

8) Existência de um público sério (não nos referimos à seriedade acadiana, abrenúncio!), voltado aos reais interesses nacionais e ecuménicos, em fuga sistemática contra toda a espécie de frivolidades. Um público que no cérebro tenha miolos, em vez de vazios interplanetários, areia da praia ou cotão das algibeiras. Um público, enfim, que se houvéssimos de lhe comer os miolos, estes não nos deixassem em jejum natural!...

9) Liberdade absoluta na exposição de ideias científicas, sem peias políticas ou religiosas de qualquer espécie, de tal maneira que nada se opusesse à controvérsia dessas ideias. Todo o ensaio seria permitido. Nenhuma propaganda seria cerceada.

10) Facilidades concedidas sem regateio a quantos, tendo dado provas de insofismável interesse pelas coisas do espírito,

quisessem viajar para efeitos de estudo, e de maneira a terem do mundo, não as perspectivas provincianas tiradas do seu campário, mas os horizontes que só as sete partidas podem dar.

11) Não exigir do investigador científico o exercício de qualquer *profession seconde*. A actividade pesquisadora ser-lhe-ia remunerada em condições de lhe permitir perfeito desafogo económico.

12) Universidade apolítica e arreligiosa, com seus Institutos científicos anexos, vivendo apenas para a verdade objectiva, desligada de coeficientes afectivos e, portanto, subjectivos. O oratório deixado à porta do laboratório.

Outro tanto com o facciosismo político. A única religião e a única política na Universidade com os seus Institutos anexos serão as da verdade objectiva, *tout court*.

Outras condições se poderiam acrescentar. Bastariam estas, porém, para que a investigação científica fosse uma realidade em qualquer país.

MAGISTÉRIO UNIVERSITÁRIO

MAGANO ambicionava para a Universidade uma larga influência na personalidade dos seus educandos, a começar pela extensão de interesse fora de portas. Influência *intus et extra*. Na alocução da sessão inaugural dos trabalhos escolares do ano 1950-51, referindo-se à dádiva que o Governo fez da Quinta do Campo Alegre à Universidade do Porto, tem estas palavras optimistas:

«Quanto se fizer pelas Universidades projecta-se para lá, muito para lá, da transitoriedade dos homens e seus conflitos».

Aludindo à extensão universitária, assim se exprime: «Melhores condições de trabalho, maior florescência da vida. Escola renovada que traz no seu programa a plenitude do labor científico pela utilização de todos os recursos da inteligência; cada qual segundo os seus dons. E Escola Nova que anseia por um carinhoso amparo às condições dos seus escolares. Escola de sempre que modele os técnicos, revigore os homens e valorize as pessoas.»

E para a criação dessa Escola muito confiava no amor pedagógico do professor: «O tirocínio escolar, com efeito, afeiçoa o futuro profissional; na receptividade do estudante moço ficam para sempre marcadas as dedadas dos mestres. Que altíssima responsabilidade a da aula! Como ela tem de ser uma coisa séria, e como é bom que seja uma obra de arte, em certo sentido. Uma coisa séria porque, antes de mais, tem de ser inteligente; e artística porque, para instruir, há-de começar por ser interessante. (E não há programas sem valor; o que pode haver é ensinosa sem atracção). Aula que se prepare e se viva em ambiente de claridades mentais e se continue na frescura das horas sadias. E jovens, de ânimo alto e leal, esclarecidos de propósitos e de

EVOCAÇÃO DO PROF. FERNANDO MAGANO

corações rasgadamente abertos, longe das escuras lubricidades e sem romantismos anacrónicos. Escola portuguesa onde se cruzem todos os caminhos do Mundo» (1).

MAGANO foi essa espécie de Professor; estudioso, investigador, sabendo a primor o que ensinava, e comunicando com rara elegância de palavra e de atitudes, sem faltar à objectividade científica, os conhecimentos aos seus alunos. Com uma só voz, todos estes dizem que, efectivamente, as suas aulas eram, simultaneamente, coisa séria e obra de arte.

Ele quem dizia que «o próprio do professor é viver enlevado na sabedoria, quero eu dizer, o que é da íntima essência de quem ensina vem a ser o estudo. Nele se compraz. Suspende um momento o seu trabalho de gabinete (qualquer que ele seja, o gabinete) para ingressar no anfiteatro (qualquer que ele seja, o anfiteatro) e transmitir o resultado dos seus estudos, o fruto das pessoais elocubrações, as suas dúvidas enfim» (2).

Isto é — ou deve ser — uma das características mestras do Professor universitário. Isto foi uma das características vivas do Prof. FERNANDO MAGANO.

Diremos, de caminho, que FERNANDO MAGANO negava o dogmatismo na docência universitária. Para ele — como para qualquer espírito superiormente aberto — a verdade científica era feita de aproximações sucessivas, nunca apresentada a título definitivo ou *ne varietur*. Não aceitava «o argumento de autoridade pessoal que, feitas as contas, não é argumento algum» (3).

Não queria o mestre dogmatizante, parado, sem coragem para, no seu espírito, integrar os conhecimentos novos que, hora a hora, se vão criando numa investigação infatigável. Para além disso, desejava o professor universitário possuído pela *libido investigandi*.

Dado, porém, que o referido professor não pudesse, por motivos alheios à sua vontade, praticar a investigação científica, entendia que, ao fazer a sua exposição escolar a fizesse com inteligência lépida, penetrada de espírito crítico, em condições de suscitar o espevitamento do intelecto dos seus alunos, fugindo sistematicamente ao memorialismo. Pensando no professor universitário, dizia, com efeito:

«Não reduza a aula a uma desleal exposição de conhecimentos discutíveis apresentados como conquistas inultrapassáveis, e faça,

(1) Colaboração, págs. 53-54.

(2) Colaboração, pág. 54.

(3) Colaboração, pág. 39.

ao menos, ao menos, da lição, sem redundâncias nem narcisismos, sincera e límpida, uma coisa viva, um fresco momento de saber, um estímulo para a inteligência e nunca por nunca uma definição para a memória.

[...] O discípulo há que vê-lo e respeitá-lo como elemento activo e não como mero ressoador passivo, ainda que a sua colaboração seja sempre condicionada pela inevitável incipiência.» (1)

Deplorava que existissem professores capazes de se aborrecer por objecções e dúvidas levantadas pelos discípulos. E todo se enchia de tristeza por saber da existência de alunos «que não se esforçam por si, que cultivam o ludíbrio, que buscam apenas o resultado do exame, sem prepararem, lealmente, o seu conteúdo» (2).

Como era natural num professor moral e intelectualmente tão vertebado, queria ver nos seus alunos «personalidades vincadas», em vez de tristíssimas subserviências amorfas».

Alguém perguntou, um dia, a FERNANDO MAGANO como é que ele concebia (e praticava — está claro) «o magistério no ensino oficialmente superior». Considerou-se incapaz de responder, com rigor, ao inquérito. Esboçou, todavia, uma resposta, da qual extraímos os seguintes passos:

«Chamemos aula, para simplificar, a toda a sorte de convivência docente a esse nível [*o magistério no ensino oficialmente superior*].

Há ali uma espécie de criação, recomeçante, nunca concluída.

Não sei bem o que será a aula, se nela não fluir um fio de nascente, límpido e promissor.

Tal como isto de escrever uma página não é uma rotina, assim a lição, por dentro do leccionador, é um sofrimento.

De cada vez é necessário rever a posição exacta, objectiva, do conhecimento em si mesmo e transmiti-lo, coado pela análise pessoal da experiência

Logo aqui uma grave dificuldade: em confronto com a extensão do saber, a experiência de cada um é sempre escassa; mas, assim mesmo, ela é indispensável como afinamento da larga sabedoria alheia a qual, entretanto, sempre estudamos e nos serve de ponto de mira. De outro modo, sem o estímulo interpretativo que o nosso próprio lidar nos ofereceu, a exposição do assunto redundaria num seco e infecundo índice.

...Nisto de docência universitária, obediente, antes de mais,

(1) Colaboração, pág. 30.

(2) Colaboração, pág. 31.

EVOCÇÃO DO PROF. FERNANDO MAGANO

aos rigorosos postulados das exigências científicas, não é inútil polvilhar o ensino de um quanto de beleza.

Mas beleza docente não é uma transigência primária com o gosto do auditório, nem uma longínqua secura de um isolamento empedernido, nem mesmo um bolhão acrítico de tumultuosas e não cerzidas noções; não é bibliografia, não é compulsão, não é alheamento.

É uma subtiliza obediente à verdade, sinceramente animada e comunicante.

Se a docência se isola do seu auditório, ai dela que não semeou; se transige com a ignorância, foi-se; se se empavona em si própria e se se narcisa e incensa, morreu, morreu mesmo.

Captar um curso para o esclarecer, prender a atenção de um ouvinte para o entusiasmar, espevitar o interesse de um intelecto para que ele, por si próprio rasgue seu trilho, isso será a primeira e principal essência do ensino universitário.

Sem dúvida nenhuma, tem de haver aí um quanto de natural e peculiar finura, espécie de mistério no mister.

Com efeito, há que reconhecer que a exposição temática não pode ser oferecida aos escolares como um fruto encarquilhado, sem sumo nem sabor, nada excitante da expressão intelectual.

E aqui surgem perigos graves: a monotonia que nunca floresce ou o malabarismo incíncero que roça pelo ridículo.

Lição é doação; com simplicidade, sem formalismos parasitários. Haverá, por isso, lições que na sua aparente singeleza são simplesmente memoráveis, porque tocaram a inteligência, decidiram de uma dúvida, perspectivaram um momento. E há cenários, entoações, gongorismos, que deixaram um travo de presunção.» (1)

FERNANDO MAGANO — os seus discípulos o dizem com uma só voz, — foi o mestre que aí ficou retratado na resposta transcrita: foi sério na arquitectura das ideias que transmitiu; cotejou o saber alheio com a sua experiência; nunca sacrificou o que lhe parecia ser a verdade a oratórias peganhentas; soube arrebatar atenções; suscitou problemática; fez magistério inteligente, procurando ler no *intus* e no *inter* das ideias; não receou objecções e dúvidas apresentadas pelos seus alunos; ele próprio praticou a dúvida metódica, e nunca renunciou ao espírito crítico; falou sempre com os olhos nos olhos dos seus discípulos; fugiu de lhes *impor* doutrina, e a exigir repetições memorialistas, solicitou-lhes o jogo relacionador das ideias alicerçadas no exame objectivo da realidade.

Com exclusão da imaginação criadora? A propósito desta

(1) *Almofariz e outras laudas*, págs. 53-54, Porto, 1965.

nos deixou ele uma página breve, como breves foram quantas escreveu:

«Imaginação criadora.

Mesmo em estudos científicos?

Quase se podia asseverar; principalmente em tais estudos.

Como assim? Pois não é este um sector de conhecimentos objectivos onde semelhante atitude de espírito deve ser totalmente banida?

Debruça-se um estudioso sobre os textos, as lições, os ensinamentos dos autores.

Já, aqui, começa, para quem sabe estudar, uma espécie de partilha: separar, isto é, ser capaz de escolher no acervo, aquilo que realmente tem conteúdo daqueloutro que é só prosa impressa.

Qualquer que seja o assunto há sempre nele uma larguíssima margem de dúvidas. Umaz emergem, naturalmente, do próprio condicionalismo do tema; outras nascem da crítica.

E então o estudioso, se tem alguma experiência e é intelectualmente desinteressado, desata, sem querer, a inserir aquela lição nos passos do seu próprio saber. E a sua inteligência — em surdina, lurando, sôfrega e tranquila — entra em acção.

E então lhe acodem perguntas, comparações, crescem em si mesmo os nevoeiros da intellectualidade inquieta, suspende-se, responde a si próprio e, sem dar conta, entra a formular linhas de interpretação... e quando menos, aí está, activa, fosforescente, a imaginação criadora. Ah! se ela então, pelo seu próprio mistério, naturalíssimamente, contém um lampejo de...» (1)

A frase ficou propositadamente interrompida pelo autor. Aquele *lampejo de...* está ali em vez de *lampejo de génio*.

E assim é que estaria bem, porque só o génio — o autêntico génio — possui a autêntica imaginação criadora. Só o génio é realmente capaz de emitir as grandes hipóteses em matéria de investigação científica. E não só aí: só ele — mercê da sua específica e condoreira imaginação criadora — tem bojo para dar ao mundo as perenes obras de arte.

* * *

FERNANDO MAGANO — todos os seus discípulos o dizem — era Professor plenamente acessível. Recebia com toda a humanidade os seus alunos, ouvia-os de alma aberta, e quando neles pressentia reais méritos, não lhes regateava louvor e estímulo para irem mais longe. Quando, algures, ele fala do generoso acolhimento com que o doutor SÍLVIO, o anatómico de nome retumbante,

(1) *Almofariz e outras laudas*, págs. 91-92.



No Liceu de Aveiro, dia 30 de Janeiro de 1957.
O Prof. FERNANDO MAGANO colaborando na homenagem
ao professor JOSÉ PEREIRA TAVARES, que deixava
o magistério por ter atingido o limite de idade.

(Gravura obsequiosamente cedida pela
Direcção do semanário *Litoral*)

recebe o cirurgião-barbeiro AMBRÓSIO PAREO, é como se estivesse fazendo autobiografia, porque também ele assim recebia os alunos que o procuravam. Segue o texto:

«Este professor [Silvio] não só atende o jovem Pareo, não só o ouve com atenção, atitudes já de si notáveis, isto é, que devem ser notadas, mas mais, estimula-o, acarinha-o, e até o entusiasma; compreende-o, eis tudo. E vai logo mais longe e mais alto, inicia-o a que ponha em linguagem a sua ideia [colhida em experiências directas, objectivas, flagrantes], diríamos hoje a que publique a sua ousadia.

Não sei quem mais admire: se o jovem que teve a audácia de pensar sem licença, se o professor que teve a heroicidade de acolher o desnudo, o sòzinho.

A publicação fez-se e, para maior escândalo, veio redigida em francês. Os detractores, anos depois, tentariam ainda e sempre inferiorizar o autor... porque não sabia latim. Esta ária com outro andamento, ainda hoje se ouve.» (1)

Também LEONARDO DA VINCI — o grande L. da V.! — foi troçado por uns quantos idiotas, que o acusavam de ser *uomo senza lettere*, como quem diz sem latim, e, portanto, não poderia pôr-se (abrenúncio!) ao nível deles...

O HOMEM DE ÍLHAVO TRAÇA A BIOGRAFIA PSICOLÓGICA DA SUA TERRA

Da sua terra — Ílhavo — deixou FERNANDO MAGANO uma página de antologia: *Impressão cordial*, que foi publicada precisamente no *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. XXVIII, 1962. Vamos transcrevê-la, e por ela se verá a que altura o escritor subiu:

«Singular aquela vila!

Havia como que fios invisíveis de enxárcias familiares de beiral para beiral. Na sala de visitas, com frequência, o ambiente de uma câmara de oficiais; no quarto o seu quê de camarote e a casinha de fora, uma uma espécie de pique da proa.

Os homens caminham na rua, como se andassem sobre o tombadilho. As mulheres segredam notícias de todos os quadrantes da rosa-dos-ventos.

A «nossa terra» é sempre única, está bem de ver. Mas aquela, além de especial para os seus próprios, é singular para todos.

No urbanismo? Só se for, ainda e por enquanto, em alguns dos seus inimitáveis e não descobertos recantos antigos.

(1) *Aparas*, págs. 19-20, Porto, 1962.

EVOCÇÃO DO PROF. FERNANDO MAGANO

Na gente sim, apesar da inoculação das modas.

Não sei que especial modo de ser a particulariza: uma emotividade vibrátil e um respeito de família fortemente muralhado, quase agressivo; a par, certo sentido de permanente vivência em comum, participação séria no sofrimento dos vizinhos.

Povinho que concilia, no mais íntimo dos íntimos, esta singular dualidade: agarrado à soleira da sua porta e, no mesmo momento, com o nariz apontado a todos os embarcadores das costas do mar; vivendo real e fisicamente no fundo do seu beco e, na mesma hora, em todos os sítios da laranja do mundo.

Alapada, esta gente, na pedra do lar, mas atenta e sensível ao telegrama que veio lá do cabo gelado ou do fundo dos brasis. Com as portas da rua fechadas a sete chaves, escancara o postigo para sofrer o que se passa ali na boca da Barra ou nas lonjuras do estreito de Malaca. Uma quase mórbida sensibilidade para as insignificantes, inevitáveis testilhas de família, mas logo, logo a reprimenda ao filho travesso: «ai de ti, se não salvas o teu tio!»

A vila não se parece nada, mesmo nada, com os agregados populacionais que a rodeiam, nem se confunde com o agro que a circunda. Fica a cem léguas das aldeias rústicas que, contudo, se lhe encostam à pele. A laguna do sal e do moliço, e as correntes que nela circulam, são brincadeiras para os filhos enquanto de bibe. A estação do caminho de ferro insere-se numa cidadezinha alegre que os ilhavs atravessam a correr.

Que ninguém lhes toque nas possíveis imperfeições da terrinha ou conhecidos tiques individuais. Arde Tróia!!

Uma espécie de clã fechado, somatório de mil e um pequeninos clãs ainda mais fechados.

Mas, ao mesmo tempo, se alguém se lhes vem gabar que o mundo é vasto, ouvireis o troco: eu também já lá estive, conheço bem esses ventos, mora ali o senhor fulano, dói-me lá uma sepultura.

Até o topónimo tem uma sequência especial, tal como o sino grande da igreja um som tão seu que o identifica na anfíbia planura. É um nome que se alegra na primeira sílaba para se entristecer em surdina até ao fim; é um sino que badala forte e caro, no convite para a oração em silêncio.

Que melancolia indefinida a daquela parentela que passa a vida a sorrir! Que doação e sacrifício em todo aquele pessoal que é cio-síssimo, ciumento, dos seus haveres! E que paz, que ameno ritmo, numa tal citânia palreiramente conflituosa!

De vez em quando, de vez em quando, o barómetro desce, desce, e então a vaga larga... cobre a vila toda. Toda.

Mas ninguém que seja alheio dá conta disto só com passar. É preciso «ser-se» para se entender. E é tão difícil de traduzir-se em linguagem!

Daquela meda, quando menos se espera, surge uma personalidade. É fértil a urbe em paveias de muitos matizes.

Se calha de lhe encher o velame o sopro da imaginação artística

e a personalidade foi forçada a rumar pelos caminhos do mundo, então, a quem está à janela do palheiro, o emigrado parece uma espécie de barco desprendido da amarração, bateirinha que vai à rola. Mas não vai, não senhor! O artista segue e serve o fio da sua inquietação, mas acorda por baixo da maré, está presa à pedra da borda, em frente ao passeio.

Aquela terra é palreira mas sempre temperada de tristura. É que o seu cemitério é o maior do mundo tem os limites das ondas onde quer que elas se alleiem: é ali e é em toda a parte.»

Página escrita por mão de mestre. Literariamente, um mimo. É finíssima pela penetração psicológica das gentes de Ílhavo — autênticos heróis ou lobos do mar. O leitor tem presente, com certeza, a página famosa de GARRETT, nas *Viagens*, em que ele põe em diálogo os campinos do Ribatejo com os homens de Ílhavo. Aí se pergunta: «Qual é que tem mais força?... O touro ou o mar?»

O campino fazia questão da força:

— «A força é que se fala. A força é que se fala: um homem do campo que se deita ali à cernelha de um touro que uma companhia inteira de varinos não pegava, com perdão dos senhores, pelo rabo!...»

E vai daí o ílhavo não se tem que não responda, na presença dos embarcações, já que a cena do duelo oratório se passa a bordo duma embarcação, na travessia do Tejo:

— «Então agora como é de força, quero eu saber, e estes senhores que digam, qual é que tem mais força, se é um touro ou se é o mar?»

— Essa agora!

— Queríamos saber.

— É o mar.

— Pois nós que brigamos com o mar, oito e dez dias a fio numa tormenta, de Aveiro a Lisboa, e estes que brigam uma tarde com um touro, qual é que tem mais força?»

E GARRETT remata o duelo oratório com estas considerações: «Os campinos ficaram cabisbaixos; o público imparcial aplaudiu por sua vez a opposição, e o Vouga triunfou do Tejo».

FERNANDO MAGANO era homem do Vouga. Não lutou contra o mar. Contra o mar lutara seu pai, que no mar morreu, e no seu posto morreu, como capitão de barco ⁽¹⁾. Não lutou FER-

(1) Morreu, com toda a tripulação, a bordo do lugre *Aveiro*, de que era comandante. O naufrágio ocorreu numa viagem da América do Norte para Portugal. Nessa altura, era FERNANDO MAGANO aluno dos primeiros anos do Liceu, e inúmeras foram as dificuldades que sua mãe teve de vencer para manter o filho nos estudos.

NANDO MAGANO contra o mar. Outra foi a sua luta — na qual saiu triunfante, como homem retintamente de Ílhavo e, portanto, possuído pela filosofia de que, sem esforço pertinaz, não se ganha a vitória. Rapazinho, na escola primária, já entremostrava o que viria a ser no liceu, e, aqui, já deixava entrever a que alturas subiria na Universidade. De facto, de ascensão em ascensão, inteligência lépida servida por invulgar capacidade de trabalho, chegou ao lugar máximo a que se pode chegar na hierarquia da cultura: foi um grande, um paradigmático Professor universitário. Não lhe deram o lugar, de mão beijada. Como Ílhavo de gema, chegou aonde quis, por força de uma vontade inquebrantável, servida por uma inteligência privilegiada. Aproveitou, certamente, para subir, a inspiração, como quem diz as qualidades naturais. Mas soube juntar-lhes a transpiração, como quem diz as qualidades do mais estrénuo trabalho.

Era apologista da educação austera. Nada de mimos excessivos, que só trazem prejuízos à formação do homem. Num inédito de FERNANDO MAGANO que nos foi dado ler — *Remédio antigo* —, dois oficiais de marinha conversam. Um deles, que lamenta a vida frustrada de seu filho, ouve do seu interlocutor estas palavras:

«Olhe, se o seu filho tivesse conhecido um pai como o meu, um duro e forte marinheiro que me ensinou logo no começo, não estaria você agora a carpir-se das tontices de seu filho.

Ainda as sinto aqui, bem estaladas, as estaladas daquelas mãos que me defenderam para toda a vida. Nunca mais as esqueci.

Você tratou o seu com paninhos quentes, fez-lhe as vontadinhas, fechou os olhos, deu isso.

Abençoadas lambadas; fizeram-me gente, acordaram a vergonha. Remédio santo. Selaram-me na cara o programa da vida séria. Abençoadas.

...Esta malta de hoje, cheia de mimos e a cabecinha leve, não quer ouvir nem se sujeita. São muito senhores do seu nariz. E receitas antigas não se podem aviar...»

A receita antiga aqui recordada é a das bofetadas que, indo à frente, alumiam duas vezes, quando os jovens pisam o risco.

FERNANDO MAGANO não as apanhou. Mas quer-nos parecer que seu pai, quando jovem as apanhou, muito bem apanhadas, do pai, numa ocasião em que escandalosamente pisou o risco. Remédio santo. O próprio pai de FERNANDO MAGANO se dava como tendo sido providencialmente salvo, por força das estaladas paternas que, algum dia, apanhou, num momento em que prevaticou. Ficou-lhes agradecido para toda a vida. Fizeram dele um homem!



Sessão inaugural do Congresso Internacional da História dos Descobrimentos realizado no Palácio de S. Bento, Lisboa, em Setembro de 1960.
Da esquerda para a direita: COSTA BROCHADO, Prof. OLIVEIRA SALAZAR e Prof. FERNANDO MAGANO.

«GANHARÁS O PÃO COM O SUOR
DO TEU ROSTO»

Vamos insistir:

FERNANDO MAGANO não ganhou o seu alto posto universitário de mão-beijada. Conquistou-o com a sua *inteligência* — que era arguta, que sabia «ler dentro das coisas», ou «ler as relações entre as coisas», conforme a essa palavra assinalarmos o étimo *intus legere* ou *inter legere* — e com as suas invulgares qualidades de trabalho. Não foi homem que apenas confiasse na inspiração — nas qualidades naturais — como é habitual em Portugueses. Sobrepôs à inspiração a transpiração, como quem diz as qualidades de trabalho. Algures, ao iniciar uma pequena comunicação — *O cristão na profissão* —, escrevia:

«Ganharás o pão com o suor do teu rosto.»

Esta é a primeira lei.

E, que saibamos, ainda não foi revogada. Mas lei que nos foi transmitida como castigo.

Nunca, porém, penalidade alguma se mostrou, do mesmo passo, mais suave e mais premente:

Suave, porque, afinal, o homem só se valoriza e se completa alegremente quando o trabalho o envolve; e, ao contrário, diminui-se, consome-se e muito se aborrece quando é vencido pela inércia.» (1)

FERNANDO MAGANO ganhou os seus *accessits* na carreira estudantil e depois na vida do magistério, não apenas por excepcionais qualidades naturais, mas, outrossim, por admiráveis qualidades de trabalho. Ganhou o pão do corpo e o pão do espírito, com inteligência muito viva, é certo, mas, a par disso, com indefectíveis qualidades de trabalho. Nada ficou devendo a protecções escandalosas. Foi homem que a si próprio se fez. Não se «encostou» a ninguém, encostou-se a si mesmo, que é esse o melhor amparo que o homem pode arranjar para si. Não invocou pergaminhos para subir — não os tinha, era de cepa humilde —, subiu pelos seus próprios recursos, os da inteligência e os do trabalho. Se houvéssemos de falar de nobreza social em FERNANDO MAGANO, poderíamos dizer que ele foi o antepassado de si mesmo. Com efeito, se o fizessem duque, como NAPOLEÃO fez a JUNOT, e

(1) Em *Responsabilidades profissionais do homem católico na hora presente*, pág. 7, Lisboa, 1950, disse do cristão: «No trabalho está a sua libertação. No trabalho sim e nunca no quietismo. O cristão não é a sentinela da tulha; tem de ser o sementeiro».

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

lhe perguntassem, como a este perguntaram, pelos seus antepassados, poderia responder exactamente à maneira de JUNOT: «Ah, ma foi, je n'en sais rien; moi je suis mon ancêtre!»

A CONCLUIR...

FERNANDO MAGANO, dando uma interpretação da figura de João Semana criada por JÚLIO DENIS, dizia, dirigindo-se ao Director e Professores da Faculdade de Medicina do Porto:

«Se não foi este o espírito da lição que o professor GOMES COELHO nos legou, eu peço desculpa da má interpretação que lhe dei; não foi por falta de atenção, foi por falta de entendimento.»

Fazendo nossas estas palavras, outro tanto diremos, aplicando *el cuento*:

Se, através das palavras que vos disse, não consegui comunicar-vos o espírito da lição que o Prof. FERNANDO MAGANO nos legou, peço desculpa da má interpretação que lhes dei; não foi por falta de atenção, não senhores, mas por falta de entendimento!

bibRIA CRUZ MALPIQUE

CENTENÁRIOS DE TRÊS AVEIRENSES

SEM intenção que sobreleve um mero registo memorativo, supomos oportuno e devido deixar exaradas algumas linhas, em letra de forma, sobre o centenário de alguns aveirenses que, por circunstâncias diversas embora, sobressairam da massa comum dos seus conterrâneos. Nem nos propomos a análise das obras, nem a relevação de feitos, mas o simples apontar de efemérides, e o justificá-lo ainda que sucintamente.

Não serão essas figuras de projecção ressoante, das que perseveram à flor da memória e irradiam para longe dos muros da urbe natal. Nem nesta adquirem significado ou de aveirismo ou de suscitadoras de venerações permanentes. Mas destacaram-se e andam citadas em rois de homens sobressalientes da grei anónima, por enciclopédias, histórias literárias, relatórios de operações militares significativas e inventários de aveirenses ilustres. Não serão vultos cimeiros, mas também não ficam ao rez dos «Zés-ninguens» que quase todos nós somos.

Distinguiram-se e honraram a terra do nascimento, se não pelo que nela operaram, pelos reflexos do nome. E este lhes sobreviveu mais que o bastante para que se relembrem e relevem no ensejo que o ocorrer, neste ano de 1970, algum dos centenários dos seus nascimentos ou óbito — cuja celebração entrou em franca voga nos nossos tempos — nos proporciona, e ao cabo, nos impõe como que uma cívica obrigação de bairrismo.

Apontaremos precisamente três centenários: de MANUEL MENDES DE BARBUDA E VASCONCELOS, de JORGE DA MOTA E SILVA e de FRANCISCO GARCIA DE REZENDE.

*

Porventura, deveríamos arrolar ainda um quarto, e, esse, o mais digno, por certo, de comemoração, se não fosse duvidoso — o de AIRES BARBOSA.

Deixemo-lo, pois, na incerteza, e porque em nada poderíamos contribuir para lhe exaltar a memória; e recordemos aqueles que concretamente sabemos terem nascido em Aveiro, e de que conhecemos as datas certas do nascimento ou morte, a concluir centúrias exactas neste ano de 1970, que decorre.

* * *

I — MANUEL MENDES DE BARBUDA E VASCONCELOS

Em primeiro lugar, e considerando a primasia cronológica, lembraremos MANUEL MENDES DE BARBUDA E VASCONCELOS, aliás dos três vultos agora rememorados, aquele de quem, apesar de quaisquer possíveis restrições de méritos, consequentes de novas correntes estéticas, mais perdurou a menção do nome e da obra.

MANUEL MENDES DE BARBUDA E VASCONCELOS nasceu em Aveiro a 15 de Agosto de 1607. Foram seus pais Manuel Barbuda e Vasconcelos e D. Joana de Melo Loureiro, ambos de nobre linhagem, para usar dos termos com que se lhes refere MARQUES GOMES⁽¹⁾.

Casou com Maria Gomes da Luz, sendo ambos naturais da vila de Aveiro e moradores em Verdemilho⁽²⁾, lugar situado a pouco mais de meia légua desta vila, então ainda quase no auge de intensa e próspera vida comercial-marítima.

Por aqui, provavelmente, com mestres conventuais, terá feito seus preparatórios para a entrada na Universidade de Coimbra, onde se licenciou em Direito. Conforme os costumes da época, estanciou no Desembargo do Paço, o período que o habilitaria à carreira da magistratura. Segue-se-lhe depois o rastro como juiz de fora em Caminha e, subsequentemente, nas funções de ouvidor da próxima Valença, e ainda nas de provedor da comarca de Lamego.

Homem de condição, distinto de porte e maneiras, a tomar como certos os traços biográficos que correm impressos, as suas sucintas biografias apontam-no também como dedicado a exercícios de destreza e, assim, exímio na equitação. Cultivava a leitura e as letras, e, segundo se afirma, com seus dotes de vate apreciado, prosélito dos gostos da época e evidenciando grande facilidade de composição, «encantava os amadores da corte de D. Luísa de Gusmão e, depois, de D. Afonso VI».

Se, todavia, como magistrado se lhe desvaneceu a sua memó-

(1) *O Distrito de Aveiro*, Coimbra, 1877, pág. 105.

(2) Dr. J. H. PIRES DE LIMA, «Arquivo do Distrito de Aveiro», vol. xxxii, artigo *O Distrito de Aveiro nas Habilitações do Santo Officio*, pág. 142.

ria, e como cavaleiro ou homem da côrte deixou uma recordação que não excede a mera menção despormenorizada, como poeta teve uma aura, que o tempo deslustrou, mas foi radiosa pelos meados do século de seiscentos.

De maior ou menor valia, sabe-se que, além das que correm impressas, deixou diversas produções inéditas e, provavelmente, de todo perdidas. Andam citadas, entre elas, colectâneas de «Rimas Sacras», «Rimas Profanas» e «Rimas Fúnebres». Não completou um poema épico, que tinha por tema a Restauração da Independência Nacional e a aclamação de D. João IV, e se intitularia «Sucessos das Armas Lusitanas» (1).

Faleceu, na verdade, relativamente novo, a 30 de Março de 1670, e, assim, com cinquenta e dois anos, e, conforme está escrito, (2) em Verdemilho. Ficaram, por essa causa, por effectivar, compreensivelmente, alguns dos seus projectos literários.

*

A sua primeira obra impressa data de 1667. Tinha por título «Silva Panegírica do Nascimento da Sereníssima Princeza, filha do Príncipe D. Pedro...», e saiu dos prelos de António Craesbeeck.

No mesmo ano foi impressa, na oficina de Diogo Soares de Bulhões, em Lisboa, a obra que deu perduração ao seu nome, o poema heróico, em vinte cantos, em oitava rima, «Virginidos, ou Vida da Virgem Senhora Nossa, dedicada à Magestade da Rainha Dona Luísa, Nossa Senhora».

Não afinam pelo mesmo diapasão as apreciações coevas do poeta e as dos tempos posteriores. Os tempos mudam, e com eles as predilecções de toda a sorte.

No *Juízo Poético*, com que precede o poema, o M. R. P. M. F. André de Cristo que se chamara na vida secular ANDRÉ FROIS DE MACEDO, prégador de nomeada e também poeta, membro das Academias dos Singulares e dos Generosos, e nesta última Expositor da Poética de Aristóteles, além de outros títulos, não hesita em levar o ditirambo a considerá-lo «sempre elevado, sempre altivo e grave, / Já pelo sacro objecto e doufa lira, / Te remontas sublime, excelso voas: / E collocando a cítara suave / Lá das esferas de ouro, e de safira / Lhe teceste de Estrelas a coroa».

D. FRANCISCO MANUEL DE MELO consagra-lhe um soneto do mais encomiástico louvor. São da sua pena os seguintes versos que extraímos daquela composição do celebrado escritor seiscentista: «Se da Fénix a pluma, e a harmonia / Do Cisne, do Céu fôra, imaginara, / Que a tua voz e tua pena única, e rara / Só do

(1) *Enciclopédia Portuguesa Ilustrada*, dirigida por MAXIMIANO DE LEMOS, vol. XI, pág. 68.

(2) MARQUES GOMES, ob. cit., pág. 105.

Cisne e da Fénix ser devia. / Mas como uma, nem outra se estendia / A voo tão feliz, voz tão preclara, / Tua pena, e teu Canto nos declara / Que daquela Ave são, da *Ave Maria*. / Remontaste ao Céu mais alto, e ufano / Nos conceitos e estilo único e grave, / Ó grão Barbuda, Fenix Lusitano / ...».

D. ANTÓNIO ÁLVARES DA CUNHA, secretário da Academia dos Generosos, no elogio que, também ao geíto da circunstância e da época lhe dedica, leva o exagero encomiástico a desmedidos extremos: «Neste Poema, ou Paraiso / Que agora / Com estilo grandiloquo publica / Ao mundo todo / Assombro ao mesmo mundo / O Senhor / Doutor Manuel Mendes da Barbuda / que / nas leis civis concede / Aos Baldos e Lafões â primasia / No tempo / Não na ciência / Na harmonia suave, / excede a Homero na invenção, no metro a Maro / No suave a Camões, Tasso na empresa / ...».

E, a seu turno, a mística SOROR VIOLANTE DO CÉU, exalta-lhe a «Pena que tanto voa, e chega a tanto / Que exagera a grandeza de Maria / ...», nos transportes do elogio resvalando na irreverência à Virgem, por cuja glorificação jubila.

A todos os depoimentos de louvor que antecedem o poema ultrapassa o de COSME FERREIRA DEBRU: «De Homero, e de Virgílio fama tanta / E do grão Lope, desde agora cale. / Nem Torcato, ou Petrarca, ou Dante fale / Que outro valor mais alto se levanta / ...».

bibRIA

BARBUDA E VASCONCELOS que, para intento tão alto, como ele próprio escreve, o Vouga, de quase ao pé da porta», despertou, com seu murmúrio», parece que pressentiu as reticências que lhe viriam a pospor os críticos futuros, quando, nas considerações prefaciais, se considera imune ao acónito dos Zoilos e Aristarcos, «ainda que estes então abonam mais, quando desluzir pretendem». Antecipadamente, mal seguro nos diplomas que lhe passavam os «generosos» confrades e amigos, se ia sangrando em saúde.

Com efeito, já o também poeta JOSÉ MARIA DA COSTA E SILVA, em meados do século XIX, e assim, em plena florescência do romantismo, lhe estima qualidades — «rica e ardente imaginação, invenção fértil, muita facilidade de compor, linguagem elegante e correcta, muito saber e versificação fácil — mas lhe anota, pois que aqueles predicados não bastavam para formar um grande poeta, a falta de aquele trato fino e delicado que /.../ nos ministra o sentimento do verdadeiro belo /.../. Esse dote tão raro e essencial, chamado *bom gosto* é o que falta inteiramente a MANUEL MENDES DE BARBUDA e, por isso, o seu poema, que ao sair à luz foi geralmente admirado e aplaudido por doutos e indoutos, veio

CENTENÁRIOS DE TRÊS AVEIRENSES

a cair em um total esquecimento, aliás imerecido, porque abunda em belezas parciais, que podem tornar de grande interesse para os poetas a sua leitura» (1).

*

Algumas dezenas de anos depois, uma recensão bio-bibliográfica (2) considera «Virginidos» de BARBUDA E VASCONCELOS «composição a que não faltam qualidades a torná-la notável, e a indicar mesmo o seu autor como poeta de raça, tão elegante como conceituoso e expressivo no dizer, mas em que também não faltam os mais inconcebíveis disparates, que revelam uma lamentável ausência de critério e bom gosto. Menciona mesmo algumas das suas claudicações, quer de anacronismo e de extravagância de imaginação, quer de natureza estética, «coisas de um derramamento de gosto inexplicável».

Exemplifiquemos com uma das que enumera: a determinação tomada pela Virgem de ajudar S. José a ganhar o pão de cada dia, trabalhando na costura para fora do lar, como qualquer dona de casa modesta, lisboeta ou de Verdemilho, da época ou de agora, com aperreado orçamento doméstico:

«Ser pobres, para Nós é a mor riqueza, / Que por Deus a
pobreza não desdoura, / E para sustentar a natureza / Meu tesouro
será minha tesoura: / Embarcados na nave da pobreza, / Para a
Índia passar, que outro Sol doura, / A linha passaremos pela
linha, / E Agulha de marear farei da minha. // Por minhas mes-
mas mãos com sumo gosto / Leda vos ganharei sustento vário. /
E escusando o suor do vosso rosto, / Para ambos ganharei o
necessário: / Serei a Abigail, que no desgosto, / Na falta, e no
sucesso, em fim, contrário, / Co sustento vos rogue, e vos amime, /
E que depois de Deus só a Vós estime.»

*

Daremos outro pequeno trecho do poema, para se ajuizar com maior exactidão do seu estilo, pois para ele, e, a par consigo, para o poeta italiano MARINI, que igualmente comunga nas predilecções e processos de GONGORA, o objecto da poesia seria *fare stupire*, isto é, causar o espanto e deslumbrar pela ostentação da *maraviglia* (3). Aliás, homem palaciano, de contumélias requintadas e pompas, esmeros de cortesia na expressão e nas maneiras apuradas, de costumes e propensões sibaríticas, o seiscentista poeta

(1) *Ensaio Bibliográfico-Crítico Sobre os Melhores Poetas Portugueses*, tomo VIII.

(2) *Enciclopédia Portuguesa Ilustrada*, l. cit.

(3) Cit. por HERNÂNI CIDADE, Pref.^o, e Notas de *A Poesia Lírica Cultista e Conceptista*, pág. VIII.

aveirense, transpôs para a sua obra literária, em «artificiosas filigranas verbais» os modos característicos do cortesão e dos torneios equestres, nas suas galas tão suscitadores da atenção dos pares e das damas:

*Colocados na púrpura estendida,
A Grande, e rica Mesa se prepara,
Que a da Assíria supera preferida,
Quando o amante Príncipe hospedara:
Que se gasta, e engasta na comida
Uma perla sem par única, e rara,
Outra perla do Céu mais bela, e rica
Desta mesa os manjares qualifica.*

*Com dourados gomis de ouro em baixelas
Água às mãos logo dão os Mestre-salas,
Seguem-se, despojando as espinhelas,
Pagens gentis, que vestem ricas galas;
Enire os manjares mais, que trazem delas,
Não veio, sendo já tempo de gastá-las,
(Por proibir-lhas da Lei a cerimónia)
Tenras netas da fera Caledónia.*

*Mas vem em muitas formas transformado
De Dédalo o sobrinho, que inventara
A Serra, por quem deixa o povoado,
Pois o monte, e a serra inda lhe é cara:
De Nino a Mãe, em cáldido guisado
Vém na Ave, que de fel se isenta rara,
E Argos, que convertido em pluma grave,
Ainda no manjar se usa suave.*

*De tão vária iguaria entre a grandeza
Vem o inchado Peru simbolizando,
Que o banquete um Peru era em riqueza,
Com que se está nos faustos ostentando:
Também, por variar, se pôs na Mesa
A Ave de Ifis, que a noite ouve cantando,
Depois que de Melagro a irmã venha
Por gala nos guisados na Galinha.*

*Os Capões que cevados se cozinham
Como vêm pôr na Mesa os Convidados,
Que cerejas com eles também vinham,
Cuidam, vendo que vêm tão cerejados:
Entra, entre os mais, que ali chegado tinham,
O picado, picado e os guisados,
E o desfeito, que foi por gosto feito,
Qual gosto, junto bem feito, e desfeito.*

CENTENÁRIOS DE TRÊS AVEIRENSES

*Os descendentes de Acteon, e do Sino
De Dezembro os filhinhos não faltaram,
Nem do Animal do áureo Velocino
Os descendentes por guisar ficaram:
A Dama, que Argos guarda peregrino,
E o Deus, que a Europa rouba, aqui chegara,
Que vêm de novo em brutos transformados,
O número aumentando dos guisados.*

*Outros, muitos manjares se seguiram
De vária sorte, e prato diferente,
A quem os perrexis o gosto abriram,
Que dá o agre, talvez gosto excelente:
Lacticínios diversos assistiram,
Conservas temperadas ricamente,
Doces de vária sorte, e em prato franco,
Ambrosia celestial, ou manjar branco.*

*No diverso das frutas superiores,
Sobre as Mesas de flores guarnecidas,
Se viam estar pomos e flores,
Quem viu flores c'os pomos nunca unidas?
Da marlota, que veste de labores,
Exalando fragâncias preferidas,
Vinha o melão, que pevidoso fala,
E que só diz quem é, quando se cala. (1)*

* * *

São mais secos e radicais no julgamento do recordado escritor aveirense — e observemos que, apesar de quaisquer restrições de méritos que lhe façamos, é um dos poucos escritores naturais de Aveiro que figuram nas histórias da literatura nacional — os historiadores e críticos literários dos nossos dias.

MENDES DOS REMÉDIOS inclui-o entre os autores de poemas épicos que, no século XVII, «são, quando conseguem sê-lo, para honra de seus autores, [...] vastos repositórios de empoladas hipérboles, a desafiarem a mais acendrada paciência» (2). É FIDELINO DE FIGUEIREDO — para não alargar as citações —, aliás, com mais evidenciada acuidade crítica, não é mais benévolo. Refere que MANUEL MENDES DE BARBUDA e VASCONCELOS relata no aludido poema «com devoção enternecida e prolixidade cruel, a vida da Virgem, em numerosos cantos». E, enfadado prosse-

(1) *Virginidos*, fl. 135 e segs.

(2) *História da Literatura Portuguesa*, pág. 363.

guia: «Inçado de cultismo, sem a menor cor local, ostentando sentimentos e noções inaceitaveis, como existindo entre os hebreus, antes da reforma moral de Cristo, o poema é uma fatigante e hoje praticamente esquecida narrativa, sem sopro épico» (1).

Ofuscaram-se-lhe, pois, com as rutilações da glória literária que o aureolou em vida, e mal nös chegam já os ecos do seu prestígio mundano desse magistrado-poeta, com progénie de condição e com carta de bração passada em Abril de 1646, segundo aponta o Dr. JOSÉ MACHADO, no n.º 368 dos «Brasões Inéditos» (2).

Assim mesmo, sobejam as razões para que o inscrevamos na galeria dos escritores aveirenses de nomeada e merecimento.

* * *

II — JORGE DA MOTA E SILVA

Reporta-se o segundo dos centenários mencionados a um aveirense que grangeou notoriedade nos meios literários e teatrais do seu tempo — JORGE DA MOTA E SILVA. Nome, porventura, de segunda plana, só eventualmente incluído na galeria dos homens nados em Aveiro que emergiram do vulgo, são muito escassas as referências bio-bibliográficas de que dispomos para o recordar e lhe relevar os repetidamente apontados méritos de escritor.

São deminutas e secas as alusões que se lhe fazem nos arrolamentos de escritores que é de uso consultar e, na generalidade, transcrevem dos anteriores, com ligeiras variantes de redacção, e nada lhes acrescentam de informação esclarecedora. Mas, já que a data do nascimento, há três séculos precisos, o suscita, anotar-lhe o nome e atribuída qualidade literária, servirá, ao menos, para lhe assentarmos o predicação de aveirense na relação dos conterrâneos de alguma evidência.

Sabe-se, concretamente, que nasceu em Aveiro, a 9 de Fevereiro de 1670. Baptizou-o, a 17 do mesmo mês, na matriz de S. Miguel — a vetusta igreja paroquial da zona que ainda se encontrava envolvida pelas muralhas devidas ao benemérito Infante D. Pedro, e era habitada pela «gente principal» — o Padre Tomaz de Santiago, com prévia licença de Frei João de Barros, que, coadjutor embora, desempenhava, na altura, funções de prior.

Era filho do licenciado VICENTE COELHO SERRÃO, magistrado judicial de carreira, que viria a ascender até desembargador, e de D. Maria Matoso da Silva. Presumimos que o futuro escritor

(1) *História da Literatura Clássica*, 2.ª época (1580-1756) e 3.ª época... pág. 269.

(2) Cit. por FRANCISCO DE MOURA COUTINHO; *Nótulas Genealógicas*, «Arquivo do Distrito de Aveiro», vol. XII, pág. 162.

dramático não teria fundas raízes aveirenses, e nenhum elemento nos mostra ou permite deduzir até que ponto se sentiria ligado à terra natal. Na altura do nascimento, o pai exercia na «antiga e notável» vila de Aveiro o cargo de juiz de fora. Cumulativamente presidia à municipalidade. E, de fora vindo (e volvido, depois de finda a comissão de serviço, para distantes terras) a presidência da Câmara, ainda que por obrigação marginal do cargo de carreira, e a integração na vida do dia-a-dia da localidade, e nos seus anseios, vinculá-lo-ia, com alguma perdurabilidade. Um filho nela nado constituiria um elo ainda mais forte a estabelecer laços sentimentais.

Por muito novo que JORGE DA MOTA E SILVA saísse de Aveiro, o nascimento o ligou indissolavelmente à terra que teve como berço, e do pai receberia as insinuações de aveirismo — que, o ter sido cabeça da gestão autárquica do concelho, e lhe ter vivido os problemas e reivindicações, e participado dos costumes arreigados e nas festividades tradicionais e, mesmo anemiadamente lhe haver promovido arranjo e progresso, lhe infundiriam.

*

INOCÊNCIO, e, a par dele, com pequenas achegas de pormenor biográfico, o aveirógrafo JOSÉ REINALDO RANGEL DE QUADROS — que esmerilhou quantas menções pode alcançar aos aveirenses com alguma evidência, por talentos, virtudes e feitos, em qualquer época — e as principais enciclopédias nacionais apontam-no como autor dramático, representado, com estima e aplauso, ao que parece mais em palcos espanhóis que portugueses.

Nem só todavia, escreveu para a cena teatral. Dedicado à literatura desde jovem, teria também versejado, em poemas avulsos, com alguma inspiração e felicidade.

Atribui-se à sua autoria — e como certa se dá em todos os autores que o referenciam — um certo número, que algures vimos afirmado como avultado, de produções teatrais. No mesmo local se adianta que «foi um dos portugueses que, no século XVII, enriqueceram o teatro espanhol com o seu engenho». E, como se infere de haver sido representado em Espanha, com tão grandes nomes, e correspondentes exigências nas artes cénicas, e merecer aceitação e aplauso, atestaria, de certo, apreciáveis méritos.

Acontece que, praticamente, toda a sua obra se perdeu. A idade trouxe-se-lhe redobradas insatisfações. E, segundo atesta RANGEL DE QUADROS, ⁽¹⁾ parecendo-lhe que as suas produções literárias não eram dignas de serem lidas e de lhe sobreviver,

⁽¹⁾ In «Campeão das Províncias», série de artigos sobre *Aveirenses Ilustres*.

«queimou-as quase todas». Uma única, das que não teriam sido submetidas à pira destruidora, subsistiu e foi conhecida posteriormente. Essa mesma, escrita em espanhol, — «Cada uno como quiere» — ficou, porém, manuscrita.

*

JORGE DA MOTA E SILVA foi casado com D. Madalena Clara da Silva Côrte-Real, filha de Francisco Ribeiro da Silva, fidalgo da Casa Real e comendador de S. Pedro de Trinta, e de D. Francisca Maria Macedo de Bulhões.

Faleceu no lugar das Lapas, termo de Torres Novas, em 18 de Outubro de 1739.

* * *

III — FRANCISCO GARCIA DE RESENDE

Por último, juntaremos às duas apontadas figuras das letras um militar que se distinguiu em África, nos princípios deste século — o Tenente FRANCISCO GARCIA DE RESENDE.

Nasceu na cidade de Aveiro, na residência de seus pais, na então Rua do Alfena, a 7 de Fevereiro de 1870. Tinha profunda radicação aveirense, pelos dois ramos dos progenitores, como se verifica do seu assento de baptismo. O pai não se distinguiu apenas nas suas actividades profissionais, mas afirmou qualidades literárias de muito apreço mencionadamente na peça «Última Libra», que corre imprensa com um lisonjeiro prefácio de CAMILO.

Tendo FRANCISCO DE RESENDE, concluído o curso do Colégio Militar, assentou praça, aos dezassete anos, e foi promovido a alferes em 27 de Janeiro de 1898. Em 14 de Julho de 1902, ascendeu ao posto de tenente, com o qual seguiu para o Ultramar.

Aí participou nas campanhas do Bailundo e do Bimbe em Angola, pelos seus actos de bravura merecendo a medalha de prata de Valor Militar e o gráu de cavaleiro da Ordem da Torre e Espada de Valor, Lealdade e Mérito.

No relatório do comandante da coluna de que fazia parte, Pedro Massano de Amorim⁽¹⁾, que o propõe para a primeira daquelas distinções, salienta-se «que se desempenhou cabalmente dos seus deveres de ajudante / ... / trabalhando com muito zelo e acerto». E, antes de lhe citar outros serviços dignos de menção, acrescenta-se: «Tomou parte em todos os combates e escaramuças da coluna, com excepção do ataque de Quibula, mostrando principalmente a sua coragem e arrojo em Caiobe».

(1) CABRAL MONCADA, *Campanha do Bailundo*, pág. 212.

CENTENÁRIOS DE TRÊS AVEIRENSES

Releve-se, que não só pela sua valentia era considerado, mas pelo espírito de humanidade e pela capacidade de organização. Pouco antes da sua morte em combate, um dos seus subordinados escrevia para Aveiro: «o Tenente Resende tem sido uma Providência para muitos. Aqui, onde tantas inclemências se suportam, chegamos o passar fome. Pois / ... / não a sentimos mais desde que o encontramos». E remata: «O Tenente Resende é o nosso anjo bom».

* * *

Quando tinha praticamente findado a comissão de serviço, e estava prestes a regressar à Metrópole — escolhido «por seu valor e denodo», diz uma notícia da época — acedeu à solicitação para tomar parte na campanha contra os cuamatas, na provincia de Angola.

Nessa triste e desastrosa jornada, em que pereceram, no Cunene, a 29 de Setembro de 1904, praticamente na totalidade, os componentts da coluna militar das nossas tropas, perdeu a vida aquele valoroso e esperançoso aveirense. Com ele morreu o Tenente ALBERTO TEMUDO, cujos ascendentes eram naturais, também, do distrito, e que estudara no liceu de Aveiro e nesta cidade contava muitas simpatias.

O malgrado FRANCISCO DE RESENDE, casualmente morto com os mesmos trinta e quatro anos de idade com que falecera seu pai, como este também se dedicou à crónica jornalística. Colaborou na Imprensa periódica, mencionadamente em «O Século», para o qual enviou apreciadas correspondências das regiões angolanas onde o levou a fatal comissão de serviço, e no «Campeão das Províncias», a que concedeu, para publicação, o relatório sobre a campanha do Bimbe. Inseriu também no «Portugal Militar» o seu «Diário de Campanha».

*

Volvido um mês da mal preparada, deficientemente dirigida e trágica expedição do Cunene, de tão triste memória, Aveiro prestou sentida homenagem às vítimas dessa impressionante hecatombe. Pelos seus afirmados méritos, e como símbolo dos que consigo foram imolados à pátria na luta desigual, a memória de FRANCISCO DE RESENDE foi especialmente preiteada.

A missa, no dia 29 de Outubro de 1904, celebrada na igreja da Misericórdia, foi em sufrágio de todos, como, à noite, a sessão evocativa efectuada no Grémio-Ginásio Aveirense foi igualmente em «honra dos mortos». Mas ao simpático e intrépido oficial aveirense, ao qual algumas das figuras de maior relevo na sociedade local entoam um coro de encômios e afirmações de cari-

nhoso e saudoso affecto no decano dos jornais da cidade, o velho «Campeão» (1), foi consagrada, muito em especial, a jornada de preito.

Paradoxalmente, aquele periódico aveirense, talvez para realçar o carácter cívico das demonstrações de homenagem aos mortos ainda não de todo arrefecidos, atribuiu às exteriorizações de saudade e luto a inadequada designação de uma «festa». E no cortejo saído do Largo Municipal, em que se incorporaram as mais representativas entidades e deputações de colectividade locais de vária natureza, participaram três bandas de música.

Como lhe estava no temperamento inconformista, HOMEM CHRISTO, que nunca calava as suas opiniões, e não se coibia de desafinar do coro com a sua voz de desmancha-prazeres, preiteia os mortos, mas acha despropositada, e põe-na a ridículo, a forma de lhes exaltar a memória.

*

Esse cortejo, ao que parece, pois, com feição mais festiva do que de préstito não diremos fúnebre, mas de evocativa saudade, dirigiu-se à Rua do Alfena, em cuja entrada foi descerrada uma placa com a nova denominação toponímica de «Rua do Tenente Francisco de Resende», que a municipalidade deliberara conferir, dias antes, àquela artéria.

Proseguiu o desfile mais algumas dezenas de metros, até à casa onde o desventurado oficial havia nascido, e aí foi descerrada a lápide que lá figura e tem gravada a seguinte inscrição:

«Nesta casa nasceu, em 21 de Janeiro de 1870, Francisco Resende, Tenente de Cavalaria 7. Foi morto em combate com os camatas, em África, em 29 de Setembro de 1904. Fez a campanha do Bailundo e do Bimbe, em 1903-1904, onde, pelo seu heroísmo, ganhou a medalha de prata de Valor Militar e o grau de Cavaleiro da Torre e Espada. — A Cidade de Aveiro à sua memória querida.»

Na sessão do Grémio-Ginásio, presidida pelo Dr. JOAQUIM DE MELO FREITAS, que proferiu uma interessante oração publicada em opúsculo (2), o juiz da comarca, Dr. Francisco António Pinto

(1) N.º 5392, de 29-x-1904 — Artigos de J. M. Barbosa de Magalhães, Padre Manuel Rodrigues Vieira, Jaime de Magalhães Lima, Marques Mano, Rangel de Quadros, Barão de Cadoro, Renato Franco, Melo Freitas, Samuel Maia, Acácio Rosa, Jaime Duarte Silva, Marques Gomes, Francisco Regala, etc.

(2) *O Desastre Militar de 25 de Setembro de 1904 em África*. Aveiro, 1904.

CENTENÁRIOS DE TRÊS AVEIRENSES

—que ANTERO DE QUENTAL teria considerado com invulgares qualidades de conferencista — foi o intérprete do sentimento do respeito dos aveirenses pelos mortos lembrados.

DOCUMENTO

ASSENTO DE BAPTISMO DE FRANCISCO GARCIA DE RESENDE

O assento do baptismo, com referência a duas gerações de ascendentes todas de Aveiro, é do seguinte teor:

«Aos sete dias do mez de Fevereiro do ano de mil oito centos e setenta, nesta egreja da Vera-Cruz da Cidade d'Aveiro, concelho e distrito da mesma, o Presbytero Antonio Joaquim da Siva, com auctorisação minha, baptisou solemnemente a um individuo do sexo masculino, a quem deu o nome de Francisco, que nasceu n'esta freguezia às cinco horas e meia da manhã do dia vinte e dois do mez de Janeiro do supradito anno, e que, por motivos muito attendiveis, não pôde ser apresentado antes ao baptismo, filho legitimo de Francisco António de Rezende Júnior, engenheiro civil, natural da freguesia da Senhora da Gloria desta cidade, e de Dona Maria Carmina d'Almeida Machado e Rezende, que se emprega no governo da sua casa, natural d'esta freguesia da Vera-Cruz, onde foram recebidos, parochianos da mesma, moradores na rua do Alfena, neto paterno de José Antonio de Rezende e de Dona Joana Rita Delfina, da dita freguesia da Senhora da Gloria, e materna de João José dos Santos Machado, e de Dona Maria Carolina d'Azevedo Almeida Machado, d'esta freguesia da Vera-Cruz.

Foi padrinho o referido avô materno, casado, empregado público e proprietario, morador n'esta mesma freguesia, e madrinha Nossa Senhora da Apresentação, tocando com a corôa da referida imagem o mencionado Presbytero Antonio Joaquim da Silva, os quais todos sei serem os próprios. E para constar lavrei em duplicado este assento, que depois de ser lido e conferido perante o padrinho e o representante da madrinha, ambos comigo assignam. Era ut supra.

O padrinho, Joao Joze dos Santos Machado. O representante da madrinha — Antonio Joaquim da Silva. O prior — João José Marques da Silva Valente.»

Aveiro, Setembro de 1970

EDUARDO CERQUEIRA

MEMÓRIAS PAROQUIAIS DO SÉC. XVIII

VII

FREGUESIA DE S. NICOLAU DA VILA DA FEIRA

(Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Dicionário Geográfico*, vol. 15, n.º 32, fl. 195)

Interrogatorios da Terra

1. *Entre os dous celebres Rios Mondego, e Douro, bem nomeados, este bello rapido curso, aquelle, bello placido murmureo de suas agoas, não longe do mar oceano, distante trinta e sete legoas da Corte deste Reyno para o Norte, e sinco para o Sul da Cidade do Porto; No bispado que desta famosa cidade recebe o nome está situada a Villa da Feyra, pequena em circuito mas fertelissima no terreno comcorrendo para esta diliciosa abundancia, juntamente o Ceo, o Mar, e a terra: O Ceo com amigaveis influencias, e benevolos ares, o mar com abundancias e variedade de peixes, e a terra com todo o genero de frutos, e frutas, gados e aves; e para procedermos com mais indivi-duação nos informamos quais serião os mais frequentes, e apreciaveis frutos, e achamos, e que dos frutos era o Milho, e o Centeyo, e das frutas a mais apeteçivel, erão os Pippos.*
2. *He esta villa Titulo de Condes, que andava nos Illustrissimos Forjazes, e Pereyras athe que se vnio a Serenissima caza do Infantado, por falta de Suceção daquella Illustrissima familia, e hoje tem a posse desta terra e Titulo o Serenissimo Senhor Infante Dom Pedro.*
3. *Emquanto aos vezinhos, fogos lugares e povoaçois achamos ter esta villa e toda a sua freguezia duzentos e noventa e sete fogos; pessoas mayores oytocentas e secenta, e menores cento e vinte.*

4. *Está a sobredita villa situada em hum ameno valle, e por lhe servirem de Muralha os levantados montes, que a cercão, se não descobre della Povoação alguma, nem ainda todos os lugares da freguezia.*
5. *He cabeça de Comarca, e huma das nove que inserra a Provincia da Beyra com o Titulo da mesma villa, cujo termo contem por ser dilatadissimo setenta e seis freguezias que sam; São Mamede de Travanca. São Thiago de Espargo. São Pedro Fins da Feyra. São Thiago de Ryo Meão. São Pedro de Maceda. São Martinho de Arada. Santa Marinha dd Cortegassa. Santa Maria de Esmoriz. São Thiago de Sylvalde. Santo Tirssso de Paramos. São Martinho de Anta. São Payo de Oleyros. São Christovão da Regedoura. São João de Ver. Santa Maria de Lamas. São Martinho de Mosellos. Santa Eulalia de Sanguedo. Santa Maria de Fiais. Santa Marinha de Crestuma. Santa Maria do Olival. Santa Maria de Sandim. Santo André de Gião. São Vicente de Louredo. São Thiago de Lourosa. Santa Maria do Valle. São Jorge. São Sylvestre de duas Igrejas. São Mamede de villa mayor. São Pedro de Canedo. Sam Thiago de Lobam. São Mamede de Guizande. Santa Maria de Pigeiros. Santo Isidoro de Romariz. São Cypriano de Passos de Brandão. São Martinho de Fajoges. São Pedro de Cezár. Santa Eulalia de Madeyra de Sarnes. Santo Andre de Escariz. Santa Christina de Manssores. Santa Maria de Pindello. São Pedro de Villa cham. São Christovão de Nogueyra de Cravo. São Martinho de Cueljais. São Christovão de Mafamude. Santo Estevão de Guelim. São Feliz da Marinha. São João de Canellas. Santa Maria de Gulpilhares. São Miguel do Matto. São Martinho de Escapais. São Salvador de Fornos da Feyra. Santa Maria de Arifana. São João da Madeyra. São Miguel do Souto. São Miguel de Milheyros de Poyares. Santo Andre de Mosteyró. São Vicente de Pereyra. São Martinho da gandra. São Mamede de Madayl. São Miguel de Oliveyra de Azemeis. São Pedro de Pedrozo. São Pedro do Paraizo. São Pedro de Cermonde. São Salvador de Valadares. São Thiago de Ribadul. Santa Maria dul. Santo Andre de Lever. São Salvador de Villar de Andorinho. São Thiago do Codal. São João do Loureyro. São Pedro de Pardilhó. São Matheus de Bunheyro. São Salvador de Grijó. São Mamede de Salzedo. São Salvador de Peruzinho. São Martinho de Argoncilhe. O numero porem dos vezinhos de cada hua das sobreditas se achará nas suas respostas.*
6. *Foy esta Parochia mudada da Igreja de São Nicolao para este convento do Espirito Santo no primeyro de Mayo do anno de mil quinhentos secenta e seis, como diremos quando se tratar da fundação deste convento: A Igreja de São Nicolao que*

ao depois ficou sendo capella de São Francisco e hoje he a Misericórdia desta villa, estava eminente a ella da parte do norte, e hoje a Parochea, e o convento se vê tãobem retirado da mesma villa para a parte do Nascente, o lugar que occupão huas escadas de Pedra de cantaria com todo o primor da Arte se bem que não com todo o primor de perfeição do officio, porque em muitas partes se ve tam magnifica e custosa escadaria composta de tão meudos pedassos, que mais pãesse de inbulidos do que de pedraria lavrada: São estas escadas devidas em dois lanços por hũ Magestoso chafariz para a comodidade do Povo desta villa, e emlasandosse, estes referidos lanssos dão lugar a que passe hũa estrada por donde se podem trazer carros, e cavalgaduras para a serventia do convento; e depois se apartão outros dous lanssos athe chegarem ao espassoso atrio da Igreja a qual fica em alto lugar dominando toda a villa.

Alem desta contem esta freguezia os lugares seguintes. Eyras de baixo. Eyras dalem. Montinho. Fijo. Castello. Matos. Portella. Justas. Farinheyro. Vinhais. Piedade. Pombos. Picalhos. Azenha. Velha. Casal. Lavandeyra. Rolais. Reboleyro. Quinta de Santo Andre. Ameal. Remolha. Milheiros. Monte. Ramada. Villa boa e Seyxo. Campos. Balteyro.

7. O Orago desta freguezia he São Nicoláo, e emquanto a Altares, Naves da Igreja Santos e Irmandades daremos noticia abaixo.
8. O Reytor do Convento he Abbade desta freguezia por contrato que fizerão os moradores desta villa com os Padres em o dia dezassete de Abril do anno de mil e quinhentos e seçenta e seis Assim tãobem he Abbade de São Mamede de Travanca e de São Cristovão da Regedoura em que apresenta curas anuais, o sachristão deste convento costuma ser vigario que o dito Reytor apresenta; he trienal, e collado pello ordinario.
9. Por ser administrada pellos conegos de São João Evangelista, não tem esta igreja Beneficiados, e só conserva hũ cura para administração preciza dos sacramentos.
10. Não ha nesta villa outro convento mais que este do Espirito Santo, o qual he fundação do quarto conde da Feyra Dom Diogo Forjaz, e sua mulher a condessa Donna Anna de Menezes que por se acharem na Congregação do Evangelista dois Irmaos do sobredito conde, elegeo para o exercio do seu piadoso annimo, o edificar hum convento na capella que então era do Espirito Santo; Poz o seu intento em execução, fez petição ao capitulo que então se selebrava, e como a justissa e piedade do requerimento não consentia replica, nem duvida; lanssou se a primeyra Pedra no dia seis de Mayo do anno de mil quinhentos e seçenta, dia sempre feliz para a fundação dos conventos desta

congregação sagrada. Finalizouse a obra no anno de mil e quinhentos e secenta e seis; consta a Igreja de huma só nave amplissima; a capella mor mandou fazer a sua custa a Senhora Dona Ignes de Castro filha de Dom Manoel Pereyra filho mais velho do quarto conde Dom Diogo que foi morrer em vida de seu Pay não chegou a ser conde; He toda de jaspes e marmores lavrados de obra doricca, tem embebidos dous tumalos e de alabastros brancos, vermelhos e negros, hum da parte do Evangelho com esta Inscricção = Sepultura de Dom Manoel Pereyra, terceyro Conde da Feyra, e do nome o Segundo filho do Conde Dom Diogo Pereyra e da Condeça Dona Brites de Menezes filha de Dom João de Noronha, Irmão do primeyro Marques de Villa Real, e de Dona Joana de Castro Condeça e Senhora do Monsanto. Faleceo a quatro de Outubro de mil quinhentos sincoenta e dois sepultouse na Parochea de São Nicolao com sua mulher Dona Isabel de Castro donde se tresladarão para este Mosteyro = Outro da parte da Epistola em igual correspondencia com o Epitaphio seguinte = Sepultura de Dom Diogo Forjaz quarto conde da Feyra filha do Conde Dom Manoel Pereyra e de Dona Isabel de Castro filha de Dom João de Menezes conde de Tarouca, Prior do Crato, e de sua mulher Dona Joanna de Vilhena, foy casado com Dona Anna de Menezes filha do Regedor Jorge da Sylva, e ambos os primeyros fundadores deste Mosteyro; Lançarão a primeyra pedra da Igreja em hum anno de mil quinhentos e Secenta = No pavimento, esta hum carneyro honde se enterrão os Illustrissimos descendentes daquella casa, o Cruzeyro comprehende na grandeza a capella mor, neste se vê hũa sepultura do Padre Rodrigo da Madre de Deos, filho dos condes da Feyra Dom Manoel Pereyra, e Dona Isabel de Castro, a qual sepultura tem o seguinte Epitaphio = Aqui jaz o muyto Reverendo Padre Rodrigo da Madre de Deos filho do Conde Dom Manoel Pereyra e da Condeça Dona Izabel de Castro, o qual sendo pregador, e de Missa se recolheo em villar de Frades, e tomou o habito dos Padres de São João Evangelista e nelle morreo estando por Emqueridor em Lisboa. Faleceo no Castello da Feyra a seis de Mayo de mil e quinhentos e sincoenta trez. O Conde seu Irmão lhe mandou fazer esta sepultura =

Tem o Cruzeiro quatro altares dous coleterais hũ da parte do Evangelho donde está o Santissimo do qual se conserva hũa Irmandade a mais opulenta desta villa e magestosa nos Ricos ornamentos que possui, no mesmo altar esta a Imagem de nossa Senhora do Rozario com a sua Irmandade não menos que a do Santissimo em rezão dos ornamentos, da parte da Epistola esta o Senhor Jezus do qual tambem se conserva Irmandade se bem que não he tam rica, ainda perservera no seu fervor e devoção; Há mais outro da parte do Evangelho com a Ima-

gem de *San Francisco* que não tem *Irmandade*, e outro da parte da *Epistola* de *São Lourenço Justiniano* também sem *Irmandade*; no *Altar* mor há duas *Imagens* a da parte da *Epistola* he *São Nicoláo* orago da *Freguezia*, e a da parte do *Evangelho* he *São João Evangelista* *Patrono* do *Convento*; No *corpo* da *Igreja* ha quatro *capelas* duas de cada parte, da parte do *Evangelho* esta *contigua* ao *Cruzeyro* a *capella* da *Senhora* do *Valle* *Imagem* *devotissima* e *muyto* *milagrosa*, logo abaixo da mesma parte está a *Capella* de *Santo Antonio* da mesma sorte *Milagrosa*; Da parte da *Epistola* pegada ao *Cruzeyro* esta a *Capella* do *Senhor* dos *Passos*, de cuja *exausta* *Irmandade* ainda se *conçervão* os *ornamentos* *precizos* para a *Porsissão* de *Passos* e *descendimento* e hũ *palco* de *Damasco* *roixo* de *oyro*; logo abaixo esta a *Capella* da *Senhora* *Santa Anna*; as *quais* *Imagens* *todas* que *temos* *referido* não tem *romagem*; a *frontaria* se faz *vistoza* não só *pella* *iminencia* do *lugar*, e *magnifica* *escada* *asima* *dita* mas também *pello* *elevado* de *duas* *torres* que *acompanhão* o *frontespicio* o qual he *todo* de *pedraria* *lavrado* com a *perfeção* *possivel*; está esta *Igreja* *virada* para o *Poente* que a faz *ser* *muito* *mais* *alegre* *de* *tarde*; era esta *freguezia* só a que *hoje* *chamão* *freguezia* *de* *sima*, e em o *lugar* *de* *campos* *havia* *outra* *freguezia* *chamada* *Santa* *Maria* *de* *Campos*, que *hoje* se *chama* *freguezia* *debaixo* a qual *depois* se *unio* por *impetração* dos *Condes* ao *Cardeal* *João* *Sepontino* que era *naquelle* *tempo* *Nuncio* *de* *Portugal* com os *poderes* *de* *legado* *a* *latere*, e *depois* se *ratificou* esta *união* por *hũa* *bulla* *de* *Julio* *terceyro* que se *guarda* no *cartorio* *deste* *convento*; da mesma *forma* a *Igreja* *de* *São* *Mamede* *de* *Travanca* *era*, e he *anexa* *in* *perpetuum* a esta *Parocheal* *de* *São* *Nicoláo* como *consta* dos *Munuescritos* do *sobredito* *cartorio*. A *Igreja* *de* *São* *Christovão* *da* *Regedoura* *por* *intercessão* do *Conde* *Dom* *Diogo* *foy* *renunciada* *por* *Nuno* *Carvalho* que *então* *era* *seu* *Abbate* *nas* *maos* do *Papa* *Pio* *quarto*, e *elle* a *unio* a esta *Igreja* *de* *São* *Nicoláo* *in* *perpetuum* aos *quatorze* *dias* do *mes* *de* *Junho* *de* *mil* *quinhentos* e *secenta* *por* *hũa* *bulla* *guardada* no *referido* *cartorio*.

Este *Convento* *forma* *hũa* *perfeyta* *quadra* *fazendo* a *Igreja* o *lansse* *della* da *parte* do *Norte*, o *dormitorio* da *parte* do *Sul* no *terramollu* *de* *cincoenta* e *sinco* *teve* *alguma* *ruina* *pella* *qual* *vezão* se *acha* *ainda* *eskorado*, *tem* no *meyo* *hũ* *muyto* *espasoso* *claustro* *todo* *de* *galaria* *obrado* *ao* *moderno* *com* *dezas-*
seis *jenellas* *rasgadas* *com* *suas* *grades* *de* *ferro*, e no *meyo* *tem* *hũ* *fermozo* *chafariz* a *agoa* *do* *qual* *se* *reparte*, *por* *todas* *as* *oficinas* *da* *caza*.

11 e 12. No *lugar* *em* *que* *estava* a *freguezia* *de* *São* *Nicoláo*, e *depois* *ficou* a *Capella* *de* *São* *Francisco* se *vê* *hoje* a *Mizericordia*

desta se não sabe a origem, porem he tam antiga que El Rey Dom Manoel lhe concedeo muytos e grandes Privilegios e o Papa Clemente lhe concedeo Bulla de Indulgencias no anno de mil quinhentos e noventa e seis; conservoussse como Irmandade sem estatutos alguns aprovados pella Magestade the o anno de mil seiscentos e sincoenta e quatro; tempo em que o Conde Dom fernando com os mais da Meza fizerão o Compromisso que aprovarão pella Magestade.

Pellos annos de mil seiscentos e oytenta e nove ou de noventa se comessou a fundar a nova Igreja por estar a antiga incapaz em a capella de São Francisco a qual tinha sido freguezia como dissemos: Tem a Mizericordia trez altares hũ com a Imagem da Senhora da Conceção da parte da Epistola, outro da parte do Evangelho da Senhora dos Prazeres antigamente intitulado a Senhora do Campo; tem sua Irmandade que ainda conserva com seus estatutos, he Imagem, de muytos milagres, e por este motivo se fazião a ella infenilas romarias de todo o Concelho, devoção que o tempo tem anequillado, e tendo a Senhora bastantes rendimentos hoje só terá vinte mil réis; tem Breves Ponteficios para altar previligiado, a mesma Mizericordia tendo muyto boas rendas hoje só conserva quarenta mil reis por muytos desvios que tem havido; a esta Santa Caza cahio pello terremoto da Abobeda a mayor parte e estando infenita gente a missa deu tempo a se retiraram todos, e cahio sem ofensa nem da gente, nem dos altares por cujo motivo se eregio na mesma Santa Caza hua nova Irmandade das Almas tendo por padroeyro o senhor do bom fim Imagem do Senhor crussificado, e novamente colocado no Altar mayor da mesma Santa caza.

Do tempo da criação da mesma Misericordia se conserva nesta villa hua caza de Alvergaria com os mesmos privilegios de Padroado Real; o qual tem a serventia de acomodar os pobres viandantes dos quais se acontesse adoesser algum se trata a custa da Misericordia porque esta alvergaria só conserva de renda tres galinhas.

- 13 e 14. Tem mais esta freguezia oyto capellas que sam—Nossa senhora da Encarnação sita no Castello, a qual reedificou a sua custa a Excelentissima Senhora Dona Joanna Forjaz Pereyra Menezes e Sylva da noblissima Caza dos Condes desta villa, he toda de cantaria sextavada couza perfeyta, nella se guardão notaveis reliquias de Santos, das quais muntas pello decurso do tempo tem levado descaminho; tem esta capella tres altares, em hũ dos quais esta novamente colocada a Imagem de Santa Luzia por se ter aruinado a capella da dita santa que estava extra muros do mesmo castello sem romagem. A segunda he do Arcanjo São Miguel sita no lugar de Fijó

he vinculo com obrigação de algumas missas que hoje pertence a Manoel de Gouvea desta freguezia. A terceyra he de São Bento sita no mesmo lugar que dizem ser vinculo de Manoel Pereyra Falcão desta freguezia. A quarta he de todos os Santos sita no lugar de Justas, foy vinculo que finalizou, e hoje pertence, por comprar o dito vinculo a Dionizio Ferreyra desta freguezia. A quinta he de Nossa Senhora da Piedade Imagem muyto milagrosa, porem sem romagem notavel, pertence ao povo. A sexta he a de São José sita no lugar da velha que pertence a José de Freylas desta freguezia. A setima a de Santo Andre sita extramuros da quinta de Santo Andre pertence ao Povo. A oytava he a de Nossa Senhora de Campos que foy antigamente freguezia da qual fizemos menção supra; está sita no lugar de campos, e pertence ao Povo.

Todas estas capellas não tem romagem só a da Senhora da Incarnação como abaixo diremos; ha mais na prassa desta villa de frente da cadea, e caza da camera della hum oratorio da Invocação de Santo Antonio para se dizer missa aos Prezos: Todas as sobreditas capellas e oratorio estão subordinadas a jurisdicção Parocheal do Vigario desta freguezia.

15. Os mais apreciaveis frutos como ja disemos he Milho, linho centeyo, feyjois, e algum Trigo pouco.
16. Asistem ao governo civil desta villa hum ouvidor, juiz de Fora tres veriadores hum procurador do Concelho, Escrivão da Camera, hum juiz dos orphaos com seu Escrivão e Porteyro, e quatro tableais do judicial e Notas, Destribuidor, Emqueredor, Contador, juiz do Tombo com seu Escrivão, e joiz dos direitos reais, Meyrinho, e Alcayde todos da Apresentação dos condes, e hoje do Serenissimo Senhor Infante Dom Pedro. O Militar hé governado por hũ capitão mor e sargento mor, e consta de treze [emendado para doze] companhias de ordenança da villa e seu Termo.
17. He esta villa cabeça de comarca como dissemos porem he da Provedoria de Esqueyra.
18. Dos homens Ilustres em virtudes foy hum o Padre Rodrigo da Madre de Deos filho dos Condes da Feyra Dom Manoel Pereyra, e Dona Isabel de Castro. Em armas, foy Dom João Forjaz Pereira de Menezes que morreo na jornada da India hindo para Vice Rey destes estados; Em letras não achamos memoria algua, mas bem nos podemos capacitar, que asim da Illustrissima caza da Feyra, como das antiquissimas cazas da terra, tanto nas virtudes como nas Armas e letras sahirião avullados creditos em esta villa.

MEMÓRIAS PAROQUIAIS DO SÉC. XVIII

19. *Todos os mezes no dia vinte ha huma Feyra que antigamente se fazia em Santo Andre, e por se modar para o Rocio desta villa se chama a Feyra nova. He franca, e dura hum dia. Todos os annos no dia vinte e sinco de Março ha outra Feyra extramuros do Castello ao pé da Senhora da Encarnação a que nesta terra chama o vulgo a Senhora de Março e por concorrer, a esta Capella romagem neste dia se faz no circuyto hũa Feyra por todo o dia franca.*
20. *Ha nesta villa correyo de Lisboa que chega a sesta feyra ao meyo dia, e parte no Domingo pella manhã e chega o das Províncias de Tras os Montes e Minho ao Domingo a noyte, e parte na sesta de manhã.*
21. *Dista a villa da Feyra da cidade capital do Bispado que he o Porto sinco legoas para o Norte, e da cidade capital do Reyno quarenta e sete para o Norte inquam Sul.*
22. *A Camera desta villa parecese nos seus principios ter tido grandiosos Privilegios tanto que querendo a Magestade inobresser a Camera da Cidade do Porto, lhe outorgou os Privilegios concedidos a camera desta villa, porem hoje, ou pello decurso do tempo, ou pella incuria dos Nacionais se lhe não acha clareza de privilegio notavel.*
- Emquanto as antiguidades achamos duas dignas de ponderação ainda que não temos a certeza da origem dellas; a primeyra he que no dia vinte de Janeyro se faz a porcição de São Sebastião como nas outras cameras do Reyno; porem nesta uzão de huas sinco fogaceyras tres das quais levam cada hũa hũa Fogassa que terá hũ alqueyre de Trigo, outra com hũ taboleyro com sinco vellas de meya quarta sem serem ainda uzadas, a outra hũ castello ornado de muytas bandeyras; para este menisterio se escolhem sinco Donzellas que neste dia se exornão com muytos e costozos vestidos adevertindo que as mesmas trez fogassas despois de recolhida a porcição se dá hũa ao Convento, outra a Camera, e outra para os moradores desta villa. A segunda he no dia vinte e quatro de Junho no qual dia todos os homens que servem, e tem servido a república, montados a cavallo com a bandeyra da Camera adeante, e os veriadores com as suas insignias vão hũ anno a freguezia de São João de Ver, e nesta Igreja se canta hũa missa, e outro a freguezia de São João da Madeyra do mesmo modo, chamasse nesta terra a esta função a sina; não sabemos sua origem, e a noticia que temos referiremos no compendio das couzas menos verosimeis.*
23. *nada; 24 nada.*

25. Não he esta terra murada nem prassa de Armas mas no seu destrito em parte iminente, e ao sul da villa se ve hum altissimo, e antequissimo Castello obra dos Mouros, e morada muytos annos dos condes, que tanto com a sua prezença o inoversserão quanto ao dipois a sua auzencia o arruinou e destruhio; ficando acervo de ruínas o que fora monte de grandezas, e hoje muyto mais pello incendio que sobreveyo ao Paço e o deyxou despojo lastimozo das suas devoradoras chamas; He o Castello quadrangular comrespondendo os cantos aos quatro ventos, ainda se acham muytas entradas falsas, e hũa sisterna profundissima com escada de caracol pella qual se desse a ella, e mostra que hia mais abaixo porque se acha entulhada; o que faz paresser que no tempo em que se fez seria inexpugnavel este castello, pellos muytos reductos e partes que tem, donde sem prejuizo dos combatidos se podia ofender aos combatentes; Hoje ahinda conserva abobeda superior tão segura que muyta gente por gozar a vista de todo o Oceano que della se descobre sobe por hũa escada de pau athe hum lugar que bem mostra ser de algumas salas pellas traves que ainda hoje se conserva, e dali por hũa de caracol ao eyrado do castello; tem este em sima quatro guri-tas levantadas e com escada por dentro, em hũa das quais estava hum campanario o qual no terramoto de sincoenta e sinco deu tanto de sy que esta arredado da mais parede perto de dois palmos.
26. Alem desta ruina, agora referida e da Abobeda da Mizericordia e do Dormitorio do convento, como asima dissemos não ouve ruina alguma memoravel.
27. nada.

Interrogatorios da Serra

Nada porque a não ha

Interrogatorios do Ryo

1. Corta pello Sul desta villa, quazi de Nascente a Poente hum regato que nasce ao pe de Alvergaria de Souto Redondo distante desta villa huma legoa, quazi para o Nascente emquanto ao nome, elle o toma de todas as freguezias por donde passa, em Souto Redondo se chama o rio de Souto redondo, e assim por todas as mais athe sepultar as agoas em o rio de Ovar.
2. Nada de caudeloso tem, e no veram levam agua muyto pouca.
3. Não ha Ryos que lhe augmentem as suas agoas, apenas huns Arroyos que lhas substituem, e por não serem memoraveis, nem lhe procuramos os nomes.

MEMÓRIAS PAROQUIAIS DO SÉC. XVIII

4. *Alem de ser innavegavel pello lemitado das agoas, tambem se faz impossivel a navegação pello asudes que tem.*
5. *Nestes só he que arrebatá o curso nas mais distancias he de sucegada corrente.*
6. *Corre do Nascente ao Poente.*
7. *Os Peyxes que traz são alguas trutas e vogas muyto poucas.*
8. *Não tem pescarias pella falta de peyxes.*
9. *Se as ouvessem não se lhe descobre senhor particular.*
10. *Nas Margens estão situados os mais fertiz campos desta freguezia servindolhe de vallados os alamos e salgueiros que são as arvores que nestas margens se cultivão.*
11. *Não lhe descobrimos virtude particular alguma em suas aguas.*
12. *Ja dissemos que não tinha sempre o mesmo nome, porque quatro freguezias por donde passa que são Souto Redondo. São Fins. Feyra, e Travanca de todas recebe o nome quando passa pellas terras de cada huma; nem ha memoria que tivesse outros nomes em tempo algum.*
13. *Morre no Ryo de Ovar, como asima dissemos, e entra nelle contiguo a villa deste nome.*
14. *Tem nesta Freguezia sinco asudes que tambem lhe impede o ser navegavel como asima dissemos.*
15. *Tem tres pontes nesta freguezia hãa no lugar da lavandeyra baxa, sem guardas, mas segura de pedraria. Nesta villa entre o Convento e ella há outra ponte de Cantaria com hã só arco mas espassoso, e passandosse do Rocio para Fijô há outra de cantaria com dois arcos, todas estas tres Pontes são pouco antigas.*
16. *Tem, nesta freguezia sinco muinhos e não tem outro ingenho algum de Agoa.*
17. *Como não tem areas, tãobem não consta que tivesse oyro.*
18. *Em algumas partes uzão os lavradores das agoas deste rio livremente e uzarião em toda a sua distancia, se as Ribansseyras o não impedirão porem para a fertilidade da terra e trafego necessario dos campos ha nesta freguezia hã rego de agoa nativa e perene que se chama da velha, por nascer em o lugar deste nome, o qual rega a mayor parte das terras desta freguezia, e repartida por horas, para evitar alguns disturbios do povo.*
19. *Tem este Regato duas legoas de extenso, as povoaçois por donde passa Sam Finz e Feyra e Travanca e Arada.*
20. *Nada.*

Noticioso apêndiz das couzas menos verosimeis

1. *Há memorias por manuscritus que esta villa, ou o territorio della, fora antiga Cidade fundação de El Rey Brigo, de que não achamos autentica noticia, mais do que o nome = Lacumbrica que significa esta villa .*
2. *Tãobem consta que fora habitada pello leonezes, os quais lhe*

ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

derão o nome de Promontorio de Santa Maria Titulo que ainda conserva, se bem que lhe não sabemos a verdadeyra origem.

3. Também se diz que nos tempo em que os Mouros senhoriavão estas terras, se fazia hũa Feyra em certos dias do mez, e que daqui por ella ser feyta no baixo que fica ao Poente do Castello a que hoje chamão o Rocio, ficara o nome de Feyra a esta villa.
4. A tomada deste Castello aos Mouros só anda nas tradições do vulgo, o qual asevera que o primeyro conde da Feyra intentando conseguir a terra, a Posse do Castello, e do Titullo por industria prendera hũ cam que era fiel guarda de todo elle a qual falta foy muyto sentida dos seus senhores, e que tendo-o huns poucos de dias sem comer ajustara o dia do assalto para a manham do dia vinte e quatro de Junho, dias festivo por ser do Batista, e que levando o cam atado e faminto em quanto a sentinella da porta chamada da Trayção por isto mesmo se detivesse em o festejo do achado cam, e sua fiel companhia; podião entrar repentinamente, e asenhorearemse do castello, como fizerão e por esta cauza se diz ficara a obrigação de hirem todos os homens que tem servido, e servem a republica a São João da Madeira, ou a Sam João de Ver da sorte que disemos asima, e que por esta rezão lhe chamão a sina.

Fim do Apendiz

Mais nos consta que a cauza de se não acharem escritos os privilegios deste villa he por se ter queimado o Cartorio de sua Camera.

Emquanto a resposta do Interrogatorio oytavo a saber se o Parocho he cura, vigario, etc. Não respondemos a renda o que agora fazemos, rende esta freguezia seiscentos mil resi hũ anno por outro os quais são para a sustentação dos Padres do Convento do Espirito Santo; o vigario que costuma ser hũ delles, e sãochristão como asima dissemos, não tem renda algũa.

He o que se offerece dizer desta freguezia de São Nicolao hoje 30 de Abril de 1758 annos

José de S. Pedro Quintella
Vigario.

*

NOTAS

Porque já preparada desde há meses para figurar na série de informações que nos propusemos publicar nesta revista, dos inquéritos paroquiais de 1721 e 1758, respeitantes a terras a norte

do Vouga e do Antuã («Arquivo do Distrito de Aveiro», vol. xxxiv, pág. 204), e sendo certo que há-de reconhecer-se algum interesse na publicação integral, e na forma original, dos documentos desta espécie—o que, segundo cremos, não aconteceu ainda com a da freguesia de S. Nicolau da Vila da Feira—, com ela continuamos hoje essa série.

—O vigário da Feira de 1758, ao propor-se, na resposta ao quesito 1.º, localizar a vila, ou antes, a sua freguesias, estaria dispensado de ir buscar o rio Mondego como ponto de referência: até para limitar a comarca, mas só a *eclesiástica*, de que a Feira era cabeça, ele já ficava muito para além da sua secular fronteira, a do bispado do Porto, cuja linha de demarcação com o de Coimbra, a partir dos breves dos papas Pascoal II, de 1115, e Calisto II, de 1120, era o rio Antuã, conforme as informações facultadas no «Arquivo», que tivemos ensejo de recapitular nas notas à Memória da freguesia de Santa Maria da Murtosa, no vol. xxxiv, pág. 288.

Na verdade, essa comarca eclesiástica da Feira era uma das quatro que então abrangia a diocese do Porto, além das da Maia, de Penafiel e de Sobre-Tâmega.

Na sua «Descrição Topográfica e Histórica da Cidade do Porto», cuja 1.ª edição é de 1788, em 2.ª, devida ao Dr. A. de Magalhães Basto, de 1945, o Padre Agostinho Rebelo da Costa dá como pertencendo à comarca da Feira, não apenas as 76 freguesias que lhe atribui o pároco de 1758, na sua resposta 5, mas 88.

Tanto em uma, como em outra das duas listas, são de notar muitas freguesias que, pertencendo, embora, eclesiasticamente, à comarca da Feira, no secular estavam sujeitas, na época, à jurisdição da comarca de Esgueira, como acontecia com todas as do antigo concelho de Antuã, então já de Estarreja, e outras, segundo até informavam os párocos contemporâneos.

Sem sabermos de outra fonte, a informação do Padre António Carvalho da Costa, na sua «Corografia Portuguesa», que é a que nos parece ter servido a vários colaboradores do «Arquivo» que se propuseram historiar a evolução da comarca de Esgueira, criada em 1533, com inclusão da Terra da Feira (Dr. Pinto Loureiro, vol. II, pág. 199; Dr. Mário Alberto Nunes Costa, xxxiv, 53; Dr. Francisco Ferreira Neves, xxxv, 37), a província da Beira seria constituída, nos princípios do século XVIII, por 9 comarcas: Coimbra, Montemor-o-Velho, Esgueira, Feira, Viseu, Lamego, Pinhel, Guarda e Castelo Branco.

E é o que aduz o vigário José de S. Pedro Quintela na resposta 5, embora, ao que se pode alcançar, de relance, a enumeração que faz peque por defeito, quanto ao eclesiástico, e por excesso, no secular.

—Sobre os condes da Feira, acham-se publicados nesta revista vários e elucidativos trabalhos (vol. XIX, págs. 81; xxiv, 203; xxv, 117).

Da Casa do Infantado, para a qual tinha passado a maior parte dos bens do Condado da Feira, nas circunstâncias já conhecidas que tivemos oportunidade de resumir nas notas à Memória da freguesia de S. Cristóvão de Ovar, nesta revista, cit. vol. xxxiv, a pág. 214, era senhor, na época, o irmão do rei D. José, o infante D. Pedro, futuro D. Pedro III.

— Quanto à localização de Lacumbrica (Lancóbriga), que o pároco reivindica para a vila ou «território dela», já indicámos nesta revista (notas à Memória da freguesia de S. Miguel de Oliveira de Azeméis, no vol. xxxv), o que nela se tem publicado em esclarecimento do assunto.

Estarreja

EDUARDO COSTA

bibRIA

O DISTRITO DE AVEIRO NAS HABILITAÇÕES DO SANTO OFÍCIO

(Continuado de pág. 160)

J

- 507 **José Pinto de Macedo** — *natural e morador em Águeda, freg. de S.^{ta} Eulália*, filho de *João Pinto de Macedo*, mestre de campo de Auxiliares, Familiar do S.^{to} Ofício, *natural de Águeda*, e de *D. Caetana Maria de Figueiredo*, natural de Canas de Senhorim, *moradores em Águeda*; neto paterno de *Miguel Pinto de Macedo*, Familiar do S.^{to} Ofício, e de *Eulália da Silva Pinto*, *naturais e moradores em Águeda*, e materno de Manuel de Figueiredo Machado e de *D. Brites de Figueiredo*, naturais e moradores em Canas de Senhorim. bisneto paterno de *João Pinto Pinheiro* e de *Maria Pinheiro*, de *Águeda*, e de *Constantino da Silva de Carvalho*, de *Águeda*, e de *Isabel Pinto de Paiva*, da *freg. de N.^a Sr.^a da Conceição de Mogofores, Anadia*, e materno de Domingos Henriques Machado, de Pindelo, freg. de Silgueiros, e de Filipa Gomes de Figueiredo, de Canas de Senhorim, e de João de Soveral de Figueiredo, de Canas de Senhorim, e de Beatriz Rodrigues de Carvalho, de Moimenta da Serra; ajustado para casar, em 1752, com *D. Maria Mascarenhas Castelo Branco de Almada*, filha de João Pereira de Mascarenhas, natural de Santiago de Besteiros, e de *D. Lucrecia Joana de Abreu*, de Midões, freg. de *N.^a Sr.^a do Pranto*, neta paterna de João Pereira Mascarenhas, de Besteiros, e de *D. Mariana Cardosa de Mesquita*, da Quinta de Fermentelos, freg. de

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

S.^{ta} Eulália, e materna de Manuel Homem de Abreu, de Gouveia, e de D. Maria da Costa Godinho, de Midões.
Carta de Familiar de Março de 1742.

José — m. 48, n.º 767

- 508 **José Pinto de Miranda** — natural do Porto, freg. de S. Pedro de Miragaia, e morador no Rio de Janeiro em casa de seu pai na freg. de N.^a Sr.^a da Candelária; filho do capitão António Pinto de Miranda, homem de negócio no Rio de Janeiro, Familiar do S.^{to} Offício, natural da freg. de S.^{ta} Marinha do Zézere, Baião, e de *Maria Pinta, natural da freg. de S.^{ta} Marinha da Cortegaça, Ovar*; neto paterno de Manuel de Miranda Fraga, filho de Francisco Luís Pinto Fraga e de Ana de Miranda, de S.^{ta} Marinha de Zézere, e de Úrsula Pinta, filha de Manuel Pinto de Carvalho e de Maria Moreira, igualmente de S.^{ta} Marinha de Zézere, e materno de *António Fernandes da Silva*, filho de *Domingos Fernandes* e de *Maria Francisca, a «Cofas», de Cortegaça*, e de *Mariana Pinta*, filha de *Francisco Pinto* e de *Catarina Rodrigues, de S.^{ta} Cristina, freg. de S. Vicente de Vacariça, Mealhada*.

Carta de Familiar de 28 de Julho de 1769.

José — m. 117, n.º 2590

- 509 **José Pinto Vieira** — natural da freg. de S. Mamede de Canelas, Penafiel, morador na freg. de N.^a Sr.^a da Conceição de Campo Alegre dos Carijós, Vila de S. João d'El-Rei do Rio das Mortes, Minas Gerais; filho de Manuel Pinto, natural de Sebolido, Penafiel, e de Teresa Vieira, natural da freg. de S.^{ta} Maria de Melres, Gondomar; neto paterno de Gonçalo Vieira, natural de Sebolido, e de *Antónia Pinta, natural de Parada, freg. de S. Vicente de Louredo, Feira*, e materno de Domingos Vieira, natural de Melres, e de Benta Loureira, natural de Calçada, freg. de S.^{to} Estêvão de Oldrões.

Carta de Familiar de 25 de Janeiro de 1765.

José — m. 100, n.º 1425

- 510 **José Pio Ferreira Souto** — estudante cursante na Universidade de Coimbra; natural de Lisboa e morador em casa de seus pais no Chão da Feira, freg. de Santiago; filho do Dr. Domingos Ferreira Souto, juiz proprietário

do Terreiro de Lisboa, natural de Peniche, freg. de N.ª Sr.ª da Ajuda, e de D. Bárbara Maria da Luz, natural das Ferrarias, freg. de S. Pedro de Barcarena, moradores em Lisboa; neto paterno de José Ferreira Souto, natural de Souto, freg. de S. Salvador de Telões, termo de Vila Pouca de Aguiar, e de Maria Quaresma Franca, natural de Peniche, e materno do capitão Manuel Ferreira de Matos, natural de Lisboa, freg. da Madalena, e de D. Mariana da Luz, natural das Ferrarias; sobrinho paterno do P.º Teodoro Franco, da Congregação do Oratório de Estremoz, Familiar do S.º Ofício, e primo materno de D. Maria Luísa Ferreira, filha de D. Francisca Maria de Matos, irmã de sua mãe, mulher de Nicolau Godinho da Gama, Familiar do S.º Ofício; ajustado para casar, em 1748, com Ana Maria do Espírito Santo, natural da freg. de S.ª Catarina de Monte Sinai de Lisboa, filha de *João Vieira de Paiva, natural da freg. de S. Pedro do Paratço, Castelo de Paiva*; e de Antónia Maria da Trindade, natural de Lisboa, freg. de Santos-o-Velho, neta paterna de *João Vieira* e de *Maria João, naturais e moradores no Paratço*, e materna de Miguel da Costa Negrão e de Joana de Jesus, naturais da freg. de S.ª Catarina de Lisboa e moradores na rua da Arrochela e rua da Cruz, ao Hospital de Jesus. Carta de Familiar de 28 de Maio de 1741.

José — m. 48, n.º 760

- 511 **José Pires Pimenta** — natural da freg. de S. Pedro de Fragoso e morador no Rio Seco do Campo Grande, termo da vila da Cachoeira, Baía; filho de José Pires dos Sobreive e de Maria Gonçalves, naturais e moradores em S. Pedro de Fragoso; neto paterno de Gonçalo Dias e de Margarida Pires, e materno de João Pires, naturais e moradores em S. Pedro de Fragoso, e de Maria Gonçalves, natural de Aldeia, freg. de Santiago de Aldreu; casado com Maria da Conceição, natural da freg. de N.ª Sr.ª do Rosário da vila da Cachoeira, filha do capitão António de Magalhães Teixeira, natural da freg. de S. Martinho do Vale de Bouro, termo de Celorico de Basto, e de Maria de Sousa dos Anjos, natural da vila da Cachoeira, neta paterna de Domingos João e de Maria de Magalhães, naturais e moradores em Vale do Bouro, e materna de *Filipe Dias, natural da Moita, freg. de S.ª Maria do Sobrado, Castelo de Paiva*, e de Águeda de Sousa, natural do Porto, freg. de S. Nicolau.

1758.

José — m. 178, n.º 4209

- 512 **José dos Reis** — natural e morador na cidade de Viseu; filho de Baltasar dos Reis, natural de Veloso, freg. de S.^o Adrião do Sul, e de Francisca de Matos, natural de Viseu, e aí moradores; neto paterno de António Rodrigues, natural de Anciães, freg. da Várzea de S. Pedro do Sul, e de Domingas Lourença, natural de S. Pedro do Sul, moradores em Veloso, e materno de Francisco Lopes, natural de Lajas, e de Mariana de Matos, natural de Viseu e aí moradores; casado com *Rosa Indácia, natural da freg. de S. Pedro de Sanfins, Feira*, filha de *Simão Alvares, natural de Sanfins*, e de *Maria da Costa, natural da freg. de S. Miguel de Milheirós de Poiares, Feira*, moradores em Sanfins, neta paterna de *Simão Manuel* e de *Maria Alvares, naturais e moradores em Sanfins*, e materna de *Dionísio da Costa* e de *Maria de Resende, naturais e moradores em Milheirós de Poiares*, irmã de *Francisco Alvares da Costa Familiar do S.^o Ofício em Pinheiro de Azere*, e do *P.^o Alberto Alvares da Costa*, presbítero do hábito de S. Pedro, igualmente *naturais de Sanfins*.

Carta de Familiar de 20 de Setembro de 1757.

José — m. 81, n.º 1201

- 513 Dr. **José dos Reis Teixeira** — graduado na Faculdade dos Sagrados Cânones e opositor às cadeiras da Universidade de Coimbra; natural do Porto, freg. de S. Nicolau; filho de Gonçalo dos Reis e de Maria Teixeira, naturais do Porto, e aí moradores na freg. de S. Nicolau; neto paterno de *Pedro Coelho, natural da freg. de Santiago de Lourosa, Feira*, e de Maria de Lemos, natural da freg. de S. Nicolau do Porto, e aí moradores, e materno de Manuel Cardoso e de Maria Teixeira, também naturais e moradores na freg. de S. Nicolau do Porto. O habilitando teve dois filhos naturais, Gonçalo e Josefa, de Ana Rodrigues, natural e moradora em Coimbra, viúva de Manuel Rodrigues, sapateiro, filha de João Rodrigues, homem de pé do Dr. Félix Ribeiro, natural de Ançã, e de Águeda Fernandes, natural da Ponte da Murcela.

Carta de Familiar de 14 de Fevereiro de 1704.

José — m. 13, n.º 229

- 514 **José da Rocha** — natural e morador na vila de Vagos, freg. de Santiago; filho de Salvador da Rocha e de Maria João, a «Murga», naturais e moradores em Vagos; neto paterno de *Pedro Manuel Galego*, filho de *Manuel António* e de *Maria Tomé*, e de *Madalena*

HABILITAÇÕES DO SANTO OFÍCIO

João, filha de *Manuel António Caiado*, por sua vez filho de *Manuel António Moleiro* e de *Maria Francisca*, e de *Madalena João*, e materno de *António Manuel Murgo*, filho de *Manuel Gaspar* e de *Isabel Fernandes Lucas*, e de *Maria João*, filha de *João André Cebolas* e de *Isabel da Rocha*, todos igualmente naturais e moradores em *Vagos*; primo paterno do P.^o *Manuel Peixoto*, de *Vagos*, filho de *Mariana Fernandes*, prima de seu avô, e de *Maria João*, viúva de *Lourenço da Costa*, mãe do P.^o *José António da Rocha*; casado com *Rosa Francisca*, natural da vila de *Vagos*, filha de *Baltasar da Rocha* e de *Maria Francisca*, neta paterna de *António da Rocha*, o «*Paredes*», filho de *Manuel da Rocha Padrão* e de *Maria Antónia*, e de *Maria da Rocha*, filha de *Manuel da Costa* e de *Maria da Rocha*, e materna de *Sebastião Francisco*, o «*Coronel*», filho de *António Francisco Coronel* e de *Domingas França*, e de *Maria Domingues*, filha de *Manuel Francisco*, o «*Largo*», e de *Maria Domingues*, a «*Velha*», todos igualmente naturais e moradores em *Vagos*, prima de *Frei Manuel da Cruz Mendes*, que fora *Vigário da Igreja da Vera Cruz de Aveiro*, filho de *Teresa Maria de Carvalho*, irmã de sua avó paterna.

Carta de Familiar de 13 de Setembro de 1765.

José — m. 103, n.º 1455

- 515 **José da Rocha Antão** — homem de negócio; natural da vila de *Esgueira*, freg. de S.^{to} *André, Aveiro*, e morador na vila do *Corgo do Rio das Mortes*, Bispado do *Rio de Janeiro*; filho de *Manuel Antão*, natural da freg. de S. *Julião de Cacia, Aveiro*, e de *Maria Dias*, natural de *Esgueira* e aí moradores; neto paterno de *João Antão*, o «*Cerra Olhos*», natural da freg. de S. *Miguel da Fermelã, Estarreja*, e de *Maria Panasca*, natural de *Cacia* e aí moradores, e materno de *André João*, o «*Terribel*», natural de *Cacia*, e de *Isabel Dias*, natural da vila de *Angeja*, freg. de N.^a Sr.^a das *Neves, Albergaria-a-Velha*, moradores em *Esgueira*.

Carta de Familiar de 7 de Março de 1727.

José — m. 29, n.º 468

- 516 **José Rodrigues** — natural e morador na freg. de *Santiago da Moita, Anadia* (1); filho de *Manuel Rodrigues* e de

(1) No proc. dá como natural da vila de *Anadia*, freg. de *Santiago da Moita*.

Ana Rodrigues, naturais de Vale de Boi, freg. da Moita; neto paterno de Francisco Rodrigues e de Eulália Fernandes, de Vale de Boi, e materno de António Rodrigues, também de Vale de Boi, e de Maria Vicente, de Vale de Vime, Moita; casado com Maria Antónia, natural de Anadia, filha de António João, natural de Belazaima a-Velha, freg. de S. Pedro de Belazaima, Águeda, e de Maria Antónia, natural da Moita e aí moradores; neta paterna de Miguel João, de Cepos, freg. de Belazaima, e de Isabel João, de Belazaima-a-Velha, e materna de Manuel Vaz, da Moita, e de Eulália Simões, de Quintela da Igreja, freg. da Moita; enviuvando, ajustado para casar, em 1741, com Maria Simões, natural e moradora na freg. de S. Paio dos Arcos, Anadia, filha de Manuel Nunes, natural dos Arcos, e de Maria Simões, natural de Vale de Vime, moradores nos Arcos, neta paterna de Manuel Nunes, dos Arcos, e de Maria Antónia, de Quintela da Igreja, e materna de Pedro Álvares e de Apolónia Simões, de Vale de Vime.

Carta de Familiar de 12 de Setembro de 1730.

José — m. 32, n.º 522

- 517 **José Rodrigues Banhos** — natural do Porto e aí morador na rua de Cima do Muro, freg. de S. Nicolau; filho de Silvestre Rodrigues Banhos e de Maria Pereira, naturais da freg. de S. Nicolau do Porto e igualmente moradores na rua de Cima do Muro; neto paterno de *Francisco Álvares, natural de Gilde, freg. de S.^{ta} Marinha do Real, Castelo de Paiva*, e de Maria Rodrigues, natural da freg. de S. Pedro de Miragaia, extra-muros da cidade do Porto, moradores na rua dos Banhos, freg. de S. Nicolau, da mesma cidade, e materno de Adão Pereira e de Catarina Francisca, naturais do Porto, respectivamente das fregs. de N.^a Sr.^a da Boa Viagem de Massarelos, extra-muros da mesma cidade, e de S. Nicolau, e moradores na rua de Cima do Muro.

Carta de Familiar de 21 de Julho de 1715.

José — m. 23, n.º 376

- 518 **José Rodrigues de Carvalho** — mercador; natural da freg. de S. Martinho de Gondomar e morador em Coimbra na freg. de S. João da Santa Cruz; filho de Bento Carvalho, cirurgião, e de Úrsula Rodrigues, naturais e moradores em Gondomar; neto paterno de Aleixo Gonçalves, natural de Gondomar, e de Isabel Gonçalves, natural do Carvalhal, freg. de S. Pedro de Serzedelo, e materno de

HABILITAÇÕES DO SANTO OFÍCIO

Simão Afonso, natural de Vila Seca, freg. de S.^{to} Militão, e de Maria Rodrigues, natural de Sabugueiro de Cima, Gondomar; casado com *D. Maria Jacinta de Figueiredo, natural da Quinta da Boa Vista, freg. de N.^a Sr.^a do O de Barcouço, Mealhada*, filha do *Dr. António de Sampaio Bacelar*, natural da vila de Algozo, Miranda, e de *D. Francisca de Figueiredo, natural de Barcouço, moradores na referida quinta*, neta paterna de Manuel Pinto Bacelar e de *D. Maria de Sampaio Barrentos*, naturais e moradores em Algozo, e materna do *Dr. Francisco de Figueiredo*, Familiar do S.^{to} Ofício, natural de Mortágua, e de *Domingas Francisca, a «Camachina», natural de Barcouço e moradores na Quinta da Boa Vista.*

Carta de Familiar de 3 de Dezembro de 1756.

José — m. 89, n.º 1210

- 519 **José Rodrigues da Cruz** — ourives do ouro; *natural de Aguireira, freg. de S. Pedro de Valongo, Agueda*, e morador na freg. da Sé do Rio de Janeiro; filho de *Manuel Rodrigues da Cruz* e de *Antónia Francisca, naturais e moradores em Aguireira*; neto paterno de *Manuel Rodrigues da Cruz, natural de Aguireira*, e de *Maria de Almeida, natural de Arrancada, freg. de S. Pedro de Valongo, moradores em Aguireira*, e materno de *António Francisco, também natural de Aguireira*, e de *Maria João, natural de Salgueiro, freg. de S. Pedro de Valongo*, igualmente *moradores em Aguireira.*

Carta de Familiar de 23 de Janeiro de 1760.

José — m. 84, n.º 1248

- 520 **José Rodrigues Leal** — homem de negócio; natural de Almoçageme, junto à vila de Colares, e morador em Lisboa, junto ao Convento do Sacramento, freg. de S. Nicolau; filho de Manuel Rodrigues e de Catarina Francisca, naturais e moradores em Almoçageme; neto paterno de *Domínio Rodrigues*, Familiar do S.^{to} Ofício, e de Isabel Rodrigues, naturais e moradores em Almoçageme, e materno de Francisco Alves, natural de Ulgueira, Colares, e de Paulina Carrasca, natural das Casas Novas, moradores na Ulgueira; casado com *Isabel Maria da Silveira, natural de Carvalhais, freg. de Santiago da Moita, Anadia*, filha de Manuel Rodrigues e de *Margarida Rodrigues naturais e moradores em Carvalhais*, neta paterna de Manuel Rodrigues e de Maria Rodrigues, e materna de Manuel Rodrigues e de Maria Fernandes, também *naturais de Carvalhais*, à excepção do seu avô

materno, nascido em *Quintela*, da mesma *freg. da Moita*, moradores em *Carvalhais*.

Carta de Familiar de 22 de Fevereiro de 1694.

José — m. 8, n.º 158

- 521 **P.º José Rodrigues Leal** — prior da igreja de S. Martinho de Lisboa, bacharel formado na Faculdade dos Sagrados Cânones da Universidade de Coimbra, protonotário apostólico e juiz das causas do Tribunal da Legacia; natural de Lisboa, *freg. de S.ª Justa*; filho de José Rodrigues Leal, Familiar do S.º Ofício, natural de Almoçagem, junto à vila de Colares, e de *Isabel Maria da Silveira, natural de Carvalhais, freg. de Santiago da Moita, Anadia*; neto paterno de Manuel Rodrigues, filho de Domingos Rodrigues, Familiar do S.º Ofício, e de Isabel Rodrigues, e de Catarina Francisca, filha de Francisco Alves e de Paulina Carrasca, todos do termo de Colares, e materno de *Manuel Rodrigues*, filho de *Manuel Rodrigues* e de *Maria Rodrigues*, e de *Margarida Rodrigues*, filha de *Manuel Rodrigues* e de *Maria Fernandes*, todos de *Carvalhais*, à excepção do penúltimo, nascido em *Quintela*, também da *freg. de Santiago da Moita*.

Provisão de Procurador dos presos de 15 de Junho de 1728.

José — m. 30, n.º 480

- 522 **José Rodrigues de Macedo** — ourives da prata; natural da *freg. de N.ª Sr.ª do Monte da Caparica, Almada*, e morador na rua dos Ourives da Prata, *freg. de S.ª Maria Madalena de Lisboa*; filho de Manuel Rodrigues, o «Nobre», natural do Monte da Caparica, e de Antónia de Macedo, natural de Lisboa, *freg. de N.ª Sr.ª dos Anjos*, moradores em Fontes Santas; neto paterno de *Domingos Rodrigues*, filho de *António Fernandes* e de *Guiomar Rodrigues, naturais de Vila Nova, freg. de S.ª Cruz de Alvarenga, Arouca*, e de Maria Dias, natural do Monte da Caparica, e moradores em Sobreda, Caparica, e materno de Manuel Gomes, o «Nobre» e de Ana de Macedo, naturais do Monte da Caparica e moradores em Sobreda; casado com Inácia da Silva, filha de Manuel Jorge, ourives da prata, natural de S. Domingos de Rana, termo de Cascais, e de Maria da Silva, natural da *freg. de S.ª Maria Madalena de Lisboa*, neta paterna de Manuel Francisco, o «Soldado», natural de Cabrafiga, *freg. de N.ª Sr.ª de Belém do Rio de Mouro*, termo de Sintra, e de Domingas João, natural da *freg. de S. Domingos de Rana*, moradores em Sassueiros, *freg. de S. Domingos de Rana*,

HABILITAÇÕES DO SANTO OFÍCIO

e materna de Francisco Cardoso, torneiro de prata, natural de Lisboa, freg. de S. Sebastião da Pedreira, e de Maria Manuel, igualmente natural de Lisboa, freg. de S.^{ta} Maria Madalena, aí moradores na rua dos Ourives da Prata, sobrinha materna de Manuel Cardoso, ourives da prata, Familiar do S.^o Officio, também morador na rua dos Ourives da Prata.

Carta de Familiar de 22 de Setembro de 1708.

José — m. 18, n.º 309

- 523 **José Rodrigues Pereira Baralha** — proprietário do officio de solicitador das Justiças Eclesiásticas da cidade e bispado do Porto, natural da mesma cidade; filho de José Rodrigues Baralha, natural do Porto; e de Josefa Maria da Silva, natural da freg. de Santiago Dantas, moradores no Porto; neto paterno de *Domingos Rodrigues Baralha, natural da freg. de S.^{ta} Maria de Esmoriz, Ovar, e de Maria João, natural da freg. de S.^{ta} Maria de Válega, Ovar*, e materno de Cosme Gomes de Carvalho, natural da freg. de S.^{ta} Maria do Abade, e de Maria da Silva Pereira, natural de Santiago Dantas; casado com Custódia do Sacramento, natural do Porto, filha de *Francisco Pinto Ferreira, natural de Parada do Monte, freg. de S. Vicente de Louredo, Feira*, e de Joana do Espírito Santo, natural da freg. de S.^o Ildefonso, extra-muros da cidade do Porto, neta paterna de *António Pinto, lavrador, natural de Parada do Monte, e de Maria Manuel, natural de Louredinho, freg. de S.^{ta} Maria do Vale, Feira, moradores em Parada do Monte*, e materna de António da Rocha, natural do Porto, freg. de N.^a Sr.^a da Vitória, e de Maria Antónia de Sousa, também natural do Porto, da rua da Cordoaria Nova, freg. de S.^o Ildefonso, e aí moradores na rua do Moinho de Vento.

Carta de Familiar de 12 de Novembro de 1770.

José — m. 124, n.º 2662

- 524 **José Rodrigues dos Santos** — ourives na cidade de Coimbra; natural de Lufreu, freg. de S. Pedro de Alva, ou de S. Paio de Farinha Podre, Penacova; filho de António Rodrigues e de Ana João, naturais e moradores em Lufreu; neto paterno de António Rodrigues e de Helena Domingues, naturais e moradores em Lufreu, e materno de José João, igualmente natural de Lufreu, e de Maria João, natural do Beco, freg. de S. Pedro de Alva, moradores em Lufreu; casado com *Brizida José da Conceição, natural de Chipar, freg. de S. Miguel de Vilarinho do*

Bairro, Anadia, filha de *João Gomes*, natural de *Chipar*, e de *Ana Gomes*, natural de *Vendas de Samuel, Vilarinho do Bairro*, e aí moradores, neta paterna de *Manuel Gomes*, natural da freg. de S.^o António de Covões, Cantanhede, e de *Isabel João*, natural de *Chipar*, e aí moradores, e materna de *Manuel Gomes*, natural de *Labrengos, Covões*, e de *Isabel João*, natural de *Vendas de Samuel*, e aí moradores.

Carta de Familiar de Novembro de 1742.

José — m. 49, n.º 780

- 525 **José Rodrigues da Silva** — natural e morador na freg. de *S. Pedro de Tamengos, Anadia*; filho de *José da Silva*, natural da vila de *Soza, freg. de S. Miguel, Vagos*, e de *Maria Rodrigues Maia*, natural de *Tamengos*, e aí moradores; neto paterno de *Manuel da Silva* e de *Paula Francisca*, naturais e moradores em *Soza*, e materno de *Manuel Rodrigues Maia*, natural da freg. de S.^{ta} Justa de *Coimbra*, e de *Filipa Rodrigues*, natural de *Aguim, freg. de Tamengos, moradores nessa freg.*; casado com *Domingas Teresa de Jesus*, natural da freg. de *S. Pedro de Sebal, Condeixa-a-Nova*, filha de *Manuel Francisco Pequeno* e de *Isabel Santos*, ou dos Santos, naturais e moradores em *Sebal*, neta paterna de *Manuel Francisco*, o «Glorioso», e de *Catarina Palabreira*, do *Sebal*, e materna de *Simão Antunes* e de *Isabel dos Santos*, de *Ameixoeira*, freg. de N.^a Sr.^a da *Graça de Ega, Condeixa-a-Nova*.

Carta de Familiar de 11 de Dezembro de 1772.

José — m. 137, n.º 2750

- 526 **José Rodrigues de Sousa** — mercador com tenda de capela; natural de *Lisboa, freg. de N.^a Sr.^a dos Mártires*; filho de *João Viningue*, natural do condado de *Meath, Reino da Irlanda*, e de *Maria de Sousa*, natural de *Lisboa, freg. de S. Cristóvão*, e moradores no *Arco do Ouro, freg. de N.^a Sr.^a dos Mártires de Lisboa*; neto paterno de *Cristóvão Viningue* e de *Margarida Morgen*, naturais e moradores em *Meath*, e materno de *Domingos Francisco*, natural da freg. de S.^{ta} *Olaia de Rio de Moinhos, Arcos de Valdevez*, e de *Catarina Rodrigues*, natural da freg. de S.^{ta} *Maria da Cunha, Coura*; irmão do P.^o *Francisco de Sousa*, clérigo do hábito de *S. Pedro*; ajustado para casar, em 1695, com *Germana Maria do Vale*, natural de *Lisboa, freg. de S. Mamede*, e aí moradora, filha de *Manuel João Reverendo*, natural da vila de *Aveiro, freg. de S. Gonçalo-o-Novo*, e de *Maria de Almeida*

dos Santos, natural de Lisboa, freg. de S. Nicolau e moradores na de S.^{ta} Maria Madalena, neta paterna de *João Gonçalves Reverendo*, alfaiate, e de *Filipa Henriques*, naturais e moradores na freg. de S. Gonçalo-o-Novo de Aveiro, e materna de António de Almeida, serralheiro, natural de Segens, freg. de S. Martinho, Viseu, e de Isabel do Rego, natural de Lisboa, freg. de S. Nicolau. *Filipa Henriques*, avó paterna da noiva do habilitando, era filha de *Maria João*, a «Honrada», mulher solteira, que servia as freiras do *Mosteiro de Jesus de Aveiro*, que tivera amores com *Domingos Fernandes*, o «Penacho», oleiro, morador em Aveiro às *Portas do Sol*, de quem tivera duas filhas, *Maria João*, locandeira, moradora na rua do Rato, e a citada *Filipa Henriques*, que a referida Maria João quisera emputar a outro seu amante, *Belchior Henriques*, também morador em Aveiro, que a não quisera reconhecer.

Carta de Familiar de 29 de Setembro de 1688.

José — m. 5, n.º 92

- 527 **José Rodrigues Vale** — comissário das feitorias de S. Mag.^{de} em Belém, onde residia; natural da freg. de N.^a Sr.^a da Ajuda, extra-muros de Lisboa Ocidental; filho de Manuel Rodrigues Vale, natural da freg. de S. Sebastião da Pedreira, e de Teresa Maria, natural da freg. de N.^a Sr.^a da Ajuda, e aí moradores; neto paterno de Domingos Rodrigues Casapo, natural de Vila Viçosa, freg. de S. João Baptista de Sinfães, Lamego, e de *Luisa Fernandes*, natural de Boialvo, freg. de S. Pedro de Avelãs de Cima, Anadia, e materno de António da Silva, natural da freg. de N.^a Sr.^a dos Olivais, e de Mariana Gomes da Encarnação, natural da Ajuda, e aí moradores.

Carta de Familiar de 22 de Abril de 1735.

José — m. 39, n.º 619

- 528 **José Rodrigues Vareiro** — capitão de mar-e-guerra; natural de Lisboa, freg. de S. Paulo, e morador no largo de S. Paulo; filho de *Manuel Rodrigues Vareiro* e de *Maria da Conceição*, naturais da vila de Ovar, freg. de S. Cristóvão, e moradores à Boa Vista, no beco de Francisco André, freg. de S. Paulo; neto paterno de *Manuel Rodrigues Vermelho* e de *Geralda Gomes*, e materno de *Francisco Fernandes Dornas* e de *Joana Fernandes*, todos naturais e moradores em Ovar; irmão do P.^o Mestre Frei António do Amor de Deus, religioso da Província de S.^{to} António de Portugal e Qualificador do S.^{to} Ofício

da Inquisição de Coimbra; casado com D. Ana Luísa Clara, natural do Porto, freg. de N.^a Sr.^a da Vitória, filha de Manuel da Costa Pereira, natural de Tojal de Baixo, ou de Cima, freg. de S. Pedro da vila de Porto de Mós, e de Antónia de S. Francisco, natural de Barros de Baixo, freg. de S. Pedro de Grilhões, Torres Vedras, neta paterna de Simão Antunes e de Ana da Silva, naturais de Tojal de Baixo, ou de Cima, e materna de *João Pereira dos Santos*, natural do Porto, freg. de S. Nicolau, e de *Domingas Gomes*, natural da Banduleira, freg. de Azoeira, termo de Torres Vedras. *moradores em Formiga, freg. de S. Pedro de Castelões, Vale de Cambra.*
Carta de Familiar de 4 de Novembro de 1754.

José — m. 75, n.º 1127

- 529 **José Rodrigues Viegas** — mercador de lã e seda; natural da vila de Moura, freg. de S.^{to} Agostinho, e morador em Lisboa na rua dos Remédios, freg. de S.^{to} Estêvão de Alfama; filho de António Rodrigues, natural de Évora, freg. de S. Mamede, e de Micaela Viegas, também natural de Évora, freg. de S.^{ta} Antão; neto paterno de Gaspar Rodrigues, filho de Manuel Dias e de Josefa Maria, da freg. de S. Mamede de Évora, e de Isabel Baptista, natural de Évora, freg. da Sé, filha de Manuel Gonçalves, de Soure, e de Joana Gomes, de Évora, freg. de S. Mamede, e materno de João Viegas, filho de Francisco Viegas e de Maria Rodrigues, de Évora, e de Mariana Mendes, filha de Vasco Rodrigues e de Páscoa da Ressurreição, de Montemor-o-Novo; ajustado para casar, em 1761, com Maria Clara, natural de Lisboa, freg. de S.^{ta} Maria Maior, moradora na de Santiago, filha de Luís Rodrigues Lopo, negociante, Familiar do S.^{to} Offício, natural da freg. de S. Miguel de Castedo, termo de Vilarinho da Castanheira, Torre de Moncorvo, e de Catarina Rosa, natural de Lisboa, freg. de S.^{ta} Engrácia, e moradora em casa de seu padraсто António Luís Coelho na rua da Regueira, freg. do Salvador, neta paterna de Francisco Rodrigues, filho de Francisco Lopes e de Maria Francisca, de Castedo, e de Maria Lopes, natural do Castelo, filha de Domingos Gonçalves, o «Grilo», de Cabeço de Mouro, freg. de N.^a Sr.^a das Neves, e de Caetana Lopes, também de Castedo, e materna de António Esteves, natural de Lisboa, freg. de S.^{ta} Engrácia, filho de *João Esteves, natural da freg. de S. João de Loure, Albergaria a Velha*, e de Antónia dos Anjos, natural da Penha de França, freg. dos Anjos, moradores na calçada do Forte, e de Maria Gomes, natural de Lucea, freg. de S. Pedro de

HABILITAÇÕES DO SANTO OFÍCIO

Barcarena, termo de Lisboa, moradora com seu marido na calçada do Forte, ao Paraízo, filha de João Luís, natural de Porto Salvo, freg. de N.^a Sr.^a da Encarnação de Oeiras, e de Juliana da Luz, natural de Lucea, e aí moradores.

Carta de Familiar de 12 de Novembro de 1762.

José — m. 93, n.º 1349

- 530 P.^o **José Rolão Pimentel** — reitor da igreja de Santiago de Beduído, Estarreja, e daí natural; filho de Manuel Rolão Velho, natural da vila de Aveiro, e de Damiana Pimentel, natural de Lisboa, moradores em Beduído; neto paterno de Pedro André Rolão e de Maria Nunes, naturais e moradores em Aveiro, e materno de João Gomes Coimbra, natural da vila de Esgueira, freg. de S.^{to} André, Aveiro, e de Maria Jorge de Almeida, natural de Lisboa, e aí moradores.

1672.

José — m. 3, n.º 41

- 531 **José de Sá Carvalho** — homem de negócio; natural de Aldeia, freg. de S. Cipriano de Paços de Brandão, Feira, e morador na rua da Candelária da cidade do Rio de Janeiro; filho de João de Sá, natural de Aldeia, e de Maria Carvalho, natural de Fial, freg. de S. Paio de Oleiros, Feira, moradores em Aldeia; neto paterno de Manuel de Sá e de Maria de Crasto, naturais e moradores em Paços de Brandão, e materno de João Alves, natural de Fiães, freg. de S. Martinho de Mozelos, Feira ⁽¹⁾, e de Maria Carvalho, natural de S. Paio de Oleiros, e aí moradores; ajustado para casar, em 1752, com Teresa Violante, filha natural do Dr. Manuel Amaro Pena de Mesquita Pinto, natural e morador na rua do Loureiro, freg. da Sé do Porto, e de Helena Caetana de Melo, natural da vila da Feira, freg. de S. Nicolau, moradora em Lisboa na rua dos Escudeiros, neta paterna do capitão João Gonçalves Pena, natural da freg. de S.^{ta} Marinha de Ribeira de S. João de Roios, e materna de Francisco Soares de Melo, boticário, e de Antónia Maria da Silva, naturais da vila da Feira; novamente ajustado para casar, em 1769, com D. Rosa Angélica de Jesus e Sá, natural do Porto, freg. de S. Nicolau, filha de Manuel da Costa Passos, homem de negócio, natural de S. Paio de Oleiros, e de

(1) Actualmente freg. de S.^{ta} Maria de Fiães, Feira.

Maria de Jesus, natural do Padrão das Almas, freg. de S.^{to} Ildefonso, extra-muros da cidade do Porto, e aí moradores na rua das Flores, neta paterna de *Manuel da Costa* e de *Catarina Antónia*, naturais e moradores em S. Paio de Oleiros, e materna de Manuel de Sousa, natural da Póvoa, freg. de S.^{to} Ildefonso, e de Maria de Barros, natural de Viana, moradores no Padrão das Almas, irmã de Manuel da Costa Passos, Familiar do S.^{to} Ofício.

Carta ne Familiar de 16 de Dezembro de 1751.

José — m. 65, n.º 996

- 532 **José de Sá Pereira Brandão** — que vivia das suas fazendas; natural da freg. de S.^{ta} Maria de Lamas, Feira, e morador na sua quinta da Torre da freg. de S. Cipriano de Paços de Brandão, Feira; filho de Manuel de Sá Moreira e de Brites de Jesus Pereira, naturais de Lamas e moradores em Ponte Nova, Lamas; neto paterno de João de Sá, natural de Sá, freg. de Santiago de Rio Meão, Feira, e de Cezília Jorge, natural de Lamas e moradores em Ponte Nova, e materno do P.^o Simão Martins Pereira, abade da freg. de S.^{ta} Maria de Lamas, natural da freg. de Paços de Gaiolo, Benviver, e de Maria Lopes, mulher solteira, natural de Lamas, e aí moradores; casado com Jacinta Luísa de Azevedo e Melo, natural de Paços de Brandão, filha de Euzébio de Azevedo e Aguiar, natural de Paços de Brandão, e de Bernarda Caetano de Melo Teixeira, natural da vila da Feira, freg. de S. Nicolau, e moradores em Beire, freg. de S. João de Ver, Feira, neta paterna do capitão João de Azevedo da Costa, natural de Alpoços, Rio Meão, e de Leonarda de Aguiar, natural de S. Martinho da Várzea do Douro, moradores em Paços de Brandão, e materna do Lic.^o Matias Soares e de Jacinta de Melo Teixeira, naturais e moradores na vila da Feira.

Carta de Familiar de 12 de Janeiro de 1771.

José — m. 126, n.º 2662

- 533 P.^o Frei **José de Santa Cruz** — religioso professo da Ordem de S. Francisco da Província do Brasil e Presidente da mesma Ordem; natural de Peruambuco e conventual no Convento de Pernambuco; filho de Manuel Marques da Cruz, natural de Lisboa, freg. de S. Nicolau, e de D. Marta de Brito, natural da freg. da Varge, Pernambuco, e aí moradores; neto paterno de Manuel Ferreira, «o Gordo», natural da freg. de S.^{ta} Cruz de Albergaria-a-Velha, e de Teresa de Jesus, natural de Lisboa, freg.

de S. Nicolau, e materno de Crespim de Sousa Crespo e de Antónia de Brito, naturais da vila do Recife e moradores na Varge; irmão do P.^o Manuel Félix da Cruz, vigário da vara da vila de Ilo e da paroquial igreja de N.^a Sr.^a da Expectação da mesma vila, Notário do S.^o Ofício.

Provisão de Comissário de 9 de Dezembro de 1797.

José — m. 168, n.º 4103

- 534 **José de Santiago Ferreira** — tenente; *natural de Pereirada, freg. de S. Mamede de Guizande, Feira*, e morador na freg. de Forquim, Mariana. Brasil; filho de *Manuel de Santiago* e de *Constantina Ferreira dos Santos, moradores em Pereirada*; neto paterno de *Antônio de Santiago* e de *Ana Rodrigues, naturais e moradores em Pereirada*, e materno de *João dos Santos Ferreira* e de *Isabel Francisco, naturais e moradores em Vila Maior, Feira*; casado com D. Jacinta Maria Clara, filha do capitão Manuel Lopes Vilas Boas e de D. Ana Maria da Encarnação, de Forquim. Um seu antepassado, Manuel Lopes de Vilas Boas, homem de negócio na cidade da Baía, teve carta de Familiar do S.^o Ofício em 1711.

Carta de Familiar de 19 de Outubro de 1807.

José — m. 171, n.º 1128

- 535 **José dos Santos** — mestre serralheiro; *natural da freg. de S. Salvador do Burgo, Arouca*, e morador em Lisboa na rua de S. Félix, freg. de Santos-o-Velho; filho de *Manuel Fernandes, natural de Burgo*, e de *Catarina Fernandes, natural de S.^{ta} Maria do Monte, freg. de S.^{ta} Eulália, Arouca* (1), *moradores em Burgo*; neto paterno de *Francisco Fernandes* e de *Maria Fernandes, naturais e moradores em Burgo*, e materno de *Manuel João* e de *Maria Fernandes, naturais de Souto Redondo, freg. de N.^a Sr.^a da Conceição de Rossas, Arouca*, todos eles da *família dos Carrapiços, de Forcada, Burgo, Arouca*; casado com Felícia Teresa, natural de Lisboa, freg. de Santos-o-Velho, filha de Manuel Pinheiro, natural da freg. de S.^o António do Tojal, e de Maria dos Santos, natural de Lisboa, freg. das Mercês, moradores na rua de S. Bento, às Trinas, neta paterna de António Pinheiro e de Mariana da Silva, naturais e moradores em S.^o António do Tojal, e materna de Manuel Antunes e de Domingas Francisca, naturais de Lisboa e aí moradores na freg. das Mercês.

Carta de Familiar de 10 de Setembro de 1771.

José — m. 128, n.º 2682

(1) Então da freg. de S. Miguel de Urrô, Arouca.

- 536 **José dos Santos Neto** — homem de negócio; natural da freg. de S. Nicolau do Porto e aí morador na rua da Lada; filho de Manuel dos Santos Neto, natural de Faro, freg. da Sé, e de *Domingas Rodrigues, natural da freg. de S. Mateus de Bunheiro, Murtosa*, moradores no Porto na rua da Lada; neto paterno de Manuel Fernandes e de Maria da Conceição, moradores na freg. da Sé de Faro, e materno de *Manuel Marques* e de *Maria João, moradores em Bunheiro*; casado com Maria Joana Rosa, natural da freg. de S. Nicolau do Porto, filha de *Manuel Ferreira Coelho, natural da freg. de S.^{ta} Maria de Fiães, Feira*, e de Joana Maria, natural da freg. de S.^{ta} Maria, de Melres, Gondomar, também moradores na rua da Lada, neta paterna de *Matias Ferreira* e de *Luisa Coelho, moradores em Fiães*, e materna de João Tomé e de Paula Barbosa, moradores em Melres.

Carta de Familiar de 27 de Agosto de 1762.

José — m. 92, n.º 1342

- 537 P.^o Frei **José de S. Tomás** — religioso da Ordem dos Pregadores, lente de prima de Teologia no seu Convento de S. Domingos da cidade do Porto; *natural da vila de Esgueira, freg. de S.^{to} André, Aveiro*; filho de *Domingos Rodrigues da Silva, Familiar do S.^{to} Ofício, natural da freg. de S. Julião de Cacia, Aveiro*, e de *Sebastiana Marques, natural de Esgueira, e aí moradores*; neto paterno de *Domingos Mateus* e de *Maria André, moradores em Cacia*, e materno de *António Marques* e de *Maria André, moradores em Esgueira*; bisneto paterno de *Miguel Rodrigues* e de *Maria Mateus, moradores em Sarrazola, Cacia*, e de *André Domingues* e de *Maria Manuel, moradores em Cacia*, e materno de *Manuel Jorge* e de *Maria André, moradores na freg. de S.^{to} Isidoro de Eixo, Aveiro*, e de *André Fernandes Careto* e de *Antónia Fernandes, moradores em Esgueira*.

Provisão de Qualificador de 20 de Abril de 1717.

José — m. 112, n.º 2564

- 538 **José da Silva** — *natural de Feteira, freg. de S. Bartolomeu do Troviscal, Oliveira do Bairro*; filho de *José da Silva, natural de Feteira*, e de *Joana Simões, natural de Bustos, freg. de S. Simão de Mamarrosa, Oliveira do Bairro* ⁽¹⁾, *moradores em Feteira*; neto paterno de *André da Silva*,

(1) Actualmente Bustos é freg. de orago S. Lourenço.

natural de Mamarrosa, e de Maria Francisca, natural de Feteira, e aí moradores, e materno de Manuel Simões, natural de Bustos, e de Margarida João, natural do Troviscal, moaadores em Bustos.

Carta de Familiar de 16 de Junho de 1778.

José — m. 147, n.º 2864

- 539 **P.º José da Silva** — abade da paroquial igreja de S. Romão de Vermoim, Maia, bacharel formado na Faculdade dos Sagrados Cânones na Universidade de Coimbra; *natural da vila de Ovar, freg. de S. Cristóvão*; filho de *Valentim da Silva* e de *Catarina André, naturais e moradores em Ovar*; neto paterno de *Cristóvão Fernandes* e de *Maria da Silva*, e materno de *Mannel André* e de *Maria Fernandes, naturais de Ovar* à excepção da avó paterna, nascida na *freg. de S.ª Maria de Válega, Ovar, e moradores em Ovar.*

Provisão de Comissário de 24 de Setembro de 1717.

José — m. 24, n.º 393

- 540 **José da Silva Costa** — ex-capitão de navios e então com loja de cereeiro junto a S.ª Marta, freg. de S. José de Lisboa, e aí morador; natural da freg. da Sé de Viseu; filho de *Francisco da Silva, natural de Viseu, freg. da Sé*, e de *Eufémia da Cunha, natural de Aldeia de Carvalho, freg. de S. Vicente de Alcafache, moradores na rua da Regueira de Viseu*; neto paterno de *António Gonçalves do Vale, fazendeiro, natural de Macieira, freg. de S.º Adrião*, e de *Ana Lopes da Silva, a «Calça Parda», natural de Cabril, freg. de S. Pedro de Povolide*, e materno de *Manuel da Cunha, o «Gaio», natural da freg. de N.ª Sr.ª do Rosário de Fraguzela*, e de *Ana João, natural de Alcafache*; casado, sendo já viúvo de *Rita Rouçada, com Maria Xavier da Conceição, natural de Lisboa, filha de António José Nogueira, natural da freg. de S. Miguel da Gândara, Paredes*, e de *Feliciana de Oliveira, natural da freg. de N.ª Sr.ª da Ascensão de Mortágua, neta paterna de Manuel Nogueira, lavrador, natural da freg. de S. Martinho de Parada de Todeia, Paredes*, e de *Isabel Pereira, natural de S. Miguel da Gândara*, e materna de *António Ferreira de Figueiredo, natural de Litrela, freg. de Santiago de Besteiros, Tondela*, e de *Mariana de Oliveira e Vargas, natural de Mortágua*; enviuvando de novo, ajustado para casar, em 1772, com *Águeda Luísa, natural de Moreiró, freg. de S. Miguel da Gândara, moradora em Lisboa defronte da Cruz de S.ª Marta, filha de Manuel João,*

natural de Moreiró, e de Águeda Pereira, natural da Granja, freg. de S. Miguel da Gândara, neta paterna de Gaspar Teixeira, natural da freg. de S. Pedro de Teixeira, junto a Amarante, e de Domingas João, natural da freg. de S.^o André do Sobrado, Valongo, e materna de *João Gonçalves da Bouça, natural da freg. de N.^a Sr.^a da Natividade de Macieira de Cambra, Vale de Cambra*, e de Maria Dias, natural de Requerei, freg. de S. Pedro da Sobreira, Paredes, moradores na Granja.

Carta de Familiar de 3 de Março de 1767.

José — m. 108, n.º 2515

- 541 **José da Silva Gama** — clérigo in minoribus; natural do Recife de Pernambuco e morador em Lisboa, freg. de S. José; filho do capitão *António da Silva Gama, natural da freg. de S. Simão de Oiã, Oliveira do Bairro*, e de D. Ana da Silva Gorjão, natural da freg. de S. Pedro Gonçalves da vila do Recife, e aí moradores; neto paterno de *Miguel Domingues* e de *Madalena Simões, naturais e moradores em Oiã*, e materno do sargento-mor José da Silva Gorjão, natural da vila de Peniche, e de D. Teresa Coutinho, natural do Recife, e aí moradores; irmão de D. Francisca da Silva Gama, casada com Manuel Narciso de Sousa, e de D. Teresa da Silva Gorjão, casada com Joaquim Fernandes de Sousa, ambos Familiares do S.^o Offício.

Carta de Familiar de 30 de Julho de 1776.

José — m. 146, n.º 2849

- 542 **José da Silva Guimarães** — capitão e tabelião do público, judicial e notas em S. Bartolomeu de Maragogipe, Baía; natural da freg. da Sé do Porto; filho de Domingos Gonçalves, natural de Sobreira, freg. de N.^a Sr.^a de Avelas, conc.^o de Monforte, e de Inocência da Silva, natural de Cortegaça, quinta da Nogueira, freg. de Pinheiro, junto ao dito Monteiro, Vieira do Minho; neto paterno de António Gonçalves e de Maria Gonçalves, naturais e moradores em Sobreira, e materno de Domingos Soares e de Isabel Vieira, naturais e moradores em Cortegaça, na quinta da Nogueira; casado com Margarida de S. José, natural da freg. de N. Sr.^a do Rosário da Cachoeira, Baía, filha de *Manuel de Matos, natural da freg. de S. Pedro de Valongo, Águeda*, e de Ana Maria de S. José, natural de Portalegre, freg. da Sé, moradores na vila da Cachoeira, neta paterna de *Frutuoso Francisco de Matos*, natural de Coelhoso, Viseu, e de *Antónia Rodrigues*, filha de *Manuel*

HABILITAÇÕES DO SANTO OFÍCIO

Rodrigues Perestrello, naturais de Valongo, e aí moradores, e materno de Manuel Gonçalves de Penamacor e de Leonor Gonçalves, naturais de Portalegre, e aí moradores ao pé da Praça, freg. da Sé.

Carta de Familiar de 3 de Novembro de 1763.

José — m. 94, n.º 1366

- 543 **José da Silva Henriques** — bacharel formado na Faculdade dos Sagrados Cânones e advogado nos auditórios da cidade de Coimbra; natural e morador na freg. de S. João de Almedina de Coimbra; filho de José Henriques, natural da freg. de S.º André de Poiares, e de Madalena da Silva, natural da freg. de S. Mateus de Friumes; neto paterno de João Henriques, natural de S. Miguel de Poiares, e de *Isabel de Almeida, natural de Arrancada, freg. de S. Pedro de Valongo, Águeda, e materno de João Henriques, também natural de S. Miguel de Poiares, e de Ana Francisca, natural de Friumes; casado com Angélica Maria Pessoa de Andrade, natural de Coimbra, freg. de S. Pedro, filha de Manuel da Costa de Andrade, natural da freg. de S. Pedro de Coimbra, e de Leocádia Maria Pessoa de Andrade, natural de Podentes, neta paterna de João da Costa de Andrade e de Bárbara de Andrade, naturais e moradores em Coimbra, freg. de S. Pedro, e materna do capitão Manuel de Andrade e de Joana da Costa, naturais e moradores em Podentes, sobrinha paterna da mulher do Dr. Manuel de Almeida, Familiar do S.º Ofício, que depois de enviuar foi prior da igreja do Salvador de Coimbra, e materna do B.º Diogo de Andrade, Procurador dos cárceres do S.º Ofício.*

Carta de Familiar de 2 de Dezembro de 1748.

José — m. 58, n.º 899

- 544 **José da Silva de Moraes** — *natural de Amoreira, freg. de Coração de Maria de Amoreira da Gândara, Anadia, e morador na de N.ª Sr.ª da Assunção de Ancas, Anadia; filho de José da Silva e de Maria de Moraes, moradores em Amoreira; neto paterno de Sebastião da Silva e de Helena Francisca, da Amoreira, e materno de António Jorge, da freg. de S. Bartolomeu do Troviscal, Oliveira do Bairro, e de Antónia João, da Amoreira; casado com Maria Simões, natural de Ancas, filha de Pedro Simões Álvares, natural de Paredes, freg. de S. Lourenço do Bairro, Anadia, e de Antónia Simões, natural de Ancas, e aí moradores, neta paterna*

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

de *Manuel Rodrigues, de Paredes*, e de *Maria Fernandes, da freg. de S. Paio dos Arcos, Anadia*, e materna de *Domingos Simões, de Ancas*, e de *Antónia João, da Amoreira*.

Carta de Familiar de 7 de Janeiro de 1735.

José — m. 38, n.º 610

- 545 **José da Silva Moreira** — ourives; *natural de Grada, freg. de S. Miguel de Vila Nova de Monsarros, Anadia*, morador em Coimbra na rua do Coruche, freg. de Santiago; filho de *João Moreira da Silva* e de *Isabel João, naturais e moradores em Grada*; neto paterno de *António João da Silva* e de *Maria Moreira, naturais e moradores em Grada*, e materno de *Pedro João* e de *Isabel João, também naturais de Grada, mas moradores em Vila Nova de Monsarros*; ajustado para casar, em 1739, com Ana Maria Joaquina de Aguiar, natural de Ponte de Lima, freg. de S.^{ta} Marinha, e moradora no Convento da Misericórdia de Coimbra, filha de Francisco da Rocha e de Maria de Aguiar, moradores em Ponte de Lima, neta paterna do P.^o Manuel Dantas Barbosa, abade de S. Paio de Água Longa, Coura, e de Páscoa da Rocha, da freg. de Rendufe, Ponte de Lima, e materna de Pedro Afonso e de Isabel Gonçalves, do Casal, freg. de S.^{ta} Maria de Sá, Ponte de Lima.

Parecer para Familiar de 26 de Novembro de 1734.

José — m. 39, n.º 618

- 546 **José da Silva Moreira e Lima** — formado nos Sagrados Cânones e alferes de cavalos do Regimento de Almeida; natural da freg. de Santiago de Coimbra; filho de *José da Silva Moreira*, ourives, Familiar do S.^{to} Ofício, *natural de Grada, freg. de S. Miguel de Vila Nova de Monsarros, Anadia*, e de Ana Maria Joaquina de Aguiar, natural da freg. de S.^{ta} Marinha de Ponte de Lima, moradores em Coimbra; neto paterno de *João Moreira da Silva*, filho de *António João da Silva* e de *Maria Moreira* e de *Isabel João*, filha de *Pedro João* e de *Isabel João, todos naturais de Grada*, e materno de Francisco da Rocha e de Maria de Aguiar, de Ponte de Lima.

Carta de Familiar em 13 de Setembro de 1763.

José — m. 94, n.º 1365

- 547 P.^o **José da Silva Tavares** — reitor colado da igreja de S. Salvador de Ramalde, bacharel formado nos Sagrados

Cânones; natural do Porto; filho de *João Tavares Correia*, natural da freg. de S.^{ta} *Eulália de Chave, Arouca*, e de *Teresa da Silva*, natural da freg. de S. Nicolau do Porto, e aí moradores na rua dos Mercadores; neto paterno de *Manuel Tavares* e de *Catarina Tavares*, moradores em *Chave*, e materno de *Marcos Tavares*, natural da freg. de N.^a Sr.^a da *Natividade de Macieira de Cambra, Vale de Cambra*, e de *Ana da Silva*, natural do Porto, e aí moradores; irmão do P.^o *Joaquim da Silva Tavares*, notário da Inquisição e sobrinho materno de *Tomás da Silva Tavares*, Familiar do S.^{to} Ofício, e primo paterno do P.^o *Manuel Coelho Tavares*, abade da freg. de S. Miguel de Entre-os-Rios, Comissário do S.^{to} Ofício.

Provisão de Comissário de 22 de Novembro de 1785.

José — m. 153, n.º 2965

- 548 **José da Silva Torres** — armador; natural de Lisboa, freg. de S. José, e morador na cidade do Rio de Janeiro; filho de *Manuel Rodrigues*, natural de Espinhal, freg. de S. Sebastião, termo de Penela, e de *Luzia Teresa da Cunha*, natural do Turcifal, freg. de S.^{ta} *Maria Madalena*, termo de Torres Vedras; neto paterno de *António Rodrigues* e de *Maria Simões*, moradores no Espinhal, e materno de *António da Silva*, natural da vila de Oeiras, freg. de N.^a Sr.^a da *Purificação*, e de *Micaela Pereira*, natural da vila de Torres Vedras, freg. de S. Pedro; casado com D. *Maria Madalena de Jesus*, natural da freg. de N.^a Sr.^a da *Assunção de Minas*, filha do capitão *António da Cruz Alvares*, natural da freg. de S.^{ta} *Maria de Esmoriz, Ovar*, e de *Isidora Teixeira*, natural da freg. de N.^a Sr.^a da *Assunção de Minas*, neta paterna de *Francisco António* e de *Isabel Gonçalves, ou Alvares*, naturais e moradores em *Esmoriz*, e materna de *Domingos Gonçalves Ramos*, natural da freg. de S. Martinho de Bornes, Vila Meã, e de *Maria Teixeira*, natural da freg. de S.^{ta} *Cruz do Salvador de Vila Nova de Ibatuba*, bispado de S. Paulo.

Carta de Familiar de 22 de Abril de 1772.

José — m. 132, n.º 2716 B

- 549 **José da Silveira** — natural e morador na freg. de S.^{ta} *Justa* de Coimbra; filho de *José Joaquim da Silveira*, porteiro da Casa do Despacho da Inquisição de Coimbra, e de D. *Joaquina Rosa de Távora*, naturais e moradores em Coimbra; neto paterno de *António da Silveira da Costa*,

porteiro da Inquisição de Coimbra, natural de Coimbra, filho de José da Silveira da Costa e de Josefa Maria de Carvalho, e neto paterno de Estêvão da Silveira da Costa, ambos igualmente porteiros da mesma Inquisição, de Estremoz, e de Antónia de Lopina Freire, de Coimbra, e materno de António da Maia e de Maria dos Reis, de Coimbra, e de Caetana Micaela da Costa, moradora com seu marido na mesma cidade, e materno de D. Joaquina Rosa de Távora, natural de Coimbra, filha de Nuno de Haro Leitão Soto Maior, escrivão proprietário da Provedoria de Coimbra, Familiar do S.^o Offício, e de D. Eugénia Maria Leitão de Carvalho, naturais de Coimbra, freg. de Santiago, e aí moradores, sendo os seus avós maternos respectivamente filhos de António de Távora Soto Maior, Familiar do S.^o Offício, natural de Tentúgal, e de D. Teresa Maria de Oliveira, natural de Coimbra, e aí moradores, e de *João dos Santos e Carvalho*, também Familiar do S.^o Offício, filho de *Manuel dos Santos* e de *Ana dos Santos*, e neto de *André Manuel* e de *Isabel André* e de *António Dias* e de *Ángela Quaresma*, todos naturais e moradores em Aveiro, e de *Francisca da Cruz Leitão Ferreira*, filha de *António Leitão*, mercador, Familiar do S.^o Offício, e de *Maria da Cruz*, neta de *João Leitão* e de *Maria João*, e de *Miguel Gonçalves* e de *Ana Ferraz*, esta natural de Sá, freg. de S.^o André de Esgueira, e os restantes da freg. de S. Miguel de Aveiro, e bisneta, pelo lado paterno de *Francisco Leitão* e de *Isabel Fernandes* e de *Manuel Fernandes* e de *Maria João*, e pelo materno de *Pedro Gonçalves* e de *Sebastiana Francisca*, e de *Miguel Duarte*, também naturais de Aveiro, e de *Catarina Francisca*, natural de S. Pedro do Sul, moradores em Aveiro.

Provisão de serventia de Porteiro da Inquisição de Coimbra nos impedimentos de seu pai de 27 de Janeiro de 1742.

José — m. 149, n.º 2904

- 550 **José da Silveira Zuzarte** — opositor aos lugares de letras; natural de Lisboa, freg. de S. José, e morador na de S. Tomé, em casa de sua tia D. Isabel Madalena da Silveira Zuzarte; filho do Dr. João da Silveira Zuzarte, Familiar do S.^o Offício, natural de Camarate, freg. de Santiago, e de *D. Mariana Teresa da Silva*, natural de Roda, freg. de S.^o Maria de Fermedo, Arouca, moradores em Lisboa; neto paterno de Francisco da Silveira Zuzarte, cavaleiro professo do hábito de Cristo e moço de guarda-roupa de S. Alt.^a, igualmente Familiar,

HABILITAÇÕES DO SANTO OFÍCIO

filho de João Baptista Maciel e de Maria de Forte Malhoa, e de D. Margarida Isabel Henriques, filha de Diogo Ferreira Pais, Familiar do S.^o Offício, e de D. Isabel Henriques, todos naturais de Camarate, e materno de *Manuel Gomes de Pinho*, natural da freg. de Campanhã, Porto, filho do *Dr. António Gomes de Pinho*, natural da freg. de *S. Martinho de Cucujães*, *Oliveira de Azeiméis*, e de *Joana Ferreira*, natural de *Fermedo*, e de *Briolanja Maria de Lima*, natural de *Fermedo*, e aí moradora com seu marido, filha de *João de Paiva de Oliveira*, natural da freg. de *S.^o Isidoro de Romariç, Feira*, e de *Maria dos Santos*, natural de Lisboa, freg. de *S. Nicolau*, moradores em *Fermedo*.

Carta de Familiar de 19 de Dezembro de 1769.

José — m. 118, n.^o 2601

- 551 **José Simões** — natural e morador em *Barrô*, freg. de *N.^a Sr.^a da Natividade do Luso*, *Mealhada*; filho de *Manuel André* e de *Maria Simões*, naturais e moradores em *Barrô*; neto paterno de *André Gonçalves* e de *Maria Moreira*, naturais e moradores em *Barrô*, e materno de *André Simões*, também natural de *Barrô*, e de *Maria Francisca*, natural de *Silvã*, freg. de *S. Martinho de Casal Comba*, *Mealhada*. Sua avó paterna tivera fama de cristã-nova por ser filha de *Sebastião Moreira*, e este filho ou neto de uma *Ana Facaia*, do *Luso*, que fora morar para a *Quinta do Valdoeiro*, freg. de *S. Vicente da Vacariça*, *Mealhada*, com um fidalgo, *Sebastião de Figueiredo*, casado em segundas núpcias com uma cristã-nova, e deste fidalgo a referida *Ana Facaia* tivera uma filha de nome *Luísa*, mãe do citado *Sebastião Moreira*, afirmando outros não ser do fidalgo, mas sim de seu filho, filho de cristã-nova, donde proviera a fama, o que se não provara.

Carta de Familiar de 10 de Maio de 1757.

José — m. 81, n.^o 1198

- 552 **José Soares Mendes Tavares** — natural da freg. de *S.^{ta} Cruz de Alvarenga*, *Arouca*, e morador na *Quinta das Bouças*, da mesma freguesia; filho de *Pedro Mendes Tristão* e de *Francisca Soares*, naturais e moradores em *Alvarenga*; neto paterno de *Pedro Mendes* e de *Isabel Tristão*, naturais de *Trancoso*, freg. de *Alvarenga*, moradores nessa freguesia, e materno do capitão *Manuel Soares Tavares*, natural de *Casais*, *Alvarenga*, e de *Ana do Vale Quaresma*, natural da sua quinta das

Bouças e aí moradores; casado com Rosa de Pinho Tavares, natural de Carvalhais, Alvarenga, filha de Manuel João, natural da freg. de S. Miguel de Canelas, Arouca, e de Mariana de Pinho Tavares, natural de Trancoso, Alvarenga, neta paterna de Brás João, natural de Espiunca, freg. de S. Martinho, Arouca, e de Maria Rodrigues, natural de Canelas, e aí moradores, e materna de Manuel Tavares, natural de Trancoso, e de Catarina de Pinho, natural de Dornelas, freg. de S.^{ta} Maria de Baltar, Cabril, moradores em Trancoso.
Carta de Familiar de 9 de Abril de 1753.

José — m. 69, n.º 1044

- 553 **P.º Frei José de Sousa** — religioso carmelita e prior do seu convento em Lisboa; natural da cidade do Porto; filho de Manuel de Sousa Machado e de Maria Moreira da Conceição, naturais do Porto, respectivamente das fregs. da Sé e de S. Nicolau, e aí moradores; neto paterno de André Gonçalves, natural de Cristelos, Lousada, e de Maria de Sousa, natural da freg. de S.^{ta} Eulália do Banho, S.^{ta} Cruz de Ribatãmega, moradores no Porto, e materno de *António João, natural de Vila Cova, freg. de S. Miguel da Junqueira, Vale de Cambra, e morador, quando solteiro, na freg. de S. Pedro de Castelões, Vale de Cambra, e de Francisca Moreira, natural da freg. de S. Nicolau do Porto, e aí moradores na rua das Congostas; sobrinho materno do P.º Mestre Frei António de Almeida, religioso da Ordem de S. Domingos, Qualificador do S.^{to} Ofício.*

Provisão de Qualificador de 27 de Abril de 1707.

José — m. 112, n.º 2555

- 554 **José de Sousa Rocha** — *natural e morador na freg. de N.^a Sr.^a da Apresentação da vila de Aveiro; filho de Inácio de Sousa e de Isabel Dias, moradores em Aveiro, freg. de N.^a Sr.^a da Apresentação; neto paterno de João de Sousa e de Margarida de Oliveira, moradores na freg. de S.^{ta} Marinha de Vila Nova de Gaia, e materno de Manuel da Rocha, o «Grande», e de Maria da Rocha, naturais e moradores em Aveiro, bisneto materno de Sebastião da Rocha, filho de Manuel da Rocha do Alpendre e de Maria Nunes, naturais de Verdemilho, freg. de S. Pedro de Fins de Aradas, Aveiro, e de Maria João, natural de Aveiro, e aí moradores; ajustado para casar, em 1706, com Mariana de Azevedo, natural e moradora em Aveiro, filha de João de Azevedo e de Maria*

HABILITAÇÕES DO SANTO OFÍCIO

Ribeira, também naturais e moradores em Aveiro, neta paterna de Silvestre António, natural da freg. de S. Salvador de Ílhavo, e de Ana André, natural de Aveiro, e aí moradores, e materna de António Gomes, natural da vila da Feira, freg. de S. Nicolau, e de Joana Ribeira, natural da vila de Esgueira, freg. de S.^{to} André, Aveiro.

Carta de Familiar de 10 de Maio de 1706.

José — m. 15, n.º 260

- 555 **José de Sousa Valdês** — Juiz de tora na vila de Almada; filho do capitão António de Sousa, capitão das ordenanças, corretor de número de Lisboa, e de Catarina Pedrosa, moradores em Lisboa, freg. de S.^{ta} Catarina; neto paterno de Vicente Luís e de Francisca de Sousa, da freg. de N.^a Sr.^a da Conceição de Lisboa, e materno de Mateus Dinis, filho de António Fernandes, de Loures, e de Ana Dinis, de Fanhões, e de Maria Pedrosa, moradora com seu marido em Loures, filha de *Pedro Jorge, da freg. de S. Pedro de Castelões, Vale de Cambra*, e de Catarina Fernandes, de Loures; sobrinho paterno de Mariana de Sousa, casada com João Galvão, Familiar do S.^{to} Offício, tendo outra sua tia casada com Manuel Gomes da Faria, também Familiar do S.^{to} Offício; ajustado para casar, em 1727, com sua sobrinha D.^{ca} Maria Micaela de Sousa Valdês Sá Pereira, natural de Pedrógão Grande, filha de António de Sousa Valdês, Familiar do S.^{to} Offício, e de D. Joana Maria Neves de Oliveira Craveiro, moradores em Pedrógão Grande, neta paterna de Luís de Sousa Valdês, igualmente Familiar, e de D. Luísa de Sá Pereira, e materna do Des.^{or} Mateus das Neves Lampreia, de Pombal, e de Maria Luísa de Oliveira, de Pedrógão.

Carta de Familiar de 3 de Setembro de 1706.

José — m. 16, n.º 259

- 556 **Jesé Tavares de Bastos Coelho** — lavrador das suas fazendas; *natural e morador na freg. de Santiago de Ribeira de Frágoas, Albergaria-a-Velha*, filho de João Tavares e de sua primeira mulher Ana de Bastos, *naturais e moradores em Ribeira de Frágoas*; neto paterno de Domingos Henriques, *natural de Brunhido, freg. de S. Pedro de Valongo, Águeda*, e de Domingas João, *natural de Casaldelo, Ribeira de Frágoas*, e materno de Manuel de Bastos e de Catarina André, *naturais de Ribeira de Frágoas*; casado com Águeda Marques,

igualmente *natural de Ribeira de Frágoas*, filha de *Manuel Marques* e de *Ana Marques*, *naturais e moradores em Ribeira de Frágoas*, neta paterna de *Manuel Marques*, *natural de Alviães, freg. de S.^{ta} Marinha de Palmaç, Oliveira de Aземéis*, e de *Domingas Manuel*, *natural de Ribeira de Frágoas*, e materna de *Simão Tomé* e de *Maria Marques*, também *naturais de Ribeira de Frágoas*.

Carta de Familiar de 30 de Março de 1764.

José — m. 97, n.º 1401

- 557 **José Tavares do Espírito Santo** — natural e morador na freg. de S.^{ta} Marinha de Vila Nova de Gaia; filho de *Manuel Tavares*, *natural da Póvoa de Reguenga, freg. de S. Miguel de Urró, Arouca*, e de *Ana de S. José* e *Sousa*, *natural de Vila Nova de Gaia*, e aí moradores; neto paterno de *Manuel Tavares*, *natural de Urró*, e de *Sebastiana de Jesus*, *natural de Provesende, freg. de N.^a Sr.^a da Conceição de Rossas, Arouca*, moradores em *Urró*, e materno de *Manuel Gonçalves*, *natural da freg. de S.^{ta} Marinha de Vila Nova de Gaia*, e de *Madalena de S. José*, *natural da freg. de S. Salvador de Grijó*, moradores em *Vila Nova de Gaia*, casado com *Maria Vitória*, *natural do Porto, freg. de N.^a Sr.^a da Vitória*, filha de *Francisco José da Silva Vieira* e de *Maria Joana*, *naturais e moradores na freg. da Vitória do Porto*, neta paterna de *José da Silva*, *natural da freg. de Santiago de Lobão, Feira*, e de *Luísa Maria*, *natural do Porto, freg. de S. Nicolau*, e moradores na mesma cidade, e materno de *António Vieira* e de *Maria da Mota*, *naturais e moradores na freg. de S. Nicolau do Porto*.

Carta de Familiar de 28 de Fevereiro de 1810.

José — m. 172, n.º 4143

- 558 **José Tavares de Lemos** — que vivia da sua fazenda; *natural e morador na freg. de S.^{ta} Cruz de Albergaria-a-Velha*; filho de *Manuel Fernandes* e de *Maria Tavares*, *naturais e moradores em Albergaria-a-Velha*; neto paterno de *Pedro Fernandes* e de *Catarina João*, *naturais e moradores em Albergaria-a-Velha*, e materno de *João Tavares*, *natural da freg. de S.^{ta} Eulália de Vale Maior, Albergaria-a-Velha*, e de *Antónia Marques de Lemos*, *natural de Albergaria-a-Velha*, e aí moradores; casado com *Brites Maria*, *natural da freg. de S. Cristóvão de Macinhata do Vouga, Águeda*, filha de *António João* e de *Catarina Nunes*, neta paterna de *João Afonso* e de *Maria Antónia*, *todos naturais e mora-*

dores em *Macinhata do Vouga*, e materna de *Marcos Fernandes*, natural de *Vale Maior*, e de *Maria Nunes*, natural de *Alviães*, freg. de *S.^{ta} Marinha de Palmaç*, *Oliveira de Aземéis*, e moradores em *Macinhata do Vouga*.

Carta de Familiar de 10 de Março de 1735.

José — m. 38, n.º 613

- 559 **José Tavares de Oliveira** — homem de negócio; natural de Lisboa, freg. de *S.^{ta} Maria Madalena*, e morador por detrás da referida igreja; filho de *Domingos Tavares de Oliveira*, mestre confeitoiro, natural do *Souto do Chão*, freg. de *S. João Baptista de Rocas*, *Sever do Vouga*, e de *Joana Maria da Luz*, natural de *Sintra*, freg. de *S. Martinho*, moradores em Lisboa, por detrás da igreja de *S.^{ta} Maria Madalena*; neto paterno de *Estêvão Tavares*, lavrador, natural da freg. de *S.^{to} Estêvão do Couto de Esteves*, *Sever do Vouga*, e de *Catarina Tavares*, natural do *Souto do Chão*, e aí moradores, e materno de *João Vicente de Brito*, confeitoiro, natural de Lisboa, freg. de *S. Julião*, filho de *Marcos Vicente*, sapateiro, e de *Maria Francisca*, e de *Marta dos Santos*, natural da freg. de *S. Vicente de Vila Franca de Xira*, moradora com seu marido em *Sintra*, filha de *António Leal*, barbeiro, e de *Luzia de Crasto*.

Carta de Familiar de 25 de Abril de 1740.

José — m. 45, n.º 726

- 560 **José de Távora e Noronha** — natural e morador na cidade do Porto; filho de *António de Távora e Noronha Leme Cernache*, moço fidalgo da Casa de *S. Mag.^{de}*, natural da quinta e freg. de *S.^{ta} Eulália de Macieira de Sarnes*, *Oliveira de Aземéis*, e de *D. Micaela Antónia Freire*, natural da freg. de *S. Pedro de Miragaia*, Porto, e aí moradores; neto paterno de *Jerónimo de Távora e Noronha Leme e Cernache*, moço fidalgo da Casa de *S. Mag.^{de}*, natural da quinta do Campo Belo de *Vila Nova de Gaia*, e de *D. Maria Inês Ribeiro*, natural de *Macieira de Sarnes*, e aí moradores, e materno de *Roque Peres Picão*, cavaleiro professo da Ordem de Cristo, fidalgo da Casa de *S. Mag.^{de}*, e de *D. Isabel Freire*, naturais do Porto, respectivamente das fregs. de *S. Pedro de Miragaia* e de *S. Nicolau*; sobrinho-neto materno do *P.^o João Freire Antão*, deão da Sé do Porto.

Carta de Familiar de 28 de Abril de 1727.

José — m. 29, n.º 471

- 561 **José Vicente** — confeitheiro; natural de Lisboa, freg. de S.^{ta} Maria Madalena, e morador na Confeitaria; filho de *Manuel Vicente, natural da Portela, freg. de S. João Baptista de Rocas do Vouga, Sever do Vouga*, e de Eugénia Maria, natural de Lisboa, freg. da Madalena, e moradores na Confeitaria; neto paterno de *António de Basto* e de *Maria Vicente, naturais e moradores em Portela*, e materno de *Domingos Ferreira, natural da freg. de S. Salvador da Carregosa, Oliveira de Aze-meis*, e de Violante de Moura, natural de Lisboa, freg. de S. Julião, moradores ao Pelourinho Velho, freg. da Madalena; casado com Luísa Maria Vilela, natural de Lisboa, freg. da Madalena, filha de Pedro Vilela, livreiro, Familiar do S.^{to} Ofício, natural de Vilela, freg. de S.^{to} André do Rio Douro de Cabeceiras de Basto, e de Maria da Encarnação, natural de Lisboa, freg. de S.^{ta} Justa, moradores na da Madalena, neta paterna de João Francisco, morador com sua mulher em Vilela, filho de Gervázio Francisco e de Maria Afonso, de Boadela, freg. de S.^{ta} Marinha de Pedraça, Cabeceiras de Basto, e de Maria Barroca, filha de Salvador Afonso e de Maria João, de Samão, freg. de S.^{ta} Maria de Cabeceiras de Basto, e materna de Cristóvão da Silva, natural de Almargem do Bispo, filho de Pedro João e de Encensa Antunes, de Almargem do Bispo, e de Maria Dias, natural de Colares, moradora com seu marido em Lisboa, à porta da Sé, filha de António Dias, de Mofacem, freg. de N.^a Sr.^a do Monte da Caparica, e de Domingas Fernandes, de Colares, freg. de N.^a Sr.^a da Assunção.

Carta de Familiar de 20 de Março de 1709.

José — m. 18, n.º 317

- 562 **José Vieira de Azevedo** — homem de negócio; *natural da freg. de S.^{ta} Maria de Sardoura, Castelo de Paiva*, e morador na rua da Fonte Taurina, freg. de S. Nicolau do Porto; filho de *Frutuoso Vieira, natural do Casal, junto a Arroiteia, freg. de S.^{ta} Maria de Fermedo, Arouca*, e de *Teresa de Jesus, natural da freg. de S.^{ta} Maria de Sardoura, e aí moradores*; neto paterno de *João Fernandes, natural de Reguenga, Fermedo* ⁽¹⁾, e de *Antónia Gonçalves, natural de Fermedo*, e materno de *Manuel de Azevedo* e de *Suzana Fernandes, naturais de Sardoura*; casado com Ana Maria da Graça, natural da Fonte Taurina, filha de Diogo de Matos Serpa, natu-

(1) Actualmente da freg. de Romariç, Feira.

ral da freg. de S. Dionísio de Vila Real, e de *Teresa Moreira, natural de Leira, freg. de S.^{to} Andre de Escariç, Arouca*, neta paterna de Dionísio Francisco e de Bárbara Coelho, naturais de Vila Real, freg. de S. Dionísio, e aí moradores, e materna de *João Francisco e de Francisca Moreira, naturais e moradores em Escariç.*

Carta de Familiar de 21 de Abril de 1761.

José — m. 86, n.º 1264

- 563 **José Vieira Pinto de Almeida Pereira** — bacharel formado na Universidade de Coimbra na Faculdade de Cânones e advogado em Lisboa; natural do Caniçal, freg. de S.^{ta} Maria Madalena, Tomar, e morador na rua Nova da Palmeira, freg. de S. José de Lisboa, em casa de seu pai; filho do capitão Caetano de Siqueira Pinto de Almeida, natural do Outeiro, freg. de S.^{ta} Leocádia de Travanca do Douro, e de Maria Josefa da Assunção e Melo, natural de Alenquer, freg. de N.^a S.^a da Assunção de Triana; neto paterno de *João de Almeida Pereira, natural da quinta do Real, freg. de S. Miguel do Souto, Feira*, filho de *Rodrigo de Almeida Pereira* e de *Maria Moreira da Costa, da citada quinta do Real*, e de *Mariana de Siqueira Pinto, natural de Trancoso, freg. de S.^{ta} Cruz de Alvarenga, Arouca*, filha do *Dr. Gonçalo de Siqueira Pinto* e de *Maria Pessoa, da quinta de Vilela*, e materno de Manuel Fernandes, natural da freg. de N.^a Sr.^a da Graça, Viseu, filho de Manuel Fernandes e de Madalena Francisca, de Viseu, freg. de N.^a Sr.^a da Graça, que fora primeira vez casado com Catarina Rodrigues, da freg. de N.^a Sr.^a da Assunção de Setúbal, e de Vicência de Melo, natural de Alenquer, filha de João de Melo e de Maria João, da rua de Triana, Alenquer; sobrinho neto do *P.^o Francisco Vieira Pinto, reitor da igreja de S. Pedro de Valongo, Agueda*, e mais tarde abade em Tendais. Comissário do S.^{to} Ofício, que era irmão do citado Dr. Gonçalo de Siqueira Pinto; ajustado para casar, em 1755, com Ana Joaquina Havoës, natural da cidade de Corque, Irlanda, e moradora na rua dos Odreiros, em casa de seu cunhado Francisco Maria Pacheti, filha de Guilherme Havoës e de Isabel Havoës, neta paterna de Noé Havoës e de Maria Havoës, e materna de João Reynes e de Maria Reynes, todos do Reino da Irlanda.

Carta de Familiar de 8 de Fevereiro de 1754.

José — m. 72, n.º 1079

- 564 **Frei José Xavier de Vasconcelos** — freire conventual da Ordem Militar de S. Bento de Aviz e prior da igreja de S. Bartolomeu de Vila Viçosa, com actos grandes na Faculdade dos Sagrados Cânones da Universidade de Coimbra. colegial do Colégio das Ordens Militares; *natural da freg. de Santiago da Moita, termo da vila de Ferreiros* ⁽¹⁾, *Anadia*; filho do *Dr. José da Fonseca e Silva*, natural de Monte de Lobos, freg. de Pala, e de *D. Luísa Maria Vicência de Vasconcelos, natural de Pedações, freg. de N.ª Sr.ª da Assunção de Lamas, Águeda*; neto paterno do capitão Pedro da Fonseca e Silva, natural de Monte de Lobos, e de D. Mariana da Silva Henriques, natural de Pala, Mortágua, e aí moradores, e materno de *António de Arzila e Vasconcelos, natural de Pedações*, e de *D. Maria Pinto de Carvalho, natural de Águeda, moradores em Pedações*.

Provisão de Deputado da Inquisição de Coimbra, com ordenado, de 20 de Abril de 1743.

José — m. 121, n.º 2632

- 565 **Lic.º Julião de Figueiredo** — ex-juiz de fora em Castelo Novo e Lamego; natural de Pedrógão Pequeno e *morador em Aveiro*; filho de Fernão Lopes e de Catarina Jorge de Figueiredo, naturais e moradores em Pedrógão Pequeno; neto paterno de Fernão Lopes e de Leonor Álvaro, e materno do capitão Jorge Pires de Figueiredo e de Domingas Martins, todos naturais de Pedrógão Pequeno; casado com *Isabel Pinta, natural de Aveiro*, filha de *Bartolomeu Afonso Picado, natural de Eixo, freg. de S.º Isidoro, Aveiro*, e de *Isabel Dias Pais, natural de Aveiro, e aí moradores*, irmã de soror *Jacinta da Cruz*, religiosa do *Mosteiro de Jesus de Aveiro*.

Informação para Familiar de 26 de Janeiro de 1634.

Julião — m. 1, n.º 1

(*Continua*)

JORGE HUGO PIRES DE LIMA

1.º Conservador do Arq. Nac. da Torre do Tombo

UA/LC	
N.º	957
Data	12/1 /1982

(1) Actualmente lugar da *freg. da Moita*.

A REVOLUÇÃO LIBERAL DE 1828

CARTAS HISTÓRICAS

I—CAUSAS DA REVOLUÇÃO DE 1828

O multi-secular regime absoluto em Portugal foi abolido pela revolução liberal de 24 de Agosto de 1820 realizada na cidade do Porto sob a chefia de MANUEL FERNANDES TOMÁS. Desta revolução resultou a Constituição política democrática de 1822.

O rei D. JOÃO VI acatou o novo regime constitucional mas os partidários do velho regime absoluto não se conformaram com a mudança política realizada, e chefiados pelo infante D. MIGUEL apoiado por sua mãe a rainha D. CARLOTA JOAQUINA, começaram a conspirar em todo o país contra o novo regime que afectava principalmente a importância e privilégios da velha nobreza.

A rainha e o infante D. Miguel recusaram-se a jurar a Constituição.

*

Por decreto de 6 de Dezembro de 1816 D. João VI erigiu o Brasil em reino, declarando-o *unido* a Portugal e Algarves. Formou-se assim o *Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves*.

Porém, em 7 de Setembro de 1822, o Brasil em rebeldia torna-se independente de Portugal, e em 12 de Outubro é aclamado imperador do Brasil o príncipe D. PEDRO DE ALCÂNTARA, filho primogénito do rei D. JOÃO VI, é irmão do infante D. MIGUEL.

O Brasil queria seguir o regime liberal e por isso o imperador D. PEDRO lhe outorgou uma Constituição política em 25 de Março de 1824 ⁽¹⁾.

(¹) O príncipe D. PEDRO, cujo nome era DOM PEDRO DE ALCÂNTARA DE BRAGANÇA E BOURBON, casou a 6 de Novembro de 1817 com D. MARIA LEOPOLDINA, Arquiduquesa da Áustria, filha do imperador FRAN-

ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

«A VILAFRANCADA» — TRIUNFO DE D. MIGUEL

No dia 27 de Maio de 1823 rebentou em Lisboa uma revolta militar chefiada pelo infante D. Miguel. Os revoltosos seguiram imediatamente para Vila Franca de Xira para aclamarem o absolutismo.

O infante D. Miguel aqui assinou uma proclamação em que declara ter resolvido derrubar o sistema constitucional. D. João VI, receando ser destronado, foi a Vila Franca no dia 30 de Junho conferenciar com seu filho D. Miguel. Este impôs condições vexatórias para o rei. Assim, por decretos de D. João VI do mesmo dia, foi D. Miguel nomeado comandante em chefe do exército, e nomeado outro ministério assim constituído:

Guerra — general Manuel Inácio Martins Pamplona (1)
Negócios estrangeiros — conde de Palmela (2)
Reino — Joaquim Pedro Gomes de Almeida
Justiça — Manuel Marinho Falcão de Castro
Fazenda — João Xavier Mousinho da Silveira

D. Miguel e a sua facção realista tinham triunfado. Este movimento revolucionário ficou conhecido na História pela designação de *Vilafrancada*.

No dia 2 de Junho do mesmo ano são suspensas as cortes e no dia 3 D. JOÃO VI é obrigado a fazer uma proclamação contra a *Constituição* de 1822.

De facto estava restaurado o regime absoluto em Portugal, e os liberais sem possibilidade de resistência. D. JOÃO VI era novamente rei absoluto.

Por decreto de 20 de Junho foram ordenadas devassas no país contra os liberais.

CISCO I e irmã de MARIA LUÍSA, imperatriz da França pelo seu matrimónio com NAPOLEÃO. D. MARIA LEOPOLDINA faleceu a 11 de Dezembro de 1826.

Deste matrimónio teve o príncipe D. PEDRO vários filhos, entre os quais D. PEDRO e D. MARIA DA GLÓRIA, nascida esta em 1819.

O príncipe D. PEDRO casou em segundas núpcias com a princesa bávara D. AMÉLIA EUGÉNIA DE LEUCHTENBERG, filha do príncipe EUGÉNIO DE BEAUHARNAIS.

(1) Foi agraciado por decreto de 3 de Julho de 1823 com o título de *conde de Subsevera*.

(2) De nome D. PEDRO DE SOUSA HOLSTEIN. Nasceu em Turim, em 1781. Entrou no serviço militar como cadete no regimento de infantaria de Lippe. Em 11 de Abril de 1811 foi agraciado com o título de *conde de Palmela*. E em 3 de Julho de 1823 foi agraciado com o título de *marquês de Palmela*. Em 1833 foi agraciado com o título de *duque de Palmela*. Faleceu a 12 de Outubro de 1850.

A REVOLUÇÃO LIBERAL DE 1828

ACLAMAÇÃO EM AVEIRO DE D. JOÃO VI REI ABSOLUTO

A aclamação de D. JOÃO VI rei absoluto em Vila Franca e Lisboa levou outras terras a fazerem análoga aclamação.

No Porto fez-se o pronunciamento militar e aclamação no dia 4 de Junho.

Interessa-nos particularmente saber o que se passou na cidade de Aveiro.

No dia 4 de Junho de 1823, à tarde, realizou-se o pronunciamento absolutista em Aveiro, no largo fronteiro aos Paços do Concelho, com repique de sinos, foguetes, e vivas a D. JOÃO VI rei absoluto, à rainha D. CARLOTA JOAQUINA, ao infante D. MIGUEL e à santa religião, levantados pelo barão de Vila Pouca ⁽¹⁾, mandado para Aveiro nesta ocasião por JOSÉ AUGUSTO LEITE PEREIRA DE MELO, coronel reformado das milícias da Maia, um dos chefes dos revoltosos absolutistas do Porto.

Depois reuniram-se na casa da Câmara o juiz de fora, os vereadores, membros do clero e nobreza, e muitos indivíduos das classes populares.

Foram dados vivas a D. JOÃO VI rei absoluto, e em seguida foi lida uma proclamação em que se declarava abolida a Constituição e restituídos os inauferíveis direitos de rei absoluto e senhor de Portugal a D. JOÃO VI.

Forças militares tomaram parte nesta aclamação, e dela se lavrou a seguir um auto. Neste se declarou que se fizera a aclamação de D. JOÃO VI em Aveiro, por a tropa e o povo da cidade de Lisboa e outras cidades e vilas até Coimbra já terem aclamado D. JOÃO VI rei absoluto.

Finalmente assumiu o governo civil e militar de Aveiro o barão de Vila Pouca.

O juiz de fora CAETANO XAVIER PEREIRA BRANDÃO, o provedor da comarca CARLOS CARDOSO DE MONIZ DE CASTELO BRANCO BACELAR, e o comandante de Caçadores 10 ANTÓNIO DE AZEVEDO E CUNHA, foram logo demitidos dos seus cargos.

Na devassa que se fez na comarca de Aveiro nos termos do decreto de 20 de Junho de 1823 contra os liberais, entre outros foi incluído JOAQUIM JOSÉ DE QUEIRÓS, desembargador da Relação da Bahia, em serviço na Relação do Porto, e morador no lugar de Verdemilho, próximo da cidade de Aveiro. Mas esta devassa não teve consequências prejudiciais.

(1) RODRIGO DE SOUSA TEIXEIRA DA SILVA ALCOFORADO que possuía em Aveiro um vínculo importante.

ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

A ABRILADA — O EXÍLIO DE D. MIGUEL

Os absolutistas, porém, não tinham conseguido tudo o que desejavam, pois o rei D. JOÃO VI continuava a mostrar-se benévolo com os liberais, e pensava em outorgar uma nova constituição ao reino, no que era apoiado principalmente por dois dos seus ministros, o marquês de Palmela e o conde de Subsera, os quais os absolutistas não viam com bons olhos.

Então, na noite de 29 para 30 de Abril de 1824 D. MIGUEL reúne as tropas em Lisboa e faz prender diversos ministros e pessoas importantes, e até seu próprio pai D. JOÃO VI, no palácio da Bemposta. Parece que D. MIGUEL tinha em vista obrigar o rei a abdicar da coroa de Portugal nele. Este movimento foi denominado *A Abrilada*.

Em face de tão grave acontecimento, o corpo diplomático convocado pelo embaixador francês em Lisboa, HYDE DE NEUVILLE, fez libertar D. JOÃO VI, e este foi recolhido no dia 9 de Maio a bordo da nau inglesa Windsor Castle, surta no Tejo, na qual assinou um decreto pelo qual D. MIGUEL foi demitido de comandante em chefe do exército e era exilado para França.

No dia 13 embarcou na fragata portuguesa *Pérola* que o levou para Brest, donde seguiu para Paris.

Mais tarde, mas sem autorização do governo português, partiu para a corte de Viena de Áustria onde ficou a viver exilado.

Surpreendidos por estes acontecimentos, os absolutistas também chamados agora *miguelistas*, suspenderam as suas actividades revolucionárias.

ÚLTIMOS TRABALHOS IMPORTANTES DE D. JOÃO VI

O rei D. JOÃO VI cansado de muitos trabalhos e sucessivos desgostos, sentia que já pouco tempo teria de vida.

A questão da independência unilateral do Brasil em 1822 ainda estava por resolver. Por isso, ele deliberou reconhecer esta independência pela carta de lei de 15 de Novembro de 1825, mediante certas condições que foram aceites pelo novo Estado brasileiro.

E em 6 de Março de 1826 publicou D. JOÃO VI outro decreto pelo qual nomeava como seu sucessor na Coroa de Portugal seu filho primogénito D. PEDRO DE ALCÂNTARA, imperador do Brasil, e criava em Lisboa uma regência para Portugal, presidida pela infanta D. ISABEL MARIA, que assumiria as suas funções logo que ele falecesse.

D. JOÃO VI poucos mais dias viveu, pois faleceu a 10 de Março de 1826.

* * *

D. PEDRO IV, REI DE PORTUGAL

Tendo falecido D. JOÃO VI, logo ficou sendo legalmente rei de Portugal o imperador D. Pedro do Brasil, e a Regência presidida pela infanta D. ISABEL MARIA assumiu o governo da Nação.

Imediatamente fez aclamar em Lisboa o príncipe herdeiro D. Pedro de Alcântara rei de Portugal. Este ficou sendo então D. PEDRO IV rei de Portugal e D. PEDRO I, imperador do Brasil.

Estava realizado o veemente desejo de D. JOÃO VI, pois continuava a aliança espiritual e política de Portugal e Brasil.

No entanto, os absolutistas ficaram desiludidos e irritados pelo modo como foi feita a sucessão de D. JOÃO VI, pois queriam que o seu sucessor fosse o infante D. MIGUEL, por princípios políticos e por ser seu irmão D. Pedro já soberano de um país estrangeiro — o Brasil.

*

O imperador D. PEDRO, no Rio de Janeiro, capital do Brasil, tratou imediatamente de normalizar a situação política de Portugal como rei deste país, por meio de uma nova Constituição política.

Por isso, em 29 de Abril de 1826 decretou e outorgou aos portugueses a *Carta Constitucional da Monarquia Portuguesa*.

Dizia esta no seu artigo 4.º:

O seu Governo é monárquico, hereditário e representativo.

E no artigo 5.º:

Continua a Dinastia Reinante da Sereníssima Casa de Bragança na Pessoa da SENHORA PRINCESA DONA MARIA DA GLÓRIA, pela abdicação e cessão de Seu Augusto Pai o SENHOR DOM PEDRO I, IMPERADOR DO BRASIL, Legítimo Herdeiro e Sucessor do SENHOR DOM JOÃO VI.

E ainda no artigo 14.º:

As Cortes compõem-se de duas Câmaras: Câmara dos Pares e Câmara de Deputados.

E no artigo 86.º:

A SENHORA DONA MARIA II, POR GRAÇA DE DEUS e formal Abdicação e Cessão do SENHOR DOM PEDRO I, IMPERADOR DO BRASIL, reinará sempre em Portugal.

O governo inglês de então que tinha CANNING como primeiro ministro, deu todo o apoio à CARTA CONSTITUCIONAL e a D. PEDRO IV.

D. MARIA II RAINHA DE PORTUGAL

Logo no dia 2 de Maio do mesmo ano, D. PEDRO abdicou dos seus direitos à coroa de Portugal em sua filha D. MARIA DA GLÓRIA, princesa do Grão Pará, ainda de menor idade, mas ficou tutor dela, e regente do reino.

D. MARIA DA GLÓRIA era agora Rainha de Portugal sob o nome de D. MARIA II.

A Carta Constitucional chegou a Lisboa em 2 de Julho de 1826.

Contra a vontade dos absolutistas, a Carta Constitucional foi jurada no Porto em 31 de Julho de 1826 por imposição do general JOÃO CARLOS DE SALDANHA, governador das Armas do Porto, e em Lisboa e no resto do país por ordem da Regência presidida pela infanta D. ISABEL MARIA.

Depois foi formado o novo governo constitucional, com os seguintes ministros, nomeados por decretos publicados em 3 de Agosto de 1826:

FRANCISCO MANUEL TRIGOSO DE ARAGÃO MORATO, reino.
D. FRANCISCO DE ALMEIDA PORTUGAL, estrangeiros.
BARÃO DO SOBRAL (HERMANO), fazenda.
INÁCIO DA COSTA QUINTELA, marinha.
PEDRO DE MELO BREYNER, justiça.
JOÃO CARLOS DE SALDANHA, guerra.

Este governo procedeu à eleição de deputados e as Cortes abriram em 30 de Outubro de 1826.

Pela província da Beira a que pertencia a comarca de Aveiro, foram eleitos: o desembargador Joaquim José de Queirós, o desembargador Francisco António Gravito da Veiga e Lima, e Vitorino Barreto Feio.

Estava restaurado o regime constitucional em Portugal.

* * *

UMA TENTATIVA DE CONCILIAÇÃO

Os absolutistas ou realistas não transigiam com o novo regime, e como continuavam a ocupar os principais cargos do Estado, contrariavam violentamente a política do governo constitucional, chegando mesmo a exigir perseguições para os liberais.

Para eles era SALDANHA o seu maior inimigo.

A situação política tornou-se confusa e até perigosa para os constitucionais, embora o infante D. Miguel continuasse exilado em Viena de Áustria.

A Inglaterra e a Áustria entablaram então negociações diplomáticas com a corte do Rio de Janeiro para D. Miguel regressar a Portugal e ser investido na Regência sob certas condições, a principal das quais era efectuar-se o seu casamento com sua sobrinha D. MARIA DA GLÓRIA. O infante concordou com este plano ⁽¹⁾.

D. PEDRO conferiu então a regência de Portugal a seu irmão D. MIGUEL na qualidade de seu lugar-tenente neste país, por decreto de 3 de Julho de 1827, publicado na *Gazeta de Lisboa* de 24 de Setembro, com as condições de este jurar a Carta Constitucional ainda em Viena de Áustria e aqui efectuar também os seus esponsais com D. MARIA DA GLÓRIA, na qualidade de rainha de Portugal, devendo o infante D. MIGUEL ratificar estes dois actos em Portugal quando regressasse.

D. MIGUEL REGENTE DE PORTUGAL

D. MIGUEL, em Viena, prestou juramento à Carta Constitucional nas mãos do barão de Vila Seca e do visconde de Resende, ambos embaixadores na corte de Viena, o primeiro de Portugal, e o segundo do Brasil, e também lá efectuou os seus esponsais com D. MARIA DA GLÓRIA.

Em seguida saiu de Viena em 6 de Dezembro de 1827 para vir assumir a regência de Portugal. Veio por Paris e pela Inglaterra onde foi muito bem acolhido, e entrou finalmente em Lisboa a 22 de Fevereiro de 1828. Foi recebido nas ruas festivamente pelos absolutistas com gritos: *Viva D. Miguel I rei absoluto*.

O marquês de Palmela era então embaixador de Portugal na corte de Londres, e o duque de Wellington era o 1.º ministro de Inglaterra desde 8 de Janeiro de 1828.

(1) D. MIGUEL nasceu em Queluz a 26 de Outubro de 1802 e faleceu em Brombach (Alemanha), a 14 de Novembro de 1866.

No dia 26 D. Miguel renovou no Paço da Ajuda, na presença das duas Câmaras, o juramento que já havia feito em Viena de fidelidade a D. Pedro e D. Maria II como legítimos reis de Portugal, e à Carta Constitucional.

Efectuado este juramento, D. PEDRO, por decreto de 3 de Março de 1828, deu por completa a abdição da coroa portuguesa em favor de sua filha D. MARIA DA GLÓRIA, e confirmou a nomeação do infante D. MIGUEL para regente de Portugal.

Importa notar que D. MIGUEL afinal não ratificou em Portugal os seus esponsais com D. MARIA DA GLÓRIA. Basta este facto para provar que ele queria ser rei absoluto de Portugal, ou a facção miguelista lho impunha. Os futuros acontecimentos totalmente o comprovam.

* * *

A CAMINHO DO ABSOLUTISMO.
O GOVERNO DISSOLVE A CÂMARA DOS DEPUTADOS

Sem dúvida, D. MIGUEL e o partido absolutista queriam derubar o regime constitucional de D. PEDRO e D. MARIA II. Com effeito, logo que ascendeu a regente do reino, o infante D. MIGUEL substituiu immediatamente o ministério e nomeou outro fundamentalmente absolutista, constituído por:

DUQUE DO CADAVAL⁽¹⁾; JOSÉ ANTÓNIO DE OLIVEIRA LEITE DE BARROS (*depois conde de Basto*); FURTADO DO RIO DE MENDONÇA; CONDE DE VILA REAL⁽²⁾ e CONDE DA LOUSÃ⁽³⁾.

Os absolutistas ou realistas exultavam de contentamento e os liberais sentiam-se vexados e oprimidos. Logo começaram as demissões de officiaes do exército que professavam ideias liberais, e de um modo geral, perseguições aos liberais civis ou militares, os quais se viram obrigados a emigrar para a Inglaterra. SALDANHA foi um deles.

(¹) 6.º deste título, D. NUNO CAETANO ÁLVARES PEREIRA DE MELO.

(²) 1.º deste título, D. JOSÉ LUÍS DE SOUSA BOTELHO MOURÃO E VASCONCELOS, nomeado por D. João VI, por decreto de 5 de Julho de 1823.

(³) 3.º deste título, D. DIOGO DE MENESES FERREIRA DE EÇA.

Finalmente, no dia 13 de Março de 1828, D. MIGUEL publicou um decreto dissolvendo a câmara dos deputados sem ordenar que se procedesse a novas eleições com a Carta exigia (art. 74, §. 4.).

Estavam indiscutivelmente em rápida marcha os preparativos para a aclamação de D. Miguel rei absoluto. Na verdade, muitas câmaras de concelhos fizeram representações a pedirem que o infante-regente fosse aclamado rei absoluto de Portugal, e algumas chegaram mesmo a aclamá-lo no dia 25 de Abril, dia do aniversário da rainha D. CARLOTA JOAQUINA, tais como as de Lisboa e de Aveiro.

*

A ACLAMAÇÃO DE D. MIGUEL EM AVEIRO

No dia 25 de Abril de 1828 pelas 10 horas da manhã, realizou-se na casa da Câmara uma sessão extraordinária, com a assistência do clero, nobreza e povo, o juiz de fora, presidente da Câmara JOSÉ DE SOUSA RIBEIRO PINTO, vereadores e procurador do concelho, e o tenente-coronel de infantaria 18 ANTÓNIO DA SILVA PINTO, miguelista ferrenho, governador militar interino da cidade de Aveiro e barra, propositadamente mandado para aqui pelo novo governador das Armas do partido do Porto, general Gabriel António Franco, para promover em Aveiro a aclamação de D. MIGUEL.

E por eles foi dito que pelas leis fundamentais da monarquia não podia o senhor D. PEDRO DE ALCÂNTARA governar Portugal por ter aceitado o império do Brasil e lá ter a sua corte; «e conhecendo ao mesmo tempo as altas prerrogativas que por aquele motivo pertencem à augusta pessoa do mui virtuoso e ínclito infante, o sereníssimo senhor o infante D. Miguel, filho do muito alto soberano imperador e rei, o senhor D. João VI de saudosa memória; de mui livres e espontâneas vontades aclamam o mesmo sereníssimo senhor infante D. Miguel rei absoluto de Portugal e Algarves e o reconhecem por seu legítimo soberano e rei; assim como o foram seus augustos predecessores de quem por legítima sucessão e inauferível direito herdou a coroa e lhe prometem e juram obediência e vassalagem como devem fazer na qualidade de fieis vassallos e prometem conservá-lo no trono de seus augustos antepassados à custa das suas próprias vidas e bens, e que assim o declaravam e protestavam cumprir» (1).

(1) Cf. MARQUES GOMES, *Aveiro Berço da Liberdade*, págs. 18 e 19. Porto, 1899.

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

*Assinaturas no auto da aclamação de D. Miguel em Aveiro,
a 25 de Abril de 1828:*

António da Silva Pinto, tenente-coronel e governador inte-
rino da cidade e barra de Aveiro

António Abranches Lobo de Figueiredo, provedor

António José Gravito da Veiga e Lima, coronel agregado do
regimento de milícias

José Maria Rangel de Quadros e Queiroz, proprietário

António Rangel de Quadros, correio-mor de Aveiro

Luís Estêvão Couceiro da Costa, comandante da 1.^a compa-
nhia de veteranos

Gabriel Lopes de Moraes e Maris Balacó, proprietário

Francisco de Alpoim Rangel de Queiroz, proprietário

João Agostinho Barbosa de Novais Rangel, bacharel e pro-
prietário

Manuel Xavier de Sousa, professor de retórica

José Lucas de Sousa da Silveira, professor de latim

Manuel Martins de Almeida Coimbra, cirurgião

Manuel Gomes Bezerra de Lima Abreu, desembargador

Francisco José de Pinho Ravara, escrivão da provedoria

José Maria Godinho Soares de Albergaria, escrivão da mesa
grande da Alfândega, e ainda outras assinaturas.

*

A ACLAMAÇÃO DE D. MIGUEL NO PORTO

Tendo chegado à cidade do Porto notícia destes factos, aqui resolveram os miguelistas que no dia 29 do mesmo mês se reali-
zasse uma vereação extraordinária.

E neste dia, pelas 11 horas da manhã, a Câmara do Porto com a assistência de todas as autoridades eclesiásticas, civis e militares, pessoas da nobreza e da governança, cidadãos e povo representado pelos seus juizes e mesteres da Casa dos Vinte e Quatro, aprovou uma proposta para que ela pedisse a D. MIGUEL anuisse a ser rei absoluto de Portugal. E em seguida os presen-
tes aclamaram D. MIGUEL rei de Portugal.

Os miguelistas pediam ao infante-regente D. Miguel que cingisse a coroa mas este declarava que somente o faria com o assen-
timento das cortes constituídas pelos antigos TRÊS ESTADOS DO REINO.

E assim succedeu passado pouco tempo.

*

O ÚLTIMO ACTO—CONVOCAÇÃO DOS TRÊS ESTADOS
PARA A ACLAMAÇÃO DE D. MIGUEL

Por decreto de 3 de Maio de 1828 foram convocados os *Três Estados do Reino*, à moda antiga, para que cada um deles em separado desse o seu voto acerca da aclamação de D. MIGUEL para rei absoluto.

É evidente que todos eles dariam voto favorável à desejada aclamação, pois que os procuradores a estas cortes seriam já escolhidos para tal fim.

A indignação dos liberais atingiu o auge, pois ninguém tinha dúvidas acerca da votação. D. MIGUEL usurpava a coroa a D. MARIA II, e seria D. MIGUEL I, rei absoluto de Portugal.

Os constitucionais só podiam evitar isto, fazendo imediatamente uma revolução que impedisse a reunião dos *Três Estados* e expulsasse D. MIGUEL do governo.

E a revolução surgiu, mas com deficiente preparação. Os principais vultos liberais civis e militares já tinham emigrado.

bibRIA

II—A REVOLUÇÃO DE 16 DE MAIO DE 1828

As aclamações de D. Miguel em Lisboa, Coimbra e Aveiro, a deliberação da câmara do Porto no dia 29 de Abril, em sessão extraordinária, para pedir a D. Miguel que se fizesse aclamar rei, e principalmente a próxima reunião das cortes determinada pelo decreto de 3 de Maio, para resolverem sobre a aclamação de D. Miguel como rei absoluto, excitaram ao máximo a indignação dos liberais, especialmente portuenses e aveirenses, e desenvolveram neles um forte espírito de revolta.

A reacção liberal já se vinha manifestando, embora timidamente, principalmente no norte e centro do país.

O centro da próxima revolução seria a cidade do Porto com o apoio inicial da cidade de Aveiro. Mas faltavam chefes militares de prestígio, visto que os principais, como Saldanha e o conde de Vila Flor⁽¹⁾, se encontravam na Inglaterra emigrados.

O desembargador da Relação do Porto JOAQUIM JOSÉ DE QUEIRÓS, ex-deputado e morador no lugar de Verdemilho, próximo de Aveiro, arvorou-se então em promotor da revolução.

Esta foi planeada por ele em Aveiro com o auxílio de alguns liberais da sua confiança, em reuniões de carácter secreto. QUEIRÓS pôs-se em comunicação com corpos militares de várias terras, solicitando a sua adesão ao movimento revolucionário em vista.

O batalhão de Caçadores 10 de Aveiro, do comando do coronel JOSÉ JÚLIO DE CARVALHO, prontamente deu a sua adesão, que foi muito importante por estar dependente desta, a adesão dos corpos militares do Porto, centro da revolução.

Tinha QUEIRÓS como agentes de ligação dele com as tropas do Porto, CLEMENTE DE MORAIS SARMENTO, sargento do batalhão de Caçadores 10; e MANUEL MARIA DA ROCHA COLMIEIRO, tenente-coronel do regimento de milícias de Aveiro.

Entre outros colaboradores do desembargador QUEIRÓS em Aveiro estavam:

FRANCISCO SILVÉRIO DE CARVALHO MAGALHÃES SERRÃO,
fiscal do contrato dos tabacos;

(1) ANTÓNIO JOSÉ DE SOUSA MANUEL DE MENEZES SEVERIM DE NORONHA, 7.º conde e 1.º marquês de Vila Flor e 1.º duque da Terceira. Nasceu em Lisboa em 1792 e lá faleceu em 1860.

A REVOLUÇÃO LIBERAL DE 1828

FRANCISCO MANUEL GRAVITO DA VEIGA E LIMA, desembargador dos agravos da Casa da Suplicação (1).

No Porto, o primeiro regimento a dar a sua adesão à revolução foi o de Infantaria n.º 6, do comando do coronel FRANCISCO JOSÉ PEREIRA.

Entre os revolucionários de Aveiro e do Porto foi estabelecido que a revolução começasse em Aveiro no dia 16 de Maio e no Porto, no dia 17. Mas por força das circunstâncias também começou aqui no dia 16.

A cidade do Porto seria o centro revolucionário, donde irradiaria a revolução.

INÍCIO DA REVOLUÇÃO EM AVEIRO. PRONUNCIAMENTO MILITAR E ACLAMAÇÃO DA RAINHA D. MARIA II

Na madrugada do dia 16 de Maio, em Aveiro e na casa do corregedor FRANCISCO ANTÓNIO DE ABREU E LIMA, reuniram-se o desembargador JOAQUIM JOSÉ DE QUEIROZ, MANUEL MARIA DA ROCHA COLMIEIRO, SILVÉRIO MAGALHÃES SERRÃO e o coronel JOSÉ JÚLIO DE CARVALHO, e aqui tomaram as últimas deliberações. Saíram em seguida, e logo o coronel Carvalho mandou tocar a oficiais.

Às sete horas da manhã o batalhão de caçadores 10 estava formado, e nas ruas já se ouviam vivas à Carta Constitucional, a D. PEDRO IV e à rainha D. MARIA II.

Os primeiros vivas foram dados por JOAQUIM JOSÉ DE QUEIROZ, na Praça do Comércio.

A seguir reuniram-se na Casa da Câmara a maioria dos oficiais do batalhão de caçadores 10, alguns dos vultos mais importantes do partido liberal, e vários populares. Ali depuseram a vereação e outras autoridades, nomearam outras, e proclamaram a soberania da rainha D. MARIA II.

A câmara era então constituída pelo juiz de fóra José de Sousa Ribeiro Pinto como presidente, pelos vereadores Bento José Mendes Guimarães, Domingos José Lopes de Carvalho e Bernardo Xavier de Carvalho Barbosa de Magalhães, e pelo procurador Agostinho José Pinheiro.

(1) Nasceu em Lisboa em 1776. Filho do desembargador FRANCISCO ANTÓNIO GRAVITO SIMÕES DA VEIGA, nomeado em 1780 Superintendente das obras da Barra de Aveiro.

Os constitucionais logo formaram outra câmara com:

Dr. Joaquim António Plácido, vereador mais velho em anos passados e presidente pela Ordenação por estar preso o juiz de fora; João Crisóstomo Gravito, José da Cunha Guimarães e João Nepomuceno da Silva, como vereadores; e Agostinho José Pinheiro como procurador do concelho.

Em seguida foi lavrado no livro das vereações o auto do acontecimento que foi ditado pelo desembargador Queiroz.

Neste auto declaram os presentes:

«De novo ratificam os juramentos que têm prestado de fidelidade e obediência ao nosso legítimo rei o senhor D. Pedro IV e à nossa legítima rainha D. Maria II, logo que se verifiquem as condições de abdicação do mesmo augusto senhor, e da mesma forma ratificam os juramentos que prestaram à Carta Constitucional de 29 de Abril de 1826, para a observarem e fazerem observar inteiramente.»

Quanto ao regente D. Miguel, diz o auto:

«Eles camaristas e mais pessoas abaixo assinadas deixam de o reconhecer como regente e protestam não lhe obedecer em cousa alguma nem a ordens dele dimanadas e isto enquanto el-rei o senhor D. Pedro IV não mandar o contrário, porque como fiéis súditos protestam e juram obedecer a essas determinações e como a senhora infanta D. Isabel Maria se acha coacta, e como prisioneira na corte de Lisboa, prometem e juram obedecer à regência provisória do reino, que haverá na cidade do Porto...»

Assinaram o auto 56 indivíduos entre os quais:

Joaquim António Plácido
João Crisóstomo Gravito
José da Cunha Guimarães
João Nepomuceno da Silva
Agostinho José Pinheiro
José Júlio de Carvalho, coronel graduado e comandante do dez de caçadores;
Francisco António de Abreu e Lima, corregedor
Pedro António Rebocho, major do décimo batalhão de caçadores
José de Vasconcelos Bandeira de Lemos, capitão do décimo batalhão de caçadores
João de Sousa Pizarro, capitão de caçadores dez
João António Rebocho, capitão de caçadores dez
Francisco Silvério de Carvalho de Magalhães Serrão, fiscal do real contrato dos tabacos

A REVOLUÇÃO LIBERAL DE 1828

Luís Cipriano Coelho de Magalhães, médico do partido
e delegado do físico-mor
Clemente da Silva Melo Soares de Freitas, ex-juiz de
fora de Viana do Alentejo
Luís dos Santos Regala, bacharel
Joaquim Timóteo de Sousa da Silveira
José Pereira Pinto, professor de filosofia
José Ferreira da Cunha, escrivão da correição
João António de Moraes
João dos Santos Resende, negociante
Manuel Pereira da Cunha, bacharel
José António Barbosa
José Maria Plácido
Manuel José Barbosa
Custódio José Duarte e Silva, capitão quartel-mestre de
milícias de Aveiro.

*

Após a aclamação da rainha D. Maria II em Aveiro, em 16 de Maio, partiu neste mesmo dia, à tarde, para a cidade do Porto, o batalhão de caçadores 10 com 280 homens, sob o comando do coronel JOSÉ JÚLIO DE CARVALHO.

O batalhão chegou ao Porto no dia 17.

Acompanhou-o o tenente-coronel de milícias de Aveiro MANUEL MARIA DA ROCHA COLMIEIRO, e o desembargador JOAQUIM JOSÉ DE QUEIRÓS que ia continuar no Porto a sua acção directora na revolução.

* * *

A REVOLUÇÃO NO PORTO

A revolução no Porto também começou no dia 16 de Maio de 1828, à tarde, embora estivesse marcado o seu início para o dia 17; mas, por força das circunstâncias, foi antecipada de um dia. Com efeito, o comandante do regimento de infantaria 6, FRANCISCO JOSÉ PEREIRA, acabava de ser exonerado, e por isso este regimento saiu para a rua pelas quatro horas da tarde do dia 16, dando vivas a D. PEDRO IV, a D. MARIA II e à Carta Constitucional, e foi-se juntar no Campo de Santo Ovídio. À noite juntaram-se-lhe os regimentos de infantaria 18 e artilharia 4.

No dia seguinte aderiram ao movimento outros corpos militares.

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

A JUNTA PROVISÓRIA DO GOVERNO

No dia 17 de Maio, os comandantes dos corpos militares, reunidos em conselho, sob a presidência do coronel de artilharia 4, DUARTE GUILHERME FERRERI, publicaram uma proclamação a favor de D. PEDRO IV e da rainha D. MARIA II.

No dia 20 foi eleita nos Paços do Concelho do Porto a JUNTA PROVISÓRIA do governo em nome de D. Pedro IV e da Carta. Ficou constituída com os seguintes indivíduos:

António Hipólito da Costa, tenente-general
Duarte Guilherme Ferreri e Francisco da Gama Lobo Botelho, coronéis;
Alexandre Tomás de Moraes Sarmiento e José Joaquin Gerardo de Sampaio, desembargadores;
Cristiano Nicolau Kopke e Francisco Inácio, negociantes.

Para secretários encarregados do expediente dos negócios, e com voto deliberativo foram nomeados:

António José da Silva Paulet, coronel de engenheiros
Joaquim José de Queirós e Manuel António Velez Caldeira Castelo Branco, desembargadores; e Joaquim António de Magalhães, bacharel.

Era presidente da Junta, HIPÓLITO DA COSTA, e vice-presidente DUARTE FERRERI.

*

NOMEAÇÕES FEITAS PELA JUNTA PROVISÓRIA PARA AVEIRO

A Junta Provisória fez as seguintes nomeações para Aveiro:

Corregedor — António José da Fonseca Pereira Mimoso Guerra.

Provedor — José das Neves Mascarenhas.

Superintendente das alfândegas das três comarcas — Alípio Antero da Silveira Pinto.

Juiz de fora — Manuel Luís Nogueira, da freguesia de Baltar, advogado no Porto.

Comandante das milícias — Francisco Correia Leal, morgado do Pedregal, de Castelo de Paiva.

As tropas revoltadas deviam sair agora do Porto e concentrar-se em Coimbra que seria o centro das operações militares.

*

A SITUAÇÃO POLÍTICA EM COIMBRA
INTERVENÇÃO DO VICE-REITOR DA UNIVERSIDADE
A FAVOR DOS ABSOLUTISTAS

Em Coimbra continuava em vigor o regime absoluto.

Os absolutistas sabiam que as tropas liberais começariam a marchar do Porto para aquela cidade logo que fosse constituída a Junta. Por isso, o Vice-Reitor da Universidade em exercício, ANTÓNIO PINHEIRO DE AZEVEDO E SILVA, dedicado partidário de D. Miguel, tomou algumas providências em favor dos absolutistas. Assim, em 20 de Maio ordenou a FRANCISCO JOAQUIM DE CASTRO CORTE REAL ⁽¹⁾, sargento-mor das ordenanças da Vila da Feira, que avisasse a Companhia de Veteranos da cidade de Aveiro para se apresentar em Coimbra o mais depressa possível.

E em 21 do mesmo mês ordenou ao capitão-mor das ordenanças de Eixo e ao dito sargento-mor das ordenanças da Vila da Feira, que o informassem do início da marcha das tropas rebeldes na estrada do Porto para Coimbra.

Os dois seguintes officios cujos originaes temos presentes, comprovam o que fica dito.

I

Illmo Snr.

Chegando á minha noticia por via do Ill.^{mo} Coronel de Milicias de Aveiro, q.^e a Companhia de Veteranos da mesma cidade se acha com grandes dezejos de prestar todo o serviço a S. A. R. O Senhor D. Miguel, o q.^e na dita cidade não pode fazer nas prezentes circumstancias, até porq.^e se achão desarmados: por bem do mesmo Real Serviço encommenda a V. S.^a, q.^e tome o cuidado de fazer já, já avizar todos os ditos Veteranos, para q.^e venhão quanto antes apresentar-se aqui em Coimbra, onde se achão já reunidas bastantes forças, e outras se esperão com toda a brevidade; e onde o seu zelo e prestimo pode empregar-se utilmente, e se lhe dará todo

(1) Filho segundo de JOÃO DE CASTRO DA ROCHA TAVARES PEREIRA CORTE REAL, capitão-mor e juiz dos direitos reais da Vila da Feira e de sua mulher D. ANTÓNIA LUÍSA DE MATOS CORTE REAL, da freguesia e Vila da Feira. Foi senhor da Casa e morgado da Oliveirinha.

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

o armamento, e municiamento necessario. No que V. S.^a fará grande serviço a S. A. R. Deus guarde V. S.^a Coimbra 20 de Maio de 1828

*Ill.^{mo} Snr. Francisco Joaquim
de Castro Per.^a Corte Real.*

*a) Antonio Pinheiro de Azevedo e Silva
Vice R.^{or}*

II

Para bem do Real Serviço he preciso que V. S.^a de intelligencia com o Sr. Capitão-mor das Ordenanças d'Eixo, aquem officio nesta data, estabeleça postos pela estrada do Porto p.^a me avizarem logo, logo se observarem que p.^r ella marcha tropa rebelada sobre esta cid.^e D.^s G.^e a V. S.^a Coimbra 21 de Maio de 1828.

*Ill. S.^r Francisco Joaquim
de Castro.*

*a) Antonio Pinheiro de Azevedo e Silva
Vice R.^{or}*

*

PARTIDA DO BATALHÃO DE CAÇADORES 10 PARA COIMBRA SUA PASSAGEM EM AVEIRO

As tropas liberais revoltadas deviam partir immediatamente do Porto e de outras terras para Coimbra, formando a *Divisão Leal* que aguardaria aqui a chegada das tropas miguelistas vindas do sul, e se concentrariam em Leiria.

O primeiro corpo militar a sair do Porto para Coimbra foi o batalhão de caçadores 10, o mais entusiasta e comprometido na revolução.

Chegou a Aveiro no dia 22 de Maio, e neste mesmo dia aqui lhe foi oferecido um jantar pago por subscrição pública da iniciativa de Agostinho José Pinheiro, Domingos Barbosa dos Santos Maia, Custódio José Duarte e Silva, e Basílio de Oliveira Camossa.

Após o jantar, o batalhão continuou a sua marcha para Coimbra.

ADESÃO DE COIMBRA À CAUSA CONSTITUCIONAL

A cidade de Coimbra aderiu ostensivamente à revolução de 16 de Maio, fazendo-se na casa da Câmara no dia 22 o *auto de renovação do juramento de preito e homenagem a D. Pedro IV, a D. Maria II e à Carta Constitucional*.

Nos dias seguintes foram-se reunindo em Coimbra importantes forças militares liberais vindas do Porto e de outras localidades. A Coimbra estava destinada uma importante função militar, pois aqui se havia de formar o exército liberal sob o comando do brigadeiro graduado FRANCISCO SARAIVA DA COSTA REFÓIOS.

Organizou-se também aqui um batalhão de académicos e outro de *Voluntários de D. Pedro IV*.

Coimbra estava transformada numa frente de guerra, aguardando a chegada das tropas absolutistas enviadas de Lisboa por D. Miguel para subjugarem as constitucionais.

* * *

PROCLAMAÇÃO DE D. MIGUEL AOS POVOS
E AO EXÉRCITO

Em resposta à proclamação da Junta Provisória do Porto e do movimento revolucionário militar e civil de 16 de Maio de 1828, D. MIGUEL fez em 23 de Maio uma proclamação aos povos e ao exército, em que mencionava os motivos por que tinha convocado para cortes os Três Estados do Reino, e pedia aos povos e militares que se unissem a ele, na defesa do sistema absolutista, pois se não o fizessem, sofreriam o correspondente castigo.

De um exemplar manuscrito da época, vamos transcrever o teor da referida proclamação.

PROCLAMAÇÃO DO S.^o D. MIGUEL
LEAES, E HONRADOS PORTUGUEZES

Se os vossos votos legitimam.^o Apresados; se as Representações das classes, tribunaes, e corporações mais distintas da Monarchia; se o bem do Estado, e dignid.^o do Trono, e a gloria da Nação | unica ambição q. tem entráda no coração de hum Príncipe verdadeiram.^o Portuguez | se finalmente os princípios do mais solido Direito me fizêrão tomar a resolução de chamar a execução as primordiaes instituições da Monarchia convocando a Cortes os tres Estados do Reino, o Espirito revoltoso não podendo encarar sem terror esta medida legal, q. p.^a sempre esmagará o monstro revolucionario, pro-

cura fazer seus ultimos esforços p.^a obstár a tam saudavel provid.^a, e perpetuár a serie de males q. á tantos annos uza sobre nós vendo dezacatada a nosa S.^{ta} fé, menoscabado o Trono e a honrra Nacional ofuscada, a independ.^a quazi perdida, e moribunda a nosa Exist.^a Política.

Portuguezes esta cauza hé verdadeiram.^e a vós, eu vos chamo p.^a sereis testemunhas das deliberações legaes q. vão tomárse; nada mais pertendo q. o bem dos Povos, e nada quero q. não seja fundado no mais rigoroso principio de legitimidade. A vós Soldados Portuguezes pela vós honrrada Profição pertence particularm.^e sustentar este glorioso empenho, e dezagravar a vós nóbre classe da injuria q. alguns malevolos, e outros iludidos se arrojaram a fazerlhe.

Conheço o voso valor, e já outr'ora á vosa frente destrui huma facção, e tenho resolute fazelo todas as vezes q. as circumst.^{as} o pedirem; são maiores todos os incomodos, são nenhuns todos os perigos qd.^o se pagua p.^r huma cauza justa. Aqueles q. a sedução arrastou ao crime, e q. reconhecendo o seu erro se me apresentarem serão recebidos; e aos q. não cumprirem tam sagrado dever, a lei marcará o destino.

Povos e Soldados Portuguezes, univos a mim, e p.^a sempre acabemos a revolução. Palacio de N. Snr.^a d'Ajuda em 23 de Maio de 1828.

Infante Regente
bibRIA
* * *

O AVANÇO DO EXÉRCITO ABSOLUTISTA DE LISBOA PARA O NORTE

D. Miguel tinha organizado um exército de operações para atacar as tropas rebeldes. Este exército era constituído pela *Divisão da Vanguarda* comandada pelo general ÁLVARO XAVIER da FONSECA COUTINHO e PÓVOAS, e pela 3.^a Divisão, comandada pelo general VISCONDE DE S. JOÃO DA PESQUEIRA.

No dia 2 de Junho o general PÓVOAS já se encontrava em Leiria, e as suas guardas avançadas em Pombal.

OS LIBERAIS ESTABELECEM POSIÇÕES MILITARES EM CONDEIXA E SERNACHE

No dia 31 de Maio saiu de Coimbra para Condeixa em observação a primeira brigada do exército constitucional. Em Coimbra ficaram de reserva alguns batalhões de Caçadores e outras tropas.

O brigadeiro SARAIVA REFÓIOS não passou além de Condeixa e limitou-se a proclamar no dia 2 de Junho às tropas que ainda não tinham aderido à revolução e depois voltou para Coimbra. Daqui continuaram a sair tropas para Condeixa e Sernache, constituídas por cinco batalhões de caçadores.

Era nestas duas localidades que devia dar-se o primeiro embate das forças absolutistas com as liberais. Mas estas esperavam triunfar, pela adesão das tropas absolutistas.

TROPAS ABSOLUTISTAS EM LEIRIA

Nos meados de Junho as forças militares realistas estacionadas em Leiria, estavam sob o comando do coronel JOSÉ MARIA BRANCO DE MELO, governador militar interino desta cidade, como se vê no documento seguinte:

GOVERNO MILITAR DE LEIRIA

Vai em Diligencia do R. Serviço o Senr. Sargento Mor de Ordenanças da V.^a da Feira, Levando ás Suas Ordens Voluntarios Realistas e hum Destacamento de Melicias de Santarem Commandado pelo Senr. Ten.^o da mesma Comp.^a a fim de coadjuvar o ditto Senr. Major na captura de huns poucos de Hespanhoes que se evadirão da Praça de Peniche que procurão unir-se aos Rebdles. Rogo a todas as Authoridades Civis e Militares lhe deem todo o auxilio que o ditto Senr. Commandante requisitar Q.^{el} em Leiria 15 de Junho de 1828

*a) Joze M.^a Br.^{co} de Mello
Cor.^{el} Gov.^{or} M.^{tar} Int.^{no}*

Todas as authoridades da Comarca prestarão ao Ill.^{mo} Snr. Sarg.^{to} Mór todo o auxilio, que elle lhe requizitar. Leiria 15 de Junho de 1828

O Corgd.^{or}

Francisco Arraes de Vilhena

* * *

A DELEGAÇÃO DA JUNTA EM COIMBRA

Para orientar a luta que em breve se ia desenrolar, a Junta do Porto enviou a Coimbra uma Delegação sua com plenos poderes para resolver no que dizia respeito às operações militares e a assuntos de administração civil e política.

Esta Delegação chegou a Coimbra no dia 19 de Junho, e era constituída por:

DUARTE GUILHERME FERRERI, coronel de artilharia n.º 4
e vice-presidente da Junta;

FRANCISCO DA GAMA LOBO BOTELHO, coronel de cavalaria n.º 12;

JOAQUIM JOSÉ DE QUEIRÓS e JOSÉ JOAQUIM GERARDO DE SAMPAIO, desembargadores da Relação do Porto.

A Delegação da Junta, chegou a Aveiro no dia 18 de Junho e aqui teve uma entusiástica recepção. Foi recebida pela Câmara, e mais autoridades, batalhão de voluntários, desembargador FRANCISCO MANUEL GRAVITO e muito povo que aclamaram os membros da Delegação e em especial o desembargador Queirós.

Na sala das audiências do Tribunal Judicial, nos Paços do Concelho, foi oferecido pela Câmara à Delegação um lauto banquete em que tomaram parte muitos outros liberais, e onde se fizeram entusiásticos brindes, sendo feito o primeiro pelo desembargador FRANCISCO MANUEL GRAVITO a D. PEDRO IV e D. MARIA II.

BATALHÃO DE VOLUNTÁRIOS DE D. PEDRO IV, N.º 10

Em 25 de Junho a Junta Provisória decretou a criação em Aveiro de um batalhão de voluntários de D. Pedro IV, com o número 10. Foi escolhido para seu comandante FRANCISCO SILVÉRIO DE CARVALHO MAGALHÃES SERRÃO, e nele se alistaram 43 indivíduos, entre os quais:

João dos Santos Resende, negociante
José Pacheco de Almeida, escrivão
Custódio Joaquim de Oliveira, negociante
João António de Moraes, escrivão
Evaristo Luís de Moraes, escrivão do geral
Jerónimo de Moraes Sarmento, escrevente
João de Melo Freitas, escrivão dos órfãos
Calisto Luís de Abreu, professor de gramática
António Joaquim de Moraes, escrivão
Francisco António Veríssimo, negociante
Joaquim António Plácido, caixeiro
José Maria Plácido, estudante
Manuel António Plácido, caixeiro
Tomás Francisco Estima, monteiro-mor e juiz dos órfãos em Esgueira.

* * *

O CHOQUE DOS DOIS EXÉRCITOS.
DERROTA DOS LIBERAIS

As forças militares absolutistas marcharam finalmente de Leiria sobre Condeixa e Sernache. No dia 23 de Junho atacaram enérgicamente as forças liberais estacionadas nestas localidades.

Estas forças resistiram heroicamente, mas foram obrigadas a recuar para a Cruz dos Morouços, já próximo de Coimbra. Aqui continuaram os combates no dia 24 com fortes vantagens para os absolutistas.

O exército constitucional estava em grave perigo. As defecções do exército miguelista com que os constitucionais contavam, não se realizaram.

Tendo os chefes do exército liberal verificado que este não podia vencer o exército realista, ordenaram a retirada das forças liberais para o norte, em direcção à cidade do Porto.

No dia 25 de Junho chegaram a Coimbra as forças liberais combatentes, e na madrugada do dia 26 todas estas forças retiraram de Coimbra em direcção ao Porto, passando pelo Marnel. Isto equivalia a uma derrota completa. Neste mesmo dia entrou o exército absolutista em Coimbra.

Terrível pânico se estabeleceu no campo liberal. Demais, as tropas miguelistas do general Póvoas continuavam a perseguir o exército liberal em debandada para Vila Nova de Gaia onde chegou no dia 30 de Junho.

Neste mesmo dia entrou na cidade de Aveiro a *Coluna da Esquerda* do exército realista.

UM AUXÍLIO TARDIO E INEFICAZ

No dia 24 de Maio de 1828 soube-se em Londres que a revolução do Porto tinha começado. Já residiam na Inglaterra muitos emigrados liberais, civis e militares, uns e outros de elevada categoria. Alguns deles resolveram então vir para Portugal no vapor *Belfast* a fim de apoiarem e dirigirem a revolução.

No dia 26 de Junho desembarcaram do vapor *Belfast*, em Matosinhos, e o vapor ancorou no rio Douro. Seguiram para o Porto, os tenentes-generais conde de Vila Flor, Saldanha, e Azevedo; o marquês de Palmela (marechal de campo), os condes da Taipa, de Calhariz, e de Ficalho; o barão de Rendufe; o tenente-coronel Cândido José Xavier e o ex-deputado Barreto Feio; D. Alexandre e D. Filipe de Sousa Holstein; D. Manuel da Câmara; o coronel Rodrigo Pinto Pizarro; o general Tomás Guilherme Stubbs, e outros.

Chegaram tarde. Tinham vindo para ajudarem a triunfar a revolução, mas só puderam assistir à sua liquidação.

O marquês de Palmela, mais político que militar, assumiu no dia 28 de Junho a presidência da *Junta Governativa*, e a SALDANHA, a VILA FLOR e a AZEREDO ⁽¹⁾ foram dados comandos de Divisões.

Tudo inútil. As tropas do general PÓVOAS avançavam sempre para o norte, e as tropas constitucionais recuaram no dia 30 para Santo Ovídio (Vila Nova de Gaia). A sua situação era extremamente crítica.

*

A DERROCADA E O EXÍLIO

Nos dias 1 e 2 de Julho declarou PALMELA aos conselhos militares realizados em Gaia, que estava tudo perdido, sem culpa para qualquer emigrado. Em consequência, a Junta, no dia 2, ordenou a retirada do exército liberal para a Galiza, e que a Junta se dissolvesse. O exército liberal imediatamente atravessou o rio Douro e entrou no Porto no mesmo dia 2, para continuar no dia 3 a sua marcha em direcção à Galiza por Santo Tirso e Braga. Esperava-o o triste exílio e inúmeros sacrifícios.

Ainda na noite do dia 2, os emigrados que tinham vindo de Inglaterra refugiaram-se no *Belfast* com os membros da Junta Provisória, excepto Joaquim José de Queirós e Rodrigo Pinto Pizarro, saindo o navio do Porto na madrugada do dia 3, quinta-feira.

No referido dia 3 de Julho as tropas miguelistas do general PÓVOAS entraram na cidade do Porto.

A revolução liberal de 1828 tinha fracassado totalmente, e o infante-regente D. MIGUEL dentro de breves dias seria elevado a rei absoluto de Portugal.

Durou um mês e meio a aventura liberal. Estavam agora completamente desfeitos os sonhos e as esperanças que os constitucionais tinham posto na revolução.

Os miguelistas iriam agora exercer as mais violentas represálias sobre os liberais.

* * *

OS TRÊS ESTADOS DECLARAM D. MIGUEL REI ABSOLUTO DE PORTUGAL

O decreto de 3 de Maio de 1828 mandava reunir os Três Estados do Reino para estudarem os direitos do infante D. Miguel à Coroa portuguesa.

⁽¹⁾ FRANCISCO DE PAULA AZEREDO TEIXEIRA, futuro conde de Samodães.

De facto, no dia 23 reuniram-se os Três Estados, e no «Discurso de Proposição» foi-lhes dado o encargo de cada um por si justificar em Auto os direitos de D. Miguel à coroa de Portugal.

Passados poucos dias, cada um no respectivo Auto, manifestou-se a favor de D. Miguel.

O infante-regente decretou a seguir «que, além dos Autos especiais, acordassem em um só Assento, que comprehendesse todos os seus fundamentos», e propusesse e mantivesse o direito fundamental da sucessão à Coroa.

Reunidos agora os Três Estados, deram o voto pedido no «Assento dos Três Estados do Reino juntos em cortes na cidade de Lisboa, feito a onze de Julho de mil oitocentos e vinte e oito».

E assim, declararam que a D. MIGUEL PRIMEIRO DO NOME pertencia a Coroa portuguesa e se devia reputar e declarar nulo o que o Senhor D. PEDRO, na qualidade de Rei de Portugal, praticou e decretou, nomeadamente a *Carta Constitucional da monarchia portuguesa*.

Desde o dia 11 de Julho de 1828 era rei absoluto de Portugal D. MIGUEL I.

* * *

b*ib*RIA

DEMISSÃO DE JOAQUIM JOSÉ DE QUEIRÓS E DE OUTROS
DOS SEUS CARGOS DE DESEMBARGADORES
DA RELAÇÃO DO PORTO, EM 10 DE JUNHO DE 1828

Ainda mesmo durante as operações militares, o governo do infante-regente D. Miguel começou a exercer represálias sobre os implicados no movimento revolucionário, e assim, por exemplo, em 10 de Junho de 1828 foram demitidos JOAQUIM JOSÉ DE QUEIRÓS e outros dos seus cargos de desembargadores da Relação do Porto, como se vê no seguinte documento, muito interessante e bastante elucidativo:

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ECLESIÁSTICOS
E DE JUSTIÇA

«Constando-me com certeza, que os Desembargadores da Relação do Porto e Casa do Porto Alexandre Thomaz de Moraes Sarmiento, José Joaquim Gerardo de Sampayo, Manuel António Vellez Caldeira Castello-branco, e Joaquim José de Queiroz fazem parte da Junta rebelde da mesma Cidade do Porto, a qual, sendo erigida pela influência de uns poucos de Officiais militares revoltosos, que haviam seduzido os soldados que comandavam, é uma

reprodução da revolucionária Junta provisória, que naquela mesma Cidade, e por igual maneira se erigiu em o ano de 1820, [.....],

Sou servido riscar do Real Serviço os ditos Desembargadores da Relação e Casa do Porto Alexandre Thomaz de Moraes Sarmiento, Joaquim Gerardo de Sampayo, Manuel António Vellez Caldeira Castello-branco, e Joaquim José de Queiroz, enquanto pelos meios judiciais competentes se lhes não impõe a pena que seus crimes exigem.

A Mesa do Desembargo do Paço o tenha assim entendido, e execute. Palácio de Nossa Senhora da Ajuda, em 10 de Junho de 1828.

Com a rubrica do senhor Infante Regente.»

(«Correio do Porto», extraordinário,
de 12 de Julho de 1828)

bibRIA

III—A ALÇADA DO PORTO E SUAS SENTENÇAS

D. Miguel, por carta régia de 14 de Julho de 1828, referendada por Leite de Barros (*conde de Basto*), criou uma comissão de Alçada no Porto para fazer uma devassa geral e julgamento dos indivíduos comprometidos na rebelião de 16 de Maio.

Esta Alçada era um tribunal colectivo especial e independente, com poderes extraordinários. Podia inquirir, prender, pronunciar, absolver e condenar em primeira e última instância. A área de jurisdição da Alçada do Porto era a da Relação e Casa do Porto; portanto, estendia-se às comarcas das províncias do Minho, Trás-os-Montes e Beira. Os julgamentos eram feitos na Relação do Porto.

Era constituída pelos desembargadores Vitorino José Cerveira Botelho do Amaral, como juiz relator e presidente; e Manuel Calheiros Bezerra de Araújo, Constantino Cerveira de Almeida, José Vicente Caldeira do Casal Ribeiro, Joaquim Gomes da Silva Belford, João Ribeiro de Sousa Almeida e Vasconcelos, juizes adjuntos; e desembargador Joaquim Faria Salazar, escrivão da devassa.

Como suplentes havia outros desembargadores.

Tendo Belford ido para Lisboa em Janeiro de 1829, foi substituído por Seixas Diniz.

*

Em 10 de Agosto começou a Alçada do Porto a sua espinhosa missão de devassa, sequestros, pronunciamentos, julgamentos e sentenças dos implicados na revolta, aproveitando-se desde logo dos trabalhos já efectuados, e continuando-os.

Até o fim do ano de 1828 ainda não tinha sido dada qualquer sentença, mas o número de indivíduos já presos era elevadíssimo. As cadeias estavam cheias, especialmente as da Relação do Porto.

Os miguelistas mostravam-se altamente descontentes com a morosidade dos trabalhos da devassa geral; queriam julgamentos e severos castigos para os liberais rebeldes.

*

Em 18 de Fevereiro de 1829, a Alçada, em sessão extraordinária deliberou separar da devassa geral os processos de 26 réus que já podiam ser mandados responder de facto e de direito.

No acórdão dava-se a estes réus o prazo de cinco dias para apresentarem as suas defesas. Este acórdão deu satisfação aos miguelistas mas alarmou os liberaes.

*

PRIMEIRA REUNIÃO DA ALÇADA PARA JULGAMENTOS.
AS PRIMEIRAS SENTENÇAS

Pela primeira vez reuniu a Alçada como Tribunal, em 9 de Abril de 1829, para julgar e sentenciar os referidos 26 réus.

O desembargador *Seixas Diniz* já fazia parte da Alçada em lugar do desembargador *Belford*.

As sentenças foram dadas ainda no mesmo dia 9, e foram as seguintes:

Condenados à morte por unanimidade.....	9
Condenados à morte por maioria.....	3
Condenados a penas de degredo, prisão, etc.	11
Absolvidos	1
Julgamentos adiados	2

Os condenados à morte seriam enforcados na Praça Nova do Porto, e depois de executados ser-lhes-iam cortadas as cabeças e expostas nas localidades em que os réus tinham praticado os actos pelos quais foram condenados.

*

Os três condenados à morte por maioria apresentaram embargos à sentença e a Alçada comutou a dois deles a pena de morte em degredo e trabalhos públicos. Foram eles:

- Francisco António de Abreu e Lima*, ex-corregedor de Aveiro (degredo perpétuo)
Luís Lusano, empregado comercial em Valença (açoutes e trabalhos públicos).

Ao terceiro manteve-se a pena de morte. Este era o desembargador *Francisco Manuel Gravito da Veiga e Lima*.

Os dez réus condenados à morte saíram das cadeias da Relação e foram executados no dia 7 de Maio na Praça Nova da cidade do Porto, em duas forcas, e em seguida decapitados.

*

Os dois réus cujo julgamento foi adiado na sessão da Alçada de 9 de Abril, foram definitivamente sentenciados no dia 1 de Julho de 1829.

O réu *Inácio Moniz Coelho da Silva*, ex-capitão do regimento de milícias de Guimarães, foi condenado à morte na forca e corte da cabeça.

Porém, por intervenção favorável de D. Miguel, a Alçada comutou-lhe a pena capital em degredo perpétuo para Inhambané.

O outro réu, *Manuel Teixeira Leomil*, natural de Lamego e ex-deputado, foi condenado a degredo perpétuo para o presídio de Caconda.

*

Os 11 réus condenados a degredo por sentença de 9 de Abril de 1829 foram: o corregedor Francisco António de Abreu e Lima, o doutor José Ferreira Pestana, o capitão de milícias Vitorino José da Silva Teixeira de Queirós, o cirurgião Manuel José Peixoto, o bacharel José das Neves Mascarenhas de Melo, o estalajadeiro José de Azevedo, o comerciante António José Vieira Mendes, o sapateiro Inácio José da Rocha, o padre Manuel Rodrigues Braga, congregado, frei João de Santa Rita Barca, franciscano, e frei Faustino de S. Gualberto Lopes, agostinho descalço.

*

JULGAMENTO DE MAIS 21 RÉUS
NO DIA 21 DE AGOSTO DE 1829

Trata-se dos 21 emigrados que vieram da Inglaterra no vapor *Belfast* para tomarem parte na revolução. Foram pronunciados e julgados à revelia por estarem ausentes em Inglaterra.

Foram condenados à morte 19; e só a degredo perpétuo 2, por serem de menor idade.

1.º grupo de condenados à morte

Compreende os de maior categoria política e militar: marquês Palmela, conde de Vila Flor, conde de Sampaio, conde da Taipa, barão de Rendufe, general Saldanha, Stubbs, Azeredo, Cândido José Xavier, D. Filipe de Sousa Holstein, D. Manuel da Câmara.

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

Estes onze réus foram sentenciados a serem levados à Praça Nova e em um alto cadafalso que aí será levantado, de sorte que o seu castigo seja visto de todo o povo a quem tanto têm escandalizado o seu horrorosíssimo delicto e morram morte natural de garrote, e, depois de lhes serem decepadas as cabeças, seja o mesmo cadafalso com os seus corpos pelo fogo reduzidos a cinzas, que serão lançadas ao mar, para que deles, e da sua memória, não haja mais noticia.

2.º grupo de condenados à morte

São de categoria média.

Coronel Rodrigo Pinto Pizarro, tenente-coronel Barreto Feio, major Manuel José Mendes, capitão Barreto Praça, capitão Costa Xavier, tenente Sampaio, tenente Saavedra, Francisco Zacarias Ferreira de Araújo.

Foram estes oito réus condenados à morte nas forcas da Praça Nova, e a serem-lhes decepadas as cabeças e expostas ao longo da estrada de Matosinhos até à praia onde desembarcaram.

3.º grupo — condenados a degredo

Conde de Calhariz, e D. Alexandre de Sousa Coutinho.

Por serem de menor idade, foram estes dois réus condenados apenas a degredo perpétuo para a Índia.

*

Em virtude da ausência deste 21 réus em terra estrangeira, nenhuma das sentenças foi cumprida.

*

SESSÃO DE JULGAMENTO DA ALÇADA EM 18 DE SETEMBRO DE 1829

O corpo da Alçada reuniu-se no dia 18 de Setembro para sentenciar mais 20 réus, sendo 14 os que assinaram os manifestos do Conselho Militar da revolução, em 17 e 18 de Maio de 1828, e já tinham emigrado, e portanto estavam a salvo; e outros seis, presos nas cadeias da Relação.

As penas applicadas aos catorze réus ausentes foram:

com barão e pregão serem conduzidos pelas ruas públicas do Porto até à Praça Nova, e ainda num alto cadafalso serem mortos de morte natural de garrote e depois de lhe serem decepadas as cabeças, o cadafalso e os corpos queimados e as cinzas lançadas ao mar, para deles não haver mais noticia.

Mas como eles estavam ausentes, ficaram pronunciados e banidos.

Eram eles:

Francisco José Pereira, coronel de Inf. 6, depois barão de Vilar Torpim
Henrique da Silva da Fonseca, coronel de Inf. 18, depois visconde de Alcobaça
Duarte Guilherme Ferreri, coronel de Art. 4, mais tarde barão de S. Martinho
Francisco da Gama Lobo Botelho, coronel de Cav. 12, que foi barão de Argamassa
José Júlio de Carvalho, coronel graduado de Caçadores 10
José de Barros e Abreu, tenente-coronel de Cav. 12, que depois foi conde do Casal
José Baptista da Silva Lopes, tenente-coronel de Art. 4, mais tarde barão de Monte Pedral
Alexandre Marcelino da Maia e Brito, tenente-coronel de Inf. 6
Manuel Alexandrino Pereira da Silva, major de Inf. 16
António Correia Leitão, major de Inf. 18
Miguel Correia de Mesquita, major de Caçadores 11, que foi barão de Mesquita
Pedro António Rebocho, major de Caçadores 10, que foi depois visconde de Santo António (Aveiro)
António da Costa e Silva, major de Art. 4, que foi visconde de Ovar
José Maria de Sousa, capitão, comandante de Caçadores 6.

*

Dos seis réus presos nas cadeias da Relação, dois tiveram sentenças de morte nas forcas da Praça Nova, e de cabeças decepadas. Eram estes:

Clemente de Moraes Sarmiento, natural de Aveiro;
José Henriques Ferreira Júnior, natural de Albergaria-a-Velha.

Foram enforcados no dia 9 de Outubro, e a cabeça do primeiro foi exposta no Largo do Pelourinho em Aveiro, e a do segundo foi exposta em Albergaria-a-Velha.

*

Felizmente, apesar de a Alçada continuar nos seus trabalhos, as forcas da Praça Nova deixaram de tirar a vida aos liberais.

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

*

DEGREDAOS PARA A ÁFRICA

No dia 29 de Outubro de 1829 saiu do rio Douro um hiate conduzindo para África os 11 réus condenados a degredo em 9 de Abril; e ainda Inácio Moniz e Teixeira Leomil.

Dos seus degredos puderam evadir-se o corregedor Francisco António de Abreu e Lima, o doutor José Ferreira Pestana e outros, que passaram ao Brasil.

SESSÃO DE 9 DE DEZEMBRO DE 1829. JULGAMENTO DOS MEMBROS DA JUNTA DO GOVERNO PROVISÓRIO

JOAQUIM JOSÉ DE QUEIRÓS ⁽¹⁾ e os restantes membros da *Junta do Governo Provisório* foram condenados à morte natural de garrote por sentença da Alçada de 9 de Dezembro de 1829.

Como estavam ausentes, as sentenças não foram cumpridas.

*

RELAÇÃO DOS RÉUS ENFORCADOS NA PRAÇA NOVA DO PORTO

Em 7 de Maio de 1829

António Bernardo de Brito e Cunha, cavaleiro professo na Ordem de Cristo e na de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, contador da real fazenda na cidade do Porto, dela natural e morador.

Bernardo Francisco Pinheiro, capitão de ordenanças na Vila da Feira, natural e morador na Quinta das Airas.

Clemente da Silva Melo Soares de Freitas, bacharel formado em Cânones, juiz de fora da Vila da Feira, natural da vila de Angeja, assistente na cidade de Aveiro, solteiro, com 26 anos de idade.

Francisco Manuel Gravito da Veiga e Lima, desembargador dos agravos da Casa da Suplicação e corregedor do Cível

(1) JOAQUIM JOSÉ DE QUEIRÓS nasceu no lugar das Quintãs, próximo de Aveiro, a 9 de Janeiro de 1744 e faleceu em Verdemilho, a 16 de Abril de 1850, onde morava. Teve 2 filhas e 4 filhos, um dos quais José Maria Teixeira de Queirós, pai do grande escritor e romancista Eça de Queirós.

da corte, cavaleiro professo na Ordem de Cristo, natural da cidade de Lisboa, casado com D. Mariana Matilde Teixeira Pinto Azevedo Cabral, e assistente na cidade de Aveiro. Idade 53 anos.

Francisco Silvêrio de Carvalho Magalhães Serrão, fiscal do real contrato do tabaco na cidade de Aveiro, natural da vila de Figueiró dos Vinhos, comarca de Tomar, e assistente na cidade de Aveiro, solteiro. Idade 50 anos.

Joaquim Manuel da Fonseca Lobo, natural da cidade de Lagos, tenente-coronel de caçadores 11.

José António de Oliveira da Silva e Barros, primeiro guarda-livros do real contrato do tabaco na cidade do Porto e desta natural e morador.

José Maria Martiniano da Fonseca, bacharel formado em Leis, advogado na cidade do Funchal da Ilha da Madeira e dela natural.

Manuel Luís Nogueira, advogado de número da Relação do Porto, natural da freguesia e Honra de Baltar, comarca de Barcelos.

Vitorino Teles de Menezes e Vasconcelos, tenente-coronel do regimento de milícias da Lousã, natural e morador em Ceira, comarca de Coimbra.

Em 9 de Outubro de 1829

Clemente de Moraes Sarmiento, 1.º sargento da 5.ª companhia do Batalhão de caçadores 10, solteiro, natural e morador na cidade de Aveiro. Idade 23 anos.

João Henriques Ferreira Júnior, estudante, solteiro, natural e morador na freguesia de Santa Cruz de Albergaria-a-Velha. Idade 29 anos.

*

Estes doze portugueses liberais a quem os absolutistas arrancaram a vida, passaram à História com a designação de *Mártires da Pátria*.

IV—A EMIGRAÇÃO DOS REVOLTOSOS

ENTRADA EM ESPANHA

Às 5 horas da manhã do dia 3 de Julho de 1828, quinta-feira, saíram do Campo de Santo Ovídio, no Porto, as tropas liberaes num efectivo de 6000 homens, 400 cavalos, e 20 peças de artilharia, acompanhados por milhares de civis em direcção a Santo Tirso e Braga a fim de passarem para a Espanha.

O brigadeiro SOUSA PIZARRO acompanhava e chefiava as tropas na vanguarda e o major SÁ NOGUEIRA, na rectaguarda.

No dia 9 entraram na Galiza por Orense, tendo atravessado a fronteira na Portela do Homem, povoação portuguesa onde deixaram as armas.

No dia 16 partiram para os depósitos de Monforte, Chartada, e Sárria. Mas FERNANDO VII, rei absoluto de Espanha, publicou no dia 22 um decreto pelo qual impunha aos emigrados portugueses a sua retirada deste país no prazo de trinta dias, pela Corunha, pelo Ferrol e por Ribadeo.

Muitos militares e civis regressaram então a Portugal.

SAÍDA DOS EMIGRADOS DA ESPANHA PARA A INGLATERRA

Os emigrados saíram da Galiza para a Inglaterra em navios, entre 18 de Agosto e principios de Setembro, e desembarcaram em vários portos.

Depois foram reunidos em Plymouth, no Depósito dos Portugueses Emigrados.

O imperador D. PEDRO nomeou então o marquês de Palmela chefe de todos os serviços de emigração. Era chefe do governo inglês o duque de WELLINGTON ⁽¹⁾ e ministro dos negócios estrangeiros o conde de ABERDEEN.

O visconde de ITABAYANA era o ministro plenipotenciário do Brasil em Londres.

(1) O duque de Wellington, 1.º ministro desde 8 de Janeiro de 1828, era o chefe dos *high Tories* (alta nobreza).

Comandou inicialmente o depósito de Plymouth o tenente-coronel CÂNDIDO JOSÉ XAVIER, nomeado na *Ordem do dia* de 4 de Outubro de 1828. Depois, assumiu o comando o general TOMÁS GUILHERME STUBBS, em Novembro do mesmo ano.

Este deu-lhe logo organização militar, e dos contingentes dos corpos de voluntários fez um só que foi denominado *Batalhão de Voluntários da Rainha a Senhora D. Maria II*.

*

Os emigrados recebiam do marquês de Palmela subsídios pecuniários fornecidos a este pelo ministro plenipotenciário brasileiro em Londres.

Segundo um mapa anexo a uma carta do duque de Wellington dirigida ao marquês de Palmela, com data de 20 de Novembro de 1828, havia no depósito de Plymouth além dos oficiais, 3 180 praças de linha incluindo os voluntários.

Para efeito de pagamento de subsídios, os emigrados tinham sido divididos em seis classes. A *sexta*, a mais baixa, foi formada com as praças de pré, os académicos de Coimbra, os voluntários e os criados.

Os emigrados desta classe entre os quais se encontravam Almeida Garrett, José Estêvão, Mendes Leite, foram alojados num vasto e insalubre armazém ou «barracão» de Plymouth, e cada um recebia mensalmente 14 shillings ou 3150 réis, para comida, vestuário e outras necessidades. A vida era-lhes muito difícil.

Os emigrados das outras classes recebiam avultados subsídios e viviam bem, o que motivava queixas e aumentava as dissidências já existentes entre os emigrados.

Assim se formaram dois partidos: o dos descontentes e avançados chefiados por SALDANHA; e o dos moderados e eleitos, chefiados por PALMELA.

* * *

SAÍDA DOS EMIGRADOS DE INGLATERRA

Querendo o governo inglês manter a neutralidade perante Portugal de que era agora rei D. MIGUEL, entendeu que era inconveniente a permanência em Plymouth de um grande número de oficiais e soldados que hostilizavam o governo português e eram pagos pelo ministro plenipotenciário do Brasil na corte de Londres, o visconde de Itabayana.

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

O duque de Wellington, chefe do governo inglês, escreveu então ao marquês de Palmela uma carta datada de 20 de Novembro, em que lhe exigia a saída de Plymouth de todos os Portugueses que foram officiaes e soldados no exército portuguez e também dos voluntários.

Os officiaes seriam separados dos soldados e estes, em número de 3180, seriam distribuidos por um determinado número de vilas e aldeias inglesas. Os officiaes iriam para a cidade de Exeter.

A seguir se reproduz a referida carta.

*

*O duque de Wellington ao Marquês de Palmela.
Londres 20 de Novembro de 1828.*

Sr. Marquês

Como o Governo de Sua Magestade não julgasse a propósito conservar reunido em Plymouth um número tão considerável de individuos que foram officiaes e soldados no serviço de Portugal, exigiu Lord Aberdeen ontem de Sua Excelência o Visconde de Itabayana, que se fizesse delles distribuição para alguma distância daquelle porto, visto ter razões para acreditar que estes individuos são pagos por Sua Excelência o Ministro Plenipotenciário do Imperador D. Pedro nesta corte.

Sua Excelência respondeu a Lord Aberdeen que estes homens não eram por ele pagos, mas que Sua Excelência adiantava dinheiros ao Marquês de Palmela, que lhes distribuia a título de socorros. Julgo, pois, do meu dever, Sr. Marquês, exigir que todos os Portugueses que foram officiaes e soldados no Exército Portugês, e todos aqueles que serviram no mesmo Exército, como por exemplo, estudantes de Coimbra, ou Voluntários do Porto, etc., sejam mandados sair de Plymouth.

Igualmente vos faço saber que os officiaes serão separados dos soldados, e que irão para Exeter ou para onde, na qualidade de individuos, quiserem ir, e que os soldados serão mandados para cada uma das vilas e aldeias mencionadas no Mapa incluso, com tanto que o número em cada lugar não exceda o que vai designado.

Tenho a honra de ser, etc.

a) Duque de Wellington

Ao Marquês de Palmela.

(Correio do Porto, n.º 185 de 8 de Agosto de 1829)

*

Respondeu o marquês de Palmela em carta ao duque de Wellington que os militares portugueses que estavam em Plymouth, preferiam ir para o Rio de Janeiro, a serem dispersos por localidades de Inglaterra.

O duque de Wellington, em carta de 27 de Novembro de 1828, informou Palmela de que o governo britânico fornecia um comboio de navios para escoltar os que transportassem as tropas portuguesas para o Rio de Janeiro.

Palmela recusou a oferta da escolta.

* * *

TENTATIVA FRUSTRADA DE PASSAGEM DE EMIGRADOS
DE PLYMOUTH PARA A ILHA TERCEIRA
E SUA ENTRADA EM FRANÇA

O marquês de Palmela estava na disposição de fazer transportar os emigrados militares de Plymouth para a Ilha Terceira, único território português em poder dos liberais e governado pelo general CABREIRA. Estes tencionavam organizar nesta Ilha uma expedição militar que viria a Portugal derrubar o governo de D. MIGUEL e restaurar o regime constitucional. O governo inglês opunha-se a esta manobra política e militar.

No entanto, em 6 de Janeiro de 1829, saiu do porto de Plymouth, por ordem de PALMELA, uma expedição de 604 praças comandada por SALDANHA, com destino à Ilha Terceira, mas com ordem de a conduzir para o Rio de Janeiro se não pudesse desembarcar na Terceira em virtude de opposição militar da Inglaterra.

De facto, navios de guerra ingleses, em 16 de Janeiro, impediram pela força o desembarque desta expedição na Ilha Terceira; mas SALDANHA, em lugar de seguir com ela para o Rio de Janeiro, como lhe tinha sido ordenado, dirigiu-se com os navios para França e a expedição desembarcou no porto de Brest.

SALDANHA desobedeceu assim a PALMELA e por isso este o destituiu das funções de comando que tinha junto dos emigrados, e suprimiu-lhe os subsídios.

Entretanto os liberais portugueses protestaram junto do governo inglês contra a violência praticada pelos navios de guerra ingleses contra navios portugueses nos mares da Ilha Terceira. A esquadra inglesa regressou afinal ao seu país.

* * *

O GOVERNO FRANCÊS ADMITE OS EMIGRADOS
E CONCEDE-LHES SUBSÍDIOS

SALDANHA partiu imediatamente de Brest para Paris onde foi muito bem recebido. Por intervenção de HYDE DE NEUVILLE, ministro da Marinha e inimigo de D. Miguel, o governo francês, apesar de ser absolutista (o rei de França era então CARLOS X), concedeu asilo político aos emigrados portugueses em França, e um subsídio mensal de 30000 francos (60 para os oficiais e 30 para os restantes, por mês), e mandou distribui-los por alguns depósitos entre os quais os de Fougères, Laval e Mayenne.

* * *

OS EMIGRADOS CONTINUAM A SAIR DE PLYMOUTH

Palmela enviou depois as quatro primeiras companhias do «Batalhão de Voluntários da Rainha» num total de 304 praças, para a Ilha Terceira. Partiram de Plymouth no dia 30 de Janeiro de 1829 numa galera americana e sem opposição, desembarcaram em Angra a 14 de Fevereiro. Pouco tempo depois veio o resto do Batalhão e todo ele foi encarregado da defesa da Vila da Praia contra possíveis ataques dos miguelistas por mar.

*

Apesar da opposição da Inglaterra, já tinham sido transportados de Plymouth para a Ilha Terceira mais de mil homens, desde o mês de Janeiro de 1829 até fins de Março do mesmo ano.

Para Brest também saiu um contingente de emigrados, e para o Brasil foram outros contingentes.

Nos princípios de Abril já só existiam em Plymouth cerca de 450 emigrados, dos quais 300 embarcaram para Ostende (Países-Baixos) onde chegaram no dia 10 de Maio de 1829. Daqui se repartiram ainda por Bruges e Gand.

Nestas três cidades os emigrados foram muito bem recebidos e em cada uma delas se fez um depósito.

*

NOMEAÇÃO DO CONDE DE VILA FLOR
PARA GOVERNADOR E CAPITÃO-GENERAL
DOS AÇORES. DERROTA DA ESQUADRA MIGUELISTA
NA VILA DA PRAIA

O poder militar dos liberais tinha aumentado notavelmente na Ilha Terceira. Em 5 de Abril de 1829 já o marquês de Palmela tinha nomeado o conde de Vila Flor para governador e capitão-general dos Açores com a intenção de este submeter aos liberais as restantes ilhas do arquipélago.

D. MIGUEL enviou então uma esquadra à Ilha Terceira para se apoderar dela. Deu-se o combate na Vila da Praia em 11 de Agosto de 1829, e a esquadra miguelista foi derrotada pelas forças liberais, tendo sido brilhante a acção do «Batalhão dos Voluntários da Rainha».

* * *

SAÍDA DOS EMIGRADOS EM FRANÇA
PARA OS PAÍSES-BAIXOS

Em Outubro de 1829, em virtude das actividades políticas que os emigrados exerciam em França, da política conservadora da Sagrada Aliança (França, Áustria e Rússia), países de governos absolutos ou *déspotas* como então eram designados, e das reclamações do já então rei D. MIGUEL, o governo francês presidido por POLIGNAC mandou dispersá-los por várias localidades e suspender os subsídios que lhes dava.

Os emigrados em França eram então cerca de 600. Conseguiram, no entanto, que o governo francês lhes permitisse saírem para os Países-Baixos (Holanda e Bélgica).

Já no mesmo mês de Outubro muitos deles embarcaram em Saint Malo e foram especialmente para Ostende e Bruges, na Bélgica.

*

Importa dizer-se que as grandes potências incluindo a Inglaterra, já se encontravam inclinadas a reconhecerem D. Miguel como rei absoluto de Portugal. A Espanha já o tinha reconhecido, em Outubro de 1829.

V—A REGÊNCIA DA ILHA TERCEIRA

A Ilha Terceira era o ponto de partida dos liberais para recuperarem Portugal e estabelecerem relações políticas, diplomáticas e financeiras com as várias nações. Para tal era, porém, necessário que a Ilha Terceira tivesse um governo próprio.

Ela seria uma miniatura de Portugal.

O imperador D. PEDRO, em nome de sua filha D. MARIA DA GLÓRIA, publicou então em 15 de Junho de 1829, um decreto expedido do Rio de Janeiro, criando a «Regência da Ilha Terceira» que foi constituída com o MARQUÊS DE PALMELA como presidente; o MARQUÊS DE VALENÇA ⁽¹⁾ e JOSÉ ANTÓNIO GUERREIRO.

A sede da Regência ficava em Londres.

A Regência devia procurar contrair um grande empréstimo, na importância de um milhão de libras, pois os emigrados estavam sem recursos e havia muitas e grandes despesas a fazer. Tinha ainda de organizar a expedição a Portugal contra D. MIGUEL e seu regime.

*

O governo inglês, inclinado para D. Miguel, não consentia a permanência da Regência na Inglaterra e, por isso, D. PEDRO ordenou que ela se transferisse para a Ilha Terceira. Instalou-se então em Vila Flor no dia 16 de Março de 1830, tendo sido substituído o Marquês de Valença pelo Conde de Vila Flor.

Aqui nomeou a Regência para seu secretário o tenente de engenheiros LUÍS MOUSINHO DE ALBUQUERQUE; para seu ministro em Londres, LUÍS ANTÓNIO DE ABREU E LIMA ⁽²⁾, e ministro em Paris, D. FRANCISCO DE ALMEIDA ⁽³⁾.

(1) 5.º deste título, D. JOSÉ BERNARDINO DE PORTUGAL E CASTRO.

(2) Mais tarde 1.º VISCONDE DA CARREIRA. Sendo ministro de Portugal na Holanda, declarou que não reconhecia o governo de D. Miguel, mas não se demitia por se julgar o legal representante de D. Pedro, rei legítimo.

(3) Filho do 3.º marquês do Lavradio, D. ANTÓNIO MÁXIMO DE ALMEIDA PORTUGAL.

* * *

A REVOLUÇÃO LIBERAL FRANCESA DE 1830
A QUEDA DA MONARQUIA ABSOLUTA.
SUBSTITUIÇÃO DO GOVERNO INGLÊS DE WELLINGTON

Na França deu-se uma notável transformação política em 1830. A revolução liberal realizada nos dias 27, 28 e 29 de Julho derubou o regime absoluto do rei CARLOS X, e colocou no trono de França LUÍS FILIPE como rei liberal. Foi notável neste movimento a acção de TALLEYRAND e de LAFAYETTE.

A queda da monarquia absoluta de CARLOS X trouxe aos emigrados portugueses esperanças de melhores dias para a sua causa. LAFAYETTE logo fez subsidiar os emigrados, e TALLEYRAND é nomeado embaixador do rei LUÍS FILIPE em Londres.

*

Outro facto muito importante ocorreu também na Inglaterra: o governo de WELLINGTON caiu no dia 22 de Novembro do dito ano de 1830, e foi substituído por outro mais liberal de que fazia parte GREY como 1.º ministro, e PALMERSTON como ministro dos negócios estrangeiros.

A situação política dos liberais portugueses tinha de facto melhorado em consequência da revolução francesa de Julho de 1830, e da substituição do ministério Wellington na Inglaterra. Mas a situação financeira dos emigrados continuava difícil, e o grande empréstimo de que a Regência da Ilha Terceira necessitava, ainda não se tinha realizado até fins do ano de 1830, apesar do apoio que lhe dava PALMERSTON e TALLEYRAND. A praça de Londres recusou conceder o empréstimo por insuficiência de garantias.

Assim se chegou ao ano de 1831, que seria decisivo para a causa liberal dos portugueses.

*

UMA TENTATIVA DE RECONCILIAÇÃO POLÍTICA
E PROTESTO DO DESEMBARGADOR QUEIRÓS

A França, Inglaterra e Áustria não desejavam a vitória total dos liberais portugueses e inclinavam-se para o reconhecimento do governo de D. Miguel. A diplomacia procurava, por isso, orientar a política do imperador D. Pedro em Portugal. A Inglaterra e a Áustria chegaram mesmo a convencê-lo a reconciliar-se com D. MIGUEL pelo casamento deste com D. MARIA DA GLÓRIA como

rainha de Portugal, e D. PEDRO mandou fazer diligências neste sentido em França, em 21 de Abril de 1830.

O partido de SALDANHA, o mais avançado, considerou tal manobra como uma traição de D. PEDRO, e então o emigrado JOAQUIM JOSÉ DE QUEIRÓS publicou em Ostende, em 10 de Agosto de 1830, um longo protesto contra tal projecto, que apresentou ao marquês de Santo Amaro, diplomata brasileiro enviado à Europa para contratar o casamento da rainha com D. MIGUEL, por intervenção do governo inglês.

Vamos reproduzir alguns passos deste protesto.

Il.^{mo} e ex.^{mo} sr. Marquês de Santo Amaro.

Ostende, 10 de Agosto de 1830.

Os esforços dos emigrados portuguezes em 1828, os sacrificios que têm feito para sustentar os direitos da Realeza, e os da Liberdade fundados na Carta Constitucional em 1826, as duplicidades internas e externas de que têm sido vítimas, a sua firme resolução de não soffrerem jamais qualquer influéncia governativa do bárbaro usurpador, nem deixarem escapar um só artigo de suas liberdades adquiridas, me autorizam a levar ao conhecimento de V. Ex.^a os princípios que têm dirigido nossa conduta, que estamos decididos a sustentar, e cuja estabilidade acaba de sancionar o mais heroico esforço do presente século.

V. Ex.^a estará ao facto dos manejos por que o infante D. Miguel satisfaz em Portugal às instruções dos seus protectores nas cortes da Áustria, França e Londres até Maio de 1828, em que tirando a máscara usurpou abertamente a coroa a seu irmão e benfeitor e a sua futura esposa a rainha.

A reacção do Porto, bem que mal sucedida pela inépcia, e pusillanidade dos que se arrogaram a sua direcção, teve contudo o resultado de tirar à usurpação o apoio do assentimento nacional, de mostrar que os bons portuguezes não se curvam ao despotismo, sacrificam-se pela liberdade e têm compreendido a tendência do século; todavia esta reacção deu lugar ao desenvolvimento do feroz carácter do usurpador e da facção que o cerca, e levantou entre ele e a nação um insurmontável muro de bronze; assim o infante D. Miguel não será jamais rei nem mesmo regente de Portugal. Entre tantos boatos se tem espalhado que V. Ex.^a está autorizado a transigir com ele pela intervenção do governo inglês, ratificando seus esponsais com a rainha a senhora D. Maria II.

Os portuguezes e mesmo os estrangeiros se horrorizam pela só ideia de uma tal concordata, que extorquindo aos portuguezes o dom da liberdade (de que eles já não cedem), entreteria o espirito insurreccional, que seria em último apuro fatal á dinastia; sobretudo um tal arrançamento mancharia a glória do sr. D. Pedro, tornaria irri-

sórias suas declarações solenes à face do mundo, e faria confundir seu carácter magnânimo, com o de alguns soberanos da velha Europa. Sem pois dar assento a tais boatos, os portugueses confiam na firmeza de carácter do sr. D. Pedro, e na probidade de V. Ex.^a, e esperam que em qualquer arranjo diplomático se tenham como condições si ne quibus a saída de D. Miguel de Portugal, uma regência em nome da rainha conforme o artigo da Carta Constitucional e a permanência desta sem alteração alguma, enquanto se lhe não fizer pelas formas nela prescritas.

O estado opressivo da nação tem redobrado os ânimos dos portugueses fiéis ao seu juramento, e lhes tem atraído mesmo a maioria dos que, iludidos pelos satélites do despotismo civil e eclesiástico, se tornavam perjuros; há muito ali teria rebentado a explosão insurreccional, se esperanças de um impulso externo não socegasse os espíritos; se porém hoje não só acabassem essas esperanças, mas insidiosas maquinações tendessem a assegurar a presença do Tirano, e a perda da liberdade, hoje Ex.^{mo} sr., que a França resolveu o grande problema político do século, que a Espanha vai adoptar seus corolários, que não é possível escapar ao turbilhão insurreccional (seus governadores não previnem a tempo as exigências da opinião pública), hoje será espantosa a contra-revolução portuguesa, e quem sabe mesmo se o plano combinado em 1820, e tão generalizado depois de uma fusão peninsular não se realizaria em poucos dias!

Acabou o tempo de se sacrificarem os interesses dos povos nos tenebrosos gabinetes da diplomacia, a luz raioi, e é preciso que ela tudo esclareça, cada cidadão é hoje um Argus com o açoute da censura, e eu como cidadão afeito a não lisongear o poder, nem temer senão a lei, trarei à luz do dia pela imprensa o que vir de impuro na direcção governativa e lhe descarregarei os golpes conforme as minhas forças. Praza aos céus que os portugueses tenham a louvar-se do bem com que trataram em outro tempo a V. Ex.^a e que V. Ex.^a sem comprometimento tenha a doce satisfação de lhes ter sido grato.

Aproveito esta ocasião de assegurar a V. Ex.^a o respeito com que me assino de V. Ex.^a o mais atencioso admirador e reverente criado.

Joaquim José de Queirós (1)

As negociações em causa fracassaram totalmente com a queda da monarquia absoluta francesa e o declínio do governo conservador de Wellington que foi substituído no mês de Novembro de 1830 por outro liberal do partido *whig*.

(1) Cfr. MARQUES GOMES, *Aveiro Berço da Liberdade*, pág. 126. Porto, 1899.

* * *

DIFICULDADES DA REGÊNCIA

A Regência da Terceira tinha a sua vida financeira e política muito difficil. Precisava de fazer avultadas despesas, mas não tinha dinheiro.

Até Outubro de 1830 ella ainda não tinha conseguido o importante empréstimo que pretendia, e sem elle era-lhe impossivel formar a expedição militar para derrubar em Portugal o regime absoluto.

Necessitava de comprar ou fretar navios para os transportes, pagar às tropas, etc., e sem dinheiro nada disto se podia fazer.

Por sua vez os emigrados nos países europeus queixavam-se de falta de recursos e alguns até pediam à Regência auxilios que ella não lhes podia prestar.

Para se avaliar as difficuldades financeiras da Regência e dos emigrados, vamos transcrever uma carta do ministro da Regência em Londres, LUÍS ANTÓNIO DE ABREU E LIMA, datada de 15 de Outubro de 1830, para o emigrado tenente-coronel MANUEL MARIA DA ROCHA COLMIEIRO, assistente em Anvers, em resposta ao pedido que este lhe fizera de um pequeno empréstimo para pagamento de dívidas e resgate de determinado penhor.

Ill.^{mo} Sñr Manoel M.^a da Rocha Colmieiro

Londres 15 Out.^o 1830

Ill.^{mo} Sñr

Recebi a carta de V. S. de 10 do corrente, e com magoa vejo as circumstancias penosas em que se acha, sentindo isso tanto mais que as m.^{as} não são melhores. Acho-me com 14 meses de atrazo, 18 de despesas de secretaria, tres casas uma em Bruxellas onde deixei tudo quanto tinha para garantir parte das minhas dividas exposto a ser roubado, uma na Haya p.^a recolher o que poder salvar do naufragio, e outra nesta Cid.^e, aonde tenho feito quatro viagens e demoras inuteis sem p.^a isso receber real.

Estou por tanto mergulhado em um pelago de onde talvez não possa sahir senão p.^a a cadeia. Assim meu caro Sñr. bem pode VS. pensar que eu não posso servi-lo no que me pede. Eu mandei daqui a Azeredo com que pagar um mez, e VS. não foi excluido, de modo que pode mandar receber o que lhe pertence, ficando o adiantado á minha responsabilidade. Ah! ha Consul Miguelista, e não poderia

por elle mandar-lhe pagar. A Regencia concede passagem p.^a a Terceira a quem tiver meios de vir até aqui, porem dinheiro não ha, apesar dos rumores que correrão do contrario, que desgraçadamente são falsos.

Sinto como VS. bem pode imaginar, que esta resposta não seja em tudo conforme aos seus desejos e meus. Junto remeto a VS. os papelinhos que me confiou, e acabo confessando-me

De VS.

am.^o, v.^{or} e cr.^o

Luiz Ant.^{to} de Abreu e Lima

36 Baker Str.
Portman Sq.

P. S.

Procurando agora as cautelas, que pensava ter trazido, não as acho, e persuado-me que as deixei na Haya, o que muito sinto. Perdoe pois VS. não lhas mandar como acima dizia.

(No sobrescrito)

Monsieur M. M. da Rocha Colmieiro

Hôtel au bien être
de la Patrie

Anvers
Pays Bas

Politicamente, a situação da Regência na Inglaterra era cada vez pior.

D. Pedro e os liberais continuavam sem o apoio do governo inglês, visto que este continuava na disposição de reconhecer D. Miguel como rei.

Com effeito, Abreu e Lima, ministro da Regência da Madeira em Londres, dizia a Manuel Maria da Rocha Colmieiro numa carta que lhe escreveu de Londres para Colónia em 3 de Novembro de 1830, e que temos presente:

«vejo tudo disposto ao próximo reconhecimento de D. Miguel»

Tal não succedeu, porém, porque o ministério de Wellington caiu no dia 22 do dito mês de Novembro.

* * *

O IMPERADOR D. PEDRO ABDICA DA COROA DO BRASIL
EM SEU FILHO D. PEDRO, NO ANO DE 1831.
E VEM À EUROPA DEFENDER OS DIREITOS DE SUA FILHA
À COROA DE PORTUGAL

Divergências entre os políticos brasileiros e o imperador D. PEDRO obrigaram este a abdicar da coroa do Brasil em seu filho D. PEDRO de cinco anos de idade, a 7 de Abril de 1831. O imperador era agora simplesmente D. PEDRO DE ALCÂNTARA mas tinha as mãos livres para fazer a sua política na Europa.

Partiu então do Rio de Janeiro para a Europa com sua filha D. MARIA DA GLÓRIA e com a imperatriz D. AMÉLIA sua segunda esposa, a fim de aqui defender a causa de sua filha como rainha de Portugal.

D. Pedro e D. Amélia instalaram-se na corveta inglesa *Volage*; e D. Maria da Glória, acompanhada dos marqueses de Loulé e do conde de Sabugosa, embarcaram na nau francesa *La Seine*. No dia 14 de Abril estes navios saíram do Rio de Janeiro para a Europa, embora com viagens diferentes.

D. Pedro tocou a Ilha do Faial, continuou a viagem e desembarcou em Cherburgo. Daqui partiu no dia 12 de Junho para Londres, tendo chegado a esta cidade no dia 26.

D. Maria da Glória chegou ao porto de Brest no dia 14 de Julho e daqui partiu para Paris.

*

Vinha o ex-imperador defender com energia e extrema dedicação os direitos de sua filha ao trono de Portugal, e resolver graves problemas relativos a uma expedição militar a fazer a Portugal para derrubar D. Miguel do poder.

Em Londres D. Pedro hospedou-se no Hotel Clarendon e escolheu para seus principais assistentes e orientadores FRANCISCO GOMES DA SILVA, JOÃO DA ROCHA PINTO, JOSÉ DA SILVA CARVALHO e LUÍS ANTÓNIO DE ABREU E LIMA.

D. Pedro apresentava-se apenas com o modesto título de *duque de Bragança*, como imediato sucessor e primogénito do rei D. João VI. Foi bem recebido pelo rei de Inglaterra e pela corte, e no dia 3 de Julho recebeu os cumprimentos dos portugueses residentes em Londres, quer emigrados quer não. Logo começou a ser olhado como regente do reino.

*

Para reforçar os seus conselhos, D. Pedro chamou da Ilha Terceira o marquês de Palmela, por carta de 6 de Julho, e foram também convidados a irem de França para Londres CÂNDIDO JOSÉ XAVIER e JOSÉ XAVIER MOUSINHIO DA SILVEIRA.

Esta escolha exclusiva fez irritar sobremaneira o partido da opposição chefiada por Saldanha.

Os orientadores e conselheiros de D. Pedro deveriam ocupar-se dos seguintes assuntos:

Trabalhos de ordem política internacional.

Estudos e diligências para a realização de um grande empréstimo à Regência.

Estudos para uma expedição militar da Ilha Terceira a Portugal para restaurar o sistema constitucional.

Admissão de emigrados na expedição, e recrutamento de mercenários estrangeiros.

Aquisição de navios para o transporte de tropas.

Planos de legislação administrativa para Portugal.

A chegada de D. Maria da Glória a Paris obrigou D. Pedro a vir aqui no dia 26 de Julho. Comemorava-se o primeiro aniversário da revolução francesa de Julho.

Findas as festas, D. Pedro voltou para Londres com sua filha. No dia 7 de Agosto, esta, como rainha de Portugal, e na presença de seu pai, deu recepção aos seus súbditos que a quiseram ir visitar e saudar.

*

No dia 16 de Agosto, D. Pedro com a filha e esposa saiu inesperadamente de Inglaterra, e foi residir em França.

O rei Luís Filipe concedeu a D. Maria da Glória o palácio de Meudon, próximo de Paris, para nele se hospedarem. Aqui veio o rei dos franceses e sua família visitar os recém-chegados.

O rei Luís Filipe e o governo francês estavam na disposição de auxiliar politicamente D. Pedro e os liberais portugueses. Com efeito, o governo francês deu apoio político às pretensões de D. Pedro, e deu-lhe também autorização para utilizar o porto de Belle-Isle-en-mer para o transporte de emigrados e mercenários para a Ilha Terceira numa esquadra comandada pelo vice-almirante SARTORIUS.

O apoio da França a D. PEDRO é confirmado numa carta escrita em francês em Colónia (Prússia) em 23 de Agosto de 1831 por Buichler e dirigida a M. M. da Rocha Colmieiro, então assistente em Francfort. Nela diz Buichler, em versão:

«Segundo as últimas notícias, a França restituirá a Dom Pedro o seu reino, e depois vós podereis regressar e abraçar *Mademoiselle* vossa filha, a qual eu desejaria muito conhecer.»

Pelo seu interesse, vamos aqui transcrever esta carta que temos presente.

Cologne, 23 Aout 1831

Mon cher ami.

Avec le plus grand plaisir j'ai recue Votre lettre par laquelle j'espérois que Vous pensez de moi encor amicablement Vous me faites l'esperance de Vous revoir encor une fois ici à Cologne, Vous ne croirez pas quelle plaisir Vous m'en feriez. Ma maison est à Votre service et Vous pouvez être sur que je ferais tout ce que je pourrais pour Vous rendre Votre séjour ici si agreable que possible. — Souvent j'ai pensé de Vous dans le parce que les circonstances de vótre patrie devenoient si favorables pour Vous. Selon les derniers nouvelles la France rendra à Dom Pedro son royaume, et après Vous pourrez retourner et embrasser Mademoiselle Votre fille, de laquelle je souhaiterois beaucoup la connaissance, mais cela restera seulement, je crois, une idée.

Monsieur Frillewitz (?) dont Vous avez fait la connaissance par la tour pour Prusse (?), me demande souvent de nouvelles de Vous. Il ira en France pour chercher sa femme peut être qu'il vient aussi à Frankfort; je voudrois bien d'être à sa place.

Ici à Cologne les affaires vont toutes tranquilles, il n'y a pas des nouvelles, on parle beaucoup de la guerre, mais on la craint tellement qu'on n'ose pas d'en commencer. Pour moi, je suis persuadé qu'elle viendra surement à cause de la Pologne et je ne la craint pas tant, que la cholera. On parle déjà beaucoup des precautions qu'on va prendre contre cette maladie. Déjà il y a un commissaire ici qui a beaucoup de conférences avc le prince à cause de ces préparatifs.

Cette épidemie nous est beaucoup plus prête qu'on le croit en général.

Ma pêtite Bertha Vous salut cordialement, elle se porte très bien, elle me donne l'esperance d'un petit Buichler dans le mois de février; déjà elle a changée beaucoup sa taille.

Vous aurez la bonté de pardonner les fautes que je fais en écrivant français et d'accepter les salues les plus amicales de Votre petit

Buichler

No sobrescrito;

Monsieur

M. M. Rocha Colmeiro

dans l'hôtel de Braband

Frankfort o. l. M.

* * *

D. Maria II residiu no dito palácio desde a sua chegada a França em meados de Agosto de 1831 até princípios de 1833, época em que dele saiu para Inglaterra para vir para Lisboa depois da tomada desta cidade pelos liberais.

O duque de Bragança tinha fixado a sua residência em França. Entretanto chegava de Angra a Londres, em 19 de Setembro, o marquês de Palmela, e daqui partiu para Paris em 2 de Outubro. Passado quase um mês, voltou para Londres, onde chegou no dia 19 de Outubro.

REALIZAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO

Estas viagens de Palmela entre Londres e Paris devem estar relacionadas com o grande empréstimo estudado em 14 de Agosto que a Regência de há muito pretendia realizar, mas que várias dificuldades impediam de se fazer. Finalmente ARDOUIN, banqueiro em Paris e J. SANSON & RICARDO seus agentes em Londres, comprometeram-se a fazer um empréstimo nominal de dois milhões de libras (9 000 contos) mas em condições muito onerosas, e ainda com a condição de se instituir em Londres uma comissão da administração e fiscalização do dinheiro do empréstimo, visto ser este destinado especialmente à formação da projectada expedição a Portugal.

Esta comissão foi formada pelo inglês ROSE GEORGE SARTORIUS, comandante da esquadra liberal, JOÃO ANTÓNIO Y MENDIZABAL, súbdito espanhol, e pelo português MANUEL GONÇALVES DE MIRANDA.

Deste empréstimo foi forçoso descontar avultadas importâncias de empréstimos e dívidas anteriores e elevados juros e outras alcavalas, pelo que a importância finalmente recebida pelo

governo para as despesas de guerra e arranjos da expedição foi de 340.529 £.

O contrato do empréstimo foi assinado em Paris por D. Pedro, duque de Bragança a 23 de Setembro na qualidade de tutor de sua filha, de menor idade.

* * *

Do novo governo inglês conseguiu Dom Pedro várias regalias e facilidades entre as quais a reunião e saída do porto de Londres de navios para a Ilha Terceira, destinados ao transporte do *Exército Libertador* para Portugal.

Numa carta de 3 de Setembro de 1831 escrita de Londres por Colmieiro para o italiano VICENZO BIANCHI lê-se:

«As naus e fragatas já daqui partirão e 4 creio já cruzão defronte de Lisboa, ainda aqui estão 8 transportes e 4 vapores para irem para a 3.^a e eu não sei se hirei daqui ou de França pois estou á espera das ullimas ordens. Em todo o caso te farei saber qual o meu destino, no entanto eu creio que tudo vai para 3.^a e que só na primavera só é que iremos á cara Pátria, e quando saibas que lá estamos espero que todos juntos comeremos um bocado de pão que sempre me deixaria o Monstro, pois tudo que for meu podes contar como propriedade tua, pois que me reputo da mesma família.»

* * *

D. PEDRO DE ALCÂNTARA DUQUE DE BRAGANCA
E REGENTE DE PORTUGAL

PALMELA, presidente da Regência, chegou a Londres em 19 de Outubro de 1831. Em conselho realizado em casa do príncipe de TALLEYRAND, ministro francês em Londres, com PALMERSTON e GREY foi resolvido que D. PEDRO DE ALCÂNTARA se intitulasse *Duque de Bragança* e fosse *Regente de Portugal* em nome da rainha sua filha D. MARIA II, na sua menoridade.

D. PEDRO tinha finalmente ganho a batalha diplomática.

*

Nenhum partidário de SALDANHA foi escolhido por D. PEDRO para homem de sua confiança, o que motivou grandes protestos dos *saldanhistas* contra a autoridade do Regente D. PEDRO, e fez aumentar a divergência e rivalidade entre o partido de D. PEDRO e o da opposição liberal.

A REVOLUÇÃO LIBERAL DE 1828

UMA CARTA DE CORREIA DE MELO OSÓRIO PARA ROCHA COLMIEIRO

Francisco Correia de Melo Osório, emigrado ⁽¹⁾, escreveu de Brest em 11 de Novembro de 1831 uma carta para M. M. da Rocha Colmieiro, então assistente em Londres, Rua Clarendon, 72.

D. Pedro estaria então em Belle-Isle, e partiria em breve para Londres segundo a carta.

Diz Melo Osório que ainda não se sabia quais os emigrados em França que iriam na expedição; mas entendia que era grande impolítica não irem todos os que quisessem.

O próprio Melo Osório pretendia ir na expedição, mas não sabia se o admitiam.

Vamos transcrever esta interessante carta conforme a original.

Caro Manuel

Apenas aqui cheguei, logo te escrevi por me dizerem que estavas em Laval, e o Queirós me respondeu, que estavas na Prussia, me parece, o que estimei porque he signal de haver com que se viaje, e tambem de saúde; nos estivemos no Rio de Janeiro ao principio bem porem os ultimos 8 mezes e meio nada de novo de sorte que me valeo o Braga, eu lá possuí mal com huma sarna própria do paiz, que me atormentou hum anno, e depois deixou-me huma inflamação no nariz de que quasi sempre tenho vestigios apezar de nunca beber bebidas espirituosas, porque a falta de din.^o concorre tambem para o nariz se não inflamar tanto.

Aqui estou com o Joze que se te recomenda m.^{to}, e o Antonio foi p.^a a ilha Terceira m.^{to} antes de nós virmos para aqui: nos temos 45 francos cada hum por mez, e são os mcios que nos assistem, e com huma austera economia chegão, porq.^o não ha remedio, senão chegarem. De tua Familia não sei nada da minha casa tive carta, e tem tido que comer por meio d'hum arrendamento de parte dos meus bens, e escreveram-me os meus pequenos tambem huma carta em que se assinavão todos; só os dois mais novos não assinavão, porem fizeram a sua cruz; gostei da chalaça; porem a m.^a satisfação maior foi por ver letra de meos filhos, que eu julgava, que nem para pão tivessem tido abundancia. As novidades são muitas, e todas boas, como sabes; porem de positivo, respeito a nossa hida nada de novo, o consul daqui teve huma carta de Paris d'hum irmão,

(1) Filho de Manuel Correia de Melo, senhor da Casa de Pedrogal no concelho de Paiva, e de sua mulher D. Angélica Bernarda Osório Sarmiento, filha de Manuel Osório do Amaral, 5.^o senhor da Casa de Almeidinha, e de sua 2.^a mulher D. Ana Isabel Sarmiento de Vasconcelos e Castro.

em que lhe dizia, que D. Pedro hia p.^a essa com brevid.^o, porem a nosso respeito nada se sabe: diz-se que vão alguns para a 3.^a, e que outros ficão por ora, mas de certo nada sei. Eu não posso dizer-te se vou na expedição, apesar de ter falado nisso a hum criado de D. Pedro, que aqui esteve: eu considero grande impolitica não hirem todos os que quisessem, porque todos tem padecido pela m.^{ma} causa, e ninguém gosta de ser reputado em pouco, porque cada hum faz o que pode, e se o não fizer castiguem-o; e o gasto da condução sempre o governo tem de o fazer. Recomenda-me m.^{to} ao Ajudante Ribeiro, e Couto, e aos Amigos, que ali estiverem, como são os Passos, se ainda não viessem para Paris. Como tens tido saude, o mais sempre se remedeia, eu nuuca pensei, que com 45 francos tivesse p.^a comer, lavar roupa, calçar e ainda sobeja alguma cousa para por remendo na roupa, que se vai desfazendo; e a respeito de vícios nada. Agora o meu divertim.^{to} he aprender a traduzir francez, porque falal-o não me he possivel, e nisto passo alguns dias entertidos oito horas, e ás vezes mais: Estimarei m.^{to} ver-te cedo, e se for em Portugal, como desejamos, e esperamos, melhor; perpara a Durindana, que parece deve servir logo. AD.^s sou teo

Brest 11 de 9br.
1831

pr.^{mo} m.^{to} do C.

bibRIA

F. C. de M. Osório

QUATRO CARTAS HISTÓRICAS DE JOAQUIM JOSÉ
DE QUEIRÓS ESCRITAS EM 1831 A ROCHA COLMIEIRO

O desembargador Joaquim José de Queirós e o tenente-coronel de milícias de Aveiro, Manuel Maria da Rocha Colmieiro (1), eram dois grandes amigos.

Conviviam em Aveiro, aqui planearam a revolução de 16 de Maio e nela tomaram parte muito activa.

Esmagada esta revolução pelos absolutistas, os dois acompanharam para o exílio as tropas constitucionais.

No estrangeiro separaram-se mas mantinham correspondên-

(1) Nasceu na freguesia de Ovar em 1 de Julho de 1790. Filho de SALVADOR DA ROCHA TAVARES PEREIRA CORTE REAL e de DONA ANGÉLICA VIOLANTE DE SOUSA COLMIEIRO COUTINHO. Faleceu na sua casa de Esgueira em Julho de 1844. Casou com D. Maria Emília Leite Pereira Berredo e tiveram a filha D. Antónia Jesuina da Rocha Colmieiro, nascida a 13 de Junho de 1811 na freguesia de S. Salvador do Burgo de Arouca, que casou em Esgueira com João de Moura Coutinho de Almeida de Eça, doutor em Leis.

cia relativa aos negócios políticos, à situação dos emigrados, a planos de regresso a Portugal para uma contra-revolução destinada a restaurar o regime constitucional, etc.

Possuimos quatro cartas escritas pelo desembargador Queirós em Laval no ano de 1831 e dirigidas a Colmeiro. Foram-nos oferecidas há anos por um parente deste. São documentos de grande valor político e histórico, atendendo aos importantes assuntos nelas tratados, e à qualidade e categoria do seu autor.

Também nelas se encontram referências a emigrados de Aveiro, tais como:

Agostinho José Pinheiro, Custódio José Duarte e Silva, Francisco Veríssimo de Moraes, Padre Lourenço António de Almeida, capelão do batalhão de caçadores 10, parente do notável liberal, Francisco Lourenço de Almeida, desembargador da Relação do Baía e a seguir da Relação do Porto, natural de Fermelã, concelho de Estarreja.

Por tudo isso, aqui as vamos publicar como subsídios históricos, utilizando a ortografia actual para maior facilidade de leitura.

A 1.^a é datada de 28 de Janeiro de 1831, sem indicação de destino, mas dirigida provavelmente para Colónia (Prússia).

A 2.^a não tem indicação de data nem de origem, mas é dirigida para Colónia.

A 3.^a é de 9 de Novembro e dirigida para Londres.

A 4.^a é de 31 de Dezembro, mas sem indicação de destino, mas por certo dirigida para Londres.

CARTAS

I

Laval 28 de Janeiro 1831

Amigo

Ontem recebi a tua de 21, sem ter recebido alguma das que dizes ter escrito para Paris, o que assim devia ser, porque sem endereço ficam no correio, onde eu nunca fui.

Em todas que escrevi a Serpa, e José Fortunato procurava notícias tuas e mesmo a alguns que chegaram, mas uns diziam teres saído para Anvers, e outros para Aix-la Chapelle, e só por um patricio que chegou aqui há 3 dias de Rennes soube que o P.^c Lourenço tinha recebido cartas tuas.

Estive em Paris até 15 do corrente em que saí para esta terra onde estou na companhia do Agostinho Pinheiro, Custódio, e agora Francisco Veríssimo, primo daquele; fazemos o comer em casa, e nos ficará tudo por 55 francos; a terra não é má; porém, tendo o Governo assegurado 60 francos por mês e às praças de pret 30, agora veio ordem para se pagarem somente 45 francos, o que não pode chegar, e todos estão consternados. Até agora tem sido fácil a admissão em Paris para o depósito de Rennes, ou Laval; e tem vindo muita gente; o Camossa e José Fortunato, que eu fiz admitir, não têm por ora deixado Saint Omer; o Serpa chegou a Paris e está a chegar a Rennes, tendo já recebido 30 francos que adiantam para a viagem.

Tem sido um milagre a minha subsistência em Paris, e me tenho empenhado; mas não tendo já recursos, lancei mão do depósito, e mesmo assim vale para suprir, o Agostinho. Dizem que pagam 2 meses em Bruges, e então poderei sair de entalção do que pedi a Semião, livreiro de Coimbra, e que me faz peso, porque Francisco António de Campos pode esperar, bem como o Agostinho. Nunca pensei chegar a tal estado de pedir tais favores, e mandar uma Letra ao Soveral da Pesqueira para me adiantar 300 francos, e este se recusar; compôs com muita política, e assim exclusivamente, emprestou-me 200 francos; e Custódio Teixeira, sem que nada lhe pedi, chorar-me misérias; eis aqui os homens, mesmo sabendo que eu tinha tudo seguro em Portugal, pois a última carta de Dezembro me avisa não se ter nada distraído, nem mesmo por sequestro na mão dos devedores, conservando-se tudo em depósito.

Dali nada há de novo, salvo muita alegria com a mudança do Ministério, chamada de Mackensie, etc. sem haver perseguições; morreu o Prior de Ílhavo, e o mais está tudo no mesmo estado. Parece que Miguel quer aumentar o Exército, mas de sua morte foi notícia de especulação. Contrain-se o empréstimo, consta terem os nossos já na mão 600 mil libras, apesar de a Praça o não reconhecer, e se assegura que se prepara tudo para a expedição, que será comandada por um general inglês, que se chamará tudo destes depósitos capazes de pegar em armas para a Ilha, que se tomarão a soldo algumas tropas estrangeiras, e que chegam, se já não chegaram, os que estão no Rio.

Ao princípio tratou-se de uma comissão administrativa em que entravam alguns dos 6 amigos com quem eu estava ligado em Paris; mas abandonou-se essa ideia porque os Mandões não querem fiscais aos desperdícios; todavia, como os Agentes brasileiros estão à testa, deve contar-se com o resultado, e para os fins de Abril, ou de Maio, tudo estará concluído, ao menos assim o afirmam de Londres; e eu sei particularmente que Palmerston, e Talleyrand estão de acordo a nosso favor e a isso é devido o efectuar-se o empréstimo.

Até os fins de Fevereiro se há-de conhecer a marcha da expedição e seu plano, e até então eu não te aconselho que largues essa

posição; porque fazes grandes despesas em viagens, vens aqui ter 45 francos, e não deves ir para a Ilha expor-te a lá te deixarem por não poderes pegar num fusil, e cavalaria bem vês que a não haverá; por outra parte procura-se apertar o Saldanha; e mesmo que este vá, deverá apenas obrar em segundo ou 3.º porque se teme a sua demagogia, e a Regência é que dirige tudo; porém, logo que se chegue a Portugal, ele e os seus irão à tabúia, porque tudo está disposto para isso, e já eles o temem.

Diz o Veríssimo, que o P.º Lourenço te oferece dinheiro com o sentido na apresentação; bom é que te aproveites, mas não te cegues a vir já, porque tudo isso pode fallar, e só para os princípios de Março terão dados certos do destino futuro, e eu me encarrego de te avisar; entretanto faz o que te parecer. Muito deves à tua vizinha, a quem me recomendarás, e é preciso que não sejas ingrato, porque a ingratidão é o maior dos crimes sociais. Os nossos ditos patricios se te recomendam, e o P.º ao Ant.º, e eu também. Pode ser que essa posição se torne em breve em teatro da guerra, segundo os destinos da Bélgica; em França tudo insta por ela, e sua attitude é formidável, assim a Câmara e o Governo fossem de acordo com o espirito público; a meu ver a guerra é inevitável mais cedo ou mais tarde.

AD!

Teu A. g.
Queiroz

bibRIA

II

Am.º

Bem que te prometi escrever, não o tenho feito por nada haver que interesse, e te poupar os 28 s. que nas circunstâncias se não devem gastar de balde. Fez-se o empréstimo, mas ficou sem efeito pelas exóticas condições a que anuíram nossos governantes, isto é, que o preço seria regulado pelo da praça; como esta não admitiu tal empréstimo, não teve este preço e assim nulo. Dizem agora mas não se acredita, que esperam novas garantias de Dom Pedro, e com elas se fará o empréstimo. O certo é que estamos como dantes, e pois que este governo se tornou indiferente, e o de Inglaterra segue a mesma política, nada há a esperar deles, e nós sem dinheiro nada podemos empreender. Luis Filipe quer segurar-se e sua dinastia, e sacrifica para isso aos outros governos a honra da França, e todos os povos liberais; o procedimento com a Itália faz horror!

Uma grande parte dos Franceses estão desesperados, mas os doutrinários gostam porque querem gosar, e os carlistas se regosijam

por verem assim alienados os povos da França, e poderem depois a coalisão dos Dêspotas esmagá-la sem auxiliares. O pior é que as novas eleições prometem uma Câmara do jaez da que finda. A guerra só podia salvar a liberdade da Europa, mas L. Filipe é um pusillânime e teme a liberdade; é rei, e meio legítimo. Agora que o deixaram cercar de um exército formidável em Paris, têm de o sofrer, e só uma nova revolução pode fazer executar as promessas de Julho.

Lá verias os novos assassínios em Lisboa, e não ficarão ali; eu nada espero das ameaças ao Miguel, porque ou este entrega os franceses, e tudo fica em nada, ou este governo se serve dos mesmos argumentos que sobre a Itália, importando-lhe pouco o sacrificio de algumas vítimas, que são revolucionários de menos, como ele chama aos perseguidos pelos governos absolutos.

De casa tenho tido cartas, tudo está no mesmo estado; mas receiam muito que esses poucos socorros que presta o João de Águeda acabem; e já a T. se tem empenhado bastante, e o Luís Lomba tem valido, e mesmo José Luís foi a Verdemilho para os pequenos irem para o estudo em Outubro; e emprestou 6 moedas, querem conciliar-se, mas é de temer que vendo frustrada a nossa ida, suspendam os obséquios, que diz a T., fazem porque eu faço sombra onde estou. Por ora o mal não é irreparável, pois tudo está em depósito, à excepção do que furtaram, e do que se arruinou nos baús enterrados muito tempo, etc. Não se pode fazer ideia da desgraça e miséria que ali há; as perseguições têm redobrado, Manuel Coelho, Joaquim de Oliveira, e outros foram presos; mas aqueles povos cegos ainda pelo fanatismo não auxiliam a revolução, e nada há a esperar desta sem que vão forças de fora, do que eu não vejo maneira sem o empréstimo. Veremos se esta questão com a França dá algum impulso. A Espanha vai pelo mesmo, e não pega a revolução; os povos da Península estão condenados a serem escravos por muitos tempos.

Chegou o Reixa, e alguns a Nanty, e estavam a sair uns 200 e tantos comandados por Barreto Feio.

O Imperador estava no partido do Miguel, e nos atraíçou, mas depois da revolução francesa mudou, e vai melhor, veremos se agora toma algum partido favorável; quis abolir a Constituição e os Brasileiros estão irritados contra ele.

Eu tenho passado bem de saúde, porém mal de espirito; tem valido o Agostinho porque os 45 francos não chegam; se não pagam na Bélgica não sei o que há-de ser. Agostinho quer ir tomar banhos para Nanty, e eu que não posso com despesas de viagem, bem que é só de 12 a 15 francos, terei de ir pelas circunstâncias; nunca pensei chegar a tal penúria, e o pior é não lhe ver aproximar o fim. Tu não deves deixar esse abrigo, e está seguro, que havendo cousa certa,

A REVOLUÇÃO LIBERAL DE 1828

e que convenha participar-te, o farei. O Agostinho Pinheiro tem recebido cartas, mas nada da tua familia. Ad.!

As minhas recomendações, e dos amigos daqui,

Teu do C.

Queiroz

(No sobrescrito):

Prusse

Mr. M. M. da Rocha Colmieiro

Rue Large n.º 23

Cologne

III

Laval 9 de Novembro 1831

Am.º do C.

Recebo hoje a tua de 22 passado. Pelo Camossa que aí esteve, e está em S.^{ta} Omer, soube que estavas em Londres, o que estimei por te chegares à fonte e a lugar donde há-de sair nossa restauração. Não te escrevi para Francfort porque nada tinha a dizer-te de positivo, e quando tive a certeza de empréstimo e preparos, já tu lá não estavas, e antes não queria dar-te simples boatos, que lá saberias, e o mais pelos papéis públicos que mentem descaradamente.

Tenho passado com alguns incómodos de hemorroidas; faltas de respiração; mas sem cousa de maior cuidado; agora estou um pouco abalado por uma queda redonda, que podia ser perigosa mas que não me ofendeu parte alguma essencial.

Estou de camaradagem com os Fernandes e outro da Figueira, um major da Madeira, o Custódio, e Verissimo de Aveiro, porque o Agostinho foi para Nanty. Tenho vivido como podes julgar, e me tem valido o Agostinho; agora pagaram um mês, mas descontaram os 45 francos que aqui recebemos; ao menos serve para o extraordinário de inverno de lenha, etc.

Tenho noticias da familia; e as últimas são de 5 do passado; vão vivendo; porém António Joaquim de Oliveira Monteiro, nem outro algum quer pagar nem os juros, tem suprido o Lomba, e principalmente o João de Agueda mas com mesquinharia, e estou com cuidado se

haverá meios para continuar a ter os pequenos em Aveiro, pois que o Joaquim deve matricular-se em Lógica, estando já pronto de gramática, e os outros 2 ficam prontos em Julho; ao menos consola-me a boa conduta, e zelo estudioso dos pequenos, de quem na sua idade e sem pai, e sem meios se não devia esperar tanto.

Ainda nos últimos de Julho o Corregedor com toda a alçada foi a casa procurar-me, creio ser para vexar a família; felizmente largou o lugar, que serve o J. de F. Ribeiro, o qual dizem não ser tão mau; que tal era o outro! A T. diz que aqui mesmo eu faço lá sombra, e que se tem certa contemplação; o certo é que nada se tem distraído, nem mesmo feito sequestro na mão dos devedores, o que é para admirar.

Se não fosse o empenho em que estou por cá, e por lá, não seria grande a ruína, e como espero que vamos em Maio nada têm perdido os pequenos em seu adiantamento. Por aqui nada de novidade, teu primo Correia escreveu-te para aqui logo que chegou a Brest; tirei a carta e lhe respondi, ele me escreveu, e ainda está para Brest, recebendo com os outros os mesmos subsídios.

Luis Estêvão me escreveu há pouco da Ilha a saber de ti, confessando o muito que te deve; foi também a S. Miguel e diz vai incomodado de saúde; os outros patricios vão o mesmo. Os Monteiros das Ribas, juiz de fora e irmão Francisco estão presos há muito tempo na cadeia de Aveiro, têm sido brejeiros para com a minha família.

Quanto a nossos negócios políticos, deves aí saber o que há; porque em Paris, e aqui tudo está às cegas. Eu quis saber a verdade na fonte; mas daí somente se me assegurou que tudo ia bem, e que brevemente estaríamos em Portugal; mas que em carta se me não podia dizer mais; por outros meus amigos seguros tenho iguaes asseguranças, e por isso estou descançado; mas desde Setembro foi e é minha opinião que este ano nada se faz sobre Portugal e quando muito sobre a Madeira; nem convém ir expor tanta gente no inverno sobre as costas, principalmente não se podendo como não pode com nossas forças marítimas forçar a barra de Lisboa, e a meu ver será sempre um erro tentar ali o desembarque.

Pelo que se observa, D. Miguel se concentra em Lisboa, onde tem todos os recursos e meios de resistir, e mesmo, sendo ali forçado pela parte do mar, pode retirar-se para as Províncias, donde será mui difficil desalojá-lo, tendo, como tem o auxilio de Espanha; convém pois occupar antes as Províncias, desarmá-las, armar os constitucionais, e então demandar Lisboa; foi este o meu voto na Junta, logo que se não aproveitou o entusiasmo do princípio para surpreender Lisboa. Todavia os que dirigem nossas cousas sabem o melhor; mas têm o desprezo dos figurões para tudo o que é da Província, e a sua tendência a ir salvar os seus na capital, que é o seu fim favorito; o mais é canalha; não se lembrando o que pode, e tem podido desde as barricadas essa canalha, que implora ao princípio, mas depois manda, e abate os colossos aristocráticos, que lhe opõem

resistência. Queira a fortuna que exemplos tão quentes não fiquem nulos para os nossos governantes. A experiência de emigração porém me tem convencido que certa classe de gente nada aprende do presente, e nada esquece do passado; o pior é que nas comoções do ressentimento das massas se abate não só as grandes árvores parasitas que já não dão fruto mas as intermédias, que produzem, e mesmo os arbustos inocentes.

Como se não tem decidido nada sobre o irem todos os Emigrados para as Ilhas, ou só parte; e a este respeito há todos os dias variantes, nada te posso dizer; deves porém fazer esforços para ir na expedição, pois se te derem cavalgadura serás de proveito, ou mesmo podes ficar empregado em alguma das Ilhas. Eu com outros nos oferecemos para ir, e concorrer cada um com o seu contingente, segundo suas forças; creio que não levarão quem não pegue em armas se bem que há pessoas de grande influência nas Províncias que deviam ir para alair partido, fornecer meios, etc., devendo-se estar persuadido, que numa guerra de opinião, como a que vai fazer-se, não são os militares que vencem. Como estou convencido que nada há neste Inverno sobre Portugal, temos tempo de nos comunicar. Desejo muito que não tenhas faltas de meios, porque bem sabes não estou em circunstâncias de dar remédios, aliás o faria. Tenho aí os meus 2 amigos desembargador Macedo e Manuel Gonçalves de Miranda; se os encontrares dá-lhes recados meus. Adeus.

O P.^o se recomenda ao Ant.^o

Teu am.^o sincero

Q.

(No sobrescrito):

Mr. Manuel Maria da Rocha Colmieiro

72 Clarendon Str., Clarendon Sq.^r

Londres

Pela Embaixada portugueza

IV

Am.^o

Recebo a tua de 28 que muito me satisfaz por ver que gosas saúde, e que estás entabulado para ir na expedição, o que muito te convém. Tinha remetido a carta que recebeste a J. Fortunato para a meter na Embaixada, e não tendo resposta deste, e temendo que tivesse mudado de quartel, onde lhe dirigi a carta, lhe escrevi por via do Campos, e pedia saber se recebeu a minha com a tua, agora vejo

que a procurou no quartel, e a achou mas não me tem respondido, ele o fará quando tiver ocasião. Vou passando sem novidade; recebi outra carta da família, avisando que Joaquim se matriculou em Lógica, mas que tinham falta de meios, porque J.º Pr.º (?) é remisso; porém dei outras providências; e espero que nada lhe falte, e esta esperança me consola; porque todos meus cuidados são pela família.

O pior é se recorrem aos bens confiscados, como diz a Gazeta de Lisboa, porque então lá vai tudo, e eu ficando sem meios de pagar logo a quem adiantar à família, não pedirei cousa alguma pois nem tenho génio de pedir por esmola, nem de enganar ninguém.

Quanto a nossas cousas, cometeu-se a falta de se não fazerem em tempo oportuno os sacrificios a que depois, mas tarde, se sugeriram. Agora serão necessários dobrados esforços, porque os Déspotas recobram ânimo, e Miguel tomou grandes providências. Todavia, eu não temo o resultado, indo D. Pedro à frente; mas temo certa gente, que não quer ver os liberais triunfantes, e que buscam esmagá-los em sacrificio à Aristocracia, e como esta tem sido e é ainda a pedra angular da Diplomacia, receio que esta intervenha a nosso respeito, como já se anuncia, e então ficamos como dantes. D. Pedro não é capaz de maroteiras, mas D. Pedro é dominado pelos seus, e pelos estranhos, e como a filha suba ao trono, o mais é fácil de sacrificar.

Eu não socego enquanto não vir a expedição em viagem livre das garras diplomáticas, e das influências palmelistas; mas quando será isto? Tu dizes em breve, e eu estou na mesma opinião de que só para Abril, ainda que não haja estorvos diplomáticos.

O que lembras de eu ir para aí é impossível por falta de meios, tendo apenas o subsidio que eu teria, não chegava, e de mais não podendo de maneira alguma bajular nem mendigar protecções, e muito menos acomodar-me a certas cousas, que repugnam à minha franqueza, e boa fé; mesmo eu não sirvo para cousa alguma nas actuais circunstâncias; não posso pegar em armas pela minha idade, e estado de saúde, e para conselho estou muito aquém dos homens médiocres; não tenho mais que a minha consciência, e esta me basta.

Se formos a Portugal, e houver reforma nas cousas e nos homens, servirei enquanto puder na Relação, porque tenho a minha carta, e não dependo de favor, aliás viverei na minha Aldeia cuidando na educação de meus filhos, fazendo por esquecer todas as ideias de política. Aí há muitas gentes que ralham das cousas porque não são chamados a dirigi-las, e ralharão mesmo da nossa restauração, por mais liberal e bem combinada que seja, quando os não empreguem; desconfia destas gentes, que são egoístas intrigantes, que estão sempre à primeira das duas, e se comprometeram nesta causa por

esperarem dela grandes interesses próprios, e muitos porque na outra os não admitiram.

Eu não sigo sistemáticamente algum partido senão o da Rainha, Carta, e exclusão do Miguel, e neste serei sempre o que tenho sido. Desejava que alguns homens de conhecida firmeza fossem ouvidos, mas dou o desconto das contemplações políticas, que os farão desviar da administração para não irritar o menos que o justo meio da Diplomacia aristocrática; entretanto vejo com prazer admitido o Miranda, que malévolos invejosos buscam denegrir. Aceito a recomendação de Francisco A. de Abreu, e lhe retribuirás se lhe escreveres. Como tens de passar por aqui para Belle-ile, procura o Ten.º Cor.º Serrão no Hotel do Louvre, onde vem pousar a Diligência de Laffite; e ele me virá dar parte à La rue neuve n.º 499, onde assisto, e então te darei um abraço, outro (?) em Portugal. Custódio se te recomenda, o Agostinho está em Nanty.

Laval 31 de Dezembro [de 1831]

Am.º g.

Queiroz

* * *

COLMIEIRO E QUEIRÓS NA EXPEDIÇÃO

Em carta datada de Londres em 28 de Dezembro, informava Colmieiro o desembargador Queirós, assistente em Laval, que já estava entabolado para ir na expedição.

De facto, Colmieiro veio para Paris, e no dia 23 de Janeiro de 1832, o ministro da Regência nesta capital, D. FRANCISCO DE ALMEIDA, deu-lhe guia de marcha para se apresentar em Belle-Ile-en-mer ao vice-almirante SARTORIUS, comandante da esquadra da expedição, para lhe dar passagem para a Ilha Terceira.

A seguir publicamos a cópia do original desta guia que hoje nos pertence.

Legação de Sua Magestade Fidelíssima em Paris.

Parte desta Cidade de Paris o Snr. Tenente Coronel Manoel Maria da Rocha Colmieiro para Belle-Ile-en-Mer, aonde devera apresentar-se ao Snr. Vice Almirante Sartorius que lhe dara transporte para a Ilha Terceira, a bordo dos Navios da Esquadra pertencentes a Sua Magestade Fidelíssima a Senhora D. Maria II.ª

Paris 23 de Janeiro de 1832.

D. Francisco d'Almeida

Logares do Sr. Magalhães, Fidalgo, em Paris.

Parte das Colheitas de Paris e das Ilhas. Com o Manuel Maria da Rocha Almeida por
em Belle-Ile-en-Mer, onde havia a propriedade de Sr. J. de Almeida, Chantre e que lhe
dava transporte para a Ilha Terceira, a bordo do Navio da Esquadra portuguesa a Sr.
Magalhães Fidalgo, a Senhora D. Maria, II.^a

Paris 23 de Janeiro de 1832.

J. Fidalgo

Reprodução da guia de marcha de Manuel Maria da Rocha Colmeiro, de Paris para Belle-Ile-en-Mer

A REVOLUÇÃO LIBERAL DE 1828

E logo no dia seguinte, 24, o Consulado Geral de Portugal em Paris dava um passaporte ao tenente-coronel Manuel Maria da Rocha Colmieiro para ir para Belle-Isle-en-Mer.

Damos a seguir o texto deste passaporte, documento que temos presente.

N.º 284

Nous BERNARD DAUPIAS,

Chevalier des Ordres Royaux & Militaires du Christ et de Notre Dame de la Conception de Villa Viçosa, Consul Général de Portugal à Paris &^a, &^a,

Prions et requérons tous ceux à qui il appartiendra de laisser librement passer MONSIEUR COLMIEIRO (MANOEL MARIA DA ROCHA) Lieutenant Colonel Portugais, Émigré

.....
allant à Belle-Isle-en Mer

.....
En foi de quoi nous l'avons muni du présent Passeport et y avons fait apposer le Sceau de ce Consul Général.

Donné à Paris le 24 Janvier 1832

Le Consul Général
Le Chv. Daupias

O desembargador Queirós apresentou-se na Ilha Terceira onde sentou praça no batalhão académico. Foi como simples soldado deste bravo corpo, que veio para Portugal na expedição comandada por D. Pedro, e nela continuou a servir até Março de 1833, embora estivesse exercendo elevadas funções de carácter civil.

D. PEDRO, REGENTE DE PORTUGAL,
NOMEIA UM MINISTÉRIO NA ILHA TERCIRA.
PRIMEIROS DECRETOS REFORMADORES

Estando prontos os navios que se encontravam em Belle-Isle, o duque de Bragança saiu de Paris em 25 de Janeiro de 1832 e chegou àquele porto no dia 2 de Fevereiro, onde entrou para bordo da fragata *Rainha de Portugal*.

No dia 10 a pequena frota constitucional, com o duque de Bragança a bordo, largou de Belle-Isle para a Ilha Terceira, ten-

do-se detido alguns dias em Ponta Delgada onde o duque de Bragança desembarcou.

A frota continuou a viagem e no dia 3 de Março pela manhã chegou a Angra, na Ilha Terceira. D. Pedro imediatamente assumiu aqui as funções de *Regente de Portugal*, e a Regência da Terceira foi a bordo saudar o duque de Bragança e entregar-lhe os seus poderes.

D. Pedro nomeou um ministério que ficou composto do MARQUÊS DE PALMELA, com a pasta dos Negócios Estrangeiros, e interino do Reino; JOSÉ XAVIER MOUSINHO DA SILVEIRA com a pasta da Fazenda e interino da Justiça; e AGOSTINHO JOSÉ FREIRE com a pasta da Guerra e interino da Marinha.

Também confiou o comando do exército ao conde de Vila Flor e o da esquadra ao vice-almirante Sartorius.

Depois os navios e as forças militares concentraram-se na Ilha de S. Miguel.

Da expedição tinham sido excluídos pela Regência da Terceira os generais Saldanha, Stubbs, José Maria de Moura, José Correia de Melo, e outros oficiais.

Foram, no entanto, admitidos mais tarde, excepto o coronel Rodrigo Pinto Pizarro, pelo ministério de D. Pedro, por portaria de 3 de Novembro de 1832, publicada já na cidade do Porto, estando já aqui o *Exército Libertador*.

Saldanha e os outros generais excluídos vieram então para Portugal e chegaram ao Porto no dia 28 de Janeiro de 1833.

Na Ilha Terceira foram publicados os primeiros decretos reformadores a 16 de Maio de 1832, da autoria de Mousinho da Silveira, entre os quais o da Administração de Portugal.

SAÍDA DA EXPEDIÇÃO DA ILHA DE S. MIGUEL PARA PORTUGAL

Os navios da esquadra liberal e as forças militares concentraram-se na Ilha de S. Miguel onde se concluiu a organização da expedição, que ficou constituída com 7 500 homens, incluindo algumas tropas estrangeiras, principalmente inglesas e francesas. A esquadra era formada por cerca de quarenta navios.

No dia 27 de Junho de 1832 saiu de Ponta Delgada para Portugal a expedição, com o regente D. Pedro e seu ministério. Na véspera, dia 26, D. Pedro dirigiu uma proclamação às tropas do *Exército Libertador* nos seguintes termos:

«Soldados! A pátria aflita chama por vós: em prémio das vossas fadigas, dos vossos sofrimentos e da vossa lealdade vos oferece o repouso, a gratidão e o reconhecimento.

A REVOLUÇÃO LIBERAL DE 1828

Cheios de confiança na protecção visível do Senhor Deus dos Exércitos, vamos, soldados, completar a nobre empresa que tão gloriosamente projectamos. Marcha adiante de nós a fama do vosso incomparável valor e da vossa briosa perseverança; acompanha-nos o decidido amor que todos consagramos à senhora D. Maria II e o entusiasmo que temos pela Carta Constitucional; seguem-nos os votos da nação portuguesa agonizante; espera a Europa ansiosa a decisão da luta entre a fidelidade e o perjúrio, entre a justiça e o despotismo, entre a liberdade e o terror; e, enfim, soldados, convida-nos a glória a salvar a honra. Eia! Partamos, entoando vivas à Rainha e à Carta, palácio das liberdades portuguesas!» (1)

Os expedicionários saíam de Ponta Delgada cheios de contentamento e de esperanças no triunfo da causa liberal, com a importante e arriscada empresa militar agora em curso. Tinham como certa a vitória sobre os miguelistas em Portugal.

Por seu lado, estes, confiados nos enormes recursos militares e políticos de que dispunham, por forma alguma admitiam sequer a hipótese da vitória dos liberais.

DESEMBARQUE EM PORTUGAL

Em 7 de Julho, a expedição avistou terras de Portugal, e no dia 8, domingo, desembarcou nas praias do Mindelo, entre Leça e Vila do Conde. No dia seguinte as tropas liberais ocuparam a cidade do Porto, e aqui se estabeleceu o governo constitucional.

A 6 de Novembro de 1832 o conde de Vila Flor cedeu no Porto o comando do exército a D. Pedro, e este nomeia o conde de Vila Flor *duque da Terceira*, durante o cerco do Porto.

* * *

EPÍLOGO

A GUERRA CIVIL E O FIM DO ABSOLUTISMO

O que sucedeu em Portugal após o desembarque é bem conhecido. A revolução de 16 de Maio renasceu das próprias cinzas.

Estabeleceu-se uma luta ora heróica ora feroz entre dois exércitos de ideologias opostas, e uma guerra civil com todos seus horrores, durante dois anos, desde o cerco do exército constitu-

(1) In SORIANO, *História do Cerco do Porto*, I, pág. 545. Porto, 1889.

cional pelos absolutistas na cidade do Porto, até à entrada do Exército Libertador em Lisboa em 24 de Julho de 1833, e total derrota dos absolutistas na batalha da Asseiceira, a 16 de Maio de 1834.

A convenção de Évora-Monte de 26 de Maio do mesmo ano pôs fim para sempre ao absolutismo em Portugal. D. Miguel deixou de ser rei de Portugal, partiu para o exílio, e no exílio morreu em 1860.

D. Pedro estava vitorioso, a Carta Constitucional foi restabelecida e D. Maria II passou a ser a rainha de Portugal.

Aveiro, Abril de 1970

FRANCISCO FERREIRA NEVES

bibRIA

TOPÓNIMOS DO DISTRITO DE AVEIRO

XXIX

Cedrim

(Cedrim — Sever do Vouga)

Topónimo antigo: 1050 *Cedarim* e *Zedarim* ⁽¹⁾, 1077 *Cedarim* ⁽²⁾, 1258 *Cedarim* ⁽³⁾, 1284 *Cedari* ⁽⁴⁾, 1527 *cevem* ⁽⁵⁾, 1689 *Sendim* ⁽⁶⁾, 1708 *Cedrim* ⁽⁷⁾, 1747 *Cedrim* ⁽⁸⁾ e 1768 *Sedrim* ⁽⁹⁾.

Afigura-se-nos que a base do topónimo é latina: (*villa*) *Cetarini* 'a *villa* de Cetarino'. *Cetarinus* indicava o natural de *Cetaria*, cidade da Sicília; e nomes étnicos em *-inus* entravam

(1) *Dipl. et Chartae*, pág. 231. Também se lê *Cedarim* em documento de 1017 extractado por VITERBO, *Elucidário*, pág. 35 (2.^a ed.). Em documento datado de 964, encontra-se *Ceterina* (*Dipl. et Chartae*, pág. 55), lição defeituosa do cartulário onde foi exarado o referido documento: o *Livro Preto da Sé de Coimbra* na sua maior parte copiado no século XII (parte mínima, no século XIII).

(2) *Dipl. et Chartae*, pág. 334.

(3) *Inquisitiones*, págs. 917 e 918.

(4) Nas inquirições de D. Dinis de 1284, exaradas no *Livro II das Inquirições de D. Afonso III*: fol. 22-v. ANASTÁCIO DE FIGUEIREDO, *Nova história da militar Ordem de Malta* reproduz o passo das inquirições de D. Dinis (vol. II, pág. 141) e faculta a forma *Cedarim* do século XIV, tirada do *Registo do Cartório de Leça* (vol. I, pág. 376).

(5) *Cadastro*, pág. 155: *sic*. Forma defeituosa como tantas outras desta fonte, mas que, pelo timbre que assume a vogal final, se compagina com as formas *Sedrm* ou *Sedrm* usadas por ANASTÁCIO DE FIGUEIREDO, *Nova história* cit., vol. I, pág. 393 e vol. III, pág. 581 (índice).

(6) MEIRELES, *Prontuário*, pág. 370: *sic!!*. Em pág. 51 do índice, uma lição um pouco melhor: *Sedim*.

(7) COSTA, *Covografia Portuguesa*, vol. II, pág. 155.

(8) CARDOSO, *Dicionário Geográfico*, vol. I, págs. 56 e 521; no índice, *Sedrim*.

(9) P. DIAS DE NIZA, *Portugal Sacro-Profano*, vol. II, pág. 207.

frequentemente no sistema antroponímico latino ⁽¹⁾ pelo que o cognome *Cetarinus* nada tem de chocante.

XXX

Couto de Esteves

(Couto de Esteves — Sever de Vouga)

A primeira abonação é de 1258, *Stevai* e *Stevay* ⁽²⁾; posteriormente temos 1284 *Couto de Steuây* ⁽³⁾, 1527 *estevem* ⁽⁴⁾, 1689 *Couto de Esteue* ⁽⁵⁾, 1708 *Couto de Esteve* ⁽⁶⁾, 1739 *Esteve* ⁽⁷⁾, 1747 *Couto de Esteve* e *Couto de Esteves* ⁽⁸⁾, 1751 *Couto de Esteve* ⁽⁹⁾, 1758 *Couto de Esteve* ⁽¹⁰⁾, 1767 *Couto de Esteve* ⁽¹¹⁾, 1852 *Esteves* ⁽¹²⁾, 1853 *Couto d'Esteves* ⁽¹³⁾, 1889 *Couto de Esteves* ⁽¹⁴⁾ e 1906 *Couto de Esteves* ⁽¹⁵⁾.

*

A incluir aqui é *Esteve* (Bico — Paredes de Coura): era em 1258 *a vila de Stevayn* ⁽¹⁶⁾ que em 1751 se dizia mais simplesmente *Esteve* ⁽¹⁷⁾.

Co-originário será o galego *Esteve*.

(1) M. LEUMANN, *Lateinische Cognomina auf-ibus und-illa* (*Romanica Helvetica*, xx (1943), pág. 155.

Se a existência de *Caetarius* (*Thesaurus Linguae Latinae: Supplementum: nomina propria latina*, col. 56) fosse segura, podíamos ver talvez também num **Caetarinus* o antroponímo-base deste nosso toponímo português. É mais aceitável a solução que apresentamos no texto do presente estudo.

(2) *Inquisitiones*, pág. 916.

(3) Nas inquirições de D. Dinis de 1284, exaradas no *Livro II das Inquirições de D. Afonso III*: fol. 22-v.; *ib.*, fol. 24, *Steuây*.

(4) *Cadastró*, pág. 155.

(5) MEIRELES, *Prontuário*, pág. 369.

(6) COSTA, *Corografia Port.*, vol. II, págs. 154 e 155.

(7) A. DE OLIVEIRA FREIRE, *Descrição corográfica do Reino de Portugal*, pág. 56.

(8) CARDOSO, *Dicionário Geográfico*, vol. I, índice — s. v. *Ameaes* / 3 e pág. 431.

(9) *Id.*, *ib.*, vol. II, pág. 743.

(10) *Dicionário Geográfico Manuscrito*, vol. 12.º, pág. 2901.

(11) P. DIAS DE NIZA, *Portugal Sacro-Profano*, vol. I, pág. 192.

(12) A. F. PEREIRA, *Dicionário Geográfico*, pág. 109.

(13) P. JOSÉ MARQUES, *Dicionário Geográfico*, pág. 87.

(14) F. A. DE MATOS, *Dicion. Corogr.*, pág. 237.

(15) F. CARDOSO DE AZEVEDO, *Novo Dicion. Corogr.*, (4.ª), pág. 287.

(16) *Inquisitiones*, pág. 358. Embora apareça incluída na freguesia de Cristelo não temos dúvida em identificá-la com *Esteve*: Bico e Cristelo são freguesias contíguas e, com litígios ou sem eles, oscilações nos limites paroquiais assinalam-se uma ou outra vez entre nós.

De duas formas toponímicas *Stevaim* de 1258 (*Inquisitiones*, págs. 302 e 344) não conseguimos encontrar representantes posteriores, mas, embora sem essa contraprova, é de crer que representem igualmente um genitivo de *Stephanus*.

(17) CARDOSO, *Dicion. Geogr.*, vol. II, pág. 182.

*

Alguns destes topónimos mereceram já atenção ⁽¹⁾. E a sua base é indubitavelmente o genitivo dum nome pessoal de origem grega que, por conduto do cristianismo, veio a difundir-se enormemente: *Stephanus* ⁽²⁾.

Mas elucidativa, porque suficientemente documentada, é a história do topónimo do distrito: *Stevai* ou *Stevay* (grafias defectivas, pois não assinalam a nasalidade) e *Steuây* representam uma fase próxima do primitivo (*villa*) *Stephani* (com sonorização da labiodental intervocálica e redução do *n* também intervocálico a uma ressonância nasal); depois de se ter cunhado o ditongo final, atingiu-se, a partir de uma forma como *Estevem* do século XVI, a forma *Esteve*, que encontramos no final do século XVII e por todo o século XVIII ⁽³⁾; finalmente, no século XIX, dado o correntíssimo do apelido *Esteves*, veio a adoptar-se definitivamente a forma *Couto de Esteves* ⁽⁴⁾.

XXXI

Troquido

Troquido designava, pelos fins do século XVI, um campo e um ribeiro sitos na freguesia de Nogueira da Regedoura, hoje integrada no concelho de Vila da Feira ⁽⁵⁾; tal nome, com o decorrer do tempo, veio a esquecer.

*

Deve ainda chamar-se a atenção para uma *hereditate de Torquido* em 1220 ⁽⁶⁾ que em 1258 se dizia *hereditate de Tolquedos* ⁽⁷⁾.

⁽¹⁾ J. M. PIEL, *Nomes de «possessores»...*, pág. 148 da separ. do vol. XXIII de *Biblos*.

⁽²⁾ Fases e formas variadas do antropónimo encontram-se em CORTEÃO, *Onomástico Medieval*, J. LEITE DE VASCONCELOS, *Antroponímia Portuguesa*, AVELINO DE JESUS DA COSTA, *O bispo D. Pedro...* etc.

⁽³⁾ Como *homem* > *home*.

⁽⁴⁾ *Esteve*, povoado miúdo, não viu o seu nome sofrer esta ajeitadela final.

⁽⁵⁾ Fl. 588 do *Tombo da Mesa Abacial de Paço de Sousa*. Évora, 1594. É evidente que J. MATTOSO (*Le Monachisme ibérique et Cluny*. Lovaina, 1968, pág. x) se equivoca, atribuindo a publicação deste *Tombo* ao ano de 1593; veja-se, com efeito, fl. 754-v. (*Encerramento do Tombo...*) onde se lê, por extenso, a data de 1594...

⁽⁶⁾ *Inquisitiones*, pág. 166.

⁽⁷⁾ *Ib.*, pág. 554. Tinha o seu *ubi* em Torrados — Felgueiras.

Também na região de Lamego existia no século XIII uma *fontem de Torquido* (1).

*

Cabe também incluir aqui *Villatoquite*, povoação que é cabeça de um município da província de Palência: em documento de 1243 refere-se o lugar, escrevendo-se *Vila Toquit* (2).

Documentos doutra região, Castela, registam já pelos fins do século X uma *Villam Dolquit* (3), cuja existência pode documentar-se posteriormente, mas que parece ter-se obliterado (4).

*

A base destes topónimos é um nome pessoal cuja uso pode documentar-se entre nós: 1040 *Dolquito* ou *Tolquito* (5), 1044 *Dulquede* (6), 1045 *Dulquido* (7), 1055 *Dolquite* ou *Dolquide* (8), 1081 *Dolquite* (9), 1082 *Tolquide* ou *Dolquite* (10), 1103 *Tolquide* (11), 1104 *Tolquite* (12), também 1104 *Dulquide* ou *Tolquide* (13), 1108 *Dolqui-*

(1) *Ib.*, pág. 1031.

Vem um pouco a-propósito apontar uma daquelas lições erradas que são tão comuns nos *Livros de Linhagens* a qual induziu CORTESÃO, *Onomástico Medieval*, pág. 345, a considerar *Torquides* nome geográfico; o que realmente se lê no passo citado (*Scriptores*, pág. 277), é *dom Traicosem de Torquides* que patentemente corresponde à personagem cujo nome, também nos *Livros de Linhagem*, se escreve *D. Fructesendes Turquides* (*Scriptores*, pág. 181); escusado quase advertir que a má lição de pág. 277 representa *dom Truitosemde Torquides* (confusão de *u* fechado com *a* e de *c* com *t*, bem como cisão indevida da sílaba final *-de* do prenome).

(2) *Índice de los documentos del Monasterio de Sahagún*, pág. 436.

(3) L. SERRANO, *Cartulario de San Millán de la Cogolla*, pág. 76. Para outras formas, v. o índice em pág. 351. Um outro documento de 949 menciona um *agram de Dolquite* (*Ib.*, pág. 56).

(4) Permanecerá como nome rústico?

Aos toponimistas espanhóis compete minuciar o que aqui deixamos, averiguando se deverá incluir-se neste conjunto de topónimos *Villorquite*, nome de duas povoações distintas — *V. de Herrera* e *V. del Páramo* —, mas na origem possivelmente um único agregado.

(5) *Dipl. et Chartae*, pág. 190; o documento encontra-se transcrito duas vezes no *Livro Preto* da Sé de Coimbra e o nome pessoal escreveu-se sem uniformidade.

(6) *Ib.*, pág. 203.

(7) *Ib.*, pág. 209.

(8) *Ib.*, pág. 241; a razão da variante é a mesma que apontámos a respeito da primeira abonação do nome pessoal.

(9) A. DE JESUS DA COSTA, *O Bispo do Porto...*, vol. II, pág. 385.

(10) *Id.*, *ib.*, vol. II, págs. 389 e 390.

(11) *Doc. Med. Portugueses*, vol. III, pág. 109.

(12) *Ib.*, vol. III, pág. 134.

(13) *Ib.*, vol. III, pág. 148; no mesmo documento lê-se o patronímico *Torquidiz* ou *Tolquidiz*, sendo a razão de todas as variantes idêntica às que apontámos em casos anteriores.

tus⁽¹⁾, 1114 *Tolquidiz*⁽²⁾, 1118 *Tolquidiz*⁽³⁾, 1220 *Torquidiz*⁽⁴⁾, 1258 *Dulquidiz* e *Torquidiz*⁽⁵⁾.

*

O antropónimo *Tolquito*, que está na base destes topónimos, é um evidentíssimo e característico nome bitemático de origem germânica: *Thuld*⁽⁶⁾ ligado directamente a *Quito* 'falar'⁽⁷⁾.

XXXII

Leigunda

Leigunda era o nome de um pequeno agregado populacional, pertencente ao Couto de Esteves; a sua existência encontra-se atestada em 1689⁽⁸⁾.

Tanto quanto averiguámos, parece poder afirmar-se que o nome desapareceu com o estiolar e morte da povoação⁽⁹⁾.

Leigunda é um topónimo cuja base evidentíssima é um nome pessoal feminino de origem germânica e de cuja história a seguinte série de formas dará algumas fases: 928 *Ledegundia*⁽¹⁰⁾, 960 *Leodegundie*⁽¹¹⁾, 999 *Ledegundia*⁽¹²⁾, 1058 *Lleodegundia*⁽¹³⁾, 1064 *Ledegundia*⁽¹⁴⁾, 1080 *Ledegundia*⁽¹⁵⁾, 1087 *Ledecundia*⁽¹⁶⁾,

(1) *Ib.*, vol. III, pág. 249.

(2) *Ib.*, vol. III, pág. 419.

(3) RIBEIRO, *Dissertações cron. e crít.*, vol. III, pág. 70.

(4) *Inquisitiones*, págs. 50, 134, 194 e 243 e págs. 73, 166 e 209 (patronímicos de duas personagens).

(5) *Ib.*, págs. 424 e 1253. Patronímicos de duas personagens; faça-se notar que CORTESÃO, *Onomástico Medieval*, pág. 362, aceitando uma lição incerta do nome (*Marina dulquidiz*) pendeu para uma leitura como *Marina d'Ulquidiz* em que o último elemento seria um nome geográfico.

Naturalmente o nome pessoal foi também usado em Espanha: DIEZ MELCÓN, *Apellidos castellano-leoneses* (Granada, 1957), *passim* (v. índices), aceitando a documentação, mas rejeitando as considerações acerca da constituição e origem do nome.

(6) Sem significado aparente: FOERSTEMANN, *Alldeutsches Namenbuch* (2.^a ed.), col. 1466.

(7) *Id.*, *ib.*, col. 1198.

(8) MEIRELES, *Prontuário*, pág. 370.

(9) É verdade que pode ter sucedido que *Leigunda*, o nome da tal povoaçãozinha ainda existente em finais do século XVII, tenha sido substituído por outro: pouco provável.

(10) *Dipl. et Chartae*, pág. 21.

(11) *Ib.*, pág. 50: em genitivo.

(12) *Ib.*, pág. 103.

(13) *Ib.*, pág. 250.

(14) *Ib.*, pág. 274.

(15) *Ib.*, pág. 349.

(16) *Ib.*, pág. 415.

1093 *Ledegundia* ⁽¹⁾, 1094 *Leegundia* e *Leogundi* ⁽²⁾, 1100 *Leodecundia* ⁽³⁾, 1101 *Leodecundia* ⁽⁴⁾, 1103 *Ledegundia* ⁽⁵⁾, 1157 *Ledegundia* ⁽⁶⁾ e 1220 *Leegundia* ⁽⁷⁾.

*

O antropónimo *Leodegundia* (protótipo que comportava variantes) é de toda a evidência um típico nome bitemático germânico constituído por **leudi* 'povo' e **gunths* 'batalha' ⁽⁸⁾.

*

É facto bem sabido daqueles que alguma atenção têm dedicado à história rural a facilidade com que certas aldeias ou pequenos núcleos de casas deixam de ser habitados, vindo muitas vezes a ser como que absorvidos pela terra depois de um lapso de tempo maior ou menor ⁽⁹⁾. Tal fenómeno comporta diversas explicações, consoante o ângulo por que se encara e as condições específicas de cada caso particular ⁽¹⁰⁾; a geografia humana, a his-

⁽¹⁾ *Ib.*, pág. 474.

⁽²⁾ *Ib.*, págs. 479 e 478. A forma colocada em segundo lugar está incompleta: uma e outra se encontram no mesmo documento a indicar a mesma personagem.

⁽³⁾ *Ib.*, pág. 547.

⁽⁴⁾ *Documentos Med. Port.*, vol. II, pág. 2.

⁽⁵⁾ *Ib.*, vol. III, pág. 100.

⁽⁶⁾ *Vimaranis Mon. Historica*, pág. 87.

⁽⁷⁾ *Inquisitiones*, pág. 157.

A nossa lista está longe de ser exaustiva; como se trata de um nome pessoal que é já algo conhecido, dispensamo-nos de alongar a lista e de incluir nela formas da documentação não-portuguesa.

⁽⁸⁾ JOSEPH M. PIEL, *Sobre a formação dos nomes de mulher medievais hispano-visigodos* (em *Estudios dedicados a Menéndez Pidal*. Madrid, 1956, t. VI, págs. 122-123) consagra alguns parágrafos à análise do segundo elemento. Não pretendendo discutir pormenores de doutrina, somente afirmaremos (sem proceder a uma demonstração cerrada) que o elemento *-gundia* antigo evoluiu para *-gonça* (cfr. *Ermegundia* > *Ermegonça*); um elemento *-gundia* mais recente (resultante de se acrescentar a *gunti* / *gundi* uma desinência *-a* que abalizasse o género feminino do nome) não poderia sofrer o mesmo tratamento. E, que uma forma como *Ledegundia* < > *Leigundia* tenha vindo a perder o *i* de *ja*, nada deverá surpreender-nos (vid., por exemplo, J. J. NUNES, *Gramática Hist. Port.*, págs. 150-151 da 2.^a ed.).

⁽⁹⁾ Isto é modo de dizer. O que efectivamente muitas vezes sucede é que um pequeno agregado de casas, desde que tenha sido despovoado, facilmente desaparece: os materiais das casas a breve trecho são aproveitados, em quaisquer arranjos de terrenos (surribas ou outros), como muros de suporte ou paredes de vedação. Daria assunto para trabalhos de geografia ou de história e seria de grande interesse fazer um confronto entre a toponímia actual de certas freguesias e aquela que registam as monografias de 1758 do *Dicionário Geográfico Manuscrito*.

⁽¹⁰⁾ Veja-se, por exemplo, o número XI, da série «*Les hommes et la terre*»: *Villages désertés et histoire économique: XI-XVIII siècle* (Paris, 1965).

tória e a sociologia, três ciências distintas que tendem para um mesmo vértice, procuram tais explicações, e não pode deixar de suceder que tão complexo fenómeno tenha repercussões na toponímia ⁽¹⁾: no presente estudo vimos que a morte da povoação arrastou a morte do topónimo.

XXXIII

Brunhido

(Valongo — Águeda)

Só por ter sido cabeça de um pequeno concelho que era parte da freguesia de Valongo, merece que se atente no seu nome: 1220 *brunido* ⁽²⁾, 1282 *Bronido* ⁽³⁾, século XIII-XIV *bbrunido* ⁽⁴⁾, 1516 *Brunhede* ⁽⁵⁾, 1527 *Brunhido* ⁽⁶⁾, 1708 *Brunhido* ⁽⁷⁾ e outros mais recentes ⁽⁸⁾.

Há exemplares idênticos a este na toponímia portuguesa, mas este é o mais antigo e o que melhor se pode historiar. E a explicação que já foi dada ⁽⁹⁾ não oferece dificuldade: o nome remonta ao lat. **pruneu-* (= *prunu-* 'ameixeira' 'abrunheiro') seguido do sufixo *-etum*, correntíssimo com nomes botânicos para indicar justamente o lugar onde existe ou onde se cultivava a planta a cujo nome se junta; assim *Brunhede* e depois *Brunhido* (por metáfora muito verificável em formações deste tipo: *Sobredo* — *Sobrido*, *Louredo* — *Lourido*...), indicava na origem muito simplesmente um lugar onde existiam ameixeiras ou abrunheiros ⁽¹⁰⁾.

(1) J. MONFRIN, *Habitats ruinés et noms de lieux* (págs. 103-124 do livro citado na nota anterior).

(2) Neste *Arquivo*, vol. II, pág. 287.

(3) *Ib.*, vol. IX, pág. 83. Nestas e nas inquirições citadas na nota anterior, figura como pertencente já à freguesia de Valongo.

(4) No chamado *Rol das cavalarias do Vouga*, segundo a lição de R. MADAHIL, neste *Arquivo*, vol. VIII, pág. 156.

(5) CARVALHO DIAS, *Forais Manuelinos: Estremadura*, págs. 266 e 268.

(6) *Arquivo Histórico Português*, vol. VI, pág. 273.

(7) COSTA, *Corogr. Port.*, vol. II, pág. 162.

(8) Não valerá a pena continuar com a série. Apenas, para terminar e porque pode interessar à história administrativa e do povoamento, pode o leitor curioso conferir os elementos que haurirá das fontes supracitadas e outras até J. M. BATISTA, *Corografia... de Portugal* (Lisboa, 1875), vol. III, pág. 20.

(9) LEITE DE VASCONCELOS, *Opúsculos*, vol. III, pág. 442: motivada exactamente por este topónimo.

(10) De-resto, em galego consta a existência de *bruñedo* e *abruñedo* 'lugar de ciruelos' (G. DE DIEGO, *Diccion. Etim.*, pág. 920). Também, no *Diccionario Gallego-Castellano* da Real Academia Gallega, se regista *Abruñedo* = *Abruñal* 'lugar poblado de abruñeiros' (pág. 24).

Topónimos como *Abrunheda*, *Abrunheira*, *Abrunhosa*, *Brunhal*, *Brunhedo*, *Brunheiro*, *Brunhosa*, com variantes de género, número e grau, são numerosíssimos ⁽¹⁾.

*

A todos estes cabe juntar mais um exemplar que não nos recorda ter visto mencionado em estudos de investigação toponímica: *Brunhós* (freg. do conc. de Soure) ⁽²⁾; em 1239 *Brunhoos* ⁽³⁾, em 1527 *Brunhoos* ⁽⁴⁾, em 1708 *Brunhos* ⁽⁵⁾, em 1751 *Brunhos* ⁽⁶⁾ e em 1767 *Brunhoz* ⁽⁷⁾.

Este nosso topónimo corresponde ao espanhol *bruñola* 'ameixa (brava)' ⁽⁸⁾. Será, portanto, *Brunhós* 'o lugar das ameixas bravas' ou também, como naturalmente se subentende, 'o lugar das ameixeiras bravas'.

*

Com a mesma origem de *Brunhós*, teremos, segundo boas probabilidades, *Brinhós* (Juncal — Porto de Mós): aparece como nome de local despovoado no *Dicionário Postal* e não obtivemos resultados nas buscas que fizemos ⁽⁹⁾ para encontrar formas antigas.

Mas se nos lembrarmos que *Brunhoso* e *Brunhosinho* de Trás-os-Montes se ouvem com frequência *Brinhoso* e *Brinhosinho* ⁽¹⁰⁾ e que nos surgem também formas antigas correspondentes como *brinhoso* ⁽¹¹⁾ e *Brynhosinho* ⁽¹²⁾, não resistiremos muito para

(1) Veja-se o essencial em J. J. NUNES, *A vegetação na toponímia portuguesa*, pág. 34 (de cuja lista haverá que excluir *Abrunheta*, que foi lapso evidente por *Abrunheda*, e *Brunheta* que não pode incluir-se na série); algumas formas antigas encontrar-se-ão em CORTESÃO, *Onomástico Medieval*, pág. 60 e pág. 395.

(2) Não pertence, é claro, ao nosso distrito, mas permitimo-nos este aditamento não só porque o parentesco com *Brunhido* é estreito, como também porque o donatário da terra era o duque de Aveiro... Aliás, diremos a seu respeito o mínimo possível e indispensável.

(3) *Liber Anniversariorum Ecclesiae Cathedralis Colimbriensis (Livro das Kalendas)*, vol. I, págs. 266 e 267.

(4) *Arquivo Histórico Português*, vol. VI, pág. 280.

(5) COSTA, *Corogr. Port.*, vol. II, pág. 94.

(6) CARDOSO, *Dicion. Geográfico*, vol. II, pág. 297.

(7) P. DIAS DE NIZA, *Portugal Sacro-Profano*, vol. I, pág. 109.

(8) M. LÜBKE, *REW* (3.^a ed.), n.º 6799 e G. DE DIEGO, *Dic. Etim. Español e Hispánico*, págs. 128 e 919 (n.º 5247).

(9) Fomos ao ponto de consultar documentação no Arquivo Distrital de Leiria.

(10) Demais, F. MANUEL ALVES, *Memórias... do distrito de Bragança*, vol. 10.^o, pág. 221, escreveu *Brinhosinho*.

(11) CARVALHO DIAS, *Fovais Manuelinos: Trás-os-Montes*, págs. 8, 16 e 22: 1512. A forma do Cadastro de D. João III (1530-1531) é *Bynhoso (sic)* (*Arquivo Histórico Português*, vol. VII, pág. 262).

(12) *Arq. Hist. Port.*, vol. VII, pág. 263.

aceitar que o actual *Brinhós* proveio de um anterior *Brunhós* em que a vogal pretonica se palatalizou (1).

*

Para terminarmos esta nota com coisa que tenha dé' réis de interesse, demos atenção a uns quantos topónimos que não se encontram dentro dos limites do distrito, mas cuja estirpe vai entroncar com a dos que até aqui considerámos.

São eles *Bronceda* (Mirandela — Mirandela) (2), *Broncial* (Vila Boa de Ousilhão — Vinhais) (3), *Broncial* (Carracedo — Bragança) (4), *Brunceiras* (Lamalonga — Macedo de Cavaleiros), *Brunceiro* (Cedães — Mirandela) (5) e *Ribeiro do Abronceiro* (Vila Marim — Vila Real) (6). Decerto outros análogos haverá, tanto entre nós, como no país vizinho.

É evidente que todos estes topónimos têm como base um nome botânico. Com efeito, está bem documentado nalguns falares do Nordeste o uso do substantivo *abronceiro* para designar o *espinheiro* ou *pilriteiro*: Gomes Pereira regista *abronceiro* como equivalente de *espinheiro* na linguagem popular de Vila Real (7); alhures somos informados de que *abronceiro* é o «nome por que é conhecido em Trás-os-Montes e *espinheiro*» (8); nós próprios conhecemos a palavra e temos visto o arbusto.

O *abronceiro* é um arbusto bravo, que por vezes ultrapassa a altura de um homem e que, na época própria (Março-Abril), produz um pomozinho vermelho (9); é o *Crataegus oxyacantha* L. (10) que popularmente, como é de inferir, foi aproximado de ou

(1) Idêntica palatalização se verifica em formas doutras línguas românicas: cfr. REW, n.º 6799 cit. e v. WARTBURG, FEW, vol. IX, pág. 492.

(2) É de 1708 a abonação mais antiga deste: *Bronceda* (COSTA, *Corogr. Port.*, vol. I, pág. 445). Só este espécime indica uma povoação, enquadrando-se os restantes na chamada toponímia menor.

(3) *Reconhecimento dos baldios do Continente*, vol. II, Parte I, pág. 640: a forma completa é *Carrascal e Broncial*.

(4) Conforme apurámos é esta a forma e não *Broussial*, como vem em F. M. ALVES, *Memórias... do distrito de Bragança*, vol. x, pág. 185.

(5) Esta e a anterior, em F. M. ALVES, *Memórias cit.*, loc. cit.

(6) O *Ribeiro* (e a *Lameira*) do *Abronceiro*, encontrámo-lo na Serra do Alvão: é um ponto tresco por onde passa, fugacissimamente, uma diminuta linha de água de montanha.

(7) A. GOMES PEREIRA, *Linguagem popular de Vila Real*. Lisboa, 1910, pág. 22 (sep. da *Revista Lusitana*). Para outras formas idênticas, também trasmontanas, v. *Índices da Revista Lusitana*.

(8) AUGUSTO DE VASCONCELOS, *Dicionário das plantas de Portugal*. Porto, 1914-1915, pág. 1; v. também pág. 39, s. v. *espinheiro alvar*. Em CÂNDIDO DE FIGUEIREDO, *Dicion.* (14.ª ed.) também consta *abronceiro* como provincialismo trasmontano.

(9) De ser tão pequeno, lhe temos ouvido chamar *baga*.

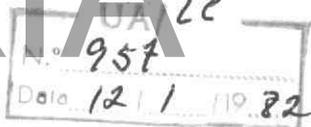
(10) A. X. PEREIRA COUTINHO, *Flora de Portugal*. Lisboa, 1939 (2.ª ed.), pág. 346.

aparentado com o *abrunheiro bravo*, ou seja, o *Prunus spinosa* L. (1). E deve ter sido justamente a tal ou qual semelhança exterior entre os frutos das duas espécies que fez aplicar à primeira um nome estreitamente ligado ao da segunda: se *abrunheiro* prende com *abrunho* que provém do latim *prūnĕu-* (2), é indubitável que *abronceiro* vai prender com *prūnicĕu-* 'relativo ao abrunheiro, de abrunheiro' (2).

Há que assentar sem hesitação no de resto elementar étimo **prūnicĕariu-* cuja evolução, até *abronceiro*, nada tem de especial (3).

PEDRO CUNHA SERRA

bibRIA



(1) ID, *ib.* pág. 368.

(2) M.-LÜBKE, *REW*, n.º 6799 a. A nossa palavra está, portanto, muito ligada com o logudorês *pronittsa* 'ameixieira brava' (*REW, loc. cit.*) e o sardo *pronizza* (v. WARTBURG, *FEW*, vol. 9.º, pág. 496). É de notar, todavia, que *pruniceus* no latim clássico tinha significado menos amplo: 'de madeira de abrunheiro'.

(3) Pode afigurar-se a alguns dos que nos lêem que dificilmente se compreenderá a derivação de *Bronceda* e *Broncial* a partir de *pruniceariu-* <> *abronceiro*. Em termos de gramática prática, digamos, será esclarecedor lembrar que, assim como de *pinheiro* se formou *pinhal*, de *sobreiro* — *sobral* e *sobreiro*, de *amieiro* — *amial* e *amedo* ou de *pereira* — *peral* ou *peredo*, assim também de (*a*)*bronceiro* se formou *bronzial* e *bronzeda* (de que nós só conhecemos os vestígios toponímicos que acima arrolámos).

BIBLIOGRAFIA

O *ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO* dará sempre notícia das obras à sua Redacção enviadas quer por autores quer por editores.

De harmonia com a prática seguida pelas publicações suas congéneres, fará também algum comentário crítico aos livros de que receba dois exemplares.

Alfa, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, n.ºs 11 e 12. Marília—S. P., Brasil, 1967.

Anais, Academia Portuguesa da História, II série, vol. 18.º Lisboa, 1969.

Arqueólogo Português (O), Museu Nacional de Arqueologia e Etnografia.

Autores, Sociedade de Escritores e Compositores Teatrais Portugueses, n.ºs 48 a 53. Lisboa.

Aveiro e o seu Distrito — Publicação semestral da Junta Distrital de Aveiro, n.º 8 de 1969 e n.º 9 de 1970. Aveiro.

Boletim da Academia Portuguesa de Ex-Libris, n.ºs 51 a 54. Lisboa, 1970.

Boletim da Academia Portuguesa da História, vol. 33.º, 1970. Lisboa.

Boletim da Biblioteca Pública Municipal de Matosinhos, n.º 17. Matosinhos, 1970.

Boletim Cultural, Junta Distrital de Lisboa, n.ºs 69/70. Lisboa, 1968.

Boletim Internacional de Bibliografia Luso-Brasileira. Fundação Calouste Gulbenkian. N.ºs 2 a 4 do vol. IX, 1968, e n.ºs 1 a 3 do vol. X, 1969. Lisboa.

Bulletin des Études Portugaises — Institut Français au Portugal. Tomo 30. Lisboa, 1969.

Correios e Telecomunicações. — Serviços Culturais dos C. T. T. N.ºs 11 e 12, 1969; n.º 13, 1970. Lisboa.

Das Artes e da História da Madeira, revista de cultura da Sociedade de Concertos da Madeira, vol. IX, n.ºs 39 e 40. Funchal, Ilha da Madeira.

Estudos Históricos, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, n.º 6. Marília, S. P., Brasil. 1967.

Mensário das Casas do Povo, n.ºs 282 de 1969, e n.ºs 283 a 294 de 1970, Lisboa.

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

- Ora & Labora*, revista litúrgica beneditina, n.ºs 3/6 de 1969. Mosteiro de Singeverga, Roriz (Santo Tirso).
- Revista de Etnografia*. — Junta Distrital do Porto. Vol. XIII, tomos 1 e 2 (n.ºs 25 e 26). Porto, 1969.
- Revista de Guimarães*, Sociedade Martins Sarmento, vol. LXXIX, n.ºs 3-4, 1969; vol. LXXX, n.ºs 1-2, 1970. Guimarães.
- Revista de História*, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de S. Paulo e Sociedade de Estudos Históricos, n.ºs 77 a 80 de 1969; e 81 a 88 de 1970. São Paulo, Brasil.

*

- ABÍLIO MENDES DO AMARAL — *Os Palácios dos Marqueses de Gouveia*. Separata de «Olisipo», Boletim do Grupo Amigos de Lisboa, n.ºs 125/126, Lisboa, 1869.
- *Gouveia no mundo das letras. O Marquês Dom João da Silva visto por Villasboas e Sampayo*. Separata da Revista «Beira Alta». Viseu, 1969.
- *Gouveia no ducado de Aveiro. Grande nau, grande tormenta*. Separata da Revista «Beira Alta». Viseu, 1970.
- LITA SCARLATTI — *Nuno Gonçalves, cavaleiro da Casa d'El-Rei e seu pintor*. Separata da Revista «Colóquio» da Fundação Calouste Gulbenkian. Janeiro-Fevereiro de 1970. Lisboa.
- ANNE GALLUT — *Le Morgado de Mateus, éditeur des Lusíadas*. Collection portugaise sous le patronage de l'Institut Français au Portugal. Paris-Lisboa, 1970.
- JOSÉ CAVALCANTE DE SOUZA — *Caracterização dos Sofistas nos primeiros diálogos platónicos*. Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Brasil, 1969.
- JUNTA AUTÓNOMA DO PORTO DE AVEIRO — *Relatório da Gerência de 1969*. Aveiro.
- *Boletim de Informações*, n.ºs 58 a 81. Aveiro, 1970.
- BANCO DE PORTUGAL — *Relatório do Conselho da Administração. Parecer do Conselho Fiscal. Gerência de 1969*.
- 1.º volume — *Balanço, Contas, Revista económica e financeira*.
- 2.º volume — *Legislação e Estatística*.
- Lisboa, 1970.

ÍNDICE ALFABÉTICO DOS AUTORES

	Págs.
BARROS QUEIRÓS (Amílcar de)	
— <i>Os Caminhos de Ferro do Vale do Vouga</i>	41
CERQUEIRA (Eduardo)	
— <i>Centenários de três aveirenses</i>	185
COSTA (Eduardo Alberto da)	
— <i>Memórias paroquiais do séc. XVIII. — VI. Freguesia de São Miguel de Oliveira de Azeméis</i>	56
— <i>Memórias paroquiais do séc. XVIII. — VII. Freguesia de S. Nicolau da Vila da Feira</i>	198
CRUZ MALPIQUE (Manuel da)	
— <i>Evocação do Prof. Fernando Magano, da Faculdade de Medicina do Porto. — Uma bela caneta de escritor quase abafada pelo bisturi do cirurgião</i>	81 e 161
DIRECÇÃO	
— <i>Ano XXXVI (1935-1970)</i>	3
— <i>Índice, por autores, de toda a colaboração contida nos volumes XXXI a XXXV do «Arquivo do Distrito de Aveiro». — 1955-1969</i>	119
FERREIRA NEVES (Francisco)	
— <i>A revolução liberal de 1828. Cartas históricas</i>	241
MOURA (Frederico de)	
— <i>Discurso do Dr. Frederico de Moura no acto da sua posse da direcção do Museu Marítimo e Regional de Ílhavo, em 7 de Março de 1970</i>	109
PINA (A. Ambrósio de), S. J.	
— <i>O historiador Dr. A. Madahil</i>	5
PIRES DE LIMA (Jorge Hugo)	
— <i>O Distrito de Aveiro nas habilitações do Santo Officio</i> 65, 134 e	211
SERRA (Pedro Cunha)	
— <i>Topónimos do Distrito de Aveiro</i>	29 e 307
SILVA (Joaquim Rodrigues da)	
— <i>Em Junho, por Estarreja</i>	115

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

	Págs.
TAVARES (José Pereira)	
— <i>Homenagem de Oliveira de Azeméis a Ferreira de Castro</i> . . .	8
— <i>Poesia popular</i>	126

NOTAS, ARTIGOS DA REDACÇÃO,
E OUTROS NÃO ASSINADOS

— <i>Bibliografia</i>	317
---------------------------------	-----

FIM DO VOLUME XXXVI

bibRIA

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

REVISTA TRIMESTRAL PARA PUBLICAÇÃO DE DOCUMENTOS
E ESTUDOS RELATIVOS AO DISTRITO

FUNDADA EM 1935 POR ANTÓNIO GOMES DA ROCHA MADAHIL,
FRANCISCO FERREIRA NEVES E JOSÉ FERREIRA TAVARES

DIRECÇÃO DE

FRANCISCO FERREIRA NEVES
JOSÉ FERREIRA TAVARES
EDUARDO ALA CERQUEIRA

DIRECTOR DELEGADO

FRANCISCO FERREIRA NEVES

PROPRIEDADE DE

ALBERTO DE SOUSA MACHADO FERREIRA NEVES
FRANCISCO FERREIRA NEVES
JOSÉ FERREIRA TAVARES

EDITOR E ADMINISTRADOR

FRANCISCO FERREIRA NEVES

ADMINISTRAÇÃO: — AVENIDA DR. LOURENÇO PEIXINHO, 133, 1.º — AVEIRO

SUMÁRIO DO PRESENTE NÚMERO

DIRECÇÃO, Ano XXXVI. (1935-1970).

A. AMBRÓSIO DE PINA S. J., *O historiador
Dr. A. Madahil.*

JOSÉ TAVARES, *Homenagem de Oliveira de
Açémis a Ferreira de Castro.*

PEDRO CUNHA SERRA, *Topónimos do distrito
de Aveiro.*

AMILCAR DE BARROS QUEIRÓS, *Os Caminhos*

*de Ferro do Vale do Vouga. — Linha de
Espinho-Sernada-Viscu e ramal de Ser-
nada a Aveiro.*

EDUARDO COSTA, *Memórias paroquiais do
séc. XVIII. — VI — Freguesia de São Mi-
guel de Oliveira de Açémis.*

JORGE HUGO PIRES DE LIMA, *O distrito de
Aveiro nas habilitações do Santo Ofício.*

PREÇOS:

ASSINATURA ANUAL 80\$00

NÚMERO AVULSO 25\$00

Cada número tem normalmente 80 páginas.

A doutrina dos artigos assinados é de exclusiva responsabilidade dos autores.

BOM-SUCESSO

BOM-SUCESSO

CASAS PRÉ-FABRICADAS
PORTAS
PARQUETE

MaDeL

— PLACAS DE AGLOMERADO DE MADEIRA E CIMENTO
— NOVO E REVOLUCIONÁRIO PRODUTO PARA A CONSTRUÇÃO CIVIL

- PAREDES INTERIORES E EXTERIORES
- PAVIMENTOS E TECTOS
- COFRAGENS
- ISOLAMENTOS TÉRMICO E ACÚSTICO

Grande economia na construção

João Nunes da Rocha

FÁBRICA E SEDE

AVEIRO

FILIAL

LISBOA—Av. Alm. Gago Coutinho, 53 r/c Dt.

Apartado 21

Telef. 23041/2

Telef. 726218

OFICINAS GAMELAS

(ESTABELECIMENTO RECOMENDADO PELO AUTOMÓVEL
CLUB DE PORTUGAL)

REPARAÇÕES
DE AUTOMÓVEIS

Reparações mecânicas, electricidade,
carrosserias

Seccões } Oficina de pintura, estação de serviço,
peças e acessórios

Serviço permanente de Pronto Socorro

AGÊNCIA DISTRICTAL
DOS AUTOMÓVEIS

AUSTIN

Manuel dos Santos Gamelas, Sucs.

Avenida 5 de Outubro, 18

Telefones PPC { 22031
22032

A V E I R O

COMPANHIA AVEIRENSE DE MOAGENS

◆
●
*Fábrica de moagem
de cereais
e descasque de arroz*

◆
●
Preparação de farinhas
para alimentação de gado,
marca *Beimar*

◆
●
Telefone PPC 23441

Telegramas: MOAGENS

AVEIRO

PASCOAL & FILHOS, L.^{DA}

PESCA DE BACALHAU E ARRASTO

Rua do Almirante Cândido dos Reis, 135 a 153

Telefone 24578

End. Teleg. — MARIALVA

Apartado 39

AVEIRO

Filial em **Matosinhos** — Rua do Conde de S. Salvador, 37

Telefone 930519

bIBRIA

FROTA

Pesca do bacalhau:

Arrastão — «**ANTÓNIO PASCOAL**»

Navio Motor — «**RAINHA SANTA**»

Pesca de arrasto:

Arrastão — «**DULCINHA**» e *Arrastão* — «**TIMANEL**»

Officinas Mecânicas e **Secadouro de Bacalhau**

na Gafanha — Telefone 22243

VITA-SAL

PARA BOA COZINHA
UM

SAL DE QUALIDADE
bibRIA

VITA-SAL

O SAL QUE CONQUISTOU O PALADAR

SOCIEDADE AVEIRENSE DE HIGIENIZAÇÃO DE SAL, L.^{DA}

ESTRADA NOVA DO CANAL—AVEIRO

TELEFONE 24430

Mármore, Espelhos,

- - - Cristais - - -

PLÁSTICOS

Chapas PVC-Organit

onduladas ou lisas, opacas

ou translúcidas; leves,

inquebráveis e incombustíveis;

cores variadas e inalteráveis.

- - *Duração infinda* - -

ESTRUTURAS E COBERTURAS

Ernesto Correia dos Santos

106 — Rua Comandante Rocha e Cunha — 108

TELEFONE 23317

AVEIRO

LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS

DR. ALBERTO FERREIRA NEVES

DR. FIGUEIREDO LEITE

Médicos especialistas

bibRIA

Testa & Amadores, L.

ARMAZÉM DE MERCADORIAS
POR JUNTO E A RETALHO

Agentes bancários e depositários
da Companhia Portuguesa de Tabacos

Telefone - 28828

Avenida Dr. Lourenço Peixinho, 49, 2.º, D.º

TELEF. 23965

AVEIRO



FÁBRICAS METALÚRGICAS



FUNDAÇÃO DE FERRO
E LIGAS NÃO FERROSAS

artigos domésticos

acessórios para condutas
adutoras

redes de distribuição de
águas e de saneamento

aparelhagem agrícola e
vinícola

acessórios para instalações
eléctricas

artigos para construção civil

fundição em séries ou
peça a peça, a partir de
desenhos ou de modelos

orçamentos
laboratório privativo

AUGUSTO MARTINS PEREIRA, HERDEIROS

SEDE

ALBERGARIA-A-VELHA

TELEFS. 5 22 08/7

TELEGR. ALBA

DELEGAÇÃO EM LISBOA

R. DOS CORREIROS, 40, 2.º ESQ.

TELEFS. 32 13 63/4 • LISBOA-2

TELEGR. ALBA

bibRIA

Testa & Amadores, L.^{da}

ARMAZÉM DE MERCEARIAS
POR JUNTO E A RETALHO

*Agentes bancários e depositários
da Companhia Portuguesa de Tabacos*

Telefone - 23826

Telegramas - Testa
Apartado 30



RUA DE EÇA DE QUEIROZ, 2
AVEIRO

FÁBRICAS

ALELUIA

MAQUINAS DE POLIR TACOS

VIBRADORES BETONEIRAS

AZULEJOS,

LOUÇAS

SANITÁRIAS,

DECORATIVAS

E DOMÉSTICAS

Reparações de máquinas e motores

industrial

— Instalações de secagem e conservação de

Agente dos motores PETTER LOMBARDYNE

— FÁBRICA ALELUIA

FÁBRICA GERCAR

TELEFONE 22061/2/3

AVEIRO

Oficina de Serralharia

Mecânica

ALFELIA

MAQUINAS DE POLIR TACOS, S.

VIBRADORES, BETONEIRAS, n.º 898

(Continua)

MONTA-CARGAS

MAQUINAS AGRICOLAS E REBOQUES

MOAGENS

bibRIA

Reparações de máquinas e motores

ooooooooooooo
ooooooooooooo

Agente dos motores PETTER, LOMBARDYNE

e tractores DAVID BROWN

António Pereira dos Santos

Rua das Cardadeiras, 45 (Esgueira)

AVEIRO

TELEFONE 22683 P.P.C.

Empresa de Pesca de Aveiro

S. A. R. L.

ESTRADA DA BARRA, 9

End. telegráf. SALGUEIROS

Telefones 23111/2/3

A V E I R O



PESCA DO BACALHAU

PESCA DO ATUM

PESCA DE ARRASTO COSTEIRO

CONSERVAS DE PEIXE



- Produtores de óleo de fígados de bacalhau, medicinal e industrial
- Instalações de secagem e conservação de bacalhau na Gafanha — AVEIRO
- Produtores de conservas de sardinha e atum nas marcas

A V E I R O
R A D A R E N O E L

cuja alta qualidade de fabrico lhes garantiram
um lugar de relevo nos mercados
nacional e estrangeiro

PHILIPS

ESTRADA DA BARRA, 9
AGENTES EM AVEIRO

TONELUX

AV. DR. LOURENÇO PEIXINHO, 39

AVEIRO • **TELEF. 24141**

bib**R**IA

PHILIPS

ESTACÃO DE SERVIÇO

TONELUX

RUA COMANDANTE ROCHA E CUNHA, 100

AVEIRO • **TELEF. 24141**

L I V R O S

nacionais e estrangeiros para todas as escolas do país, encontrá-los-ão sempre na nossa casa

Mobiliário e material escolar

o melhor e o mais económico; peçam o catálogo ilustrado.

Literatura antiga e moderna

nacional e estrangeira; peçam os catálogos respectivos.

Livros científicos e técnicos

nacionais e estrangeiros; peçam os catálogos respectivos.

A LIVRARIA SÁ DA COSTA é a única que reúne todas as secções de livreria.

Encomendas para o estrangeiro

mantemos um serviço diário de encomendas, para todos os países, da maior rapidez e economia.

LIVRARIA SA DA COSTA, EDITORA

Rua Garrett, 100

LISBOA

Telefs. 2 2015 — 2 2016 — Teleg. «Livrosacosta»

LISBOA

*Visitai a linda cidade
de Aveiro*

Ria

BARRA — SALINAS — CANAIS
— BAIXO VOUGA — PAISA-
GEM SURPREENDENTE
E ÚNICA EM PORTUGAL

Parque Municipal

LAGO — COURT DE TENNIS
— PATINAGEM —
ENCANTO E DISTRACÇÃO

Museu

PINTURA — ESCULTURA
— ARTE SACRA —
TUMULO DA PRINCESA
SANTA JOANA
(Notável obra-prima de mosaico do séc. XVIII)

Igreja de Jesus

MARAVILHAS DE TALHA
— AZULEJOS

E outros monumentos

ARQVIVO
DO DISTRITO DE
AVEIRO

bibRIA

N.º 142

Abril, Maio e Junho

AVEIRO

1970

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

REVISTA TRIMESTRAL PARA PUBLICAÇÃO DE DOCUMENTOS
E ESTUDOS RELATIVOS AO DISTRITO

FUNDADA EM 1935 POR ANTÓNIO GOMES DA ROCHA MADALIL,
FRANCISCO FERREIRA NEVES E JOSÉ PEREIRA TAVARES

DIRECÇÃO DE

FRANCISCO FERREIRA NEVES
JOSÉ PEREIRA TAVARES
EDUARDO ALA CERQUEIRA

DIRECTOR DELEGADO

FRANCISCO FERREIRA NEVES

PROPRIEDADE DE

ALBERTO DE SOUSA MACHADO FERREIRA NEVES
FRANCISCO FERREIRA NEVES
JOSÉ PEREIRA TAVARES

EDITOR E ADMINISTRADOR

FRANCISCO FERREIRA NEVES

ADMINISTRAÇÃO: — AVENIDA DR. LOURENÇO PEIXINHO, 133, 1.º — AVEIRO

SUMÁRIO DO PRESENTE NÚMERO

CRUZ MALPIQUE, *Evocação do Prof. Fernando Magano, da Faculdade de Medicina do Porto.* — *Uma bela caneta de escritor quase abafada pelo bisturi do cirurgião.*

FREDERICO DE MOURA, *Discurso do Dr. Frederico de Moura.* — *No acto da sua posse da direcção do Museu Marítimo e Regional de Ílhavo em 7 de Março de 1970.*

JOAQUIM RODRIGUES DA SILVA, *Em Junho, por Estarreja.*

DIRECÇÃO, *Índice, por autores, de toda a colaboração contida nos volumes XXXI a XXXV do «Arquivo do Distrito de Aveiro».* — 1965-1969.

JOSÉ TAVARES, *Poesia Popular.*

JORGE HUGO PIRES DE LIMA, *O distrito de Aveiro nas habilitações do Santo Ofício.*

PREÇOS:

ASSINATURA ANUAL 80\$00

NÚMERO AVULSO 25\$00

Cada número tem normalmente 80 páginas.

A doutrina dos artigos assinados é de exclusiva responsabilidade dos autores.

BOM-SUCESSO

BOM-SUCESSO

CASAS PRÉ-FABRICADAS
PORTAS
PARQUETE

MaDeL

— PLACAS DE AGLOMERADO DE MADEIRA E CIMENTO
— NOVO E REVOLUCIONÁRIO PRODUTO PARA A CONSTRUÇÃO CIVIL

- PAREDES INTERIORES E EXTERIORES
- PAVIMENTOS E TECTOS
- COFRAGENS
- ISOLAMENTOS TÉRMICO E ACÚSTICO

Grande economia na construção

João Nunes da Rocha

FÁBRICA E SEDE

AVEIRO

FILIAL

Apartado 21

Telef. 23041/2

LISBOA—Av. Alm. Gago Coutinho, 53 r/c Dt.

Telef. 726218

OFICINAS GAMELAS

(ESTABELECIMENTO RECOMENDADO PELO AUTOMÓVEL
CLUB DE PORTUGAL)

REPARAÇÕES
DE AUTOMÓVEIS

Reparações mecânicas, electricidade,
carrosserias

Seções | Oficina de pintura, estação de serviço,
peças e acessórios

Serviço permanente de Pronto Socorro

AGÊNCIA DISTRICTAL
DOS AUTOMÓVEIS

A U S T I N

Manuel dos Santos Gameclas, Sucs.

Avenida 5 de Outubro, 18

Telefones P P C

22031

22032

A V E I R O

750218

COMPANHIA AVEIRENSE DE MOAGENS

*Fábrica de moagem
de cereais
e descasque de arroz*

Preparação de farinhas
para alimentação de gado,
marca *Beimar*

Telefone PPC 23441

Telegramas: MOAGENS

AVEIRO

PASCOAL & FILHOS, L.^{DA}

PESCA DE BACALHAU E ARRASTO

Rua do Almirante Cândido dos Reis, 135 a 153

Telefone 24578

End. Teleg. — MARIALVA

Apartado 39

AVEIRO

Filial em Matosinhos — Rua do Conde de S. Salvador, 37

Telefone 930519

FROTA

Pesca do bacalhau:

Arrastão — «ANTÓNIO PASCOAL»

Navio Motor — «RAINHA SANTA»

Pesca de arrasto:

Arrastão — «DULCINHA» e *Arrastão* — «TIMANEL»

Officinas Mecânicas e **Secadouro de Bacalhau**

na Gafanha — Telefone 22243

VITA-SAL

PARA BOA COZINHA
UM

SAL DE QUALIDADE

bibRIA

VITA-SAL

O SAL QUE CONQUISTOU O PALADAR

SOCIEDADE AVEIRENSE DE HIGIENIZAÇÃO DE SAL, L.^{DA}

ESTRADA NOVA DO CANAL—AVEIRO

TELEFONE 24430

Mármore, Espelhos,
- - - Cristais - - -

PLÁSTICOS

Chapas PVC-Organit

*onduladas ou lisas, opacas
ou translúcidas; leves,
inquebráveis e incombustíveis;
cores variadas e inalteráveis.*

- - Duração infinda - -

oooooooooooo
oooooooooooo

ESTRUTURAS E COBERTURAS

oooooooooooo
oooooooooooo

Ernesto Correia dos Santos

106 — Rua Comandante Rocha e Cunha — 108

TELEFONE 23317

A V E I R O

LABORATÓRIO
 DE ANÁLISES
 CLÍNICAS

DR. ALBERTO FERREIRA NEVES

DR. FIGUEIREDO LEITE

Médicos especialistas

bibRIA

Avenida Dr. Lourenço Peixinho, 49, 2.º, D.º

TELEF. 23965

AVEIRO



FÁBRICAS METALÚRGICAS



FUNDAÇÃO DE FERRO
E LIGAS NÃO FERROSAS

artigos domésticos

acessórios para condutas
adutoras

redes de distribuição de
águas e de saneamento

aparelhagem agrícola e
vinícola

acessórios para instalações
eléctricas

artigos para construção civil

fundição em séries ou
peça a peça, a partir de
desenhos ou de modelos

orçamentos
laboratório privativo

AUGUSTO MARTINS PEREIRA, HERDEIROS

SEDE
ALBERGARIA-A VELHA
TELEFS. 5.22.06/7
TELEGR. ALBA

DELEGAÇÃO EM LISBOA
R. DOS CORREIROS, 40, 2.º-ESO
TELEFS. 32 13 63/4 • LISBOA-2
TELEGR. ALBA

bibRIA

Testa & Amadores, L.^{da}

ARMAZÉM DE MERCEARIAS
POR JUNTO E A RETALHO

*Agentes bancários e depositários
da Companhia Portuguesa de Tabacos*

Telefone - 23826

Telegramas - Testa
Apartado 30

106 - Rua Comandante Bicho e Cunha - 108

RUA DE EÇA DE QUEIROZ, 2
AVEIRO

FÁBRICAS ALELUIA

MÁQUINAS DE POLIR TACOS,
VIBRADORES, BETONEIRAS,

AZULEJOS,

LOUÇAS

SANITÁRIAS,

DECORATIVAS

E DOMÉSTICAS

FÁBRICA ALELUIA

FÁBRICA GERCAR

TELEFONE 22061/2/3

AVEIRO

TELEFONE 22081 P.C.

Oficina de Serralharia

Mecânica

MÁQUINAS DE POLIR TACOS,

VIBRADORES, BETONEIRAS,

MONTA-CARGAS

MÁQUINAS AGRÍCOLAS E REBOQUES

bibRIA

MOAGENS

Reparações de máquinas e motores

oooooooooooooooo
oooooooooooooooo

Agente dos motores **PETTER, LOMBARDYNE**

e tractores **DAVID BROWN**

António Pereira dos Santos

Rua das Cardadeiras, 45 (Esgueira)

A V E I R O

TELEFONE 22683 P.P.C.

Empresa de Pesca de Aveiro

S. A. R. L.

ESTRADA DA BARRA, 9

End. telegráf. SALGUEIROS

Telefones 23111/2/3

AVEIRO



PESCA DO BACALHAU

PESCA DO ATUM

PESCA DE ARRASTO COSTEIRO

CONSERVAS DE PEIXE



- Produtores de óleo de fígados de bacalhau,
medicinal e industrial
- Instalações de secagem e conservação de
bacalhau na Gafanha — AVEIRO
- Produtores de conservas de sardinha
e atum nas marcas

**AVEIRO
RADAR E NOEL**

cuja alta qualidade de fabrico lhes garantiram
um lugar de relevo nos mercados
nacional e estrangeiro

L I V R O S

nacionais e estrangeiros para todas as escolas do país, encontrá-los-ão sempre na nossa casa

Mobiliário e material escolar

o melhor e o mais económico; peçam o catálogo ilustrado.

Literatura antiga e moderna

nacional e estrangeira; peçam os catálogos respectivos.

Livros científicos e técnicos

nacionais e estrangeiros; peçam os catálogos respectivos.

A LIVRARIA SÁ DA COSTA é a única que reúne todas as secções de livraria.

Encomendas para o estrangeiro

mantemos um serviço diário de encomendas, para todos os países, da maior rapidez e economia.

LIVRARIA SÁ DA COSTA, EDITORA

Rua Garrett, 100

LISBOA

Telefs. 2 2015 — 2 2016 — Teleg. «Livrosacosta»

LISBOA

*Visitai a linda cidade
de Aveiro*

Ria

BARRA — SALINAS — CANAIS
— BAIXO VOUGA — PAISA-
GEM SURPREENDENTE
E ÚNICA EM PORTUGAL

Parque Municipal

LAGO — COURT DE TENNIS
— PATINAGEM —
ENCANTO E DISTRAÇÃO

Museu

PINTURA — ESCULTURA
— ARTE S² CRA —
TÚMULO DA PRINCESA
SANTA JOANA
(Notável obra-prima de mosaico do séc. XVIII)

Igreja de Jesus

MARAVILHAS DE TALHA
— AZULEIOS

E outros monumentos

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

bibRIA

N.º 143

Julho, Agosto e Setembro

AVEIRO

1970

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

REVISTA TRIMESTRAL PARA PUBLICAÇÃO DE DOCUMENTOS
E ESTUDOS RELATIVOS AO DISTRITO

FUNDADA EM 1935 POR ANTÓNIO GOMES DA ROCHA MADAHIL,
FRANCISCO FERREIRA NEVES E JOSÉ PEREIRA TAVARES

DIRECÇÃO DE

FRANCISCO FERREIRA NEVES
JOSÉ PEREIRA TAVARES
EDUARDO ALA CERQUEIRA

DIRECTOR DELEGADO

FRANCISCO FERREIRA NEVES

PROPRIEDADE DE

ALBERTO DE SOUSA MACHADO FERREIRA NEVES
FRANCISCO FERREIRA NEVES
JOSÉ PEREIRA TAVARES

EDITOR E ADMINISTRADOR

FRANCISCO FERREIRA NEVES

ADMINISTRAÇÃO: — AVENIDA DR. LOURENÇO PEIXINHO, 133, 1.º — AVEIRO

SUMÁRIO DO PRESENTE NÚMERO

CRUZ MALPIQUE, *Evocação do Prof. Fernando Magano, da Faculdade de Medicina do Porto. — Uma bela caneta de escritor quase abafada pelo bisturi do cirurgião. II.*

EDUARDO CERQUEIRA, *Centenários de três aveirenses.*

EDUARDO COSTA, *Memórias paroquiais do séc. XVIII. — VII — Freguesia de S. Nicolau da Vila da Feira.*

JORGE HUGO PIRES DE LIMA, *O distrito de Aveiro nas habilitações do Santo Ofício.*

PREÇOS:

ASSINATURA ANUAL 80\$00
NÚMERO AVULSO 25\$00

Cada número tem normalmente 80 páginas.

A doutrina dos artigos assinados é de exclusiva responsabilidade dos autores.

BOM-SUCESSO

BOM-SUCESSO

CASAS PRÉ-FABRICADAS
PORTAS
PARQUETE

MaDeL

— PLACAS DE AGLOMERADO DE MADEIRA E CIMENTO
— NOVO E REVOLUCIONÁRIO PRODUTO PARA A CONSTRUÇÃO CIVIL

- PAREDES INTERIORES E EXTERIORES
- PAVIMENTOS E TECTOS
- COFRAGENS
- ISOLAMENTOS TÉRMICO E ACÚSTICO

Grande economia na construção

João Nunes da Rocha

FÁBRICA E SEDE

AVEIRO

Apartado 21

Telef. 23041/2

FILIAL

LISBOA—Av. Alm. Gago Coutinho, 53 r/c Dt.

Telef. 726218

OFICINAS GAMELAS

(ESTABELECIMENTO RECOMENDADO PELO AUTOMÓVEL

CLUB DE PORTUGAL)

REPARAÇÕES
DE AUTOMÓVEIS

Reparações mecânicas, electricidade,
carrosserias

Secções Oficina de pintura, estação de serviço,
peças e acessórios

Serviço permanente de Pronto Socorro

AGÊNCIA DISTRIAL
DOS AUTOMÓVEIS

AUSTIN

Manuel dos Santos Gameelas, Sucs.

Avenida 5 de Outubro, 18

Telefones PPC { 22031
22032

A V E I R O

COMPANHIA AVEIRENSE DE MOAGENS

*Fábrica de moagem
de cereais
e descasque de arroz*

Preparação de farinhas
para alimentação de gado,
marca *Beimar*

Telefone PPC 23441

Telegramas: MOAGENS

AVEIRO

PASCOAL & FILHOS, L.^{DA}

PESCA DE BACALHAU E ARRASTO

Rua do Almirante Cândido dos Reis, 135 a 153

Telefone 24578 End. Teleg. — MARIALVA
Apartado 39

Filial em Matosinhos — Rua do Conde de S. Salvador, 37

Telefone 930519

FROTA

Pesca do bacalhau:

Arrastão — «ANTÓNIO PASCOAL»

Navio Motor — «RAINHA SANTA»

Pesca de arrasto:

Arrastão — «DULCINHA» e Arrastão — «TIMANEL»

Oficinas Mecânicas e **Secadouro de Bacalhau**
na Gafanha — Telefone 22243

VITA-SAL

PARA BOA COZINHA
UM

SAL DE QUALIDADE
bibRIA

VITA-SAL

O SAL QUE CONQUISTOU O PALADAR

SOCIEDADE AVEIRENSE DE HIGIENIZAÇÃO DE SAL, L.^{DA}

ESTRADA NOVA DO CANAL—AVEIRO

TELEFONE 24430

Mármore, Espelhos,

- - - Cristais - - -

PLÁSTICOS

Chapas PVC-Organit

onduladas ou lisas, opacas

ou translúcidas; leves,

inquebráveis e incombustíveis;

cores variadas e inalteráveis.

- - *Duração infinda* - -

oooooooooooo
oooooooooooo

ESTRUTURAS E COBERTURAS

oooooooooooo
oooooooooooo

Ernesto Correia dos Santos

106 — Rua Comandante Rocha e Cunha — 108

TELEFONE 23317

A V E I R O

LABORATÓRIO
 DE ANÁLISES
 CLÍNICAS

DR. ALBERTO FERREIRA NEVES

DR. FIGUEIREDO LEITE

Médicos especialistas

bibRIA

Avenida Dr. Lourenço Peixinho, 49, 2.º, D.º

TELEF. 23965

AVEIRO



FÁBRICAS METALÚRGICAS



FUNDAÇÃO DE FERRO
E LIGAS NÃO FERROSAS

artigos domésticos

acessórios para condutas
adutoras

redes de distribuição de
águas e de saneamento
aparelhagem agrícola e
vinícola

acessórios para instalações
eléctricas

artigos para construção civil

fundição em séries ou
peça a peça, a partir de
desenhos ou de modelos

orçamentos
laboratório privativo

AUGUSTO MARTINS PEREIRA, HERDEIROS

SEDE

ALBERGARIA A VELHA

TELEFS. 5 22 06/7

TELEGR. ALBA

DELEGAÇÃO EM LISBOA

R. DOS CORREIROS, 40, 2.º ESO.

TELEFS. 32 13 63/4 • LISBOA-2

TELEGR. ALBA

bibRIA

Testa & Amadores, L.^{da}

ARMAZÉM DE MERCEARIAS
POR JUNTO E A RETALHO

*Agentes bancários e depositários
da Companhia Portuguesa de Tabacos*

Telefone - 23826

Telegramas - Testa
Apartado 30



RUA DE EÇA DE QUEIROZ, 2
AVEIRO

FÁBRICAS ALELUIA

AZULEJOS,

LOUÇAS

SANITÁRIAS,

DECORATIVAS

E DOMÉSTICAS

FÁBRICA ALELUIA

FÁBRICA GERCAR

TELEFONE 22061/2/3

AVEIRO

Oficina de Serralharia

Mecânica

MÁQUINAS DE POLIR TACOS,
VIBRADORES, BETONEIRAS,
MONTA-CARGAS

MÁQUINAS AGRÍCOLAS E REBOQUES

MOAGENS

bibRIA

Reparações de máquinas e motores

oooooooooooo
oooooooooooo

Agente dos motores **PETTER, LOMBARDYNE**
e tractores **DAVID BROWN**

António Pereira dos Santos

Rua das Cardadeiras, 45 (Esgueira)

AVEIRO

TELEFONE 22683 P.P.C.

Empresa de Pesca de Aveiro

S. A. R. L.

ESTRADA DA BARRA, 9

End. telegráf. SALGUEIROS

Telefones 23111/2/3

AVEIRO



PESCA DO BACALHAU

PESCA DO ATUM

PESCA DE ARRASTO COSTEIRO

CONSERVAS DE PEIXE

biblioteca



- Produtores de óleo de fígados de bacalhau,
medicinal e industrial
- Instalações de secagem e conservação de
bacalhau na Gafanha — AVEIRO
- Produtores de conservas de sardinha
e atum nas marcas

AVEIRO

RADAR E NOEL

cuja alta qualidade de fabrico lhes garantiram
um lugar de relevo nos mercados
nacional e estrangeiro

PHILIPS

AGENTES EM AVEIRO

TONELUX

AV. DR. LOURENÇO PEIXINHO, 39

AVEIRO • **TELEF. 24141**

bib**RIA**

PHILIPS

ESTAÇÃO DE SERVIÇO

TONELUX

RUA COMANDANTE ROCHA E CUNHA, 100

AVEIRO • **TELEF. 24141**

L I V R O S

nacionais e estrangeiros para todas as escolas do país, encontrá-los-ão sempre na nossa casa

Mobiliário e material escolar

o melhor e o mais económico; peçam o catálogo ilustrado.

Literatura antiga e moderna

nacional e estrangeira; peçam os catálogos respectivos.

Livros científicos e técnicos

nacionais e estrangeiros; peçam os catálogos respectivos.

A LIVRARIA SÁ DA COSTA é a única que reúne todas as secções de livraria.

Encomendas para o estrangeiro

mantemos um serviço diário de encomendas, para todos os países, da maior rapidez e economia.

LIVRARIA SÁ DA COSTA, EDITORA

Rua Garrett, 100

LISBOA

Telefs. 2 2015 — 2 2016 — Teleg. «Livrosacosta»

LISBOA

*Visitai a linda cidade
de Aveiro*

Ria

BARRA — SALINAS — CANAIS
— BAIXO VOUGA — PAISAGEM
SURPREENDENTE
E ÚNICA EM PORTUGAL

Parque Municipal

LAGO — COURT DE TENNIS
— PATINAGEM —
ENCANTO E DISTRAÇÃO

Museu

PINTURA — ESCULTURA
— ARTE SACRA —
TÚMULO DA PRINCESA
SANTA JOANA
(Notável obra-prima de mosaico do séc. XVIII)

Igreja de Jesus

MARAVILHAS DE TALHA
— AZULEJOS

E outros monumentos

ARQVIVO
DO DISTRITO DE
AVEIRO

bibRIA

N.º 144

Outubro, Novembro e Dezembro

AVEIRO

1970

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

REVISTA TRIMESTRAL PARA PUBLICAÇÃO DE DOCUMENTOS
E ESTUDOS RELATIVOS AO DISTRITO

FUNDADA EM 1935 POR ANTÓNIO GOMES DA ROCHA MADALIL,
FRANCISCO FERREIRA NEVES E JOSÉ PEREIRA TAVARES

DIRECÇÃO DE

FRANCISCO FERREIRA NEVES
JOSÉ PEREIRA TAVARES
EDUARDO ALA CERQUEIRA

DIRECTOR DELEGADO

FRANCISCO FERREIRA NEVES

PROPRIEDADE DE

ALBERTO DE SOUSA MACHADO FERREIRA NEVES
FRANCISCO FERREIRA NEVES
JOSÉ PEREIRA TAVARES

EDITOR E ADMINISTRADOR

FRANCISCO FERREIRA NEVES

ADMINISTRAÇÃO: — AVENIDA DR. LOURENÇO PEREIRA, 133, 1.º — AVEIRO

SUMÁRIO DO PRESENTE NÚMERO

FRANCISCO FERREIRA NEVES, <i>A Revolução Liberal de 1828. — Cartas históricas.</i>	<i>Bibliografia.</i>
PEDRO CUNHA SEIRA, <i>Topónimos do distrito de Aveiro.</i>	<i>Índice alfabético dos autores do vol. XXXVI.</i>

PREÇOS:

ASSINATURA ANUAL 80\$00
NÚMERO AVULSO 25\$00

Cada número tem normalmente 80 páginas.

A doutrina dos artigos assinados é de exclusiva responsabilidade dos autores.

BOM-SUCESO

BOM-SUCESO

CASAS PRÉ-FABRICADAS
PORTAS
PARQUETE

MaDeL

— PLACAS DE AGLOMERADO DE MADEIRA E CIMENTO
— NOVO E REVOLUCIONÁRIO PRODUTO PARA A CONSTRUÇÃO CIVIL

- PAREDES INTERIORES E EXTERIORES
- PAVIMENTOS E TECTOS
- COFRAGENS
- ISOLAMENTOS TÉRMICO E ACÚSTICO

Grande economia na construção

João Nunes da Rocha

FÁBRICA E SEDE

AVEIRO

FILIAL

LISBOA—Av. Alm. Gago Coutinho, 53 r/c Dt.

Apartado 21

Telef. 23041/2

Telef. 726218

OFICINAS GAMELAS

(ESTABELECIMENTO RECOMENDADO PELO AUTOMÓVEL

CLUB DE PORTUGAL)

REPARAÇÕES
DE AUTOMÓVEIS

Secções { Reparações mecânicas, electricidade,
carrosserías
Oficina de pintura, estação de serviço,
peças e acessórios
Serviço permanente de Pronto Socorro

AGÊNCIA DISTRITAL
DOS AUTOMÓVEIS
AUSTIN



Manuel dos Santos Gamelas, Sucs.

Avenida 5 de Outubro, 18

Telefones PPC { 22031
22032

A V E I R O

COMPANHIA AVEIRENSE DE MOAGENS

◆
*Fábrica de moagem
de cereais
e descasque de arroz*

◆
Preparação de farinhas
para alimentação de gado,
marca *Beimar*

◆
Telefone PPC 23441

Telegramas: MOAGENS

AVEIRO

PASCOAL & FILHOS, L.^{DA}

PESCA DE BACALHAU E ARRASTO

Rua do Almirante Cândido dos Reis, 135 a 153

Telefone 24578

End. Teleg. — MARIALVA

Apartado 39

REPARAÇÕES

DE AUTÓMÓVEIS

Reparações, mecânicas, electricidade,
carrossaria

Filial em Matosinhos — Rua do Conde de S. Salvador, 37

Telefone 930519

FROTA

Pesca do bacalhau:

Arrastão — «ANTÓNIO PASCOAL»

Navio Motor — «RAINHA SANTA»

Pesca de arrasto:

Arrastão — «DULCINHA» e *Arrastão* — «TIMANEL»

Officinas Mecânicas e **Secadouro de Bacalhau**

na Gafanha — Telefone 22243

VITA-SAL

Chapas PVC-Organit

PARA BOA COZINHA

UM

SAL DE QUALIDADE

bibRIA

VITA-SAL

O SAL QUE CONQUISTOU O PALADAR

SOCIEDADE AVEIRENSE DE HIGIENIZAÇÃO DE SAL, L.^{DA}

ESTRADA NOVA DO CANAL - AVEIRO

TELEFONE 24430

Mármore, Espelhos,

- - Cristais - - -

PLÁSTICOS

Chapas PVC-Organit

onduladas ou lisas, opacas

ou translúcidas; leves,

inquebráveis e incombustíveis;

cores variadas e inalteráveis.

- - Duração infinda - -

ESTRUTURAS E COBERTURAS

Ernesto Correia dos Santos

106 - Rua Comandante Rocha e Cunha - 108

TELEFONE 23317

A V E I R O

LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS

DR. ALBERTO FERREIRA NEVES

DR. FIGUEIREDO LEITE

Médicos especialistas

bibRIA



Avenida Dr. Lourenço Peixinho, 49, 2.º, D.º

TELEF. 23965

→ AVEIRO ←



FÁBRICAS METALÚRGICAS



FUNDIÇÃO DE FERRO
E LIGAS NÃO FERROSAS

artigos domésticos
acessórios para condutas
adutoras
redes de distribuição de
águas e de saneamento
aparelhagem agrícola e
vinícola

acessórios para instalações
eléctricas
artigos para construção civil

fundição em séries ou
peça a-peça, a partir de
desenhos ou de modelos

orçamentos
laboratório privativo

AUGUSTO MARTINS PEREIRA, HERDEIROS

SEDE
ALBERGARIA-A-VELHA
TELEFS. 5 22 0677
TELEGR. ALBA

DELEGAÇÃO EM LISBOA
R. DOS COPREIROS, 40, 2.º-ESO
TELEFS. 32 13 63/4 • LISBOA-2
TELEGR. ALBA

bibRIA

Testa & Amadores, L.^{da}

ARMAZÉM DE MERCEARIAS
POR JUNTO E A RETALHO

*Agentes bancários e depositários
da Companhia Portuguesa de Tabacos*

Telefone - 23826

Telegramas - **Testa**
Apartado 30



RUA DE EÇA DE QUEIROZ, 2
AVEIRO